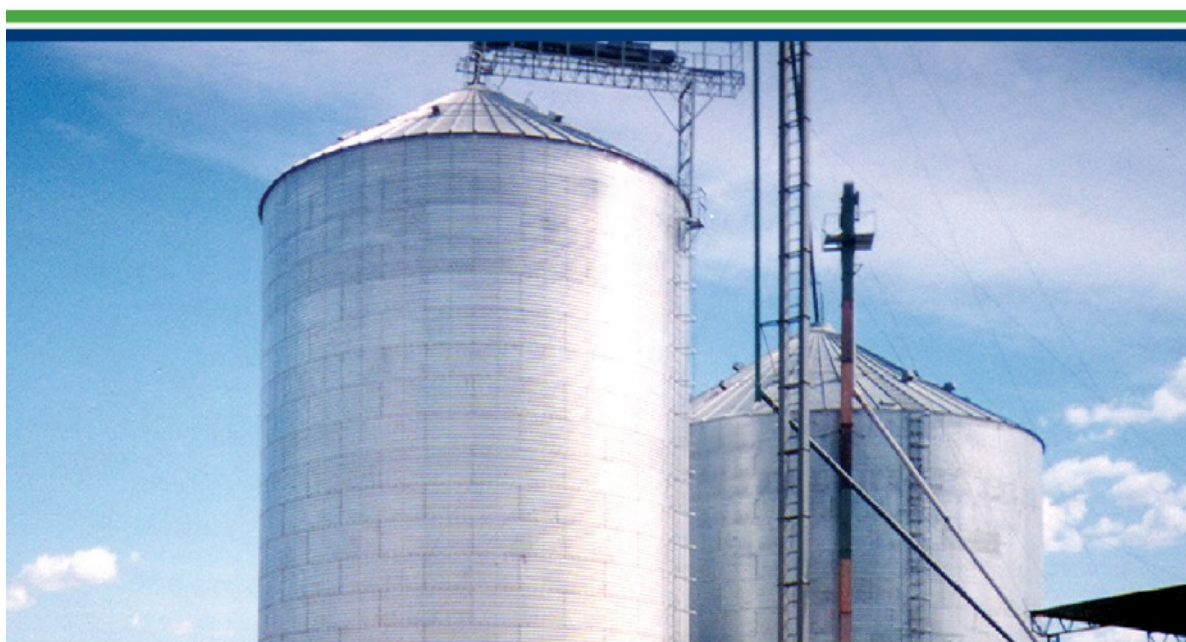




Relatório de Gestão

do Exercício de 2011



Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN 108/2010, da Portaria TCU n.º 123/2011 e das orientações da Controladoria-Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
JORGE ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO
Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONAD

JOSÉ CARLOS VAZ

Presidente

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS

JOSÉ GERARDO FONTELLES

EDILSON GUIMARÃES

CARLOS CARBON

Membros

CONSELHO FISCAL - CONFIS

FRANCISCO WAYNE MOREIRA

RENATA LIMA DE CARVALHO

GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO

DIRETORIA COLEGIADA

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização

JOÃO CARLOS BONA GARCIA

Diretor Administrativo e Financeiro

MARCELO DE ARAÚJO MELO

Diretor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO

Diretor de Política Agrícola e Informações

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA

SIONE LAURO DE SOUZA

Superintendente

JADIR CITTADIN – Gedes - Coordenador

MARIA DE LOUDES NIENKOETTER – Geope

JULIO CESAR MORAES – Gefad

Ato de Superintendência nº 051

sc.sureg@conab.gov.br

Fone: (048)3381-7200

Sumário

Apresentação.....	7
Relação de abreviações	9
Relação de Quadros e Figuras.....	13
1 – Informações Básicas.....	19
1.1 – Informações Gerais sobre a UJ.....	19
1.1.1 - Identificação.....	19
1.1.2 – Estrutura Organizacional.....	21
1.1.3 – Rol de Responsáveis.....	23
1.1.4 – Estrutura de Governança Corporativa.....	23
1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos	23
1.2.1 – Planejamento Estratégico.....	23
1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos	26
1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação da Renda.....	27
1.2.2.2 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	27
1.2.2.3 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	28
1.2.2.4 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros.....	29
1.2.2.5 - Macroprocesso de Prestação de Serviços.....	30
1.2.2.6 - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos.....	31
1.2.2.7 - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos.....	31
1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos.....	32
2 – Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão.....	32
2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	32
2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	33
2.2.1 – Instrumentos de Apoio à Comercialização.....	33
2.2.2 - Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.....	36
2.2.3 - Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento.....	37
2.2.4 - Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas.....	38
2.2.5 - Gestão de Estoques-Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários.....	41
3 – Sustentação de Renda.....	43
3.1. Instrumentos para Sustentação de Renda	43
3.2 – Formação de Estoques Públicos.....	47
3.2.1 – Programa de Aquisição de Alimentos	48
3.2.2 – Aquisição do Governo Federal-AGF	51
3.2.3 – Concessão de Prêmios para Escoamento de Produtos	57
3.2.3.1 – Prêmio para o Escoamento do Produto-PEP.....	57
3.2.3.2 – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor-PEPRO.....	60
3.3 – Principais indicadores de desempenho.....	61
4 - Promoção do Abastecimento.....	64
4.1 - Atuação da Companhia.....	64
4.2 - Ações desenvolvidas.....	65
4.2.1 - Alienação dos Estoques da PGPM.....	65

4.2.2 - Apoio à Comercialização com Subvenção.....	72
4.2.3 - Doação de Produtos Alimentícios.....	75
4.3 – Principais Indicadores de Desempenho.....	82
5 – Articulação e Organização do Abastecimento.....	82
5.1 – Prohort.....	83
5.2– Principais Indicadores de Desempenho.....	85
5.2.1 - Indicadores do Prohort.....	85
6 – Prestação de Serviços.....	88
6.1 – Estoques de Terceiros.....	88
6.2 – Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros.....	89
6.3 – Demonstrativo do Resultado da Armazenagem.....	90
6.4 – Leilões Públicos de Produtos de Terceiros.....	92
6.5 – Serviços de Classificação de Produtos para Terceiros.....	92
6.6 – Principais Indicadores de Desempenho.....	93
7 – Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação.....	93
7.1 – Rede Armazenadora Própria.....	93
7.1.1 Estoques Depositados nas Unidades Próprias.....	96
7.1.2 Estoques Depositados nas Unidades de Terceiros.....	97
7.1.3 – Capacidade Estática de Armazenagem Nacional.....	98
7.1.4 – Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador.....	101
7.2 - Atividade de Fiscalização.....	102
7.2.1 - Fiscalização dos Estoques Públicos.....	102
7.2.1.1 – Perdas.....	104
7.2.1.2 – Desvios.....	104
7.2.1.3 – Produtos Abaixo do Padrão.....	104
7.2.1.4 – Produtos Desclassificados.....	104
7.2.2 – Quadro de Fiscais lotados em Santa Catarina.....	105
7.2.3 – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda.....	106
7.2.4 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns.....	106
7.2.5 – Descredenciamento de Armazéns.....	108
7.2.6 – Desvio ou Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos.....	108
7.2.7 – Serviços de Cobrança.....	108
7.2.7.1 – Cobranças.....	108
7.2.7.2 – Recebimentos.....	108
7.3 - Atividade de Movimentação de Estoques.....	108
7.3.1 - Remoção de Produtos Vinculados à PGPM.....	111
7.3.2 - Remoção de Produtos da Defesa Civil.....	112
7.3.3 - Remoção de Produtos do MDS.....	112
7.3.4 - Remoção de Produtos do MDA.....	113
7.3.5 - Remoção de Produtos do MPA.....	113
7.4 – Principais Indicadores de Desempenho da Fiscalização de Estoques.....	113
8 – Gestão Tecnológica.....	123
9 – Gestão Estratégica.....	123
10 – Geração e Difusão de Informações.....	124
10.1 – Levantamento de Safras.....	124
10.2 - Levantamento de Preços de Produtos Agropecuários	127

10.3 – Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos.....	127
10.4 – GEOSAFRAS.....	127
10.5 – SIGABRASIL.....	128
11 – Gestão de Pessoas.....	128
11.1 – Alocação de Empregados.....	128
11.2 – Comunicação Interna.....	128
11.3 – Melhoria do Clima Organizacional.....	129
11.4 – Capacitação de Pessoal.....	129
11.5 – Composição e Custos de Pessoal Ativo.....	134
11.5.1 - Admissões, Demissões e Transferências.....	137
11.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria.....	138
11.5.3 – Recomposição do Quadro de Pessoal.....	138
11.5.4 – Composição do Quadro de Estagiários.....	138
11.5.5 – Custos de Pessoal.....	138
11.5.6 – Mão de Obra Terceirizada.....	140
11.5.7 – Principais Indicadores de Desempenho.....	142
11.6 – Cibrius.....	143
12 – Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil	143
12.1 – Análise da Execução Orçamentária.....	143
12.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar.....	167
12.2.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	167
12.2.2 – Análise Crítica.....	167
12.3 – Transferências Recebidas e Realizadas no Período.....	168
12.4 – Transferências mediante convênios.....	168
12.5 - Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76.....	168
12.6 - Composição dos Investimentos da Empresa.....	188
12.7 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	193
12.8 – Parecer da Auditoria Independente.....	193
13 – Governança e Controles.....	197
13.1 – Informações sobre o Controle Interno.....	197
13.2 – Providência Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo.....	198
13.2.1 – TCU.....	198
13.2.2 – CGU	198
13.2.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna.....	203

Apresentação

O Relatório de Gestão, que integra a prestação de contas da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento-Conab no Estado de Santa Catarina (Sureg-SC), ao Tribunal de Contas da União-TCU, referente ao exercício fiscal de 2011, é elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN 108/2010, da Portaria TCU n.º 123/2011 e das orientações da Controladoria-Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

Quanto aos itens 3.3, 4.3, 6.6, 7.4 e parte do item 11.5, que tratam dos indicadores, não foram atendidos na sua totalidade. Os indicadores estão em fase de análise pelas áreas da Matriz e, se aprovados, deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados suficientes, serão estendidos às Regionais. Os itens 6.4, 6.5, 7.2.1.1, 7.2.1.2, 8, 9, 10.4, 10.5, 11.6, 12.3 e 12.4, que foram mantidos no corpo do relatório, são centralizados e/ou desenvolvidos na Matriz. Não houve ocorrências quanto ao órgão de controle externo - item 13.2.1 – Tribunal de Contas da União -TCU.

O Plano Plurianual-PPA e a Lei de Responsabilidade Fiscal direcionam claramente o foco da gestão pública para a qualidade e a transparência na utilização dos recursos públicos. Assim, apresentamos neste Relatório a atuação da Sureg-SC segundo esses preceitos, e de acordo com as Ações executadas por esta Regional no âmbito dos Programas do Governo Federal.

As atividades desenvolvidas estão inseridas nas diversas Ações que compõem os programas de governo inscritos no PPA, havendo atividades que foram realizadas, também, sob a forma de descentralização orçamentária/financeira, em atendimento a Termos de Cooperação celebrados pela Conab com outros órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar visando, entre outros objetivos, o aumento e a diversificação da produção agrícola e a formação de estoques públicos, com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As demais ações inseridas no Programa acima mencionado são de cunho administrativo, e foram desenvolvidas de acordo com a legislação e acordos que regem a relação entre a empresa e os empregados.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento e resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Merecem destaque não só as ações de atendimento à população brasileira, de socorro e de segurança alimentar decorrentes de Planos de Trabalhos ajustados entre a Conab e o Ministério da Integração Nacional (Secretaria Nacional de Defesa Civil) e também entre a Conab e o Ministério

do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mas também as de Ajuda Humanitária Internacional, ação que reflete o esforço que o Governo Brasileiro tem empreendido para ampliar a ajuda humanitária internacional, com o objetivo de assistir países ou populações que se encontrem em situações de emergência.

As ações de Ajuda Humanitária internacional executadas no Estado de Santa Catarina no exercício de 2011, concentraram-se no embarque de 33.227 toneladas de feijão destinadas ao atendimento de 10 Países, em consonância com a Lei de nº 12.429, de 20.06.2011.

Desta forma, o presente Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da Sureg-SC, para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e da execução das políticas agrícola e de abastecimento.**

Sione Lauro de Souza
Superintendência Regional de Santa Catarina
Superintendente

Relação de abreviações

AGF - Aquisições do Governo Federal
Audin - Auditoria Interna
Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Camex - Câmara de Comércio Exterior
CDAF - Compra Direta da Agricultura Familiar
Ceasa - Centrais de Abastecimento
CFP - Companhia de Financiamento da Produção
CGU - Controladoria Geral da União
Cibrazem - Companhia Brasileira de Armazenamento
Cibrius - Instituto Conab de Seguridade Social
Cobal - Companhia Brasileira de Alimentos
Conab – Companhia Nacional de Abastecimento
Conad - Conselho de Administração
CNAE – Cadastro Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPF - Cadastro de Pessoa Física
CPR – Cédulas de Produto Rural
Deral - Departamento de Economia Rural
Diafi - Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira
Digem - Diretoria de Logística e Tecnologia Empresarial
Digep – Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização
Diges - Diretoria de Gestão
Dipai - Diretoria de política Agrícola e Informações
Dirad - Diretoria Administrativa
DRE - Demonstrativo de Resultados do Exercício
Dirhu – Diretoria de Recursos Humanos
EGF – Empréstimo do Governo Federal
Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
Funai – Fundação Nacional do Índio
Funasa – Fundação Nacional da Saúde
Geare - Gerência de Avaliação de Resultados

Geasa – Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras
Gearm – Gerência de Armazenagem
Geasa – Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras
Gebem – Gerência de Benefício, Segurança e Medicina do Trabalho
Gecad – Gerência de Cadastro e Credenciamento de Aramzéns
Gecap – Gerência de Capacitação e Desenvolvimento
Gecom – Gerência de Comercialização de Estoques
Gedes - Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
Gefad - Gerência de Finanças e Administração
Gefis – Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais
Gefoc – Gerência de Formação e Controle de Estoques
Gehor - Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
Gemov – Gerência de Movimentação de Estoques
Geope - Gerência de Operações
Gepab- Gerência de Programas Sociais de Abastecimento
Gepes – Gerência de Cadastro de Pessoal
Gepri- Gerência de Parcerias Institucionais
Gesof – Gerência de Engenharia do Software
GPS - Sistema de Posicionamento Global
Iapar - Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
Inmetro - Instituto Nacional de Metrologia
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MOC - Manual de Operações da Conab
NR - Norma Regulamentadora
OAN - Ouvidoria Agrária Nacional
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PEP - Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PESOJA - Prêmio Equalizador da Soja
PGPAF - Preços de Referência para a Agricultura Familiar
PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos
PPA - Plano Plurianual
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Proge - Procuradoria Geral
Prohort - Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
Pronaf - Programa Nacional de Agricultura Familiar
Prore - Procuradoria Regional
PROP - Prêmio de Risco de Opção Privada
PRESI - Presidência
Refap - Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SEC - Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab
Secof - Setor Contábil e Financeiro
Secom - Setor de Operações Comerciais
Sedec - Secretaria Nacional de Defesa Civil
Sedem – Setor de Desenvolvimento Empresarial
Segeo – Setor de Apoio à Logística e Gestão de Oferta
Seope - Setor de Operações de Estoques
Sepab - Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento
Seppir – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Sereh - Setor de Recursos Humanos
Sesan – Secretaria de Segurança alimentar e Nutricional
Sedec - Secretaria Nacional de Defesa Civil
Setad – Setor Administrativo
Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeiramente
Siagro - Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxicos
Siape – Sistema de Administração de Pessoal
Siasg - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
Siaudi - Sistema de Auditoria Interna
Sigest - Sistema de Gestão de Estoques
Simepar - Sistema Meteorológico do Paraná

Sinac - Sistema Nacional de Comercialização
Siorg - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
Sipes – Sistema Integrado de Pessoal
SPA - Secretaria de Política Agrícola
Suarm – Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque
Sucon - Superintendência de Contabilidade
Sufin – Superintendência de Finanças
Sufis - Superintendência de Fiscalização de Estoques
Supab – Superintendência de Abastecimento Social
Sugof – Superintendência de Gestão de Estoques
Suinf - Superintendência de Informação do Agronegócio
Sumaj - Subprocuradoria de Matéria Jurídica
Sumoc - Superintendência de Modernização e Capacitação
Suope - Superintendência de Operações Especiais
Supor - Superintendência de Orçamento e Avaliação
Sureg - Superintendência Regional
Sureh - Superintendência de Recursos Humanos
TCU – Tribunal de Contas da União
UA - Unidade Armazenadora
UC - Unidade de Comercialização
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFRG - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
VEP - Valor de Escoamento do Produto
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

Relação de Quadros e Figuras

Quadro	Descrição	Página
I	Identificação da Unidade	19
II	Rol de Responsáveis	23
III	Aquisições por meio da CPR-Estoque	50
IV	Aquisições por meio da CPR-Doação	51
V	Demonstrativo das Aquisições de Produtos	52
VI	Demonstrativo das Aquisições de Sacaria	52
VII	Demonstrativo da Venda de Contratos de Opção	53
VIII	Contrato Público de Opção de Vendas – 2011	53
IX	Contrato Público de Opção de Arroz Exercidos – 2011	53
X	Operações de Opção de Venda de Arroz 2011	54
XI	Operações de Recompra dos Contratos de Opção de Venda de Arroz	54
XII	Recompra Arroz - Avisos de 2011	55
XIII	Operações de Repasse dos Contratos de Opção de Venda de Arroz	55
XIV	Repasse de Arroz - Avisos de 2011	55
XV	Demonstrativo da Execução Financeira da Ação de Sustentação de Renda	56
XVI	PEP – Arroz 2011	58
XVII	Acompanhamento dos Leilões do Prêmio para o Escoamento do Produto -Arroz-PEP/2011	58
XVIII	PEP – Arroz Ofertado em 2010 e Pago em 2011	59
XIX	Acompanhamento dos Leilões do Prêmio para o Escoamento do Produto - PEP/2010	59
XX	PEP Trigo Avisos de 201	59
XXI	Demonstrativo por aviso de PEP de Trigo em 2011	60
XXII	PEP Trigo Avisos de 2010 – Comprovado em 2011	60
XXIII	Demonstrativo por aviso de PEP de Trigo em 2010	60
XXIV	Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos	61
XXV	Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos	62
XXVI	Indicador: Execução das operações de subvenção PEP demandadas pelo MAPA	63
XXVII	Indicador: Execução das operações de subvenção PEPRO demandadas pelo MAPA	64
XXVIII	Indicador: Execução das operações de subvenção VEP demandadas pelo MAPA	64
XXIX	Indicador: Efetividade das Intervenções no Mercado	64
XXX	Demonstrativo de Vendas dos Estoques Públicos em 2011 - Trigo	66
XXXI	Demonstrativo de Vendas dos Estoques Públicos em 2011 - Feijão	67
XXXII	Demonstrativo de Vendas em Balcão	70
XXXIII	Comparativo de Venda Balcão	71
XXXIV	Demonstrativo de Comercialização pelo PEP	73
XXXV	Demonstrativo de Comercialização pelo Pepro	75
XXXVI	Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – MDS	76

XXXVII	Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional - MI	77
XXXVIII	Demonstrativo da Distribuição de Produtos Alimentícios	78
XXXIX	Doações – Ajuda Humanitária	80
XL	Ajuda Humanitária Internacional – Países Beneficiados Período: 2004 2011	81
XLI	Indicador: Evolução da quantidade de produtos oriundos do PAA comercializados pelas Centrais de Negócios	82
XLII	Indicador: Preços praticados pelas Unidades Varejistas filiadas em relação aos praticados pelas grandes redes	82
XLIII	Percentual de Execução Financeira Utilizada para a Integração das Centrais de Abastecimento na Base de Dados dos Mercados Hortigranjeiros	86
XLIV	Percentual de Mercados Hortigranjeiros Integrados na Base de Dados	86
XLV	Percentual de Mercados Integrados na Base de Dados	87
XLVI	Indicador: Evolução do número de Varejistas Cadastrados	87
XLVII	Indicador: Mercados atacadistas de hortigranjeiros integrados à base de dados da Conab	87
XLVIII	Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias	89
XLIX	Receita de Armazenagem de Terceiros	90
L	Ocupação das Unidades Armazenadoras	90
LI	Demonstrativo do Resultado do Exercício - Armazenagem	91
LII	Estoques de Terceiros	92
LIII	Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	93
LIV	Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria	94
LV	Investimento - UA São José-SC	94
LVI	Cronograma de Investimentos para Certificação das Unidades	94
LVII	CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2012	95
LVIII	CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2013	95
LIX	CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2014	95
LX	CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2015	96
LXI	Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	96
LXII	Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias Produtos Agropecuários	96
LXIII	Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias Outros Produtos	97
LXIV	Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos armazenados em Unidades de Terceiros – Produtos Alimentícios	97
LXV	Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos armazenados em Unidades de Terceiros – Outros Produtos	98
LXVI	Execução Orçamentária por Elemento de Despesa	101
LXVII	Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques	103

LXVIII	Demonstrativo de Perdas Qualitativas e Quantitativas dos Estoques Públicos	103
LXIX	Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas	105
LXX	Gastos por Elemento de Despesa	105
LXXI	Fiscais com Curso de Reciclagem	105
LXXII	Fiscais com Curso de Fiscalização	106
LXXIII	Fiscais por Etapa de Fiscalização	106
LXXIV	Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras	107
LXXV	Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras	107
LXXVI	Demonstrativo das Remoções Contratadas	112
LXXVII	Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS	113
LXXVIII	Percentual de Fiscalizações Realizadas	113
LXXIX	Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	114
LXXX	Índice de Perdas em Armazenagem	114
LXXXI	Índice de Desvio de Produtos Armazenados	115
LXXXII	Índice de ocorrência de produtos desclassificados	115
LXXXIII	Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão	116
LXXXIV	Custo por Fiscalização realizada	116
LXXXV	Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos	117
LXXXVI	Indicador: Quantidade de Unidades Armazenadoras Fiscalizadas	117
LXXXVII	Indicador: Quantidade de produtos fiscalizados	118
LXXXVIII	Indicador: Índice de desvios de produtos armazenados	118
LXXXIX	Indicador: Evolução do Custo da Fiscalização	118
XC	Indicador: Custo médio do estoque fiscalizado	119
XCI	Indicador: Economia potencial gerada pela fiscalização	119
XCII	Percentual de Armazéns Cadastrados	119
XCIII	Indicador: Custo de Cadastramento de Unidade Armazenadora	120
XCIV	Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns	120
XCV	Indicador: Número de Armazéns Cadastrados por Equipe	120
XCVI	Indicador: Receita operacional obtida com serviços de armazenagem	121
XCVII	Custo por Unidade Cadastrada	121
XCVIII	Indicador: Relação entre quantidades contratada e removida	121
XCIX	Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas	122
C	Indicador: Deságio em leilões de frete	122
CI	Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria	123
CII	Levantamento da Safra Área x Produção	128
CIII	Percentual de Pesquisa de Safras	129

CIV	Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras	129
CV	Treinamento, por Área de Conhecimento	131
CVI	Indicadores de Capacitação	131
CVII	Avaliações Palestras	132
CVIII	Avaliações Treinamentos	133
CIX	Avaliações Graduação	133
CX	Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional	134
CXI	Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual	135
CXII	Demonstrativo por Nível de Enquadramento	136
CXIII	Demonstrativo por Nível de Escolaridade	136
CXIV	Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ	137
CXV	Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária	137
CXVI	Composição do Quadro de Estagiários	138
CXVII	Custos de Recursos Humanos - Exercícios de 2009, 2010 e 2011	139
CXVIII	Composição e Custos de Recursos Humanos Terceirizado – Exercícios de 2009 a 2011	140
CXIX	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva	140
CXX	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	141
CXXI	Indicador: Rotatividade ou Turnover total	142
CXXII	Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos	142
CXXIII	Indicador: Taxa de Integração de concursados	142
CXXIV	Indicador: Percentual de ocorrências de Acidentes de trabalho e Doenças ocupacionais	143
CXXV	Denominação das Unidades Orçamentárias	143
CXXVI	Movimentação de Crédito	144
CXXVII	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	145
CXXVIII	Grupo de Despesas	146
CXXIX	Execução Física e Orçamentária das ações realizadas pela UJ	148
CXXX	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	148
CXXXI	Execução Física/Orçamentária - Ação 2204	149
CXXXII	Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	150
CXXXIII	Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)	150
CXXXIV	Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)	151
CXXXV	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	152
CXXXVI	Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação	152
CXXXVII	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	154
CXXXVIII	Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte	154
CXXXIX	Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	156
CXL	Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação	156

CXLI	Custo por Empregado Capacitado	157
CXLII	Percentual da Execução Financeira com Capacitação	157
CXLIII	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	158
CXLIV	Elementos de Despesas com Capacitação	158
CXLV	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado	159
CXLVI	Elementos de Despesas com Cumprimento de Sentença Judicial	159
CXLVII	Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais	160
CXLVIII	Fiscalização dos Estoques e da Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares	160
CXLIX	Formação dos Estoques Públicos	161
CL	Gestão e Administração do Programa	162
CLI	Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa	163
CLII	Gestão e Administração do Programa – Pessoal/Custeio/Investimento	163
CLIII	Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar	164
CLIV	Elementos de Despesas – Geração e Difusão de Informação	165
CLV	Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro	165
CLVI	Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	166
CLVII	Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras - Ação 4711	166
CLVIII	Restos à Pagar	167
CLIX	Balanço Patrimonial	168
CLX	Demonstração dos Fluxos de Caixa	170
CLXI	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	172
CLXII	Demonstração do Valor Adicionado	173
CLXIII	Composição Acionária do Capital Social em 31/12/2011	188
CLXIV	Composição Acionária da UJ como Investidora	190
CLXV	Provisão para Perdas Prováveis	192
CLXVI	Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ	193
CLXVII	Estrutura de Controles Internos da UJ	197
CLXVIII	Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna	203
Figuras	Descrição	Página
I	Organograma - Sureg-SC	22
II	Mapa Estratégico Corporativo	25
III	Macroprocesso de Sustentação da Renda	27
IV	Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	28
V	Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	29
VI	Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	30
VII	Macroprocesso de Prestação de Serviços	30

VIII	Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	31
IX	Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	32
X	Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores X Preços Mínimos Santa Catarina	46
XI	Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores X Preços Mínimos	47
XII	Evolução dos Recursos Aplicados pela Sureg-SC	48
XIII	Vendas em Leilões Públicos	66
XIV	Evolução das Quantidades Vendidas	67
XV	Evolução das Quantidades Vendidas – VEP	68
XVI	Evolução do Programa Vendas em Balcão	72
XVII	Evolução das Quantidades Negociadas – PEP	74
XVIII	Evolução das Quantidades Negociadas – Peppo	75
XIX	Evolução do Número de Atendimentos-MDS	77
XX	Evolução do Número de Atendimentos-MI	78
XXI	Tela Principal do Sítio Ceasa	84
XXII	Tela de Pesquisa do Sítio Ceasa	85
XXIII	Evolução dos Estoques Armazenados, por Propriedade	88
XXIV	Evolução da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros	89
XXV	Evolução do Índice de Ocupação	92
XXVI	Unidades Cadastradas	99
XXVII	Mapa de Santa Catarina com a Distribuição Espacial dos Armazéns	100
XXVIII	Remoções, por Vínculo do Produto	109
XXIX	Remoções, Motivo Gerador	110
XXX	Remoções, por Produto	111
XXXI	Evolução do Número de Empregados	135
XXXII	Histórico - Beneficiários Atendidos x Valores Executados médicos e odontológicos	149
XXXIII	Histórico – Empregados Beneficiados Atendidos x Valores Liquidados Alimentação/Refeição	153
XXXIV	Histórico – Empregados Beneficiados x Valores Liquidados vale transporte	155

1 – Informações Básicas

1.1 – Informações Gerais sobre a UJ

1.1.1 - Identificação

QUADRO I - Identificação da Unidade				
Poder e Órgão de vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA				
Identificação da Unidade Jurisdicionada				
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento				
Denominação abreviada: Conab				
Código Siorg: 087363		Código LOA: não se aplica		Código Siafi: 135.284
Situação: Ativo				
Natureza Jurídica: 2011 - Empresa Pública				
Principal Atividade: Administração pública em geral				Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:		3381 - 7200	3381 - 7236	
Endereço Eletrônico: sc.sureg@conab.gov.br				
Página da Internet: www.conab.gov.br				
Endereço Postal: BR 101 km 205 Barreiros – São José				
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada				
LEI No 8.029, DE 12 DE ABRIL DE 1990.				
	Versão	Decreto	Data do Decreto	Data de Publicação no DOU
	1.ª Versão	99.944	26/12/90	31/12/90
	2.ª Versão	369	19/12/91	20/12/91
	3.ª Versão	s.n.º	03/07/95	04/07/95
	4.ª Versão	1.816	09/02/96	09/02/96
	5.ª Versão	s/n.º	19/12/96	20/12/96
	6.ª Versão	2.390	19/11/97	21/11/97
	7.ª Versão	3.336	13/01/00	14/01/00
	8.ª Versão	4.514	13/12/02	16/12/02
	9.ª Versão	6.407	24/03/08	25/03/08
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada				
Lei nº 8.171/91 - Política Agrícola				
Lei nº 9.973/2000 - Lei de Armazenagem de Produtos Agrícolas				
Armazenagem Decreto nº 3.855/2001 – Regulamentação da Lei nº 9.973/2000				
Armazenagem / Decreto-Lei nº 1.102/1903				

Classificação Vegetal / Lei nº 9.972/2000 - Lei que institui a classificação de produtos vegetais
Classificação Vegetal / Decreto nº 3.664/2000 - Decreto que regulamenta a classificação de produtos.

Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

NOC – Normas da Organização

10.102 Estatuto Social
10.104 Regimento Interno (versão 2010)
10.105 Regulamento de Pessoal
10.108 Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos
10.401 Processo Interno de Apuração
30.101 Armazenagem
30.102 Procedimentos que Disciplinam as Atividades nas UA's
30.105 Aquisição do Governo Federal – AGF
30.107 Certificado de Depósito Agropecuário - CDA e Warrant Agropecuário – WA
30.201 Remoção de Produtos
30.301 Regulamento de Armazenagem - Ambiente Natural
30.401 Regulamento de Armazenagem - Ambiente Artificial
30.504 Controle de Qualidade
30.505 Inventário de Mercadorias
30.506 Securitização
30.507 Contrato de Opção
30.508 Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO
30.601 Compra Direta da Agricultura Familiar
60.103 Treinamento
60.104 Benefícios
60.105 Serviços de Assistência à Saúde
60.106 Transferência de Empregados
60.107 Exames Médicos de Saúde Ocupacional
60.202 Administração e Controle do Patrimônio
60.203 Meios de Comunicação
60.204 Padronização dos Serviços de Documentação
60.205 Administração de Veículos
60.206 Serviços Gerais
60.207 Serviços Gráficos
60.208 Alienação de Bens Imóveis
60.209 Ocupação de Imóveis Residenciais
60.211 Alienação de Bens Móveis e Baixa Patrimonial
60.213 Recursos Computacionais
60.303 Metodologia para Elaboração do MOC
50.201 Viagem
50.202 Seguros

Outros

Regulamento da Biblioteca da Conab
Código de Ética da Conab
Código de Ética da Audin

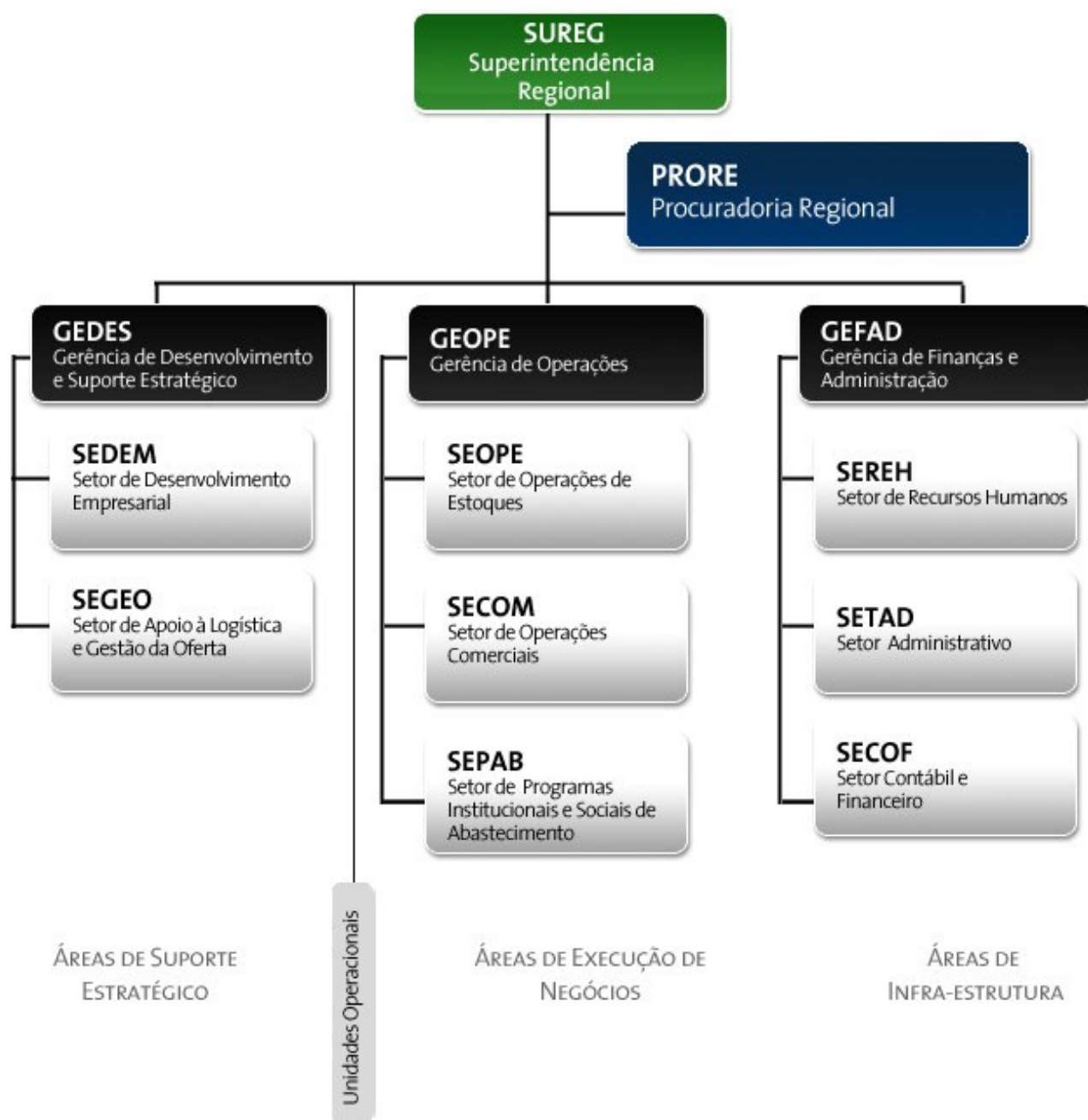
Manual de fiscalização	
Manual do Estagiário	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código Siafi	Nome
135276	UA Herval D'Oeste-SC
135549	Unidade Conab PAA-SC
135445	Mercado de Opções-SC
135279	Núcleo Estoque Regulador-SC - PGPM
135278	Unidade de Estoque Estratégico-SC
138011	UA São José-SC
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código Siafi	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código Siafi da Unidade Gestora	Código Siafi da Gestão
135284	22211

1.1.2 – Estrutura Organizacional

Com sede em São José, a Sureg-SC está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais:

- I. representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- II. manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;
- III. divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- IV. coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- V. constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Figura I – Organograma - Sureg-SC


1.1.3 – Rol de Responsáveis

Quadro II – Rol de Responsáveis		
NOME	CARGO	NOMEAÇÃO
SIONE LAURO DE SOUZA	Dirigente Máximo (Superintendente)	14/04/03
VILMAR BARBOZA DUTRA	Dirigente Máximo substituto	10/06/03
JULIO CESAR MORAES	Gerente de Finanças e Administração	01/07/04
ELEN DURAN DA SILVEIRA	Substituta Gerente de Finanças e Administração	01/09/10
MARIA DE LOURDES NIENKOTTER	Gerente de Operações	10/12/01
JOSÉ FLÁVIO DA SILVEIRA	Substituto da Gerente de Operações	21/10/08
JADIR CITTADIN	Gerente Desenvol. e Suporte Estratégicos	09/05/05
RICARDO CUNHA DE OLIVEIRA	Substituto Gerente Desenvol. e Suporte Estratégicos	21/10/08
FERNANDA CARDOSO R. SCHULZ	Procuradoria Regional	05/12/07
ALISON PINTON PALADINI	Substituto Procuradoria Regional	01/03/11
TEREZINHA LUCIA SCHIAVINI	Gerente UA. Herval D'Oeste	13/12/10
LUIZ CARLOS LENZI	Substituto Gerente UA. Herval D'Oeste	01/01/11
MARIO ADRIANO SILVA MOREIRA	Gerente UA. São José	01/10/07
MILSOM LIBÓRIO DA SILVA	Substituto Gerente UA. São José	01/10/07

Fonte: GEFAD/SEREH

1.1.4 – Estrutura de Governança Corporativa

As ações da Conab em Santa Catarina, estão alicerçadas no conjunto de normas, regulamentos e instruções recebidas da Matriz, que balizam a execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, como também na execução relativa à gestão e administração do programa de execução orçamentária.

Assim as ações empreendidas, buscam proativamente, propiciar maior segurança para os gestores, de forma a aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados.

Por fim, cabe ressaltar, que a efetiva estrutura de governança corporativa, necessita de ação articulada, com envolvimento de todas as áreas para a sua efetiva implantação e incorporação às normas organizações.

1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos

1.2.1 – Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Conab foi concebido a partir de acordo firmado em 2003 com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, tendo por objetivo a capacitação da Conab para novos desafios, no

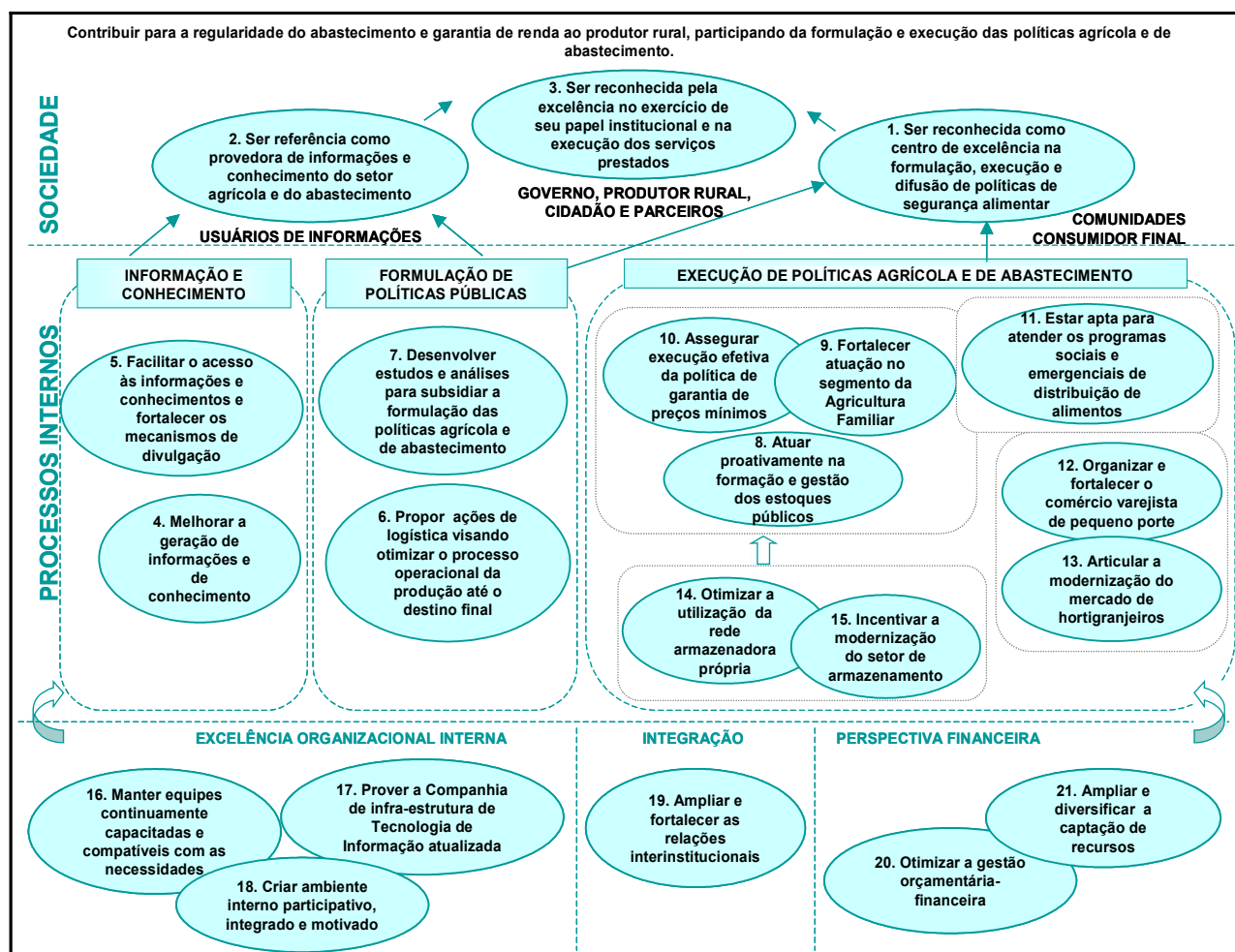
sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País.

Para o seu desenvolvimento foi utilizada a metodologia de Balanced Scorecard-BSC, de forma compartilhada, ou seja, envolvendo equipes de Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e Coordenadores de áreas da Presidência) e Ampliada (10 Superintendentes Regionais e alguns gerentes, assessores e técnicos da Matriz) e Equipes de Desenvolvimento e de Multiplicadores. Entre os produtos gerados, destacam-se o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração da missão, visão e proposta de valor aos diferentes públicos-alvos da Companhia.

O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa abaixo explicitado, criou um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização.

Figura II– Mapa Estratégico Corporativo


Fonte: Conab

Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, o período de 2005 a 2006 representou um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2.º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.ª Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI n.ºs 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a

finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos o grupo recomendou:

- a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;
- b) inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;
- c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;
- d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e
- e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI nº097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos

Para cumprir sua missão e objetivos, a Conab realiza atividades como: comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária. Podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais, além de executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária, participar dos programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências, firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público ou privado, efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor; aceitar, emitir e endossar títulos, receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca, aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia, promover a análise e o acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção, promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia, explicitados no art. 6º; e prestar, mediante remuneração, apoio técnico e administrativo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a outros órgãos e entidades públicos, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em oito macroprocessos das atividades que seguem.

Por fim, para os próximos exercícios a SUREG-SC continuará atuando para cumprir sua missão perante a sociedade, visando sempre a melhoria dos processos com o foco na excelência organizacional interna.

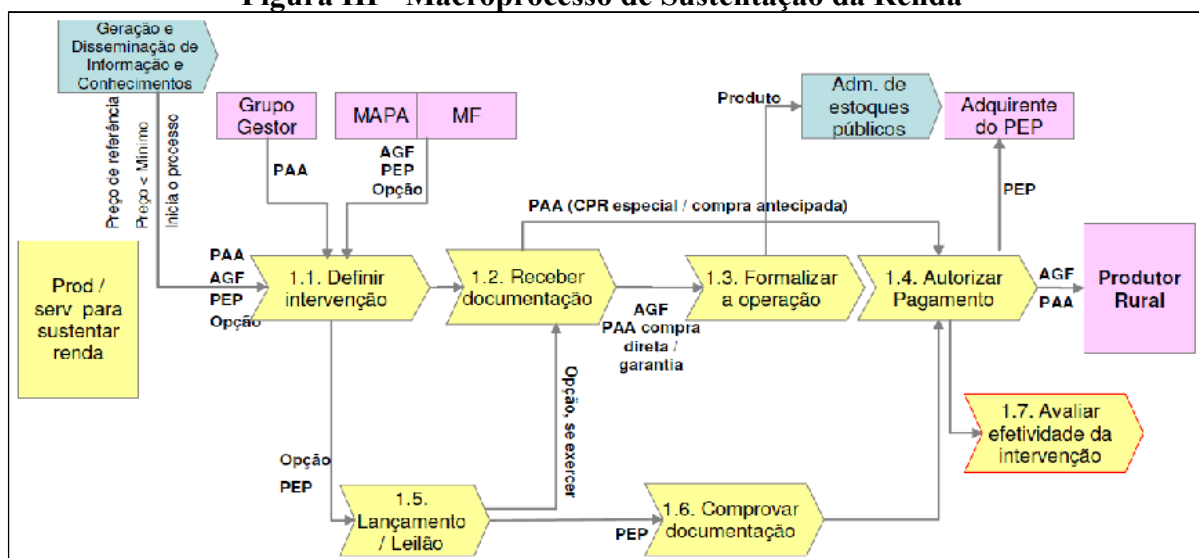
1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação da Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores, e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado, com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

Figura III - Macroprocesso de Sustentação da Renda



Fonte: Conab

1.2.2.2 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

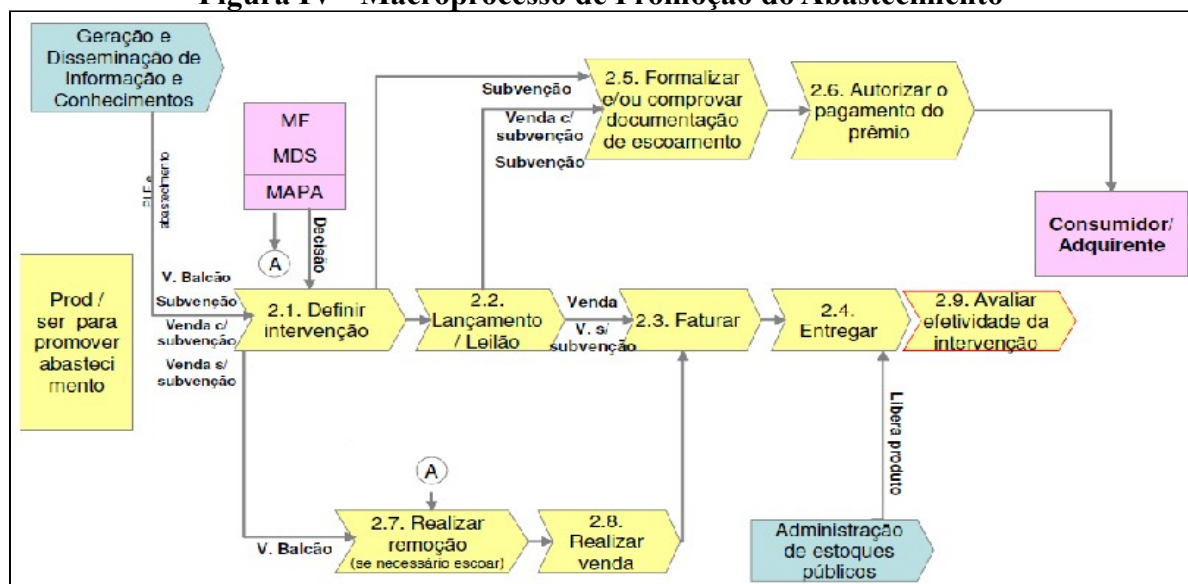
O presente macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de

vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com o sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

Figura IV - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento



Fonte: Conab

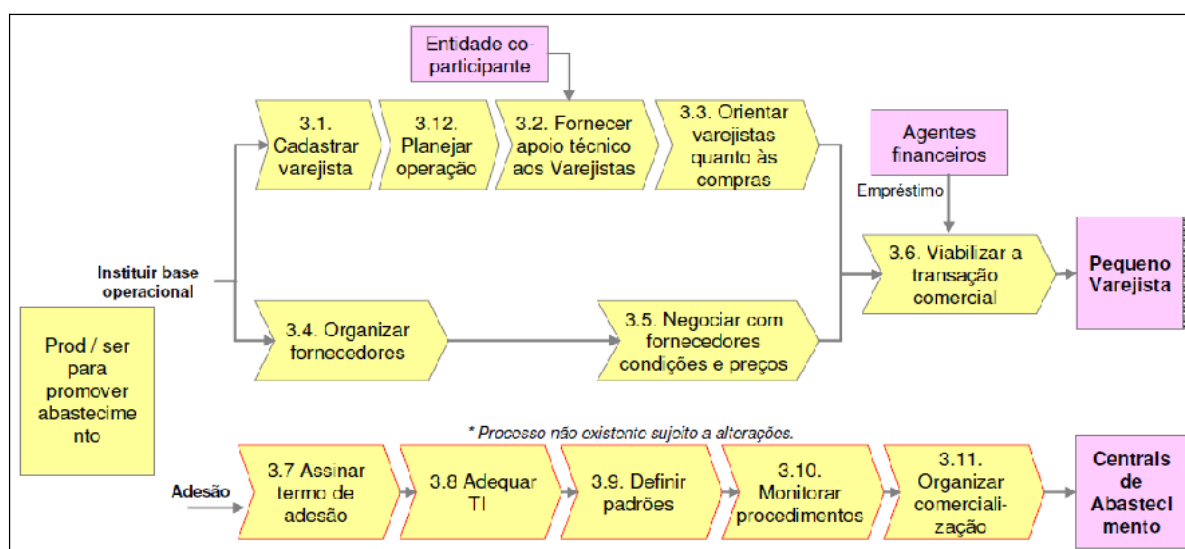
1.2.2.3 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

O macroprocesso em referência envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

Público-alvo: Centrais de abastecimento e similares, alvo do "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT" e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).

Família de Produtos e Serviços: Centrais de Negócios e Portal de Informações de preços e quantidades comercializadas.

Figura V - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento



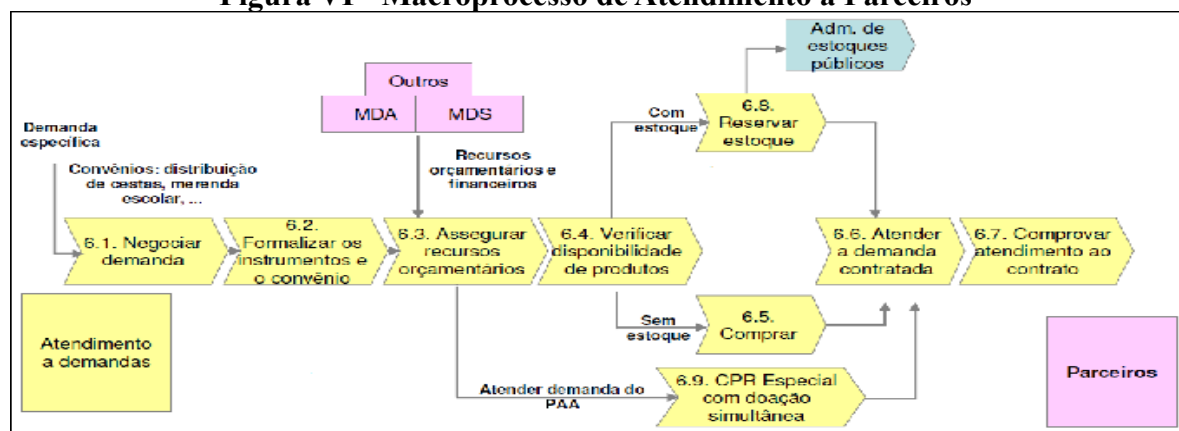
Fonte: Conab

1.2.2.4 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

Figura VI - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros


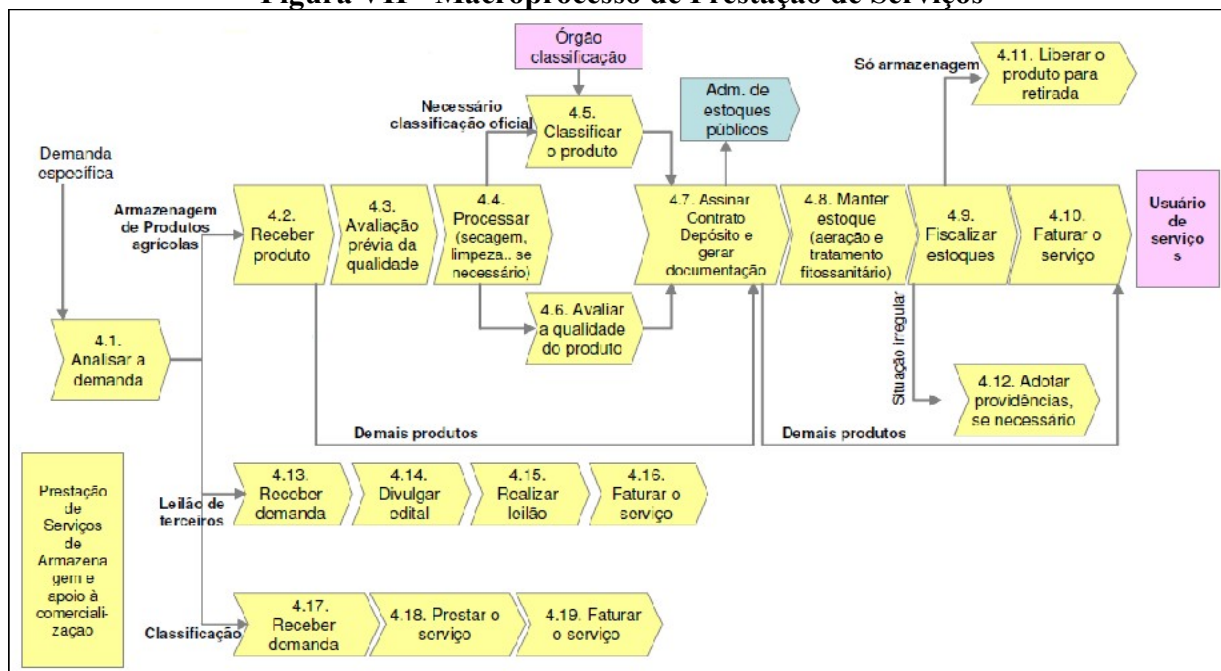
Fonte: Conab

1.2.2.5 - Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público-alvo: União, sociedade, setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização-SEC.

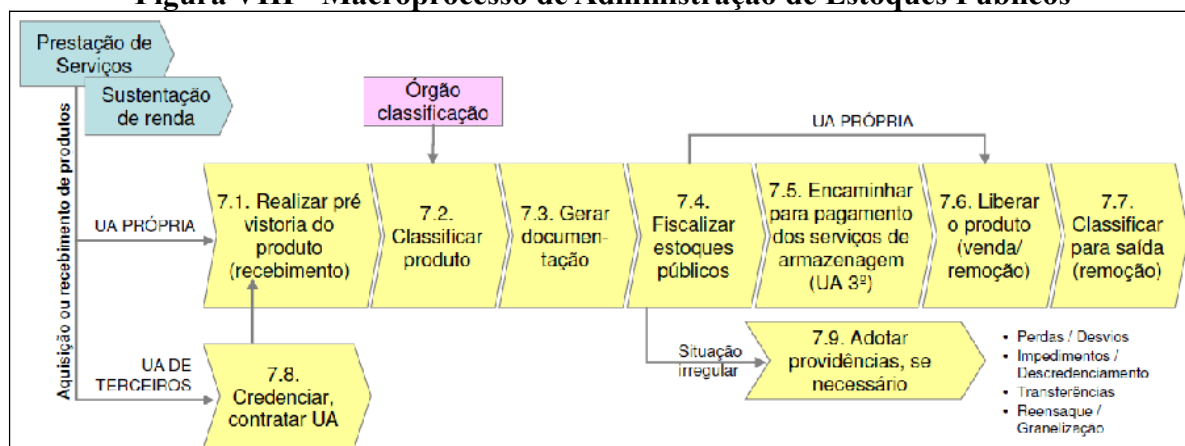
Figura VII - Macroprocesso de Prestação de Serviços


Fonte: Conab

1.2.2.6 - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM, formalização das AGFs e a execução dos Contratos de Opção de Venda, a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, da celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando, porém, de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

Figura VIII - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos



Fonte Conab

1.2.2.7 - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

É o principal macro-processo de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macro-processo que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

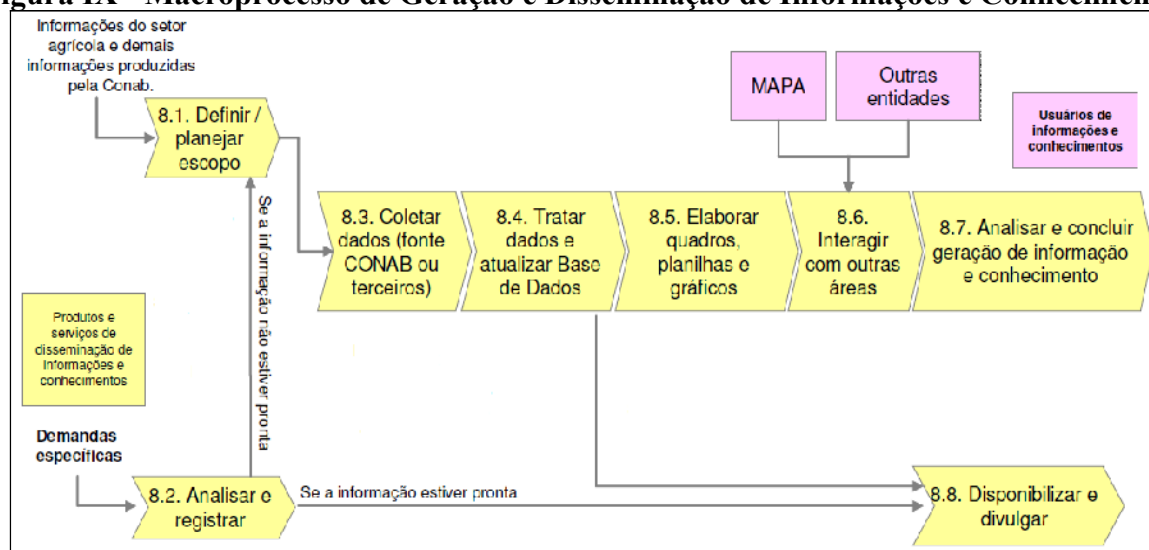
É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Público-alvo: governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenadores.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de

cadeias produtivas; mapeamento geoespacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas. cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

Figura IX - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos



Fonte: Conab

1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos

Para cumprir sua missão e objetivos a SUREG-SC realiza as atividades em conformidade com os macroprocessos, desenvolvendo atividades que abrangem a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento interno.

Na análise do conjunto dos resultados estratégicos, as ações refletem os indicadores favoráveis na atuação dos cinco grandes segmentos de atividades: Informações do Setor Agropecuário; Gestão dos Estoques Públicos; Programas Sociais e de Abastecimento; Armazenagem e Organização e apoio aos mercados varejistas e hortigranjeiro.

2 – Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão

2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão

A Conab, empresa oficial do Governo Federal que tem por finalidade executar as Políticas Agrícolas no segmento do abastecimento agroalimentar, atua em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado, garantindo renda ao produtor rural e a regularidade do abastecimento agroalimentar.

Para cumprir as suas atividades finalísticas a SUREG-SC, participa nas ações da missão institucional que visam “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.”

A Companhia, por intermédio de suas Superintendências Regionais e em harmonia, com as metas estabelecidas pela Matriz cumpre os objetivos

- planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- participar da formulação da política agrícola; e
- exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Relativo aos fatores que englobam riscos e gestão as operações encontram-se alicerçadas nas normas da organização, cumprindo seu papel perante aos seus clientes e sociedade. Para os próximos exercícios a SUREG-SC, continuará atuando para cumprir seu papel social de geração de renda e garantia no abastecimento do Estado e País.

2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios

2.2.1 – Instrumentos de Apoio à Comercialização

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e saindo do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º

79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ Aquisições do Governo Federal (AGF): consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

No ano de 2011 foram adquiridas 10.168 toneladas de produtos tais como feijão e arroz com destaque para o feijão, em razão dos preços vigentes no mercado interno decorrente da alta oferta de produtos pela entrada da safra.

➤ Contrato de Opção: permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

No ano de 2011, as aquisições totalizaram 10.341 toneladas de arroz, referentes a contratos comercializados no mesmo exercício, cujos preços praticados no mercado ainda estavam abaixo dos de referência constantes nos contratos.

➤ Prêmio de Escoamento de Produto (PEP): é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões, àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2011, foram realizadas operações de PEP equivalentes a 158.843,65 toneladas de arroz e trigo.

➤ **Valor de Escoamento do Produto (VEP):** instrumento de Comercialização Governamental, concedido por meio de leilão, àqueles que se dispõem a adquirir o produto do Governo Federal e promover seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida, mediante recebimento de subvenção econômica.

Neste instrumento não foram realizadas operações no âmbito da SUREG-SC

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Em 2011, foram ofertadas 32.000 toneladas de arroz produzidas no Estado, porém, sem negociação, em razão da conjuntura de mercado pela oferta de outros mecanismos.

➤ **Vendas em Leilão Público:** a intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais, visando suplementar a oferta e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

As vendas realizadas com os estoques governamentais (vínculo AGF, Contrato Público de Opção de Venda), em 2011, resultaram em 34.724,8 toneladas negociadas, com destaque para o trigo, que correspondeu a 97,02% do total ofertado.

➤ **Vendas em Balcão:** programa de abrangência nacional que permite, de forma efetiva, que os compradores de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais, com igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Objetiva viabilizar o acesso dos criadores e da agroindústria de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta; garantir o suprimento de insumos a preços de mercado, estimulando e apoiando a pequena produção rural e propiciar que as entidades de pesquisa contribuam para o desenvolvimento do setor.

No ano de 2011, o total de vendas em balcão correspondeu a 63.303 toneladas, com operações voltadas exclusivamente para o milho. Mediante esse Programa foram realizados 6.622 atendimentos a clientes previamente cadastrados.

Vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

2.2.2 - Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei n.º 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apoia a agricultura familiar como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque, o qual visa a formação de estoques por meio da Agricultura Familiar. Em 2011, as operações movimentaram 589 toneladas de diversos produtos agrícolas, beneficiando 312 agricultores familiares enquadrados no Pronaf, organizados em cooperativas ou similares, contemplando oito municípios, do território catarinense.

- Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação, que permite a aquisição da produção de agricultores familiares com doação simultânea. Atingiu nesse ano o quantitativo de 15.677 toneladas, contemplando 8.393 agricultores familiares, com destaque para a região do extremo oeste catarinense. Os produtos adquiridos foram doados a 17.766 entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos

de atendimento às populações em situação de risco social, e beneficiaram cerca de 887.356 pessoas.

- Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo feita diretamente pela Conab, dispensa intermediários, com o pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em pólos de compra instalados próximos aos locais de produção. Por meio da Compra Direta, que foi utilizada em apenas 2 municípios catarinense, ocorreu a aquisição de 71 toneladas de feijão, atendendo 24 agricultores familiares.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Em 2011 foram feitos **investimentos significativos no PAA, totalizando R\$33.774.164,27**. Esse resultado demonstra a relevância da Conab na operacionalização do PAA, tarefa que veio ampliar e aprofundar suas responsabilidades sociais, ao atuar especificamente com segmentos de agricultores muitas vezes preteridos pelas políticas públicas.

2.2.3 - Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional-MI (Defesa Civil), incluindo outros agentes públicos, que permitiram, ao longo do ano de 2010, viabilizar a distribuição de 46.065 toneladas de produtos, equivalentes a 2.088.829 cestas de alimentos, suplementado as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, comunidades de terreiros, famílias atingidas por barragens, famílias de marisqueiros/caranguejeiros e comunidades indígenas, além daquelas comunidades vitimadas por calamidades públicas, em diferentes regiões do país e em países amigos, que estiveram em situações emergenciais propícias à insegurança alimentar.

Para a composição das cestas de alimentos, geralmente contendo: arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo e açúcar, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias ou grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPIR, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico

demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

No contexto do Fome Zero, tais ações contemplam produtos recebidos em doação de terceiros, incluindo mercadorias e equipamentos apreendidos por órgãos públicos de fiscalização, tais como equipamentos eletrônicos, utensílios, peças de vestuários e brinquedos. Também foram distribuídos materiais de instrução pedagógica, como cartilhas utilizadas em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania. A movimentação dessas mercadorias, incluindo sua doação, é definida pelos órgãos gestores, cabendo à Conab as ações operacionais e fiscais decorrentes.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a Conab participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida, mediante cestas cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

No ano em referência, foi enviado o total de 33.227 toneladas de produtos de feijão a populações vitimadas em situação de risco nutricional no Haiti, Etiópia, El Salvador, Guatemala, Moçambique, Nicarágua, Somália, Sri Lanka, Sudão e Zimbábue.

2.2.4 - Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana de açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato Público de Opção de Venda, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela Conab, é de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas

conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção-CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos quali-quantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil, assim como em Santa Catarina, possui safras distintas, a saber: Safra de Verão e Safra de Inverno.

As pesquisas distribuem-se geograficamente pelo Estado e ao longo do tempo, podendo ocorrer coincidências de época, como por exemplo: início da Safra de Inverno coincide com o fechamento da safra de verão. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer que a pesquisa contempla a “Intenção de Plantio” e o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do Estado, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de

sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, foram estabelecidas parcerias com instituições de ensino e pesquisas, tais como IBGE, INMET, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UFPR, EPAGRI e UFRGS, com vistas à modernização do processo.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informações de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safras para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e, as do IBGE, atendiam a fins estatísticos.

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2011, realizando as pesquisas programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não foram executados trabalhos em campo, os dados foram coletados por telefone, e-mails e outros meios, complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas apontaram que a safra 2010/11 foi de 6.472 mil toneladas. De acordo com o quarto levantamento da safra de grãos 2011/12, a área a ser cultivada com as principais culturas no Estado está estimada em 1.341 hectares, devendo atingir uma produção de cerca de 6.488 mil toneladas.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propicia ao governo o aprimoramento das ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHORT, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa a desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (Ceasas), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e

agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

A comercialização de produtos hortigranjeiros tem sido muito expressiva, sendo este o setor da agricultura que mais cresce no mundo, e representa uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens, possibilitando alta receita/hectare e manutenção de mão-de-obra no campo. No entanto, apesar de representativo, necessita do apoio e da ação governamental, principalmente devido ao grande número de áreas de produção, dificuldades relacionadas com a logística de transportes, perecibilidade dos produtos e o potencial de aumento de consumo interno e externo.

2.2.5 - Gestão de Estoques-Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários

A Conab atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Brasil.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora constituída no Estado por apenas duas unidades armazenadoras, que agrupam quatro armazéns com capacidade estática para 11.602 toneladas. Essas unidades destinam-se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral, e também dão suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando se tornar mais competitiva, a Companhia terá que investir na capacitação dos empregados e na manutenção e modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às recentes normas de certificação.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Conab responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras.

A atuação da Conab na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível nacional. Ainda registramos a ocorrência de cadastramentos emergenciais, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada para a efetivação das aquisições (AGF e Contrato Público de Opção de Venda) e apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Ao final do exercício estavam cadastrados 858 armazéns, com capacidade estática para 4.018.029 de toneladas, sendo 609.161 toneladas para produtos embalados ou enfardados e 3.408.868 toneladas para granel.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos.

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Foram contratadas remoções para a movimentação de 42.073 toneladas de milho em grãos e feijão (destinados a Ajuda Humanitária Internacional) e 52.253 toneladas de milho destinado ao atendimento do Programa Venda Balcão, vinculados à PGPM. Foram removidas também 38.475 toneladas de produtos do MDS.

À Conab também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a Fiscalização dos Produtos Agroalimentares.

Com essa ação a Conab realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da integridade quantitativa e qualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Durante a fiscalização são avaliadas as condições técnicas, cadastrais e contratuais das Unidades Armazenadoras e o estado de conservação dos produtos. Também são apuradas as irregularidades operacionais, as faltas e depreciações qualitativas dos estoques e, ainda, a normalidade das operações com os estoques especiais do agronegócio.

Nesse exercício foram realizadas as 6 etapas previstas no programa anual de fiscalização. Foram vistoriados 242 armazéns, em todo o estado. Destaca-se que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

A fiscalização realizada em 2011 contemplou, cumulativamente, 195.981 toneladas de produtos, sendo estes vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, correspondendo a 105,22% dos estoques contábeis existentes no período de fiscalização.

Nas operações foram registradas perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão) de 74 toneladas de milho e perdas quantitativas (perdas em armazenagem), de 55 toneladas de milho.

Como resultado dessas operações, e conforme orientações contidas nos normativos internos, as providências adotadas com relação às ocorrências registradas implicaram cobranças, impedimento/descredenciamento do agente armazenador, abertura de processos administrativos, ou notificações à Procuradoria Geral da República, dependendo de cada situação.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma a aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Além dos estoques foram realizadas também 171 fiscalizações sobre os instrumentos de comercialização, englobando PEP, e propriedades rurais, objetivando garantir o atendimento à legislação e a confiabilidade das operações realizadas.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contaram com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento dos produtos, cuja posição de estoques, em 2011, correspondeu a 200.753 mil toneladas.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a agricultura familiar quanto a empresarial, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

As ações executadas em nível de Superintendência Regional estão vinculadas às respectivas unidades orgânicas da Conab centralizadas na Matriz. Assim, a descentralização para execução das ações estão condicionadas à liberação da Matriz.

3 – Sustentação de Renda

3.1. Instrumentos para Sustentação de Renda

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

No ano de 2011 foram adquiridas 10.168 toneladas de produtos a exemplo do arroz e do feijão, com destaque para o feijão. Tais aquisições se justificaram pelos baixos preços vigentes no mercado interno em função da alta oferta de produtos advinda da entrada da Safra.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

No ano de 2011, as aquisições totalizaram 10.341 toneladas de arroz em casca, referentes a contratos comercializados durante o mesmo exercício no total de 85.563 toneladas, cujos preços praticados no mercado ainda estavam abaixo dos de referência constantes nos contratos, bem como a concentração do exercício da opção para o mês de janeiro de 2012.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2011, foram realizadas operações de PEP equivalentes a 158.843,65 toneladas de arroz e trigo.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Em 2011, foram ofertadas 32.000 toneladas de arroz produzidas no Estado, porém o mercado não manifestou interesse quanto a negociação dos lotes ofertados.

Intervenções Realizadas em 2011

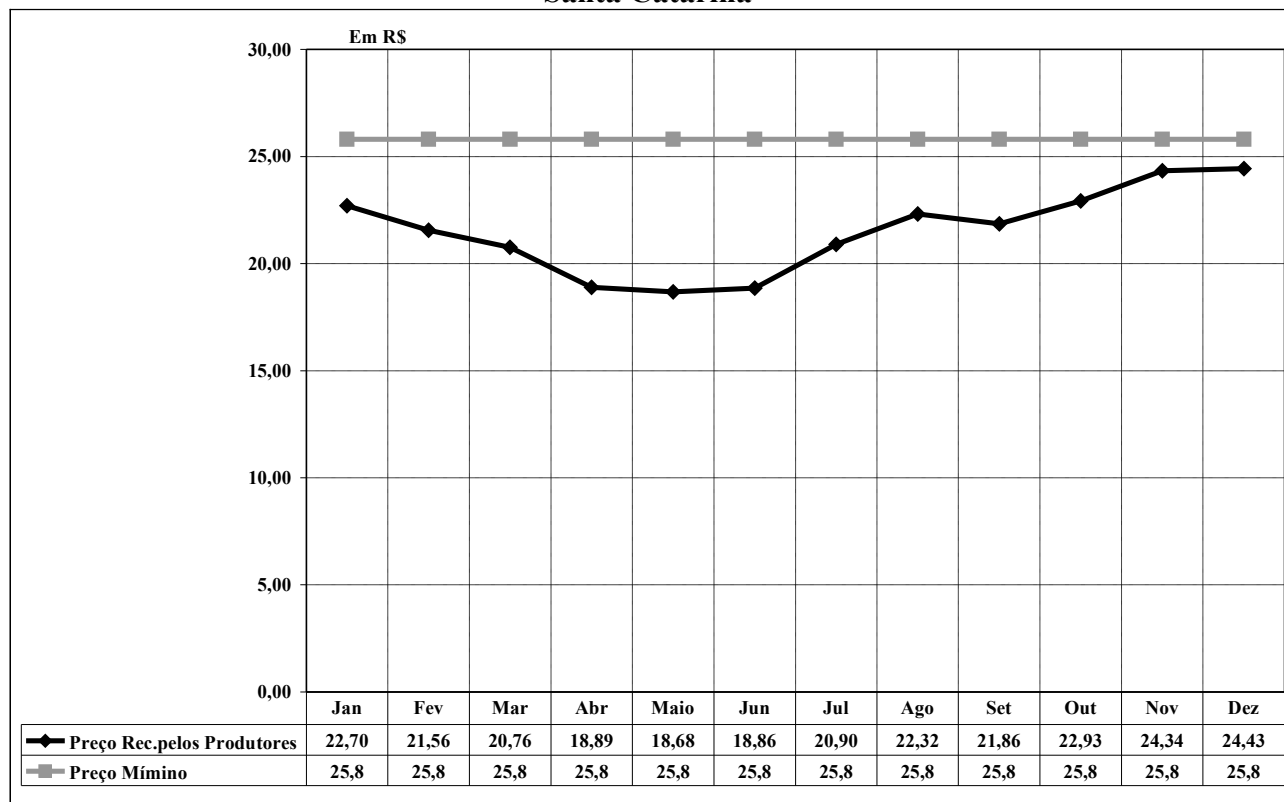
A pauta de produtos amparados pela PGPM é composta por trinta e oito produtos. Destes, tradicionalmente a Conab realiza intervenções, seja por aquisições ou por concessão de subsídios para escoamento, nos mercados de arroz, feijão, milho, sisal e trigo, e esporadicamente algodão, fécula, leite, sorgo e uva. Em 2011, em função dos preços recebidos pelos produtores terem atingido níveis inferiores aos dos preços mínimos fixados pelo Governo, a Conab interviu nos mercados de arroz, trigo, sisal e feijão, conforme detalhado a seguir.

Arroz

Devido a sua importância na cardápio dos brasileiros, o arroz é cultivado em todas as regiões, desde pequenos estabelecimentos de cultura de subsistência até plantações tecnificadas. Em 2011, o cultivo foi praticado em 2.784 municípios e a quantidade colhida na safra 2010/11 foi de 13.613,1 mil toneladas, com incremento 16,74% sobre a anterior. Em termos regionais, a Região Sul é responsável por 74,1% da produção nacional. No estado de Santa Catarina o produto foi cultivado em 212 dos 293 municípios do Estado.

O estoque nacional existente no início de 2011 era de 1.685,8 mil toneladas correspondente a aproximadamente 14,5% da produção colhida na safra 2009/10 e a 11,1% do consumo interno. O grande estoque de passagem, o aumento da produção interna e externa e a maior disponibilização do produto verificada no início do ano pelo países produtores que buscavam a redução de estoques antigos, comprimiram os preços nos mercados nacional e internacional a níveis inferiores aos preços mínimos fixados pelo Governo, conforme demonstrado na figura a seguir.

**Figura X – Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores X Preços Mínimos
Santa Catarina**



Fonte: Sufis/Geint

Objetivando a manutenção da renda dos produtores e o abastecimento de áreas carentes, o Governo Federal iniciou ainda no mês de janeiro a realização de leilões de PEP e, no mês de junho, os leilões de PEPRO e de Contrato de Opção de Venda. Por meio do PEP foram oferecidos subsídios para escoamento de 238.000 toneladas e negociadas 114.844 toneladas da produção de Santa Catarina, enquanto no PEPRO foram ofertadas e não negociadas 57.000.

Quanto aos Contratos de Opção foram oferecidos durante os meses de junho, agosto e setembro 3.964 contratos de 27 toneladas cada, sendo negociados 3.169 contratos, num total de 85.563 toneladas.

Além desses, a Conab realizou aquisições diretas por meio das AGFs no total de 396.327 toneladas nos estados do Rio Grande do Sul (395.074 toneladas) e em Santa Catarina (11.594,3 toneladas) e reduziu a oferta do produto por meio de doações a título de Ajuda Humanitária Internacional.

O resultado destas ações pode ser visualizado na figura acima onde se observa uma elevação dos preços recebidos pelos produtores, atingindo no final do exercício patamares ainda inferiores ao preço mínimo mas em nível mais favorável aos produtores.

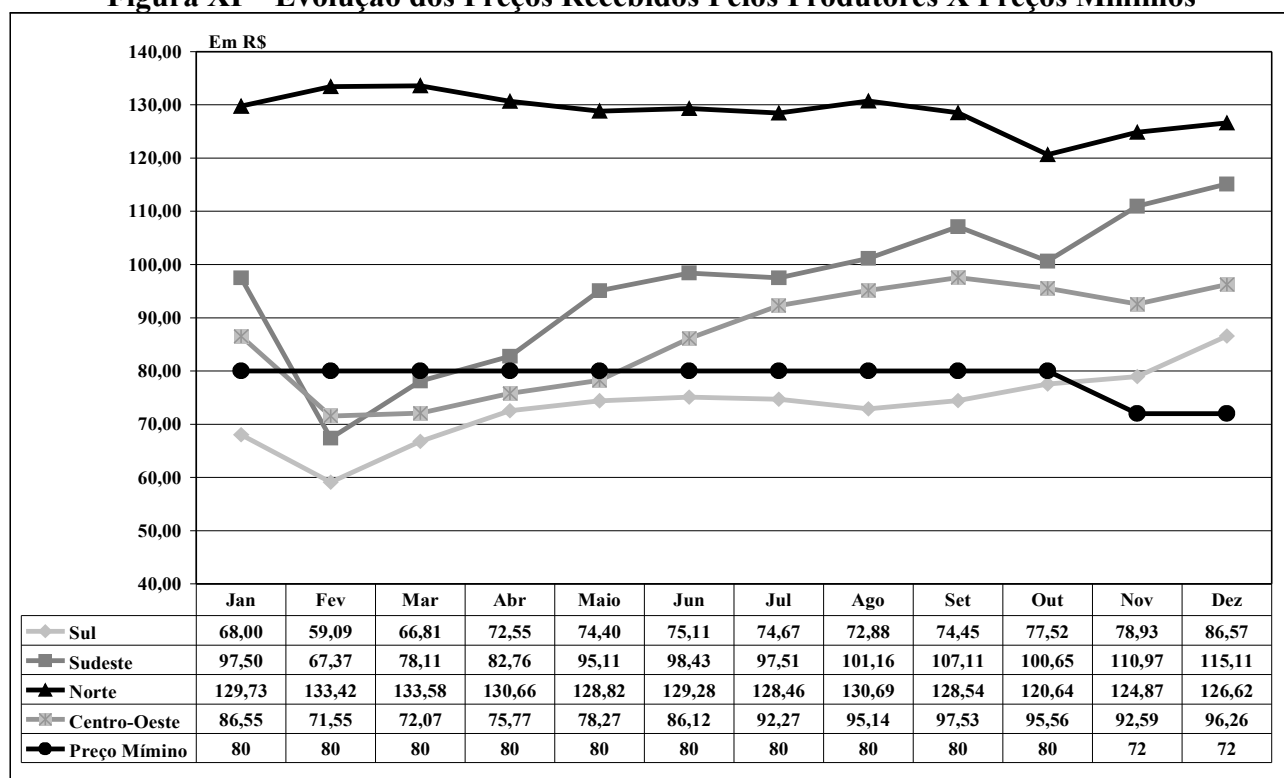
Feijão

O feijão é um alimento básico para o brasileiro. A média atual de consumo de feijão é de 12,7 kg brasileiro/ano. A preferência do consumidor é regionalizada e diferenciada principalmente quanto à cor e ao tipo de grão. O feijoeiro comum é cultivado ao longo do ano, na maioria dos estados brasileiros, proporcionando a colheita de 3 safras ao ano havendo, em consequência,

constante oferta do produto no mercado. É cultivado tanto em culturas de subsistência quanto em cultivos altamente tecnificados. Na safra 2010/11 foram colhidas 3.787,1 mil toneladas em 4.616 municípios brasileiros. A Região Sul ocupa lugar de destaque no cenário nacional com 29,2% da quantidade produzida, seguida pelas Regiões Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, respectivamente. Na safra de 2011 o produto foi cultivado em 272 dos 293 municípios catarinenses com uma produção de 160,5 mil toneladas.

Conforme demonstrado na figura a seguir, os preços recebidos pelos produtores de feijão da Região Norte se mantiveram por todo o exercício em patamares acima do preço mínimo fixado pelo Governo; nas regiões Sudeste e Centro-Oeste estes preços atingiram valores inferiores ao do mínimo durante o primeiro semestre e, em seguida, recuperação atingindo preços remuneradores. Especial atenção foi voltada para a Região Sul, sobretudo no Estado do Paraná, onde os preços permaneceram abaixo do mínimo no período de janeiro a novembro de 2011. Em Santa Catarina foram adquiridas 8.915 toneladas.

Figura XI – Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores X Preços Mínimos



Fonte: Sufis/Geint

3.2 – Formação de Estoques Públicos

O processo de formação de estoques públicos em sintonia com os movimentos de mercado é a tarefa contínua na aplicação dos mecanismos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) do Governo Federal. É uma das atividades essenciais da Conab. É com base na PGPM que as aquisições oficiais são realizadas pela Companhia, colocando em prática boa parte das políticas traçadas.

3.2.1 – Programa de Aquisição de Alimentos

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha, castanha do Brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque, estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

a) Abrangência de Atuação do PAA

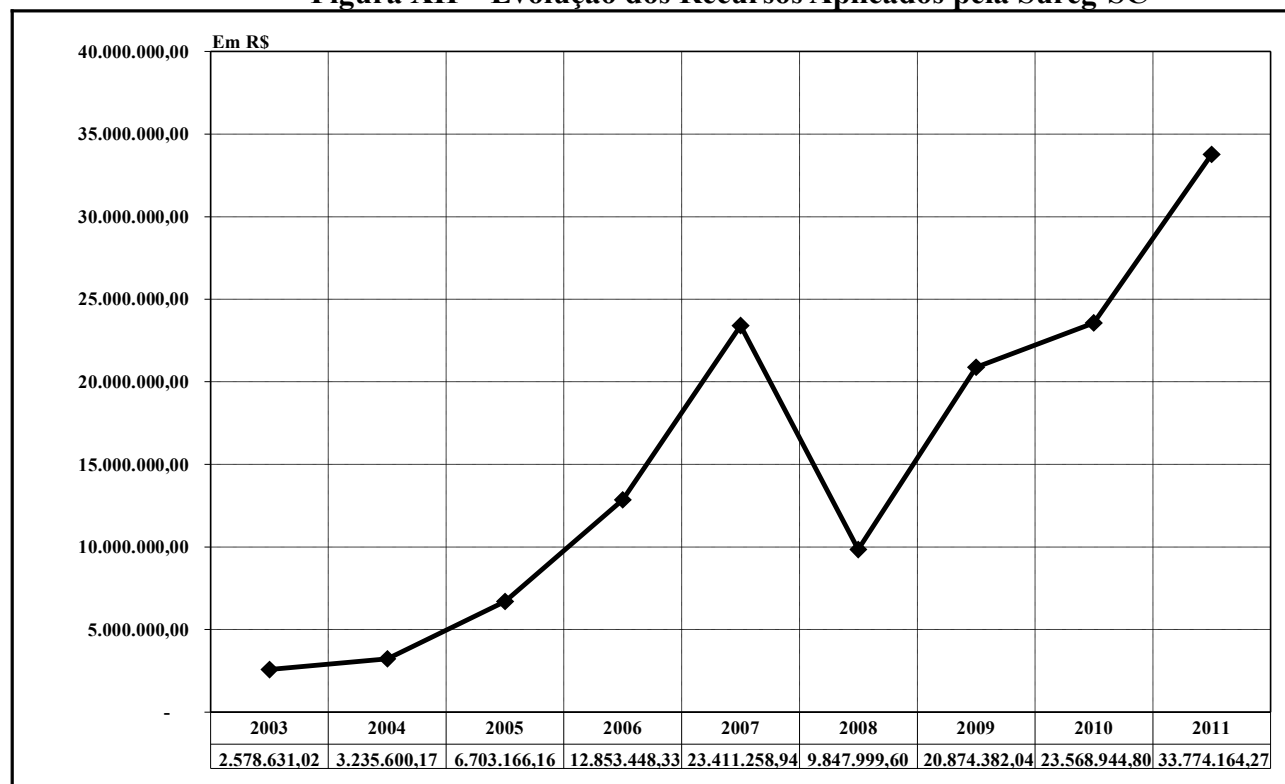
O Programa iniciou sua atuação em 2003 atendendo a 1.313 famílias de produtores rurais evoluindo, em 2011, para 8.729 famílias, com aquisição de 16.338 toneladas de diversos produtos agropecuários.

b) Recursos Aplicados

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

Os recursos descentralizados tem sido incrementados significativamente desde sua implantação, embora ainda sejam inferiores à demanda das organizações produtivas. A figura a seguir apresenta a evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos pela Sureg-SC.

Figura XII – Evolução dos Recursos Aplicados pela Sureg-SC



Fonte: Supaf/Gecaf

c) Aquisição de Produtos

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Em 2011, as quantidades adquiridas na modalidade de Compra Direta-CDAF não foram tão expressivas quando comparadas aos anos anteriores, tendo em vista que houve pouca demanda para aquisição dos produtos, devido a alta de preços. Foram atendidos dois municípios, com 71 toneladas de feijão, envolvendo R\$ 97.627,31.

Essa modalidade tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo feita diretamente pela Conab, dispensa intermediários, com o pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em polos de compra instalados próximos aos locais de produção.

A operacionalização da CPR-Estoque, o qual visa a formação de estoques por meio da Agricultura Familiar, exige melhor estruturação e maior planejamento da organização, sua procura tem sido estável. A concentração desse instrumento está nas Cooperativas e Associações que apresentam maior experiência no acesso aos instrumentos de comercialização, por serem mais complexos.

Por meio da CPR-Estoque foram adquiridas 589 toneladas de diversos produtos, atendendo a 312 produtores familiares, conforme detalhado no próximo quadro.

Quadro III – Aquisições por meio da CPR-Estoque

UF	N.º Municípios	Produto	MDS			MDA		
			N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)
SC	49	Açúcar	6	8	25.500,00	-	-	-
		Arroz	-	-	-	24	162	83.592,00
		Bolinho	-	-	-	67	30	301.500,00
		Croquete de peixe	-	-	-	11	7	75.000,00
		Diversos	43	47	129.998,20	-	-	-
		Doce de fruta	-	-	-	80	100	360.000,00
		Maçã	-	-	-	71	227	567.990,00
		Suco	-	-	-	10	8	40.000,00
Total Geral	49	-	49	55	155.498	263	534	1.428.082

Fonte: Supaf/Gecaf

Por definição orçamentária, os produtos adquiridos com recursos do MDA são prioritariamente destinados à comercialização, cujos recursos são devolvidos à fonte original. Por este motivo, a utilização dos recursos do MDA restringiu-se, esse ano, apenas ao instrumento de CPR Estoque.

Dos instrumentos operacionalizados pela Conab, a CPR-Doação é o que apresenta a maior demanda pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces e outros produtos caseiros.

Quadro IV – Aquisições por meio da CPR-Doação

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Participantes Consumidores	N.º de Pessoas Atendidas
SC		Diversos	8.393	15.677	32.092.956,76	1.813	887.356
Total			8.393	15.677	32.092.956,76	1.813	887.356

Fonte: Supaf/Gecaf

Por meio deste instrumento foram adquiridas e doadas 15.677 toneladas de diversos produtos alimentícios a 1.813 entidades sociais identificadas que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social beneficiando 887.356 pessoas, com maior concentração nos municípios do Oeste Catarinense.

Em 2011 foram feitos investimentos significativos no PAA, totalizando R\$33.840,022,62. Esse resultado demonstra a relevância da Conab na operacionalização do PAA, tarefa que veio ampliar e aprofundar suas responsabilidades sociais, ao atuar especificamente com segmentos de agricultores muitas vezes preteridos pelas políticas públicas.

Na operacionalização da CDAF a Conab monta os polos de compra em regiões produtoras, comunica as organizações dos dias e locais para a aquisição e o pagamento é realizado em até 10 dias, enquanto a CPR-Estoque e CRP-Doação exigem que as entidades proponentes enviem à Conab, por meio do PAANet, projetos detalhados, com a quantidade de produtores fornecedores, produtos e quantidades oferecidas e, especificamente para a CPR-Doação as entidades que serão beneficiadas e a quantidade de pessoas assistidas.

3.2.2 – Aquisição do Governo Federal-AGF

a) Aquisição do Governo Federal-AGF

Consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores. A operação se realiza quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente.

A Sureg-SC, visando a garantia de renda aos produtores catarinenses e considerando que os preços praticados pelo mercado encontravam-se abaixo do preço mínimo garantido pelo Governo Federal concretizou, no exercício de 2011, intervenções no mercado adquirindo excedentes de produção das culturas de arroz e feijão.

Em 2011, foram realizadas intervenções nos mercados de arroz, feijão, milho e trigo. As aquisições objetivaram a manutenção de renda dos produtores no caso da ocorrência de preços inferiores aos preços mínimos ou à ocorrência de problemas na comercialização, principalmente decorrentes da falta de estrutura de armazenagem ou de escoamento do produto. Foram adquiridas por meio deste instrumento 596.870 toneladas. Especificamente no Estado de Santa Catarina foram adquiridas 10.168 toneladas de arroz e feijão, conforme detalhado no quadro a seguir:

Quadro V - Demonstrativo das Aquisições de Produtos

UF	Produto	AGF		Contrato de Opção		Total	
		Quant.(kg)	Valor (R\$)	Quant.(kg)	Valor (R\$)	Quant.(kg)	Valor (R\$)
SC	Arroz	1.253.300	671.768,80	10.341.000	6.020.460,00	11.594.300	6.692.228,80
	Feijão	8.914.990	11.886.356,19	0	0,00	8.914.990	11.886.356,19
Total Geral		596.869.879	339.971.589,31	214.380.000	125.886.274,20	811.249.879	465.857.863,51

Fonte: Dirab/Suope/Gefoc

Também foram comprados, 838.494 unidades de embalagens ao custo de R\$ 1.105.603,53 para atendimento da Ajuda Humanitária Internacional nos termos da Lei 12.429, de 20.06.2011.

Quadro VI - Demonstrativo das Aquisições de Sacaria

UF	Produto	AGF		Contrato de Opção		Total	
		Quant.(unidade)	Valor (R\$)	Quant.(kg)	Valor (R\$)	Quant.(unidade)	Valor (R\$)
SC	Sacaria	838.494	839.578,33	0	0,00	838.494	839.578,33
Total Geral		3.719.056	3.906.519,89	0	0,00	3.719.056	3.906.519,89

Fonte: Dirab/Suope/Gefoc

b) - Preços Mínimos

O preço mínimo é o resultado de estudos realizados pela Conab e acordado com o MAPA e Ministério da Fazenda, com vistas à aprovação pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para, finalmente, ser oficializado por portaria do MAPA. Geralmente é publicado antes do período do plantio e presta-se a várias finalidades, entre elas servir de parâmetro para as operações de política agrícola e de abastecimento, propiciando aos agricultores alternativas de parâmetros para a decisão de plantio.

Funciona ainda como preço-piso para a comercialização da safra, garantindo renda ao agricultor e sinalizando estímulos à produção.

As informações detalhadas sobre os preços mínimos vigentes durante o exercício de 2011 para as safras de verão e inverno, encontram-se disponíveis no site www.conab.gov.br – Indicadores Conab – Ícone PGPM – Preços Mínimos - Consultar. A pesquisa também, pode ser realizada para séries históricas.

c) – Contrato de Opção de Venda

Pela ocorrência de preços recebidos pelos produtores de arroz abaixo do preço mínimo fixado pelo Governo a Conab ofertou, por meio de leilões eletrônicos realizados nos meses de junho, agosto e setembro, 41.225 contratos de aquisição de produtos, com 27 toneladas cada, aos produtores da Região Sul, sendo negociados 36.400 contratos, representando 982.800 toneladas, com vencimento em 30 de novembro e 31 de dezembro de 2011. Aos produtores catarinenses foram

oferecidos 3.964 contratos e negociados 3.169 contratos, totalizando 85.563 toneladas de arroz.

Quadro VII - Demonstrativo da Venda de Contratos de Opção

UF	Ofertado		Preço de Exercício R\$/50KG	Negociado		Valor do Prêmio Total (R\$)	Valor Previsto da Operação (R\$)	Data de Vencimento da Opção	Período para Entrega do Produto e da Documentação
	Nº Contrato	Quantidade (t)		Nº Contrato	(t)				
SC	1.852	50.004	29,00	1.852	50.004	145.011,60	29.002.320,00	30/11/2011	01 a 15/12/2011
SC	2.112	57.024	29,50	1.317	35.559	104.899,05	20.979.810,00	31/12/2011	02 a 16/01/2012
Total	41.225	1.113.075	-	36.400	982.800	16.388.665,45	574.851.870,00	-	-

Fonte: Dirab/Suope/Gefoc

➤ No exercício de 2011, os leilões de lançamento de Contratos de Opção de Venda, encontram-se no quadro abaixo com os respectivos resultados:

Quadro VIII - Contrato Público de Opção de Vendas – 2011

Aviso	UF	Contratos (1)			Valor (R\$)	
		Ofertado	Negociado	Quantidade (t)	Valor do Prêmio	Valor da Operação
182/11	SC	741	741	20.007	58.020,30	11.826.360,00
216/11	SC	1.111	1.111	29.997	86.991,30	18.509.260,00
307/11	SC	926	926	25.002	73.755,90	15.427.160,00
338/11	SC	463	285	7.695	22.700,25	4.540.050,00
366/11	SC	463	63	1.701	5.017,95	1.003.590,00
381/11	SC	260	43	1.161	3.424,95	684.990,00
Total Geral		3.964	3.169	85.563	249.910,65	51.991.410,00

(1) Arroz = cada contrato corresponde a 27 toneladas

Fonte: Geope/Secom-SC

➤ Do total dos contratos negociados foram exercidos em 2011, 553 contratos totalizando 10.341 toneladas ao custo de R\$ 6.020,4 milhões, objeto parcial dos avisos 182 e 216/2011.

Quadro IX - Contrato Público de Opção de Arroz Exercidos – 2011

Aviso	UF	Contratos (1)			Valor (R\$)	
		Ofertado	Negociado	Quantidade (t)	Exercida(t)	Valor da Operação
182/11	SC	741	741	20.007	4.725	2.751.840,00
216/11	SC	1.111	1.111	29.997	5.616	3.268.620,00
Total Geral		3.964	3.169	85.563	10.341	6.020.460,00

(1) Arroz = cada contrato corresponde a 27 toneladas

Fonte: Geope/Secom-SC

➤ Conforme exposto no demonstrativo abaixo, os Avisos 307, 338, 366 e 381 o exercício da opção de entrega do produto ficou consignado para o exercício financeiro de 2012. Assim como as quantidades dos avisos abaixo transferidos para o mecanismo de subvenção nas modalidades de repasse e recompra.

Demonstrativo Leilões de Opção de Venda de Arroz– Sureg-SC

Quadro X - Operações de Opção de Venda de Arroz 2011						
Aviso	Número de Processo	Qtde ofertada(t)	Negociada (t)	data	Lim. Opção	entrega produto
182	21215.00145/11	741	741	02/06/11	30/11/11	15/12/11
216	21215.00174/11	1.111	1.111	16/06/11	30/11/11	15/12/11
307	21215.00385/11	926	926	11/08/11	31/12/11	16/01/12
338	21215.00386/11	463	285	25/08/11	31/12/11	16/01/12
366	21215.00387/11	463	63	09/09/11	31/12/11	16/01/12
381	21215.00388/11	260	43	22/09/11	31/12/11	16/01/12
TOTAIS		3.964	3.169			

Fonte: Geope/Secom-SC

Prêmio de Recompra de Contratos de Opção de Venda de Arroz em Casca

Devido a falta de espaço nos armazéns credenciados para o recebimento de produtos na formalização dos AGFs e no exercício dos Contratos de Opção de Venda, o Governo se viu obrigado a realizar operações de Revenda e Repasse dos Contratos de Opção.

Nas operações de Recompra o Governo fica desobrigado de adquirir um produto, ou seja, é realizada uma reversão dos Contratos de Opção de Venda, mediante a oferta de subvenção financeira equivalente à diferença entre o preço de exercício e o preço de mercado. Nestas operações a subvenção é dada diretamente ao produtor. Dos 1.100 contratos oferecidos em Santa Catarina foram negociados 629 contratos, representando um desembolso de R\$1.081.193,40, conforme abaixo detalhado.

Quadro XI – Operações de Recompra dos Contratos de Opção de Venda de Arroz

UF	Ofertado		Preço de Exercício R\$/50KG	Negociado		Valor do Prêmio Total (R\$)
	Nº Contrato	Quantidade (t)		Nº Contrato	(t)	
SC	1.100	29.700	29,00	629	16.983	1.081.193,40
Total	7.886	212.922	-	4.278	115.506	7.511.529,60

Fonte: Suope/Geope

O Prêmio de Recompra de Contratos de Opção: Subvenção econômica concedida, com objetivo de equalizar os preços de exercícios das opções de venda lançadas pelo Governo e os preços praticados no mercado, desonerando o Governo da obrigação de adquirir o produto, consoante quadro abaixo:

Quadro XII – Recompra Arroz - Avisos de 2011								
Sureg	Ofertada	Negociada	Destino	Quantidades (t)			Valor da Subvenção (R\$)	
				Negociada	Formalizada	Comprovada	Prevista	Paga
SC	29.700	16.983	c/avisos	16.983	0	0	1.081.193,40	-
			Total	16.983	0	0	1.081.193,40	0,00

Fonte: Geope/Secom-SC

As operações relativas ao quadro acima, será comprovada no exercício de 2012.

Prêmio de Repasse de Contratos de Opção de Venda de Arroz em Casca

Por sua vez, na operações de Repasse, o Governo (lançador original do Contrato de Opção de Venda) é substituído por um agente privado que recebe a subvenção. As obrigações do Governo com os produtores e cooperativas detentoras dos Contratos são assumidas pelo arrematante do leilão. No estado foram oferecidos 2.216 contratos de 27 toneladas cada, sendo negociados 516 contratos.

Quadro XIII – Operações de Repasse dos Contratos de Opção de Venda de Arroz

UF	Ofertado		Preço de Exercício R\$/50KG	Negociado		Valor do Prêmio Total (R\$)
	Nº Contrato	Quantidade (t)		Nº Contrato	(t)	
SC	400	10.800	28,00	47	1.269	117.509,40
SC	1.452	39.204	29,00	411	11.097	1.152.559,80
SC	364	9.828	29,50	58	1.566	165.996,00
Total	25.204	680.508	-	2.987	80.649	8.329.624,20

Fonte: Suope/Geope

O Prêmio de Repasse de Contratos de Opção: Subvenção econômica concedida, com objetivo de equalizar os preços de exercícios das opções de venda lançadas pelo Governo e os preços praticados no mercado, desonerando o Governo da obrigação de adquirir o produto, nos termos das informações que seguem:

Quadro XIV – Repasse de Arroz - Avisos de 2011								
Sureg	Ofertada	Negociada	Destino	Quantidades (t)			Valor da Subvenção (R\$)	
				Negociada	Formalizada	Comprovada	Prevista	Paga
SC	60.102	13.932	c/avisos	13.932	0	0	1.436.065,20	-
			Total	13.932	0	0	1.436.065,20	0,00

Fonte: Suope/Geope-SC

As operações relativas aos avisos de n.º 473, 463,487,527 e 536/11, terão comprovação no exercício de 2012, correspondendo R\$1.436.065,20, valor previsto para pagamento da subvenção.

A Conab ainda adquiriu, por meio do exercício dos Contratos de Opção de Venda, 10.341 toneladas de arroz no estados de Santa Catarina, no Quadro VIII.

As despesas contabilizadas durante o período, no valor de R\$34.396.512,73, referem-se

ao pagamento pela aquisição de produtos, preço do produto mais ICMS, despesas decorrentes de remoção de milho recebida da Superintendência da Conab de Mato Grosso do Sul e Paraná, outros gastos correlatos à manutenção/carregamento dos estoques, e ainda despesas relativas ao embarque de feijão e milho destinado ao atendimento do Programa de doação- Ajuda Humanitária Internacional, nos termos da Lei 124292, de 20.06.2011, conforme detalhado do demonstrativo abaixo.

Quadro XV – Demonstrativo da Execução Financeira da Ação de Sustentação de Renda

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-SC	Participação (%)
Garantia de Produtos Armazenados	1.346.265,02	0,00	0,00
Aquisição de mercadorias para revenda	448.352.796,47	18.561.761,96	4,14
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	680.538,13	1.523,86	0,22
Embalagens	5.342.883,52	1.105.603,53	20,69
COFINS	12.541,21	0,00	0,00
PASEP	2.647,92	0,00	0,00
Armazenagem	335.944.484,68	3.949.781,76	1,18
Seguros em geral	10.983.147,15	0,00	0,00
Comissões e corretagens	12.374.999,26	0,00	0,00
ICMS	47.485.159,88	321.221,17	0,68
ISS	14.877,26	0,00	0,00
Serviços gráficos	0,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	60.667,59	27.336,60	45,06
Encargos financeiros	65,71	0,00	0,00
Serviços de terceiros	1.560.493,66	81.022,76	5,19
Ensaque e reensaque	54.644,50	51.505,57	94,26
INSS-Armazenagem	2.219,45	0,00	0,00
Análises laboratoriais	268.874,58	0,00	0,00
Taxas e pedágios	29.016,97	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	53.623.441,96	10.296.755,52	19,20
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	0,00	0,00	0,00
Sentenças Diversas	0,00	0,00	0,00
Editais e publicações	95.643,30	0,00	0,00
Total	918.235.408,22	34.396.512,73	3,75

Fonte: Siafi

Para 2012, em função das dificuldades enfrentadas pelos rizicultores e tricultores, a Conab prevê a necessidade de dar continuidade nas intervenções nesses mercados por meio de AGFs e de concessão de subvenção para escoamento da produção. Para tanto, necessita de aportes orçamentários de grande vulto constantes nas ações orçamentárias Formação de Estoques Públicos e garantia de renda aos produtores, estimando o valor superior a trezentos milhões de reais, além da necessidade de ampliação da capacidade estática credenciada.

3.2.3 – Concessão de Prêmios para Escoamento de Produtos

A Conab na execução da PGPM prevê intervenções seletivas e regionalizadas, retirando os excedentes de produção e corrigindo eventuais distorções dos preços recebidos pelos produtores. Propiciando benefícios diretos aos agricultores por sustenta sua renda e garante a eles uma remuneração mínima.

Neste contexto para comercializar os produtos, a Conab utiliza instrumentos que apresentam objetivos múltiplos e simultâneos para fortalecer a produção e garantir equilíbrio de preços, conforme relato dos mecanismos que seguem.

A concessão de premio tem a finalidade de garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários, por meio de instrumentos de equalização de preços, exonerando o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.

A equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para o pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.

Para esse fim, a Conab em Santa Catarina, utiliza os seguintes instrumentos: Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, Prêmio de Risco e Prêmio de Escoamento do Produto-PEP.

Ainda no exercício de 2011, como mecanismo de subvenção econômica concedida pelo Governo, foram realizadas operações de Repasse de Contrato de Opção de Venda de Arroz e Recompra de Contratos de Opção de Venda de Arroz. Operações amparadas na Instrução Normativa nº 6, de 16.02.2009 e alterada pela Instrução Normativa nº 11, de 11.03.2011, publicada no DOU de 14/03/2011 e portarias complementares do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A decisão sobre os instrumentos que serão utilizados, o momento e a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados e sua origem e destino são de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA, cabendo à Conab apenas a operacionalização, que envolvem a elaboração de editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e o pagamento das subvenções.

Os pagamentos, no caso dos instrumentos acima citados, após análise da documentação pela Sureg e comunicação de liberação, são realizados pela Matriz, em Brasília-DF, com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, utilizando-se da dotação aprovada para a Ação Orçamentária do Ministério da Fazenda/Operações Oficiais de Crédito, denominada Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

3.2.3.1 – Prêmio para o Escoamento do Produto-PEP

Prêmio de Escoamento de Produto (PEP): é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões, àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal,

diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2011, foram realizadas operações de PEP equivalentes a 171.639,6 toneladas de arroz e trigo.

a) PEP de Arroz

Foram ofertadas no âmbito da Sureg-SC, 238.000 toneladas de arroz, e negociadas 114.843,65 toneladas, envolvendo recursos previstos da ordem de R\$ 14.421.400,80, para pagamento da subvenção após comprovação de escoamento para as localidades previstas nos avisos.

Das quantidades negociadas em 2011, até o final do exercício 43,20% dos contratos encontravam-se formalizados, conforme quadro abaixo:

Quadro XVI – PEP – Arroz 2011							
Sureg	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Quantidade (Em t)		Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada			Formalizada	Comprovada	
SC	238.000	114.844	14.421.400,80	C/ Avisos	49.617,86	47.258,25	6.022.318,77

Fonte: GEOPE/SECOM-SC

O mapa a seguir detalha os avisos ofertados em 2011.

Quadro XVII – Acompanhamento dos Leilões do Prêmio para o Escoamento do Produto -Arroz- PEP/2011						
Aviso	Produto	Data do Leilão	Data limite para pagamento do Produto	Data limite para formalização	Data limite para comprovação do Escoamento	Data limite para pagamento do Prêmio (10 dias úteis após da comprovação)
12	Arroz Casca	19/01/11	31/01/11	31/01/11	29/05/11	11/06/11
21	Arroz Casca	26/01/11	31/01/11	31/01/11	29/05/11	11/06/11
57	Arroz Casca	03/03/11	04/04/11	04/04/11	30/09/11	11/07/11
68	Arroz Casca	17/03/11	18/04/11	18/04/11	30/09/11	11/07/11
86	Arroz Casca	31/03/11	16/05/11	16/05/11	30/10/11	10/11/11
119	Arroz Casca	14/04/11	13/06/11	13/06/11	30/10/11	10/11/11
125	Arroz Casca	28/04/11	30/06/11	30/06/11	30/10/11	10/11/11
147	Arroz Casca	11/05/11	04/07/11	04/07/11	30/10/11	10/11/11
167	Arroz Casca	25/05/11	25/07/11	25/07/11	30/12/11	10/01/12
200	Arroz Casca	09/06/11	09/08/11	09/08/11	30/12/11	10/01/12
229	Arroz Casca	22/06/11	30/12/11	30/12/11	30/12/11	10/01/12
254	Arroz Casca	07/07/11	08/09/11	08/09/11	28/02/12	12/03/12
273	Arroz Casca	21/07/11	21/09/11	21/09/11	28/02/12	12/03/12
305	Arroz Casca	04/08/11	04/10/11	04/10/11	28/02/12	10/03/12
327	Arroz Casca	18/08/11	18/10/11	18/10/11	28/02/12	10/03/12
346	Arroz Casca	01/09/11	18/11/11	18/11/11	28/02/12	10/03/12
373	Arroz Casca	15/09/11	30/11/11	30/11/11	28/02/12	10/03/12
392	Arroz Casca	30/09/11	30/11/11	30/11/11	28/02/12	13/05/11

Fonte: GEOPE/SECOM-SC

Das quantidades ofertadas no âmbito da Sureg-SC, em 2010, foram liberados o pagamento do prêmio, no exercício de 2011, recursos da ordem de R\$1.070.150,58, para liquidação da subvenção após comprovação de escoamento para as localidades previstas nos avisos, em conformidade com as informações abaixo:

Quadro XVIII – PEP – Arroz Ofertado em 2010 e Pago em 2011							
Sureg	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Quantidade (Em t)		Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada			Formalizada	Comprovada	
SC	37.500	18.500	1.304.600,00	c/Avisos	18.225,15	15.150,89	1.070.150,58

Fonte: GEOPE/SECOM-SC

O quadro abaixo detalha os avisos de 2010, cujos pagamentos foram liberados em 2011.

Quadro XIX – Acompanhamento dos Leilões do Prêmio para o Escoamento do Produto - PEP/2010						
Aviso	Produto	Data do Leilão	Data limite para pagamento do Produto	Data limite para formalização	Data limite para comprovação do Escoamento	Data limite para pagamento do Prêmio (10 dias úteis após da comprovação)
325	Arroz Casca	23/11/10	31/12/10	29/04/11	29/04/11	13/05/11
355	Arroz Casca	07/12/10	31/01/11	29/04/11	29/04/11	13/05/11
371	Arroz Casca	16/12/10	09/02/11	29/04/11	29/04/11	13/05/11

Fonte: GEOPE/SECOM-SC

b) PEP de Trigo

No âmbito da Sureg-SC a ação relativa ao PEP de trigo contemplará a oferta relativo aos avisos de 2010 e 2011.

No exercício de 2011, foram ofertadas 115.000 toneladas de trigo, e negociadas 56.796 toneladas, envolvendo recursos previstos da ordem de R\$ 3.762.168,00, que serão liberados após comprovação de escoamento para qualquer **Unidade da Federação**.

No âmbito da Sureg-SC a ação relativa ao PEP de trigo contemplará a oferta relativo aos avisos de 2010 e 2011.

O mapa abaixo detalha as operações realizadas, neste Estado, em 2011:

Quadro XX – PEP Trigo Avisos de 2011								
Sureg	Ofertada	Negociada	Destino	Quantidades (t)			Valor da Subvenção (R\$)	
				Negociada	Formalizada	Comprovada	Prevista	Paga
SC	115.000	56.796	c/avisos	56.796	10.500	10.493	3.762.168,00	608.635,24
			Total	56.796	10.500	10.493	3.762.168,00	608.635,24

Fonte: Suope/Geope-SC

As operações relativas aos avisos de n.º 461, 462, 484, 485 e 496/11, terão comprovação

no exercício de 2012, correspondendo R\$3.153.532,76 equivalente a 83,82% do valor previsto para pagamento da subvenção.

Quadro dos Avisos ofertados em 2011:

Quadro XXI - Demonstrativo por aviso de PEP de Trigo em 2011						
Aviso	Produto	Data do Leilão	Data limite para pagamento do Produto	Data limite para formalização	Data limite para comprovação do Escoamento	Data limite para pagamento do Prêmio (10 dias úteis após da comprovação)
018/11	Trigo Grãos	15/02/11	07/03/11	30/06/11	30/06/11	14/07/11
461/11	Trigo Grãos	10/11/11	09/12/11	30/03/12	30/03/12	14/04/12
462/11	Trigo Grãos	10/11/11	09/12/11	30/03/12	30/03/12	14/04/12
484/11	Trigo Grãos	23/11/11	23/12/11	30/04/12	30/04/12	14/05/12
485/11	Trigo Grãos	23/11/11	23/12/11	30/04/12	30/04/12	14/05/12
496/11	Trigo Grãos	30/11/11	30/12/11	30/05/12	30/05/12	13/06/12

Fonte: SUOPE/GEOPE/SC

Ainda, no ano de 2011, dos avisos ofertados em 2010, respectivamente, foram formalizadas 12.000 toneladas e comprovado o escoamento de 11.990 toneladas, com a liberação de pagamento de R\$ 1.046.142,70.

Quadro XXII – PEP Trigo Avisos de 2010 – Comprovado em 2011								
Sureg	Ofertada	Negociada	Destino	Quantidades (t)			Valor da Subvenção (R\$)	
				Negociada	Formalizada	Comprovada	Prevista	Paga
SC	90.000	18.000	-	18.000	12.000	11.990	1.573.000,00	1.046.142,70
			Total	18.000	12.000	11.990	1.573.000,00	1.046.142,70

Fonte: Suope/Geope-SC

Comprovação em 2011 por oferta de Aviso em 2010.

Quadro XXIII - Demonstrativo por aviso de PEP de Trigo em 2010						
Aviso	Produto	Data do Leilão	Data limite para pagamento do Produto	Data limite para formalização	Data limite para comprovação do Escoamento	Data limite para pagamento do Prêmio (10 dias úteis após da comprovação)
347	Trigo Grãos	02/12/10	17/01/11	31/05/11	31/05/11	14/07/11
358	Trigo Grãos	09/12/10	24/01/11	31/05/11	31/05/11	14/07/11
373	Trigo Grãos	16/12/10	31/01/11	31/05/11	31/05/11	14/07/11

Fonte: SUOPE/GECOM

3.2.3.2 – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor-PEPRO

Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO): subvenção econômica concedida ao

produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Em 2011, foram ofertadas 32.000 toneladas de arroz produzidas em Santa Catarina, porém, a quantidade ficou sem interesse.

3.3 – Principais indicadores de desempenho

Quadro XXIV- Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de produtos adquiridos em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= quantidade de produto adquirido Y= quantidade de produto previsto				
Fonte: X = Gefoc Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2007				10,28
2008				2,61
2009				99,56
2010				20,41
2011	Meta:	100,00	Resultado:	49,87
Análise: O objetivo de atender a meta estabelecida a mesma foi alcançada em apenas 49,87%, balizado pela conjuntura de mercado dos produtos agropecuários e a reduzida oferta da capacidade estática disponível para a armazenagem do produto. Outro fator foi o lançamento de mecanismos de intervenção no mercado visando a garantia de renda ao produtor, entretanto o conjunto de ações foram favoráveis a garantia de renda aos produtores rurais.				

Quadro XXV - Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= valor executado Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2007				45,31
2008				9,07
2009				98,80
2010				37,08
2011	Meta:	100,00	Resultado:	38,22
Análise: Dos recursos alocados na LOA, o resultado atingiu um percentua de 38,22% , resultande da meta estabelecida com a executada. Eficácia aceitável, considerando a recuperação de preços dos produtos agropécuarios aliados aos mecanismos de apoio a comercialização lançados pelo Governo Federal, com maior ênfase no segundo semestre de 2011.				

Quadro XXVI - Indicador: Execução das operações de subvenção PEP demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Q_n/Q_d onde: Q_n =Quantidade negociada e Q_d =Quantidade demandada; Pep=Prêmio para Escoamento de Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, p				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.				

Quadro XXVII - Indicador: Execução das operações de subvenção PEPRO demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; Pepro=Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.				

Quadro XXVIII - Indicador: Execução das operações de subvenção VEP demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; VEP=Valor para Escoamento do Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, pr				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.				

Quadro XXIX - Indicador: Efetividade das Intervenções no Mercado				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o efeito das intervenções governamentais, executados pela Conab, nos preços do arroz.				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Sugof/Gerab				
Fórmula de cálculo e método de medição: O cálculo é feito em duas etapas: 1ª - Para unificar os valores das intervenções, deve-se somar os volumes exercidos com PROP, COV, AGF, PEP e PEPRO em cada mês e subtrai-los do volume de Vendas do mês correspondente [(PROP+COV+AGF+PEP+PEPRO)-Vendas]=y. 2ª - Calcular o coeficiente de correlação de momento do produto Pearson (r), com a fórmula matemática abaixo, onde: x = Preço de mercado em cada mês, x = Média de preço dos 12 meses do ano, y = Volume utilizado (compra e venda) no mês, y = Média do volume utilizado (compra e venda) nos 12 meses do ano, r=coeficiente de correlação de Pearson. Associação linear entre as variáveis. Sinal: indica o sentido da variação. Positivo (x e y variam no mesmo sentido); Negativo (x e y variam em sentido oposto). Intervalo de variação: -1 ≤ r ≤ 1 indica a intensidade da relação entre as variáveis. r=-1, r=1: perfeita /forte; 0,10 ≤ r ≤ 0,3: fraca; 0,40 ≤ r ≤ 0,6: moderada; 0,70 ≤ r ≤ 1: forte. Valores de "r" estão apresentados em módulo.				
$r = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum (x_i - \bar{x})^2 \sum (y_i - \bar{y})^2}}$				
* - COHEN, Jacob. (1988), <i>Statistical power analysis for the behavioral sciences</i> . Hillsdale, NJ, Erlbaum. - DANCEY, Christine & REIDY, John. (2006), <i>Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows</i> . Porto Alegre, Artmed.				
Fonte dos dados: Sugof/Suinf				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Acima de 0,30				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.				

4 - Promoção do Abastecimento

4.1 - Atuação da Companhia

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab-MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto-PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Em 2011 foram divulgadas as seguintes portarias:

- Portaria Interministerial n.º 67, de 21 de fevereiro de 2011 – PEP e PEPRO de arroz e feijão das safras 2010/2011 e 2011, até R\$200,0 milhões para o primeiro e até R\$50,0 milhões para o segundo;
- Portaria Interministerial n.º 453, de 14 de setembro de 2011 – PEP e PEPRO para o trigo em grãos safra 2011, até o limite de R\$150,0 milhões.

Os recursos são oriundos das Operações Oficiais de Crédito-OOC, e constantes da Ação Orçamentária Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Programação Financeira-Cofin, da Secretaria de Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

Nestas operações cabe à Conab a divulgação dos editais, a realização dos leilões, o recebimento e conferência dos documentos que comprovam a efetivação do escoamento dos produtos, de acordo com as normas constantes dos editais, e o pagamento das subvenções, posteriormente ao recebimento dos recursos financeiros do Ministério da Fazenda.

Por último, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atende aos objetivos das seguintes ações orçamentárias:

- Ação Orçamentária “**Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos**”, do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, que visa a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, tais como famílias acampadas que aguardam o programa da reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas, atingidos por barragens, que se caracterizam pelo estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional, e,
- Ação “**Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**”, do Programa Resposta aos Desastres, do Ministério da Integração Nacional, que objetiva prestar assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para a pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como em situação de emergência ou em estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Para a distribuição das cestas a Conab celebra Termos de Cooperação Técnica com os ministérios acima citados, recebendo descentralizações orçamentárias/financeiras objetivando a aquisição de produtos por meio de leilões públicos, incluindo a montagem das cestas, a remoção para as áreas necessitadas e a disponibilização às entidades para a efetiva distribuição, de acordo com as orientações do MDS ou da Defesa Civil.

4.2 - Ações desenvolvidas

4.2.1 - Alienação dos Estoques da PGPM

a) Vendas em Leilões Públicos

As elevadas vendas dos estoques públicos em 2011 foram realizadas para amenizar as elevações dos preços internos ocasionados, principalmente, por fatores críticos relacionados às atipicidades climáticas, tais como as secas prolongadas, invernos rigorosos e chuvas torrenciais no Brasil e no mundo. Esta situação inflou as cotações internacionais puxando, consequentemente, os preços internos dos grãos, principalmente, do trigo, do milho e do café. Destes a Sureg Santa Catarina, teve participação somente na oferta de trigo.

Entre os meses de abril a setembro foi realizada a venda de mais de 570 mil toneladas de trigo em decorrência da seca, principalmente nos principais países produtores, que puxaram os preços mundiais do cereal, tendo reflexos no mercado interno. No que tange a comercialização de trigo foram comercializadas mais de 33.730 toneladas do cereal depositado neste Estado, conforme quadro de oferta abaixo:

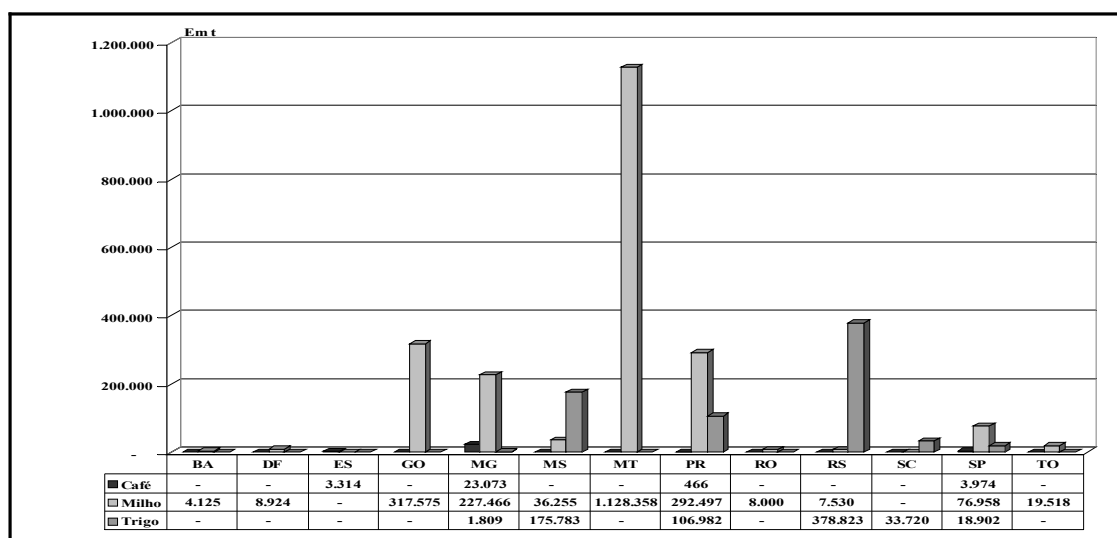
Quadro XXX - Demonstrativo de Vendas dos Estoques Públicos em 2011

Aviso	Produto	Quantidade (t)		Valor da Operação (R\$)
		Ofertado	Negociado	
116/11	Trigo	8.799,0	7.950,0	3.816.000,00
117/11	Trigo	6.214,2	4.006,2	1.964.356,80
127/11	Trigo	3.606,0	3.606,0	1.730.880,00
128/11	Trigo	14.451,0	12.301,0	5.827.680,00
145/11	Trigo	2.150,0	2.150,0	1.034.150,00
170/11	Trigo	3.707,0	3.707,0	1.783.067,00
Total		38.927,2	33.720,2	16.156.133,80

Fonte: Geope/Secom-SC

Pelo mesmo fator, mas durante o último trimestre, foram disponibilizadas ao mercado nacional algo em torno de 30 mil toneladas de café em grãos, para aproveitar o momento em que as cotações estavam elevadas, em razão da oferta mundial apertada, comparada à demanda, influenciando, assim, os preços internos do grão. No cenário Nacional este Estado é demandante do cereal.

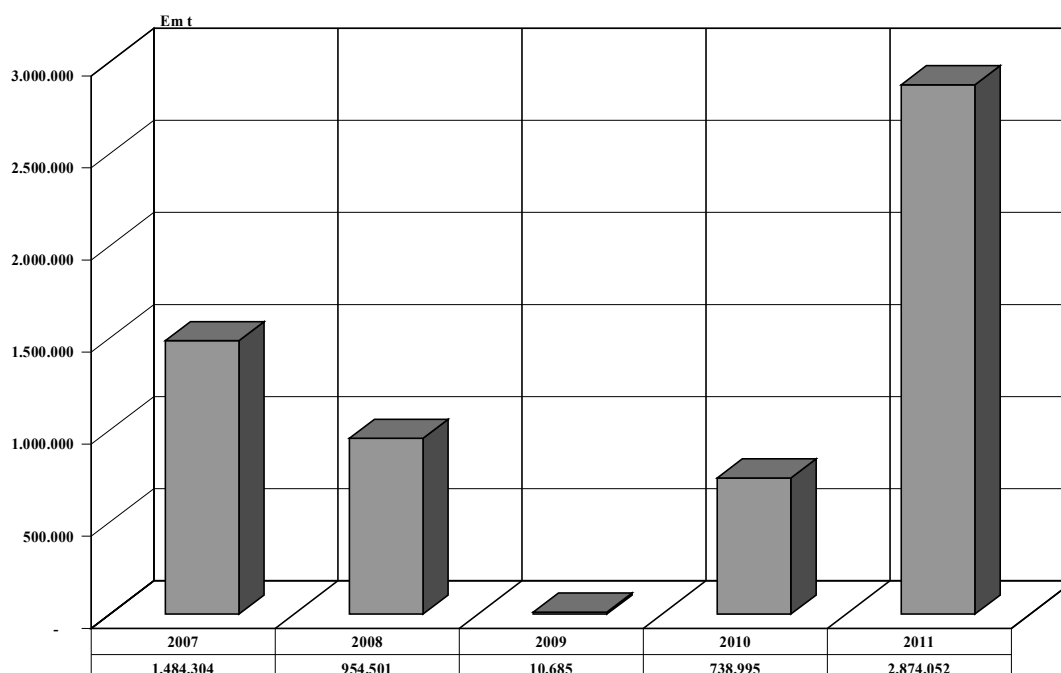
Em função do seu grau de importância no cenário mundial, a queda da produção da safra norte-americana de milho e o aumento no consumo mundial geraram uma relação estoque/consumo extremamente ajustada. Dessa forma, no início do ano as exportações de milho foram muito elevadas. Fatores climáticos também atingiram o País, o que ocasionou o atraso na colheita e a necessidade de venda, para suprimento ao mercado interno, de **mais de 800 mil toneladas** de milho. As vendas efetivadas por meio de leilões públicos foram realizadas durante todo o ano de 2011, utilizando-se, para tanto, os estoques públicos existentes nos estados da Bahia, do Distrito Federal, de Goiás, de Minas Gerais, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Rondônia, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Tocantins. O Estado de Santa Catarina, no cenário nacional configura como importador do cereal.

Figura XIII - Vendas em Leilões Públicos


Fonte: Suope/Gecom

Foi diferente a atuação da Companhia em comparação aos dois exercícios anteriores. Naqueles anos, as cotações das principais *commodities* atingiram patamares inferiores aos preços mínimos causando perda de renda dos produtores rurais, levando a Companhia a intervir no mercado no sentido de reduzir a oferta, por meio de aquisições (AGFs e Contrato Público de Opção de Venda) e pela concessão de subvenções, objetivando o escoamento da produção das zonas produtoras para áreas desabastecidas ou para exportação. As vendas em 2009 e 2010, alcançaram 10,7 e 739,0 mil toneladas respectivamente, envolvendo algodão em pluma, arroz, feijão, milho e sorgo.

Figura XIV – Evolução das Quantidades Vendidas



Fonte: Suope/Gecom

Em 2011 dos estoques sob jurisdição desta Superintendência, também foram comercializados os lotes de feijão abaixo:

Quadro XXXI - Demonstrativo de Vendas dos Estoques Públicos em 2011				
Aviso	Produto	Quantidade (t)		Valor da Operação (R\$)
		Ofertado	Negociado	
457/11	Feijão	1.574,0	681,3	652.451,46
471/11	Feijão	808,3	323,3	317.799,38
481/11	Feijão	484,9	0,0	,00
500/11	Feijão	484,9	0,0	,00
519/11	Feijão	484,9	0,0	,00
Total		3.837,0	1.004,6	970.250,84

Fonte: Geope/Secom-SC

Para 2012, pela atual conjuntura de mercado, a Conab prevê a necessidade de intervenção no mercado, regulando o abastecimento em razão da estiagem ocorrida na região Sul do País. Garantindo a regularidade e as altas dos preços praticados.

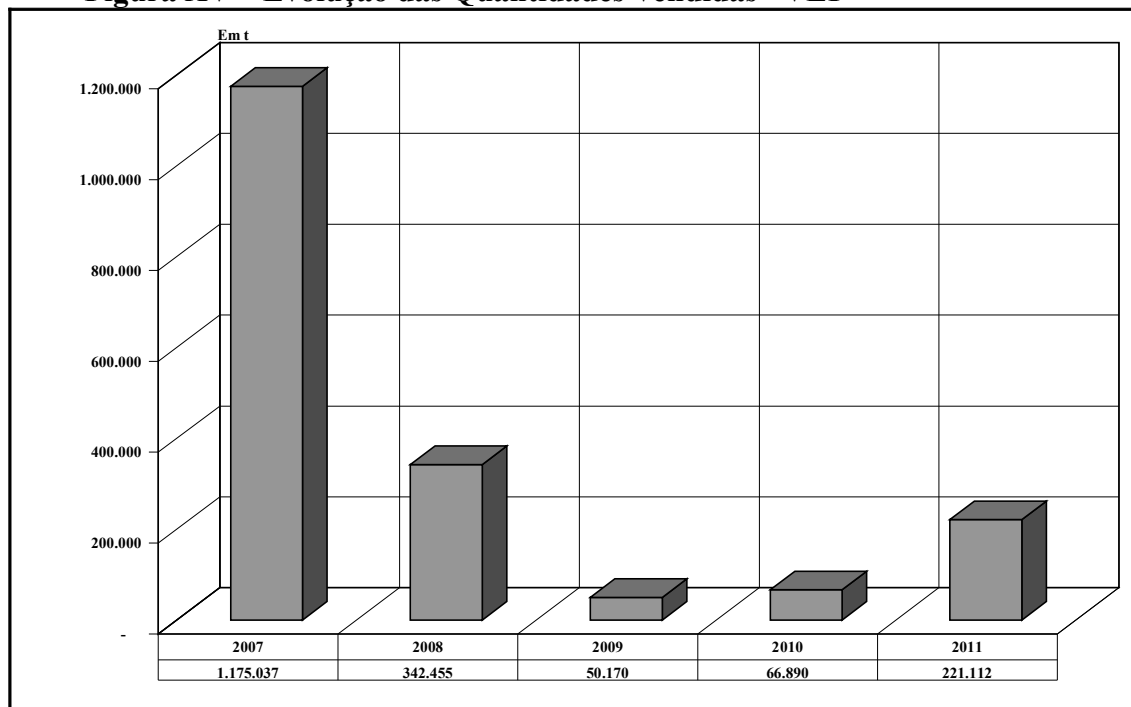
b) Vendas em Leilão Público, com Subvenção

Esta modalidade de venda é realizada por meio do instrumento denominado Valor de Escoamento do Produto-VEP em que é paga uma subvenção econômica a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor e posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento, é ressarcido do valor da subvenção definida em leilão.

Em 2011, pelo motivo já citado, foram realizadas vendas de 221.112 toneladas de milho armazenados nos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, com escoamento para estados da Região Nordeste. Em relação ao exercício anterior verificou-se incremento de 230,56% nas quantidades vendidas.

Instrumento de Comercialização Governamental, não utilizado no âmbito da Sureg-SC em 2011, visto que o escoamento do produto destinava-se aos estados da Região do Nordeste.

Figura XV – Evolução das Quantidades Vendidas - VEP



Fonte: Suope/Gecom

c) Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º

8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos, e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- milho em grãos – 14 toneladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- arroz em casca – 100 toneladas;
- trigo em grãos – 50 toneladas;
- castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com o mercado, em níveis que não

tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo observado:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto realizado pela Conab no estado onde for realizada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
- no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela Conab e de circulação pública;
- no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leilado;
- não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela Referencial dos Preços VEP/PEP/PEPRO”;
- quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;
- o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão do Manual de Operações da Conab-MOC.

As vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 21 estados mais o Distrito Federal, totalizando 228.272 toneladas de produtos, sendo: 227.322 toneladas de milho em grãos, 827 toneladas de farelo de arroz, 111 toneladas de quirera de arroz e 12 toneladas de castanha de caju, com benefício direto que compreendeu 80.684 atendimentos.

Em 2011, as vendas em balcão de produtos dos estoques públicos, cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, realizadas, em unidades próprias ou de terceiros, totalizaram 63.303 toneladas de milho em grãos, com benefício direto que compreendeu 6.622 atendimentos, em 13 municípios, também denominados de Pólos de Abastecimento.

Quadro XXXII – Demonstrativo de Vendas em Balcão

UF	Quantidade Vendida (Em t)	Receita de Venda (Em R\$)	Nº de Atendimentos
MILHO			
SC	63.303	24.848.523,48	6.622
Subtotal	227.322	110.224.861,86	78.529
Total Geral	228.272	110.512.749,25	80.684

Fonte: Supab/Gepab

As operações de venda balcão no exercício de 2011, foram concretizadas nos armazéns e municípios que encontram-se detalhados no quadro abaixo.

Quadro XXXIII – Comparativo de Venda Balcão

Demonstrativo de Vendas em Balcão, por Ponto de Venda e Produto									
Unidade	2009			2010			2011		
	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes
Água Fria	2.060	568.829,50	92	164	39.529,00	18	0	0,00	0
Bom Jesus	1.444	432.300,00	146	554	161.797,00	59	360	143.800,00	38
Braço do Norte	4.035	1.156.838,66	313	61	16.775,00	3	14.948	5.808.118,00	1.487
Campos Novos	85	24.780,00	8	7.171	2.458.254,00	605	11.294	4.356.875,00	1.239
Chapecó	2.333	646.622,00	430	985	333.294,00	104	4.409	1.735.816,00	448
Concórdia	3	825,00	2	0	0,00	0	0	0,00	0
Descanso	4.893	1.512.186,25	611	3.128	1.018.350,00	309	7.694	3.010.924,00	818
Florianópolis	0	0,00	0	8.629	2.829.140,00	492	0	0,00	0
Formosa do Sul	1.645	452.243,83	383	0	0,00	0	0	0,00	0
Herval d'Oeste	3.549	976.350,72	317	3.931	1.421.211,00	366	3.091	1.236.846,00	332
Itapiranga	5.147	1.525.710,00	711	2.568	792.322,00	253	4.131	1.652.400,00	415
Ipuaçu	993	306.626,50	100	0	0,00	0	37	14.708,00	3
Joaçaba	10.434	3.162.961,35	941	29.955	10.176.452,00	3.442	9.315	3.592.557,00	918
Mondai	0	0,00	0	1.166	437.288,00	102	2.248	867.854,00	237
Palmitos	1.976	547.225,76	496	790	230.599,00	57	0	0,00	0
Pinhalzinho	6.606	1.917.501,00	784	653	195.535,00	60	0	0,00	0
Quilombo	0	0,00	0	4.940	1.781.589,00	402	3.026	1.170.939,00	395
São Carlos	3.393	933.136,25	318	276	70.475,00	27	0	0,00	0
São Miguel do Oeste	2.401	660.154,28	499	400	140.967,00	44	2.256	866.746,00	243
Seara	858	301.484,50	88	0	0,00	0	0	0,00	0
Tangará	0	0,00	0	0	0,00	0	494	197.636,00	49
Xanxerê	4.360	1.300.190,10	548	249	72.723,00	24	0	0,00	0
Total	56.212	16.425.965,70	6.787	65.621	22.176.300,00	6.367	63.303	24.655.219,00	6.622

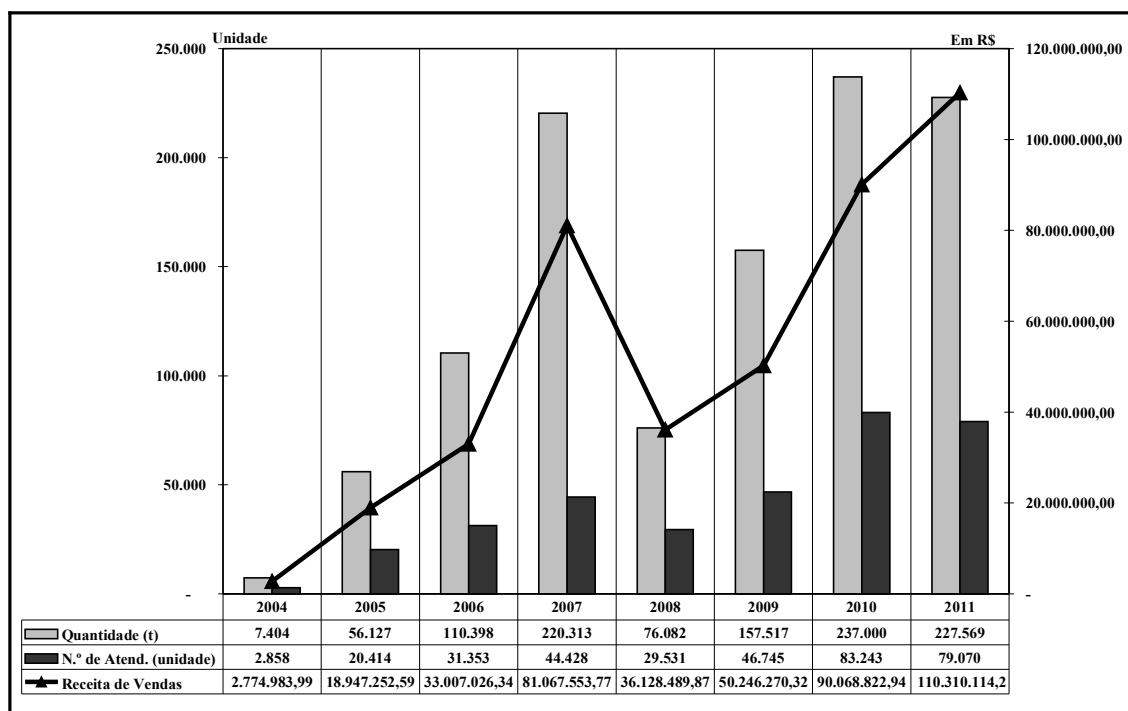
Fonte: Geope/Sepab-SC

Em função do aumento dos preços de milho em grãos ocorrido durante o ano de 2007, as vendas superaram as do ano anterior em 99,6%, reduzindo de forma substancial os estoques públicos e, em consequência, gerando menor comercialização em 2008. Em 2009, devido à queda dos preços nos mercados nacional e internacional e ao aumento da produção na Região Centro-Oeste, principalmente no Estado do Mato Grosso, a Conab atuou de forma intensiva absorvendo grande parte do excedente e agregando mais de 4,1 milhões de toneladas de milho aos estoques públicos, permitindo que o Programa Vendas em Balcão ampliasse o atendimento aos compradores de pequeno porte, reduzindo os efeitos do contínuo aumento dos preços e da escassez do produto, principalmente nos estados das regiões Norte e Nordeste.

O cenário nacional exposto, não reflete o cenário catarinense, considerando o déficit anual deste cereal que gira em torno de 1,5 milhão de toneladas. Razão da necessidade anual de

utilizarmos o processo de remoção de milho para o atendimento dos pequenos criadores.

Figura XVI – Evolução do Programa Vendas em Balcão



Fonte: Supab/Gepab

d) Comercialização por meio da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap

Ação não contemplada na LOA no exercício de 2011, para execução no Estado de Santa Catarina.

4.2.2 - Apoio à Comercialização com Subvenção

Em cumprimento às determinações contidas nas portarias interministeriais anteriormente citadas e com recursos financeiros descentralizados pelo Ministério da Fazenda, a Conab realizou leilões públicos de concessão de subvenção econômica objetivando o escoamento do excedente da produção agrícola das zonas de produção para áreas desabastecidas, reduzindo-se, assim, a ocorrência de pressões de alta nos preços nestas áreas e de baixa nas zonas de produção minimizando, ainda, os prejuízos causados pela ação de atravessadores.

Em 2011 foram realizados leilões de PEP e de PEPRO, atendendo essa finalidade.

a) Prêmio de Escoamento de Produto-PEP

O PEP é um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirirem produtos diretamente do produtor e/ou sua cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de que procedam o escoamento do excedente da safra para a região de consumo, evitando assim a aquisição desses excedentes por parte do governo federal.

Durante o exercício foram realizados 57 leilões (18 para arroz, 32 para sisal e 7 para trigo), sendo negociadas um total de 2.481.468 toneladas, cerca de 68,2% da quantidade oferecida, com subvenção prevista de R\$279.472.268,87.

Até o fim do exercício havia sido comprovado o escoamento de 788.920 toneladas, com subvenção paga de R\$84.611.642,24. Os prazos de comprovação variam de acordo com a data de realização dos leilões, estendendo-se até 28/02/2012 para o arroz, 15/08/2012 para o sisal e até 30/05/2012 para o trigo.

Neste mecanismos de apoio a comercialização, foram ofertadas no âmbito da Sureg-SC, 238.000 toneladas de arroz, e negociadas 114.843,65 toneladas, envolvendo recursos previstos da ordem de R\$ 14.421.400,80, para pagamento da subvenção após comprovação de escoamento para as localidades previstas nos avisos.

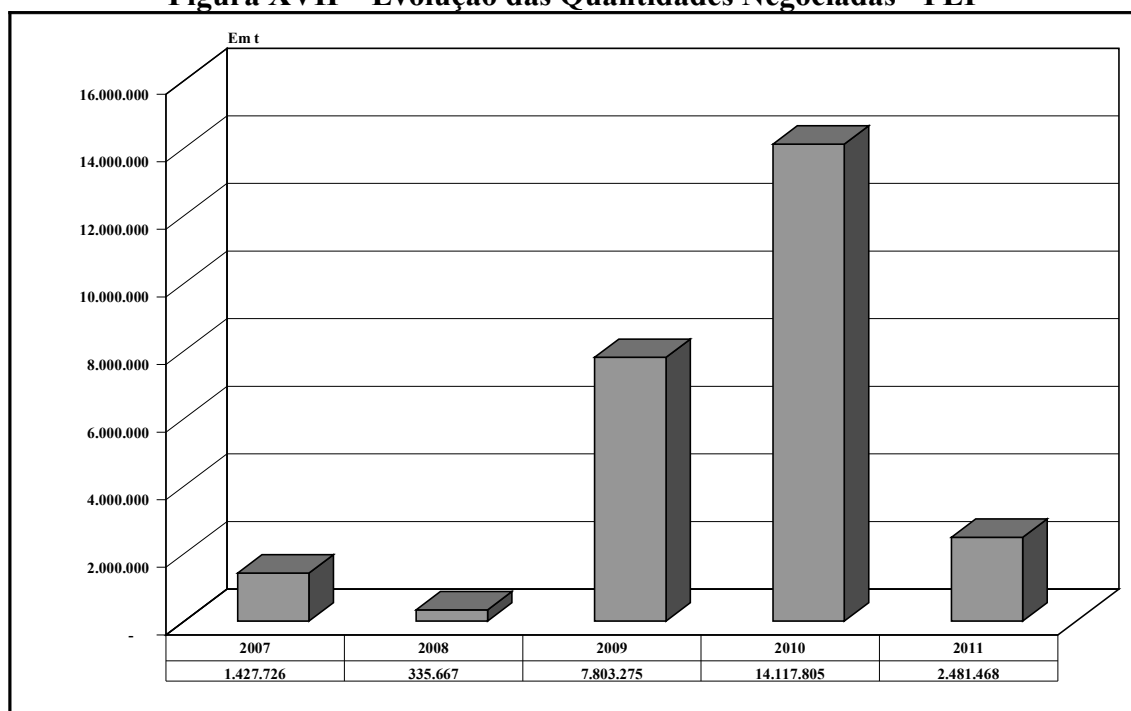
Das quantidades negociadas em 2011, até o final do exercício 43,20% dos contratos encontravam-se formalizados, e um saldo de 56,80% a serem comprovados no exercício de 2012.

Quadro XXXIV – Demonstrativo de Comercialização pelo PEP

Produto	UF de Origem	Quantidades (t)		Valor Previsto da Subvenção (R\$)	UF de Destino	Quantidade Comprovada (t)	Valor Pago (R\$)
		Ofertada	Negociada				
Arroz	SC	238.000	114.844	14.421.400,80	SC	44.388	5.639.669,88
Subtotal		2.238.000	1.538.203	190.584.984,20	-	526.287	63.469.705,60
Trigo	SC	95.000	56.796	3.652.068,00	SC	10.494	608.635,24
Subtotal		1.290.000	849.646	58.308.428,14	-	223.139	6.626.702,23
Total		3.640.360	2.481.468	279.472.268,87	-	788.920	84.611.642,24

Fonte: Suope/Geope

Em função dos preços do milho terem permanecido em patamares acima do preço mínimo fixado, não necessitando, portanto, de intervenções visando ao escoamento do produto, a quantidade negociada em 2011 foi 82,4% inferior à de 2010.

Figura XVII – Evolução das Quantidades Negociadas - PEP


Fonte: Suope/Geope

b) Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO

O Pepro é uma subvenção econômica concedida ao produtor rural, e/ou sua cooperativa, que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo governo federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão público, obedecida a legislação vigente em cada estado da federação. O Pepro é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do valor de referência.

Em 2011, foram realizados 11 leilões (8 para arroz e 3 para trigo) sendo negociadas 117.074 toneladas, cerca de 28,4% do total ofertado, com subvenção prevista de R\$10.469.004,70.

Até o fim do exercício não havia sido comprovado o escoamento dos produtos pois os prazos de comprovação variam de acordo com a data de realização dos leilões, estendendo-se até 28/02/2012 para o arroz, e até 30/05/2012 para o trigo.

Para atender a demanda dos produtores catarinenses, foram ofertadas, 32 mil toneladas de arroz da produção do estado, porém, a quantidade ficou sem interesse.

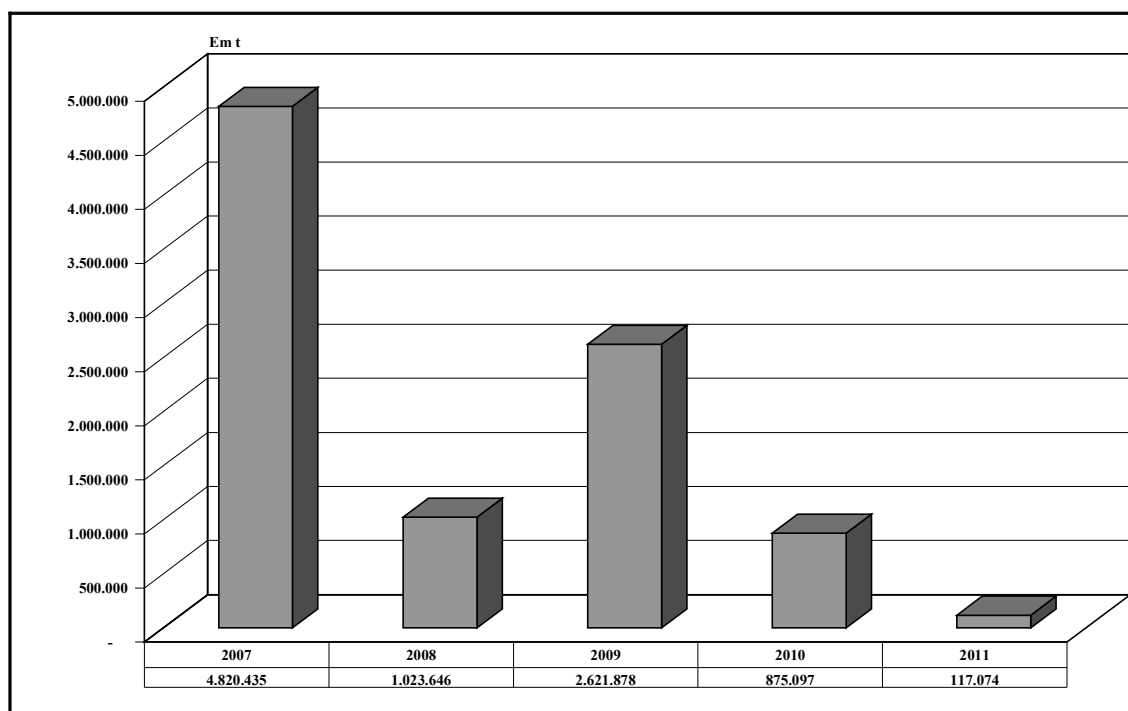
Para os produtores de trigo foram ofertadas 15 mil toneladas. Para esta o interesse foi de 13,35%, com comprovação de escoamento para o exercício de 2012.

Quadro XXXV – Demonstrativo de Comercialização pelo Pepro

Produto	UF de Origem	Quantidades (t)		Valor Previsto da Subvenção (R\$)
		Ofertada	Negociada	
Arroz	SC	57.000	0	,00
Subtotal		307.000	64.347	7.799.741,00
Trigo	SC	15.000	2.000	102.800,00
Subtotal		105.000	52.727	2.669.263,70
Total		412.000	117.074	10.469.004,70

Fonte: Suope/Geope

Pelo motivo já exposto a quantidade negociada em 2011 foi 86,6% inferior à de 2010 .

Figura XVIII – Evolução das Quantidades Negociadas - Pepro


Fonte: Suope/Geope

4.2.3 - Doação de Produtos Alimentícios

a) Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional-MDS

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado ser necessário a continuidade da ação de atendimento às famílias acampadas, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidas por barragens (MAB), pescadoras artesanais e/ou outras em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional.

Por meio do Termo de Cooperação celebrado em 2010, o Ministério do Desenvolvimento

Social e Combate à Fome-MDS repassou à Conab recursos orçamentários/financeiros no valor final de R\$61.847.808,64, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios e a operacionalização da distribuição de cestas de alimentos.

A aquisição dos alimentos é realizada pela Matriz por meio de leilão eletrônico e a entrega é realizada nos locais estabelecidos no Aviso de Leilão. Ainda, na formação dos estoques, de comum acordo com o MDS, a Conab pode utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

A retirada dos alimentos bem como a sua distribuição às famílias beneficiárias é de responsabilidade dos representantes do INCRA/OAN, Funai/Funasa, Fundação Cultural Palmares, SEPPIR, MAB e MPA.

Em 2011, foram realizados 1.738.726 atendimentos a 396.769 famílias com distribuição de 42.419 toneladas de alimentos em 26 estados e no Distrito Federal.

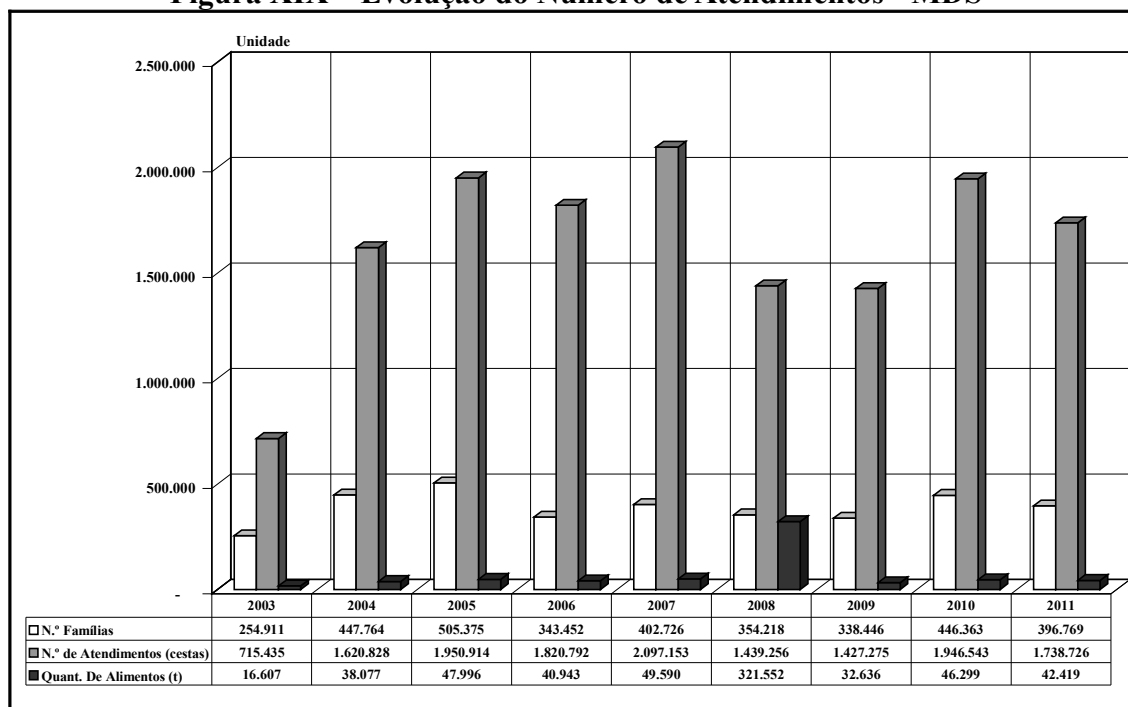
Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de 11,1% no número de famílias atendidas, de 10,7% na quantidade de atendimentos e de 8,4% na quantidade de produtos distribuídos.

Quadro XXXVI – Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – MDS

UF	Atendimentos Efetuados																		Total Geral					
	Acampados			Quilombolas			Comunidades de Terreiro			Atendimentos Especiais			MAB			Indígenas						Pescadores Artesanais		
	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)
SC	2.041	10.205	303	60	270	8	-	-	-	200	600	21	1.276	4.643	193	2.412	8.031	312	-	-	-	5.989	23.749	837
Total	216.875	977.116	23.643	35.110	176.908	4.299	14.200	82.706	2.011	39.541	59.079	1.649	17.508	89.220	2.221	65.635	325.342	7.931	7.900	28.355	665	396.769	1.738.726	42.419

Fonte: Supab/Gepab

No área de atuação da Sureg-SC tradicionalmente são atendidas as famílias de acampados a espera da reforma agrária, as do Movimento dos Atingidos por Barragens e as indígenas. A quantidade de cestas de alimentos distribuídas representa, em média, 1,97% da quantidade total entregue por toda a Conab no período, conforme demonstrado no quadro a acima.

Figura XIX – Evolução do Número de Atendimentos - MDS


Fonte: Supab/Gepab

b) Distribuição de alimentos a pessoas atingidas por desastres de qualquer natureza-MI

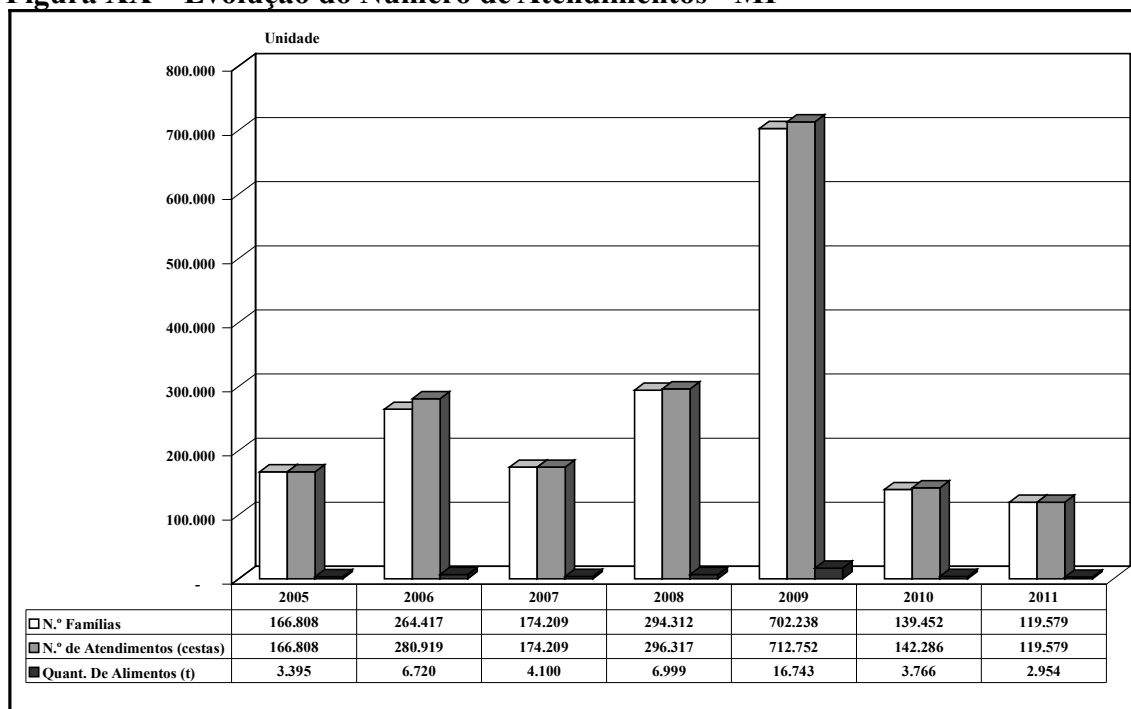
Em 2010 a Conab, sob a orientação do Ministério da Integração Nacional, distribuiu 119.579 cestas de alimentos a igual número de famílias correspondendo a 2.954 toneladas de alimentos.

No área de atuação da Sureg-SC em 2011, a quantidade de cestas de alimentos distribuídas representou 17,56% % da quantidade total entregue pela Conab, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro XXXVII - Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – MI

UF	Atendimentos Efetuados												Total Geral		
	Emergência/Defesa Civil			Acampados			Quilombola			Atendimentos Especiais					
	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)
SC	21.005	21.005	588	-	-	-	-	-	-	-	-	5	21.005	21.005	593
Total	100.079	100.079	2.404	12.642	12.642	274	210	210	5	6.648	6.648	271	119.579	119.579	2.954

Fonte: Supab/Gepab

Figura XX – Evolução do Número de Atendimentos - MI


Fonte: Supab/Gepab

c) Suplementação da Oferta de alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outra instituições de interesse público, a Conab, em 2011, por meio da Superintendência de Abastecimento Social-Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou, 14.177 toneladas de produtos alimentícios.

Nesta ação a participação da Sureg-SC, foi de 2,96% dos quantitativos doados.

Quadro XXXVIII – Demonstrativo da Distribuição de Produtos Alimentícios

UF	N. de Inst. Beneficiadas	Produto (Em t)																							Total			
		Açúcar		Arroz		Biscoitos e Rosquinhas	Conservas	Doce de Frutas	Farinha			Feijão	Flocos de Milho	Fubá de Milho	Iogurte	Leite		Macarrão	Mel	Milho	Óleo de Soja	Polpa de Frutas	Polvilho	Sementes		Suco de Fruta	Trigo em Grãos	
		Cristal	Mascavo	Beneficiado	Em casca				de Mandioca	de Milho	de Trigo					Em pó	Integral											
SC	5	-	6	-	-	-	-	-	-	-	399	-	-	-	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	420
Total	532	17	101	2.428	13	10	3	258	2.562	43	28	3.443	9	57	12	1.248	273	45	45	13	33	471	155	2.622	37	251	14.177	

Fonte: Supab/Gepri

d) Doação de Feijão da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009, a Conab foi autorizada a doar aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, para atendimento às demandas geradas pela populações em situação de insegurança alimentar, até 70,0 mil toneladas de feijão dos estoques públicos.

Durante o exercício, no âmbito da Sureg-SC, ação não foi realizada.

d) Ajuda Humanitária Internacional

Além do atendimento à população brasileira, o governo tem empreendido esforços para ampliar sua assistência humanitária internacional com o objetivo de assistir países ou populações que se encontrem em situações de emergência, calamidade pública, convulsões sociais, catástrofes naturais ou causadas pelo homem, conflitos armados, insegurança alimentar aguda, risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários, aliando ações preventivas, emergenciais e estruturantes.

Com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI), pelo Decreto Presidencial de 21 de junho de 2006, coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e integrado, ainda, por outros 12 ministérios e pelas Casa Civil, Secretaria-Geral e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, foi aprimorada a capacidade de resposta brasileira a situações de calamidades socionaturais, por meio da estruturação de uma política externa humanitária, caracterizada pela coordenação interministerial, pela participação da sociedade civil, pela atenção permanente a uma gama muito mais diversificada de calamidades naturais e antropogênicas e pelo foco em desenvolvimento sustentável, que contempla também aspectos de prevenção e reconstrução.

A fim de agilizar ainda mais o envio de assistência humanitária, a Conab montou na Base Aérea do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, o Armazém Humanitário Internacional, onde ficam previamente estocadas 14 toneladas de alimentos prontos para consumo humano. Com a criação do Armazém o Governo brasileiro pretende atender, com a máxima urgência possível, às demandas humanitárias da comunidade internacional.

O envio de produtos aos países amigos teve início em 2004 tendo sido doadas, até 2011, 134.307 toneladas de diversos produtos alimentícios e 68.596 latas de sardinha, fiambre e óleo de soja. Os produtos doados podem ser adquiridos pela Conab no mercado, por meio de leilões públicos, ou adquiridos de agricultores familiares no âmbito do PAA.

Em 2011, foram doadas 86.793 toneladas de produtos alimentícios a 14 países e mais 2.172.500 unidades de sacaria para acondicionamento dos produtos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Santa Catarina nas ações de Ajuda Humanitária Internacional, no exercício de 2011, contribuiu com o embarque 33.227 toneladas de feijão destinadas ao atendimento de dez Países, constantes do quadro abaixo, bem como o envio também no contexto de doação de 8,07% das embalagens embarcadas.

Quadro XXXIX – Doações – Ajuda Humanitária

País	Produto (Em t)			Total	Participação %	Sacaria (unidade)
	Arroz	Feijão	Milho			
Chade	997	-	-	997	1,15	-
Córea do Norte	-	-	16.470	16.470	18,98	282.000
El Salvador	790	300	-	1.090	1,26	15.500
Equador	280	-	-	280	0,32	-
Etiópia	14.596	500	-	15.096	17,39	296.000
Guatemala	-	1.785	-	1.785	2,06	28.000
Haiti	15.000	9.543	-	24.543	28,28	366.000
Honduras	594	-	-	594	0,68	22.000
Moçambique	4.050	297	-	4.347	5,01	2.000
Nicaraguá	789	1.009	-	1.798	2,07	20.500
Somália	-	13.419	-	13.419	15,46	871.000
Sri Lanka	-	800	-	800	0,92	16.000
Sudão	-	3.537	-	3.537	4,08	22.500
Zimbábue	-	2.037	-	2.037	2,35	13.000
Quênia	-	-	-	-	-	218.000
Total	37.096	33.227	16.470	86.793	100,00	2.172.500

Fonte: Supab

Os embarques ocorreram no Porto de São Francisco do Sul, durante o segundo semestre de 2011, com maior concentração nos meses de julho a setembro do exercício findo. Registramos ainda que, foram concretizados trinta e oito embarques, para os dez Países citado no quadro supra.

Quadro XL – Ajuda Humanitária Internacional – Países Beneficiados
Período: 2004 - 2011

Produto	País (Em kg)																							Total	
	Bolívia	Chade	Coreia do Norte	Cuba	El Salvador	Equador	Etiópia	Faixa de Gaza	Guatemala	Guiana	Haiti	Honduras	Jamaica	Moçambique	Nicarágua	Paquistão	Paraguai	Peru	Somália	Sri Lanka	Sudão	Tailândia	Zâmbia		Zimbábue
Arroz	19.510	997.000	-	19.612.180	790.900	286.620	14.595.800	-	1.800	7.090	30.290.360	10.594.300	205.400	4.049.600	789.000	8.700	12.180	26.100	-	-	-	5.000	-	-	82.291.540
Feijão	7.910	-	-	3.600	300.000	2.493	500.000	-	1.785.000	3.545	9.558.476	-	1.080	300.500	1.009.000	-	3.654	7.824	13.419.400	800.000	3.536.700	-	3.500	2.037.000	33.279.682
Fubá de milho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.220	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.220
Flocos de milho	1.305	-	-	-	-	960	-	3.500	-	709	2.220	-	-	-	-	900	-	-	-	-	-	-	-	-	9.594
Farinha de mandioca	2.010	-	-	2.550	100	-	-	-	200	1.418	15.540	-	720	2.500	-	-	2.436	5.230	-	-	-	-	-	-	32.704
Farinha de trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.500	-	-	-	-	-	-	-	-	24.000	-	-	-	-	25.500
Açúcar	6.570	-	-	2.550	7.180	2.332	-	700	600	1.418	29.590	-	720	-	-	1.650	2.436	5.250	-	-	-	1.000	-	-	61.996
Macarrão	1.300	-	-	2.620	-	2.322	-	-	-	709	12.072	-	720	-	-	800	2.436	5.224	-	-	-	1.000	-	-	29.203
Leite em pó	1.300	-	-	707.530	5.460	2.161	-	700	800	709	726.232	300.000	300.720	-	-	1.050	2.436	5.224	-	42.000	-	-	-	-	2.096.322
Sal	1.020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.020
Milho em grãos	-	-	16.469.800	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000	-	16.472.800
Biscoito de água e sal	-	-	-	-	-	-	-	1.400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.400
Biscoito maisena	-	-	-	-	-	-	-	700	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	700
Macarrão instantâneo	-	-	-	-	-	-	-	595	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	595
Semente de hortaliças	-	-	-	930	-	-	-	150	-	-	350	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.430
Total (em kg)	40.925	997.000	16.469.800	20.331.960	1.103.640	296.888	15.095.800	7.745	1.788.400	15.598	40.638.560	10.894.300	509.360	4.352.600	1.798.000	13.100	25.578	54.852	13.419.400	866.000	3.536.700	7.000	6.500	2.037.000	134.306.706
Sardinha em lata	-	-	-	-	559	-	-	228	-	-	7.672	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.459
Fiambre em lata	-	-	-	-	1.376	-	-	560	-	-	18.885	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.821
Óleo de soja	4.600	-	-	2.540	400	322	-	-	600	1.418	18.460	-	720	-	-	1.600	2.436	5.220	-	-	-	1.000	-	-	39.316
Total (em lata)	4.600	0	0	2.540	2.335	322	0	788	600	1.418	45.017	0	720	0	0	1.600	2.436	5.220	0	0	0	1.000	0	0	68.596

Fonte: Supab/Gepab

4.3 – Principais Indicadores de Desempenho

Quadro XLI - Indicador: Evolução da quantidade de produtos oriundos do PAA comercializados pelas Centrais de Negócios				
Objetivo do Indicador: Verificar a participação da Refap como canal de escoamento da produção do PAA				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de Cálculo e método de medição: Quantidade de produtos comercializados. Unidades varejistas são aquelas filiadas junto às Centrais de Negócios apoiadas pela Refap. Centrais de Negócios são associações que reúnem grupos de varejistas com o objetivo				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não determinada				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.				

Quadro XLII - Indicador: Preços praticados pelas Unidades Varejistas filiadas em relação aos praticados pelas grandes redes				
Objetivo do Indicador: Verificar o impacto do programa sobre os preços praticados pelas redes filiadas à Refap				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $VPCx = (PVx/PGRx) - 1 \times 100$ onde, VPCx=Variação do preço da cesta X para o consumidor, PVx=Preço da cesta X nos varejistas filiados e PGRx=Preço da cesta X nas grandes redes. Unidades varejistas são aquelas filiadas jun				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.				

5 – Articulação e Organização do Abastecimento

Além das ações concretas materializadas por meio de remoções dos estoques públicos para comercialização em áreas carentes, das vendas realizadas por meio de leilões, com ou sem subvenção, das vendas em balcão e da concessão de subsídios para o escoamento da produção, a Conab desenvolve ações objetivando a melhoria e organização do abastecimento.

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte dos mercados passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e

apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irrealistas, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort.

Além deste, e na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, foi criada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, ainda em fase de estruturação. A estratégia de implantação adotada previa o início da Rede a partir da Região Nordeste, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, sendo estendida, em 2011, para o Estado do Amazonas.

5.1 – Prohort

Por demanda de representações do setor, a Conab iniciou um amplo debate sobre o tema, visando estruturar ações que contribuíssem para a melhoria dos processos de produção, guarda/conservação, transporte e comercialização de produtos hortigranjeiros. Em decorrência, surgiu a proposta de criação do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort.

O Programa, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (Ceasas), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

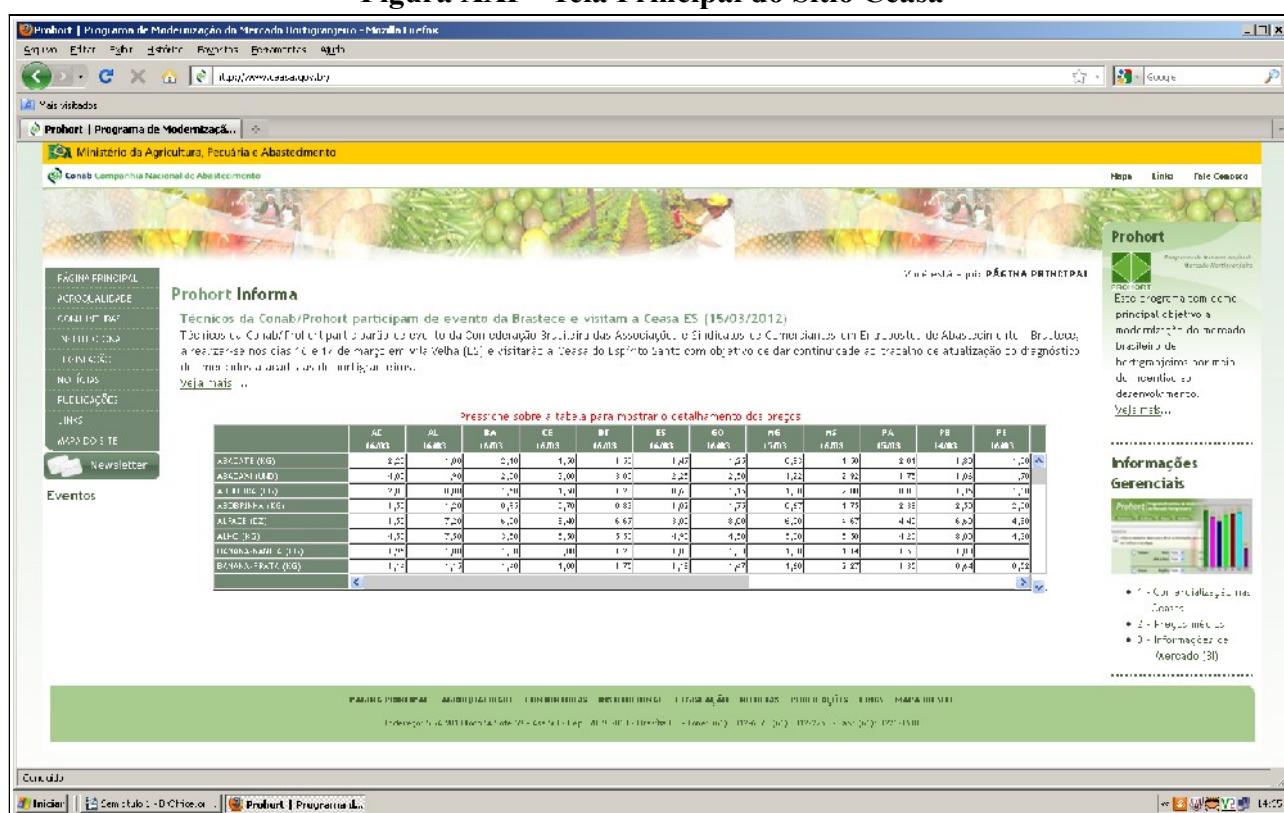
O mercado de produtos hortigranjeiros, no conjunto dos segmentos econômicos, é de significativa relevância em termos físicos e financeiros. É um dos setores da agricultura com maior tendência de crescimento. Apesar da sua pujança, de expressiva dimensão geográfica e econômica, envolvendo inúmeros agentes públicos e privados, é um mercado desprovido de capacidade de articulação, em face da quebra da sua unidade sistêmica, ainda que alguns mercados encontrem-se filiados à Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento-Abracen.

A coordenação do Programa pela Conab é exercida em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, a partir de um modelo sistêmico que contempla o conjunto dos interesses do setor, da produção à comercialização. O desenvolvimento desta Ação se dá por meio de atividades coordenadas pela Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-GEHOR, na Matriz.

O Programa abrange 22 estados da federação e no período realizou ações de apoio para a estruturação física e operacional de 54 mercados atacadistas, contemplando reuniões técnicas, visitas para avaliação operacional e orientação técnica, atualização de diagnósticos dos mercados atacadistas de hortigranjeiros, formalização de Termos de Cooperação Técnica, treinamento para operação da base de dados do Prohort e assessoramento técnico.

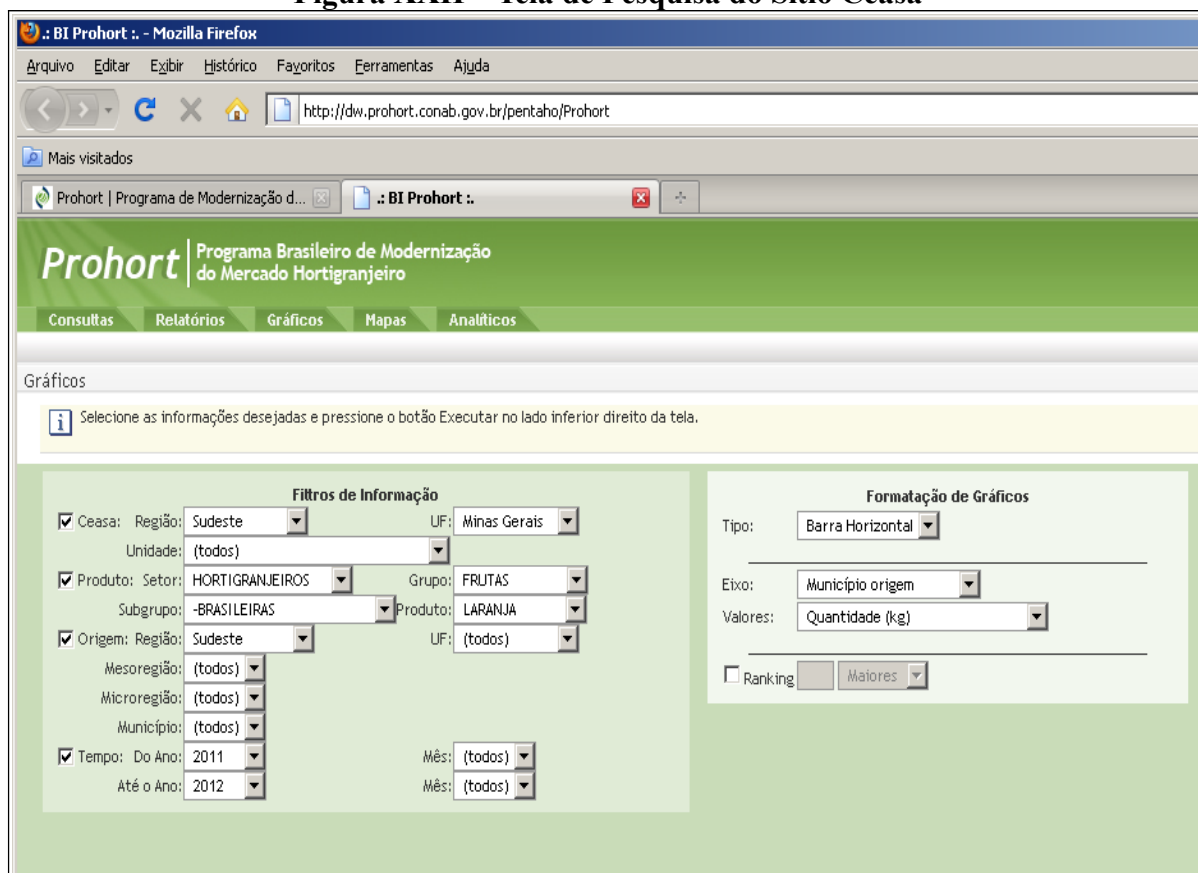
Criado pela Conab, o portal www.ceasa.gov.br disponibiliza informações sobre o Prohort, trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as Ceasas, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola e informações diárias sobre preços e quantidades dos principais produtos comercializados nas Ceasas etc.

Figura XXI – Tela Principal do Sítio Ceasa



Disponíveis informações sobre: Últimos 30 preços mais comuns no atacado (Ceasa) de referência no estado pesquisado, Últimos 30 preços médios no atacado (Ceasa) de referência no estado pesquisado; Últimos 30 preços médios por região no atacado (Ceasa) do estado pesquisado, Últimos 30 preços médios no atacado (Ceasa) da região pesquisada e Últimos 30 preços mais comuns no atacado em todas as Ceasas.

Além destas o interessado por elaborar sua própria pesquisa utilizado-se dos parâmetros disponíveis inclusive com a geração de gráficos.

Figura XXII – Tela de Pesquisa do Sítio Ceasa


The screenshot shows the Prohort web application interface within a Mozilla Firefox browser. The address bar displays the URL: <http://dw.prohort.conab.gov.br/pentaho/Prohort>. The page title is "Prohort | Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro". The navigation menu includes "Consultas", "Relatórios", "Gráficos", "Mapas", and "Analíticos". The "Gráficos" section is active, displaying a message: "Selecione as informações desejadas e pressione o botão Executar no lado inferior direito da tela." Below this, there are two main panels: "Filtros de Informação" and "Formatação de Gráficos".

Filtros de Informação

- ☒ Ceasa: Região: **Sudeste** UF: **Minas Gerais**
- Unidade: **(todos)**
- ☒ Produto: Setor: **HORTIGRANJEIROS** Grupo: **FRUTAS**
- Subgrupo: **-BRASILEIRAS** Produto: **LARANJA**
- ☒ Origem: Região: **Sudeste** UF: **(todos)**
- Mesoregião: **(todos)**
- Microregião: **(todos)**
- Município: **(todos)**
- ☒ Tempo: Do Ano: **2011** Mês: **(todos)**
- Até o Ano: **2012** Mês: **(todos)**

Formatação de Gráficos

- Tipo: **Barra Horizontal**
- Eixo: **Município origem**
- Valores: **Quantidade (kg)**
- ☐ Ranking **Maiores**

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Conab-Sureg/SC estão inseridas em Ações, contempladas em três Programas do Plano Plurianual – PPA 2008/2011. São realizadas, também, atividades em atendimento a Termos de Cooperação, custeadas por transferências orçamentárias/financeiras.

5.2– Principais Indicadores de Desempenho

5.2.1 - Indicadores do Prohort

Quadro XLIII - Percentual de Execução Financeira Utilizada para a Integração das Centrais de Abastecimento na Base de Dados dos Mercados Hortigranjeiros			
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X = Valor liquidado e Y = Valor previsto			
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gehor			
Resultados:			
2008			-
2009			-
2010			-
2011	Meta:	-	Realizado
Análise: Na LOA de 2011, não foram disponibilizados recursos orçamentários para a ação neste Estado.			

Quadro XLIV - Percentual de Mercados Hortigranjeiros Integrados na Base de Dados			
Descrição: Percentual de execução da meta estabelecida			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Maior ou igual a 100%			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X = número de mercados integrados e Y = meta estabelecida			
Fonte: X = Supab/Gehor e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gehor			
Resultados:			
2008			-
2009			-
2010			-
2011	Meta:	100,00	Realizado
Análise: Ação não implementada no exercício em SC.			

Quadro XLV - Percentual de Mercados Integrados na Base de Dados				
Descrição: Percentual de mercados atacadistas integrados em relação aos existentes no Brasil				
Objetivo: Acompanhar a evolução do processo de integração dos mercados atacadistas, conforme meta prevista				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% dos mercados existentes				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = número de mercados integrados e Y = número de mercados existentes				
Fonte: X e Y = Supab/Gehor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Periodicidade: Gerente da Gehor				
Resultados:				
2008				-
2009				-
2010				50,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	-
Análise: Ação não executada no exercício referenciado				

Quadro XLVI - Indicador: Evolução do número de Varejistas Cadastrados				
Objetivo do Indicador: Número de varejistas cadastrados em Centrais de Negócios				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $ICV = [NCV(t) - NCV(t-1)] / NCV(t-1) * 100$ onde, ICV=Indicador de cadastros de varejistas, NCV(t)=Número de cadastros de varejistas no trimestre atual, NCV(t-1)=Número de cadastros de varejistas no trimestre anterior. Centr				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
840				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.				

Quadro XLVII - Indicador: Mercados atacadistas de hortigranjeiros integrados à base de dados da Conab				
Objetivo do Indicador: Analisar a capacidade de integração dos mercados atacadistas hortigranjeiros à base de dados da Conab/Prohort.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Supab/Gehor				
Fórmula de cálculo e método de medição: Número de mercados integrados à base de dados da Conab/Prohort. A base de dados da Conab/Prohort compõe-se de um sistema integrado que contém informações sobre os preços praticados diariamente nos mercados, volume f				
Fonte dos dados: Mercados atacadistas de hortigranjeiros (Ceasas) - Gehor??				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.				

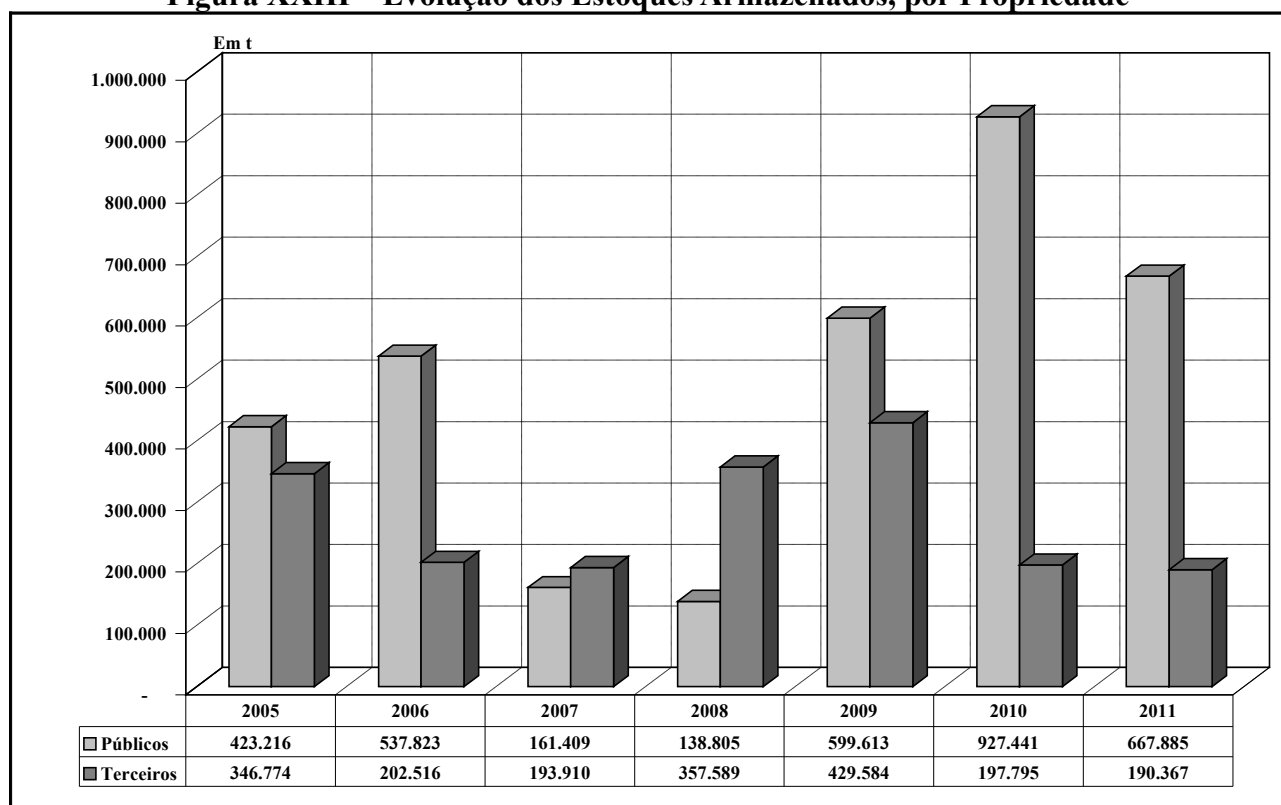
6 – Prestação de Serviços

6.1 – Estoques de Terceiros

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

A figura a seguir apresenta a evolução do estoque médio anual armazenado nas unidades próprias. Verifica-se que, à exceção dos exercícios de 2007 e de 2008, os estoques públicos superam os de terceiros.

Figura XXIII – Evolução dos Estoques Armazenados, por Propriedade



Fonte: Suarm/Gearm

No fim do exercício estavam estocados nas unidades próprias 118.789 toneladas de produtos de terceiros. Destes, apenas 1,81% era a participação da SUREG-SC

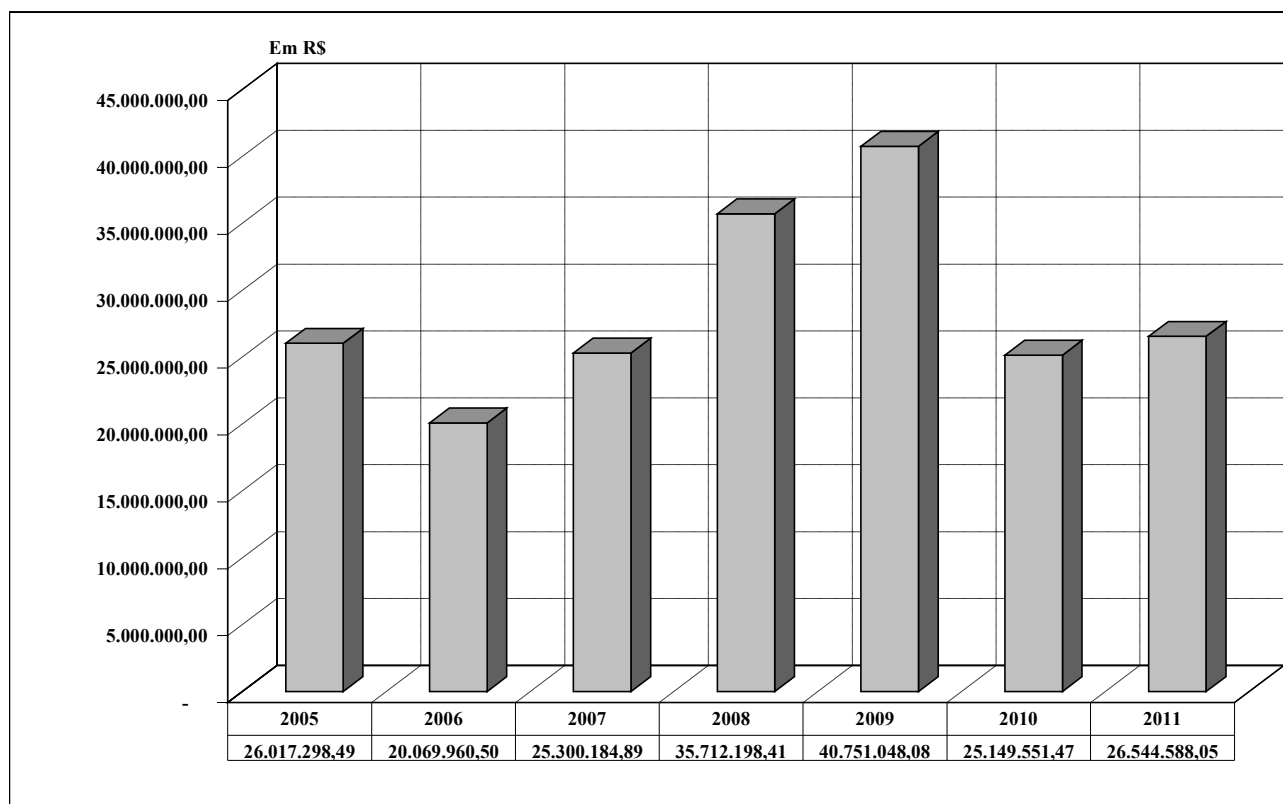
Quadro XLVIII – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias

UF	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
SC	2.160.000	10.000,00
Total	118.788.976	171.885.013,34

Fonte: Suarm/Gearm

6.2 – Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros

Em 2011, o faturamento total com serviços de armazenagem de produtos de terceiros, incluindo as tarifas de armazenagem e as de garantia e produtos armazenados, foi de R\$26.544.588,05, com incremento de 5,5% sobre a do exercício anterior, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura XXIV – Evolução da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros


Fonte: Demonstrativo de Resultado do Exercício-DRE

Quadro XLIX – Receita de Armazenagem de Terceiros

Unidade	Receita de Armazenagem de Terceiros			
	2008	2009	2010	2011
Sede-Sureg/SC	926,18	16.731,48	172.467,15	190.124,81
Herval D'Oeste	4.556,61	11.347,52	11.273,83	27.177,96
São José	131.968,75	153.988,60	114.967,48	400.924,83
Total-Sureg	137.451,54	182.067,60	298.708,46	618.227,60

Fonte: Suarm/Gecad

As unidade armazenadoras sob jurisdição da SUREG-SC, apresentaram o resultado exposto no quadro acima

A ocupação das unidades encontra-se sintetizado no quadro abaixo

Quadro L – Ocupação das Unidades Armazenadoras

Unidade	2008			2009			2010			2011		
	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total
Herval D'Oeste	4.240	15	4.255	5.287	26	5.313	4.702	21	4.723	1.339	10	1.349
São José	0	4.300	4.300	89	5.160	5.249	372	2.150	2.522	227	2.150	2.377
Total	4.240	4.315	8.555	5.376	5.186	10.562	5.074	2.171	7.245	1.566	2.160	3.726

Fonte: Suarm/Gecad

6.3 – Demonstrativo do Resultado da Armazenagem

Para efeito de contabilização a atividade de armazenagem é agrupada no Subórgão 2231- Atividades Próprias que inclui a Matriz, a Sede das Regionais e as Unidades Armazenadoras.

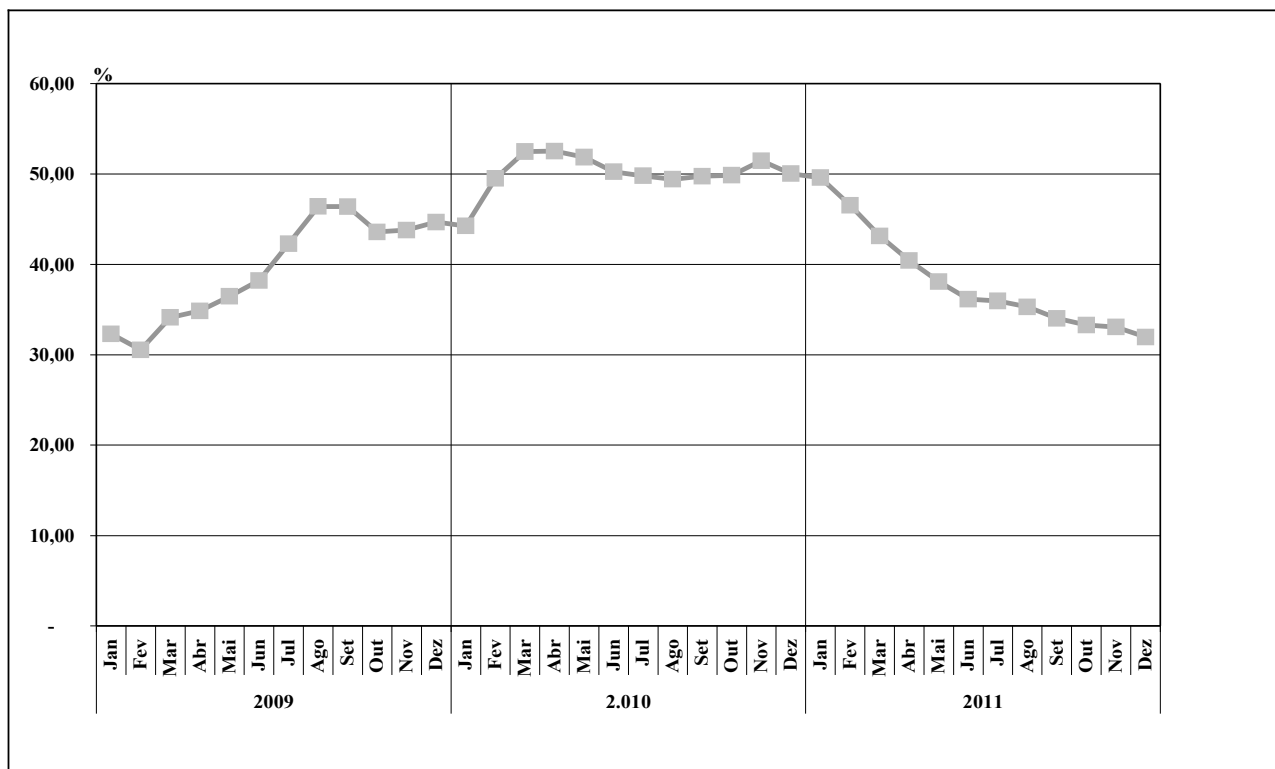
Durante o exercício de 2011 o faturamento com os serviços de armazenagem de estoque de terceiros foi de R\$25.544.588,05, contribuindo para o resultado positivo de R\$46.581.842,38 apurado no fim do exercício.

Quadro LI – Demonstrativo do Resultado do Exercício - Armazenagem

Discriminação	Conab	Total
Receita de Vendas e Serviços	26.547.933,05	26.547.933,05
Receita de Vendas	3.345,00	3.345,00
Recebimento de Vendas em Balcão	103.627.518,93	103.627.518,93
Repasse de Vendas em Balcão	-102.280.339,88	-102.280.339,88
Recebimento da Agricultura Familiar	23.639.684,90	23.639.684,90
Repasse de Vendas da Agricultura Familiar	-23.639.684,90	-23.639.684,90
Vendas Abastecimento Social	3.345,00	3.345,00
Recebimento de Vendas do Funcafé	115.444.904,18	115.444.904,18
Repasse de Vendas do Funcafé	-115.444.904,18	-115.444.904,18
Vendas PGPM	7.568.243,64	7.568.243,64
Repasse de Vendas da PGPM	-8.915.422,69	-8.915.422,69
Receita de Serviços	26.544.588,05	26.544.588,05
-Deduções das Receitas de Vendas e Serivços	3.164.555,99	3.164.555,99
=receita líquida de vendas e serviços	23.383.436,81	23.383.436,81
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-12,31	-12,31
=lucro bruto operacional	23.383.449,12	23.383.449,12
-Despesas Operacionais	1.070.814.494,39	1.070.814.494,39
Despesas de Pessoal	411.784.705,29	411.784.705,29
Despesas Financeiras	-	-
Despesas Comerciais e Administrativas	659.029.789,10	659.029.789,10
Receitas Operacionais Diversas	1.072.837.610,52	1.072.837.610,52
Resultado Não Operacional	21.175.277,13	21.175.277,13
Resultado	46.581.842,38	46.581.842,38

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício

A figura a seguir apresenta a evolução do Índice de Ocupação da rede própria da Conab. Em relação ao ano anterior verifica-se redução dos índices mensais em função da redução dos estoques públicos ocasionada principalmente pelas vendas de milho e a redução das aquisições.

Figura XXV – Evolução do Índice de Ocupação


Fonte: Suarm/Gearm

Quadro LII – Estoques de Terceiros

UF	Unidade	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
SC	Herval D'Oestes	Produtos industrializados/Manufaturados	10.000	10.000,00
	São José	Açúcar	13.680	
		Bebidas	20.761	
		Embalagens	5.100	
		Óleos vegetais	660	
		Outros produtos alimentícios	35.782	
		Reserva de espaço	2.074.017	
	Total de SC		2.160.000	10.000,00

Fonte: Suarm/Gearm

6.4 – Leilões Públicos de Produtos de Terceiros

Ação não executada na SUREG-SC - Centralizada na Matriz.

6.5 – Serviços de Classificação de Produtos para Terceiros

No âmbito da SUREG-SC, a ação não encontra-se ainda implantada.

6.6 – Principais Indicadores de Desempenho

Indicadores a serem desenvolvidos.

7 – Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação

7.1 – Rede Armazenadora Própria

A Rede Armazenadora Própria é composta por 176 armazéns, agrupados em 97 unidades armazenadoras distribuídas em 25 estados da Federação e no Distrito Federal. A capacidade estática total é de 2.267.759 toneladas, com predominância da modalidade granel, que representa 55,8% da oferta total.

No Estado de Santa Catarina, temos duas unidades, com capacidade para 11.602 toneladas.

Quadro LIII – Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

UF	N.º Unidades	N.º de Armazéns	Capacidade (Em t)			Total
			Convencional	Granel	Frigorificada	
SC	2	4	6.602	5.000	0	11.602
Total	97	176	981.177	1.265.082	21.500	2.267.759

Fonte: Suarm/Gecad

Pode-se afirmar que a Rede, como um todo, encontra-se em estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades dessas estruturas construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas).

Referente às obras e serviços necessários à adequação da infraestrutura física das unidades e dos custos estimados dessas intervenções, visando à certificação dessas unidades, foi realizado um levantamento detalhado das necessidades, com base na Instrução Normativa n.º 12, de 08 de maio de 2009, com estimativa de custos totais de **R\$63.088.000,00**, a qual foi atualizada para **R\$49.558.000,00**, conforme quadros demonstrativos, tendo em vista as aquisições de equipamentos e obras realizadas nos exercícios de 2010 e 2011 e a publicação da Instrução Normativa n.º 29, de 08 de junho de 2011.

No exercício de 2011 foram investidos recursos da ordem de R\$503.777,46 (R\$250.594,84 em despesas correntes e R\$253.182,62 em despesas de capital) e inscritos em Restos a Pagar não Processados R\$697.406,65 referentes a investimentos que serão realizados no decorrer

de 2012, conforme detalhado no quadro a seguir:

Quadro LIV – Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria

Em R\$

		Corrente	Capital	Corrente	Capital	Corrente	Capital	
SC	São José	0,00	0,00	8.755,20	0,00	8.755,20	0,00	8.755,20
	Subtotal	0,00	0,00	8.755,20	0,00	8.755,20	0,00	8.755,20
Total Geral		250.594,84	253.182,62	1.322.856,98	478.549,67	1.573.451,82	731.732,29	2.305.184,11

Fonte: Siafi

O quadro abaixo detalha as despesas corrente realizadas na UA de São José em 2011.

Quadro Investimento LV - UA São José-SC

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Valor Liquidado		Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
			Corrente	Capital	Corrente	Capital	
SC	São José	Aquisição de 1 bateria tracionária	0,00	0,00	8.755,20	0,00	8.755,20
Total			0,00	0,00	8.755,20	0,00	8.755,20

Fonte: Suarm/Gearm

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, quando deverão ser certificadas as primeiras 5 unidades.

Quadro LVI – Cronograma de Investimentos para Certificação das Unidades

Obras/Serviços/Equipamentos	Exercício												Total
	2012			2013			2014			2015			
	N.º de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R\$)	N.º de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R\$)	N.º de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R\$)	N.º de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R\$)	
Aeração	5	774.700	200.000,00	14	402.100	275.000,00	32	493.400	200.000,00	40	522.400	0,00	675.000,00
Cerca e Portão			0,00			0,00			120.000,00			0,00	120.000,00
Local para guarda de agrotóxico			70.000,00			210.000,00			770.000,00			1.015.000,00	2.065.000,00
Pavimentação			0,00			3.180.000,00			12.405.000,00			1.050.000,00	16.635.000,00
Recinto de análise			0,00			0,00			530.000,00			1.095.000,00	1.625.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes			180.000,00			630.000,00			1.440.000,00			1.800.000,00	4.050.000,00
Sinalização de trânsito			15.000,00			42.000,00			96.000,00			110.000,00	263.000,00
Captação de material particulado (secador)			505.000,00			3.080.000,00			4.415.000,00			255.000,00	8.255.000,00
Sistema de combate a incêndio			0,00			2.815.000,00			5.500.000,00			5.660.000,00	13.975.000,00
Sistema de Movimentação de Produto			20.000,00			190.000,00			180.000,00			420.000,00	810.000,00
Ventilação ambientes confinados/semiconfinados			95.000,00			130.000,00			145.000,00			10.000,00	380.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m²)			30.000,00			255.000,00			405.000,00			15.000,00	705.000,00
Total	5	774.700	1.115.000,00	14	402.100	10.807.000,00	32	493.400	26.206.000,00	40	522.400	11.430.000,00	49.558.000,00

Fonte: Suarm/Gearm

Quadro LVII - CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2012

Total 2012	1.115.000,00
-------------------	---------------------

No âmbito da Sureg-SC, não serão alocados recursos para a serem executados no exercício de 2012.

Quadro LVIII - CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2013
SÃO JOSÉ – SC

Capacidade estática: 4.300	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal
Obras		Custos
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
TOTAL		48.000,00
Total 2013		10.807.000,00

Visando adequar a Unidade Armazenadora de São José, nos termos do diagnóstico realizado, serão alocados recursos correspondente a 0,44% do previsto a nível nacional.

Quadro LIX - CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2014
HERVAL D'OESTE – SC

Capacidade estática: 7.302	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Intermediária
Obras		Custos
Aeração		50.000,00
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		1.020.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		220.000,00
Sistema de captação de material particulado (ST)		165.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		5.000,00
TOTAL		1.543.000,00
Total - 2014		2.206.000,00

Para o exercício de 2014, estão previstos recursos para execução da melhoria da unidade armazenadora de Herval do Oeste, da ordem de 69,95% da demanda nacional.

Quadro LX - CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2015

TOTAL - 2015	11.430.000,00
---------------------	----------------------

No âmbito da SUREG, não há previsão de alocação de recursos para o exercício de 2015.

7.1.1 Estoques Depositados nas Unidades Próprias

No fim do exercício, os estoques públicos depositados nas unidades armazenadoras próprias somava 608.306 toneladas e 2.767.502 unidades de diversos produtos (sacaria, equipamentos, estruturas e utensílios das barracas de comercialização de pescado etc). O quadro detalhado por tipo de produto e por Unidade da Federação encontra-se nos quadros abaixo.

Quadro LXI – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

UF	Produtos Agrícolas		Outros Produtos	
	Peso (Em kg)	Valor (Em R\$)	Quantidade (Em unidade)	Valor (Em R\$)
SC	406.323	546.585,01	134.802	241.116,59
Total	608.305.646	873.490.837,73	2.767.502	9.364.977,24

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

Os vínculos dos estoques depositados nas unidades próprias encontram-se nos anexos que seguem abaixo:

**Quadro LXII – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias
Produtos Agropecuários**

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R\$)
SC	Próprio	Público	Açúcar	37.962	78.941,98
			Arroz	45.730	51.217,60
			Farinha de milho	13.500	17.324,55
			Farinha de trigo	37.962	44.415,54
			Feijão	2.780	3.707,95
			Leite	23.760	37.778,40
			Milho	141.705	106.137,11
			Óleo de soja	37.962	100.978,92
			Outros	64.962	106.082,96
Subtotal				406.323	546.585,01
Total Geral				608.305.646	873.490.837,73

**Quadro LXIII – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias
Outros Produtos**

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R\$)
SC	Próprio	Público	Balança	10	3.656,50
	Próprio	Público	Balcão desmontável	2	1.214,00
	Próprio	Público	Barraca de feira	14	12.460,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - avental	6	112,32
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - balcão	4	3.150,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - bombona	6	329,40
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - caixa térmica	3	597,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - estruturas	2	1.340,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - facas	4	76,48
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - puça	1	45,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - soprador	1	435,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - soprador	1	1.460,00
	Próprio	Público	Lâmpada fluorescente	25.500	37.740,00
	Próprio	Público	puça de aro de aço	12	1.012,80
	Próprio	Público	Sacaria	103.580	120.413,81
	Próprio	Público	Saco plástico	5.560	3.774,68
	Próprio	Público	Soprador	12	14.124,00
	Próprio	Público	Tanque desmontável	44	8.575,60
	Próprio	Público	Tenda desmontável	40	30.600,00
Subtotal				134.802	241.116,59
Total Geral				2.767.502	9.364.977,24

7.1.2 Estoques Depositados nas Unidades de Terceiros

No fim do exercício, os estoques públicos depositados em unidades de terceiros era de 3,8 milhões de toneladas, destacando-se os estados do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso que juntos detinham cerca de 77,35% do estoque total, e 2.842.197 unidades de sacaria, conforme detalhado nos quadros a seguir:

**Quadro LXIV – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos armazenados em
Unidades de Terceiros – Produtos Alimentícios**

UF	Armazém	Estoque	Produto	Peso (Em kg)	Valor (Em R\$)
SC	Terceiros	Público	Arroz	20.542.300	14.283.249,63
SC	Terceiros	Público	Feijão	1.165.906	2.484.185,24
SC	Terceiros	Público	Feijão preto	74.332	111.074,73
SC	Terceiros	Público	Milho	47.597.920	21.158.383,09
Total				69.380.458	38.036.892,69
Total Geral				3.821.759.932	2.310.416.942,63

Fonte: Suope/Gefoc

Dos estoques depositados, sob jurisdição desta Superintendência, 68% representava o estoque de milho. Destes, mais de 32 mil toneladas destinadas ajuda humanitária internacional, nos termos da Lei 12429/2011.

Quadro LXV – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos armazenados em Unidades de Terceiros – Outros Produtos

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em unidade)	Valor (Em R\$)
SC	terceiros	Público	Sacaria	760.826	1.015.672,08
Total				760.826	1.015.672,08
Total Geral				2.842.197	2.984.950,05

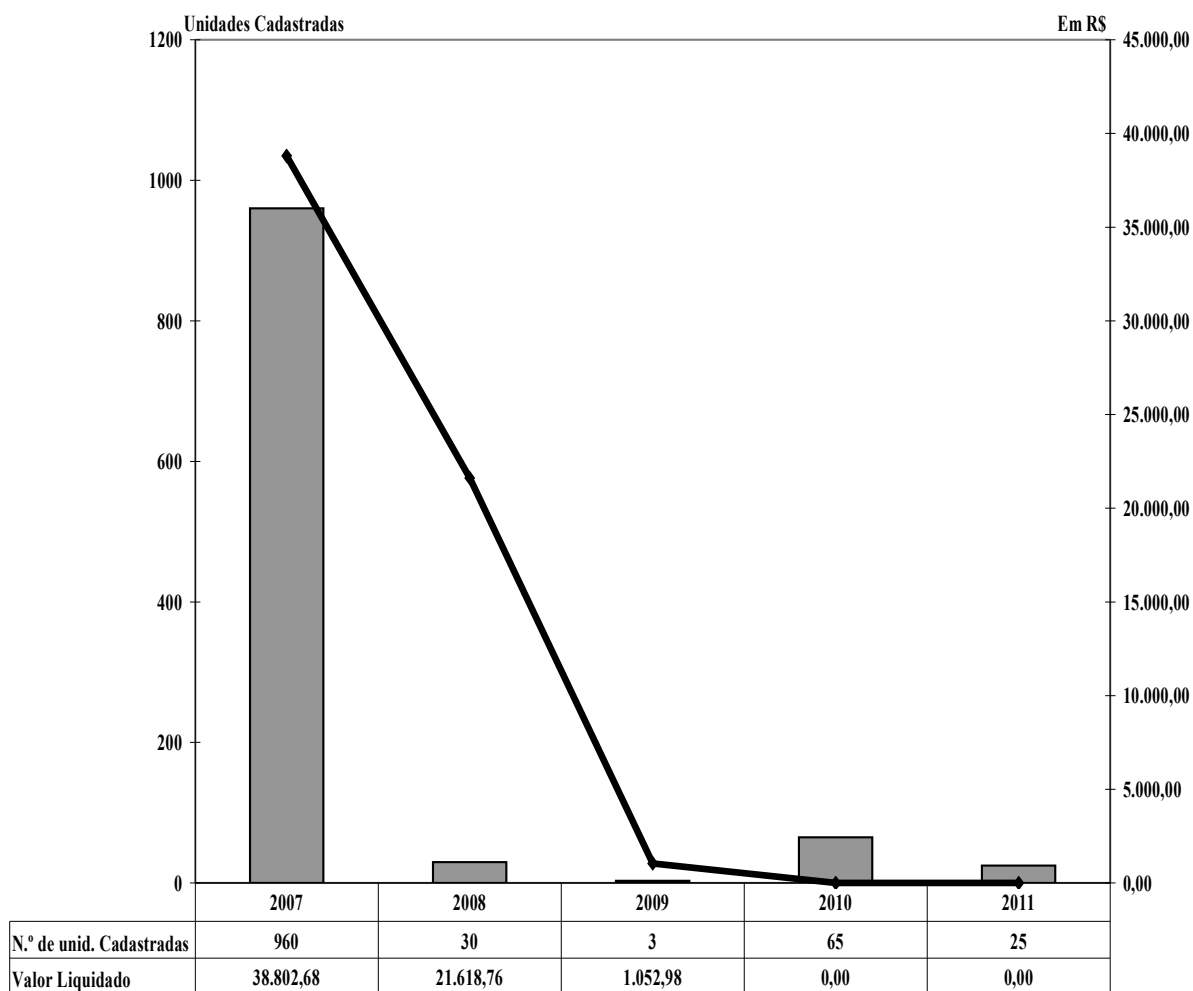
Fonte: Suope/Gefoc

Os estoques de embalagens, no âmbito da Sureg-SC, 75,04% encontravam-se comprometidas para atendimento da Lei de Ajuda Humanitária Internacional.

7.1.3 – Capacidade Estática de Armazenagem Nacional

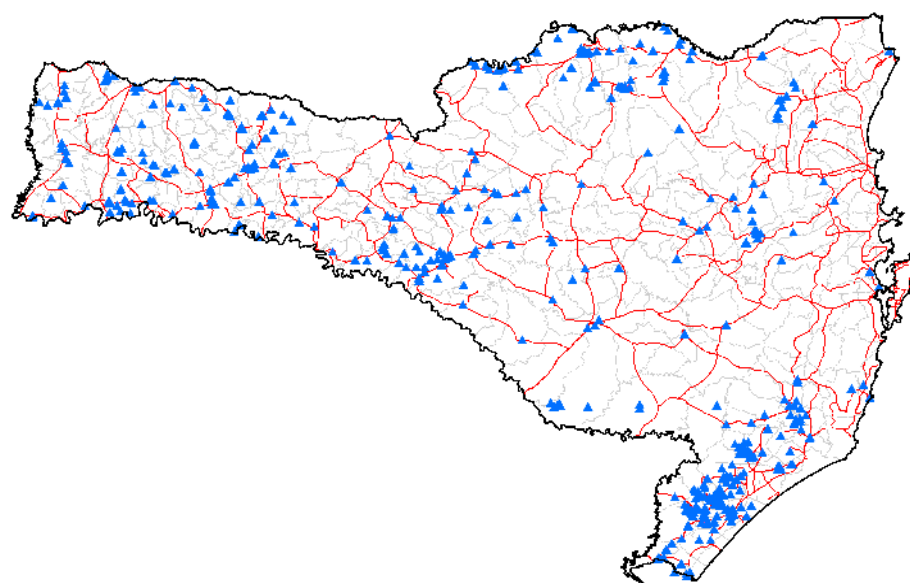
Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Conab responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras.





A atuação da Conab na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível nacional. Em 2011, a programação não previa a realização de cadastramento/recadastramento, porém, foram realizados o cadastrados 25 armazéns. Esta de forma emergencial, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada, para a efetivação das aquisições (AGF e Contrato Público de Opção de Venda) e apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada-Prop.

Figura XXVI – Unidades Cadastradas


Fonte: Suarm/Gecad

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no estado.

Figura XXVII - Mapa de Santa Catarina com a Distribuição Espacial dos Armazéns**Legenda**

-  Armazéns
 -  Rodovias
 -  Limite de Municípios
 -  Limite de Estado
- Elaboração: GEOTF

A manutenção do Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras é de fundamental importância para o conhecimento da oferta de armazenagem no Estado, atividade desenvolvida sob a ótica do senso de economia racional nas operações de acompanhamento de remoção e/ou na fiscalização dos estoques governamentais.

No fim do exercício de 2011 estavam cadastrados 858 armazéns, com capacidade estática para 4.018.029 toneladas, sendo 609.161 toneladas para produtos embalados ou enfardados e 3.408.868 toneladas para granel.

Em relação ao exercício anterior, houve crescimento na capacidade estática cadastrada de 2,15%, no estado.

O censo das unidades armazenadoras a nível nacional é de 142.476.543 toneladas, a participação dos armazéns cadastrados no Estado em relação a capacidade nacional é de apenas 3,55%.

A Sureg-SC não tinha meta de execução. Para cumprimento da execução física a atividade foi realizada em conjunto com as operações de fiscalização de estoques governamentais.

Quadro LXVI - Execução Orçamentária por Elemento de Despesa					
Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros-Pes. Jurídica	
2007	32.662,50	2.540,59	3.554,19	45,40	38.802,68
2008	7.830,00	1.819,07	11.969,69	-	21.618,76
2009	525,00	268,00	259,98	-	1.052,98
2010	-	-	-	-	0,00
2011					0,00

Fonte: Siafi

7.1.4 – Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

A partir de 2009 a atividade não foi mais executada, uma vez que Diretoria responsável pela execução decidiu pela suspensão da atividade por tempo indeterminado.

7.2 - Atividade de Fiscalização

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques-Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc. O quadro de fiscais na Matriz é composto por 22 empregados que atuam na coordenação das diversas etapas e, também, na fiscalização dos armazéns, enquanto que as Regionais detêm 108 fiscais treinados e aptos para a execução da atividade.

Em 2011 foram realizadas 6.030 fiscalizações, sendo 4.209 relacionadas aos estoques públicos e 1.821 às operações de garantia e sustentação de preços.

7.2.1 - Fiscalização dos Estoques Públicos

Nas operações realizadas em 2011 foram fiscalizados de forma acumulada, e por fiscais da Matriz e das Regionais, 4.209 armazéns e 24,0 milhões de toneladas de produtos vinculados à PGPM, ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, a estratégia Fome Zero, aos estoques próprios e de terceiros armazenados em unidades próprias.

Quadro LXVII – Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	11.179.316	11.122.438	8.356.235	8.337.937
Contrato de Opção	28.385.799	28.223.790	15.019.955	14.967.502
Agricultura Familiar	538.814	538.262	436.550	428.762
Fome Zero	141.307	141.219	36.863	36.863
Estoque Próprio	6.077	6.077	5.575	5.526
Varreduras	816	816	109.101	109.104
Terceiros	147.323	147.323	147.750	147.746
Total	40.399.452	40.179.925	24.112.029	24.033.440

Fonte: Sufis/Gefis

Em relação ao exercício anterior verifica-se queda de 40,2% no volume fiscalizado, em função da redução dos estoques públicos e redução nas aquisições governamentais.

Nas operações realizadas foram registradas perdas qualitativas – produto abaixo do padrão (835 toneladas) e desclassificados (1.851 toneladas) e perdas quantitativas – desvio (53.572 toneladas) e perdas em armazenagem (27.243 toneladas). As diferenças apuradas são registradas nos Termos de Vistoria e Notificação-TVN e em seguida são calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio em que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou perdas em armazenagem.

Após a realização deste procedimento são procedidas as baixas contábeis pelas Suregs, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVNs, à Superintendência de Operações-Suope (para abertura do processo administrativo), Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm (para atualização dos registros cadastrais – impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Superintendência de Finanças-Sufin (para cobrança). Ainda para os casos de desvio de produtos a Sureg elabora a *notitia criminis*, de acordo com o disposto na Resolução Conab n.º 13/2011, e encaminha à Procuradoria Geral da República.

O registro de ocorrência de perdas, relativo aos estoques sob jurisdição desta Sureg, encontram-se detalhados após o quadro abaixo.

Quadro LXVIII - Demonstrativo de Perdas Qualitativas e Quantitativas dos Estoques Públicos

Sureg	Produto	Perdas (Em t)				Total	
		Perdas Qualitativas		Perdas Quantitativas		P. Qualitativas	P. Quantitativas
		AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem		
SC	Feijão	74	-	-	-	74	-
	Milho	-	-	-	55	-	55
Total		835	1.851	53.572	27.243	2.686	80.793

Fonte: Sufis/Gefis

7.2.1.1 – Perdas

Nos armazéns fiscalizados no Estado de Santa Catarina foi registrado a ocorrência de perda em armazenagem de 55 toneladas, em análise conforme processo de n.º 0571/2010.

7.2.1.2 – Desvios

Nas operações de fiscalização de estoques governamentais realizadas, neste Estado, não foram registradas ocorrências de desvios de produtos relativos estoques sob a gestão desta Sureg.

7.2.1.3 – Produtos Abaixo do Padrão

Nos armazéns fiscalizados no Estado de Santa Catarina foi registrado a ocorrência de alteração na qualidade do produto depositado de 74 toneladas. Processo em trâmite Justiça Federal de Santa Catarina sob o nº 5001238-31.2012.4.04.7200 – Processo Administrativo da Conab sob o nº 21200.002726/2011-61.

7.2.1.4 – Produtos Desclassificados

No âmbito desta Superintendência, no exercício de 2011, não ocorreram registros relativos a a desclassificação de produtos

Segundo o calendário de fiscalização elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques-Sufis estavam previstas fiscalizações em armazéns localizados no âmbito da Sureg-SC nos meses de março, maio/junho, agosto/setembro, outubro e novembro/dezembro.

Durante o exercício foram fiscalizados produtos dos estoques públicos (AGF e Contrato Público de Opção de Venda, agricultura familiar, Fome Zero e Terceiros). O custo total foi de R\$57.918,21 (96,54% da da dotação). Comparativamente ao total executado, a participação da Sureg-SC representa cerca de 3,57% da execução nacional prevista para a Conab.

Nas unidades armazenadoras vistoriadas foram fiscalizadas cumulativamente 195.981 toneladas de produtos conforme detalhado no quadro seguinte:

Quadro LXIX - Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	248.333	248.279	99.518	99.463
Contrato de Opção	228.074	228.063	92.310	92.310
Agricultura Familiar	7.069	7.068	3.687	3.687
Fome Zero	1.301	1.301	518	518
Estoque Próprio	-	-	0	0
Varreduras	-	-	0	3
Terceiros	-	-	3	0
Total	484.777	484.711	196.036	195.981

Fonte: Gefis

O abaixo detalha os gastos por elemento de despesa no âmbito da Sureg-SC, exercício de 2011.

Quadro LXX - Gastos por Elemento de Despesa

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros		Operações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Indenizações e Restituições	
				Pes. Física	Pes. Jurídica				
2007	29.399,19	10.347,35	10.547,98	0,00	5,00	0,00	0,00	0,00	50.299,52
2008	32.912,50	5.721,08	13.126,64	0,00	26,30	0,00	0,00	0,00	51.786,52
2009	62.507,00	14.690,79	21.180,93	0,00	42,00	0,00	0,00	0,00	98.420,72
2010	106.363,50	17.846,80	34.536,75	235,43	0,00	0,00	0,00	0,00	158.982,48
2011	30.604,00	7.040,66	20.213,30	60,25	0,00	0,00	0,00	0,00	57.918,21

Fonte: Siafi

7.2.2 – Quadro de Fiscais lotados em Santa Catarina

O quadro de fiscais em efetivo exercício, neste Estado seguem nas tabelas abaixo. Entretanto a Sureg, conta com o apoio de fiscais de matriz que participam das operações de fiscalização realizadas no âmbito da Sureg-SC.

Quadro LXXI – Fiscais com Curso de Reciclagem

	NOME
01	ORLANDO CARLOS FERREIRA TEJADA
02	SILVIO CESAR CUSTÓDIO
03	JÚLIO CESAR DE OLIVEIRA

Fonte: Sufis/Gefis

Do quadro acima o colaborador o Orlando Carlos Ferreira Tejada, foi transferido para a Superintendência Regional da Conab no Estado do Rio Grande do Sul.

Quadro LXXII – Fiscais com Curso de Fiscalização

	NOME
01	EDILSON LUIZ MACEDO
02	WAGNER FERNANDES AQUINO
03	MÁRIO ADRIANO SILVA MOREIRA
04	RICARDO AGOSTINI PASCHOAL

Fonte: Sureg-Geope-SC

Os fiscais do quadro supra, também atuam nas operações de fiscalização no âmbito da Sureg e outros Estados, quando convocados pela Matriz.

7.2.3 – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda

Em 2011 foi realizada por fiscais da Matriz e das Regionais, a fiscalização de 171 operações de comercialização (PEPRO e PEP) e de apólices de seguro rural, esta em atendimento à solicitação do MAPA.

As operações de fiscalização no âmbito da Sureg, contaram com o apoio dos fiscais da Matriz. Do anexo abaixo, nas fiscalizações realizadas neste Estado, contamos com a participação de 10 fiscais, sendo dois em cada etapa.

Quadro LXXIII - FISCALIS POR ETAPA DE FISCALIZAÇÃO

ETAPA	TOTAL
PRIMEIRA	34
SEGUNDA	18
TERCEIRA	41
QUARTA	30
QUINTA	34
SEXTA	16
SÉTIMA	34
OITAVA	18
NONA	72
ESPECIAL	20
TOTAL GERAL	317

Fonte: Sufis/Gefis

7.2.4 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de

alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

Em 2011 foi constatada a ocorrência de 2.665 irregularidades nos armazéns vistoriados, conforme detalhado no quadro a seguir:

Quadro LXXIV – Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras

Estado	Total
Santa Catarina	79
Total Geral	2.665

Fonte: Sufis/Gefis

No âmbito da Sureg-SC, foi constada a ocorrência de 79 irregularidades nos armazéns vistoriados em 2011, representando 2,96% das ocorrências registradas.

Quadro LXXV - Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras de SC

IRREGULARIDADES/ETAPAS	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	TOTAL ANO
MISTURA DE PRODUTOS NO ARMAZÉM		1		1						2
HIGIENIZAÇÃO		3		2		4		1	2	12
FALTA IDENTIFICAÇÃO DAS PILHAS		1								1
INSETOS VIVOS		2								2
PILHA DESMORONADA		1				2		1	1	5
PILHA SEM IDENTIFICAÇÃO		1							3	4
ENTULHOS EM VOLTA DO ARMAZÉM		1				1				2
PRODUTO DERRAMADO		1		1		2		1	5	10
AVARIA NO TETO		1								1
PILHA COM TOPO IRREGULAR		1		1						2
PILHA INCLINADA		1				1		1	1	4
SUCATA DEPOSITADAS NO ARMZÉM		1							1	2
FALTA CORRIMÃO		1							1	2
ANIMAIS NO PÁTIO				1		1				2
AGROTÓXICO PRÓXIMO A PRODUTO ESTOCADO				1		1				2
TERMOMETRIA COM A VARFIA						1			2	3
JANELA COM VIDROS QUEBRADOS						1		1	1	3
BALANÇA RODOVIÁRIA MAL CONSERVADA						1		1		2
DETERMINADOR DE UMIDADE AFERIÇÃO VENCIDA						2		1		3
AQUECIMENTO NA MASSA DE GRÃOS						1			1	2
CDA COM PITURA INCOMPLETA FORA DO PADRÃO						1			1	2
CONSERVAÇÃO DE PRODUTO ESTOCADO						1				1
FALTA DETERM INADOR DE UMIDADE						1		1		2
ANIMAL MORTO DENTRO DO ARMZAM PATO						1				1
FALTA INSTALAÇÃO ELÉTRICA								1		1
PÁSSAROS DENTRO DO ARMAZÉM									3	3
AVARIA NA AERAÇÃO									1	1
RUAS OBSTRUÍDAS									1	1
FALTA CORRIMÃO									1	1
TOTAL		16		7		22		9	25	76

Fonte: Sufis/Gefis

7.2.5 – Descredenciamento de Armazéns

A atividade de fiscalização não identificou ocorrências para o descredenciamento de armazéns credenciados, no Estado.

7.2.6 – Desvio ou Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos

Durante o exercício, a Conab emitiu cobranças no valor de R\$27.114.396,12 referentes a Desvio ou Perdas em Armazenagem de 75.393 toneladas de produtos vinculados aos estoques governamentais. Das cobranças realizadas em 2011 ou em anos anteriores, foram recuperados R\$6.967.511,33 e 13.635 toneladas de produtos. Até o fim do período, haviam 4.533 processos ajuizados, 5 processos encaminhados para ajuizamento e 3 em andamento, no valor total de R\$1.661.739.111,82.

As ocorrências relativas ao assunto, no exercício de 2011, no âmbito desta Sureg, encontram-se detalhadas nos itens 7.2.1.1 e 7.2.1.3.

7.2.7 – Serviços de Cobrança

7.2.7.1 – Cobranças

Ação centralizada na Conab Matriz.

7.2.7.2 – Recebimentos

Ação controlada pela Gerência de cobrança na matriz.

7.3 - Atividade de Movimentação de Estoques

Atividade de fundamental apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab a movimentação de estoques pode ocorrer nos seguintes casos:

- para liberação de espaço visando acolhimento da safra;
- atendimento de determinação judicial;
- rescisão do Contrato de Depósito;
- atendimento de cláusula contratual, a pedido do depositário;
- risco iminente de perda quantitativa do produto, constatado pela fiscalização da

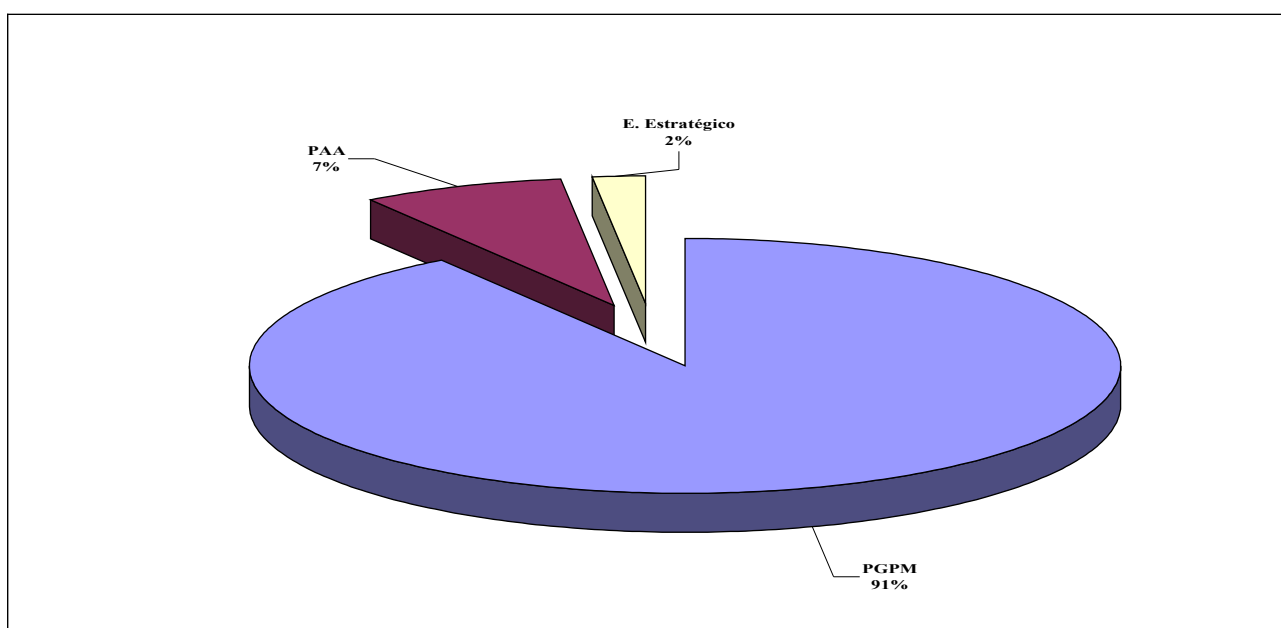
Conab, tais como: danos nos equipamentos do armazém necessários à segurança e/ou conservação do produto, estrutura física do armazém comprometida, inundação, incêndio, abandono do produto pelo depositário, ameaça de pilhagem e outros motivos de impedimento técnico do armazém;

- constatação de desvio parcial do produto;
- realização de operações de compra com remoção simultânea em regiões com deficiência de armazenagem;
- descredenciamento do armazém;
- pendência financeira do depositário, com recomendação de remoção pela área de cobrança da Conab;
- atendimento ao programa de venda em “balcão” ou outro envolvendo estoques administrados pela Conab de produtos e embalagens de propriedade da Conab e/ou vinculados a Programas Governamentais.

As contratações de frete são realizadas na Matriz, por meio de leilões eletrônicos utilizando-se o Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com interligação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, de acordo com o Regulamento para Contratação de Serviços de Transporte, constante do Manual de Operações da Conab-MOC, Título 13 – Movimentação de Estoques da Conab.

Em 2011 foram realizados 44 leilões e uma contratação por meio de Carta Convite quando foi contratada a remoção de 404.404 toneladas de diversos produtos vinculados à PGPM, ao PAA, aos estoques estratégicos (MDS e Defesa Civil) para distribuição à famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional. O custo total das contratações foi de R\$81.125.244,02.

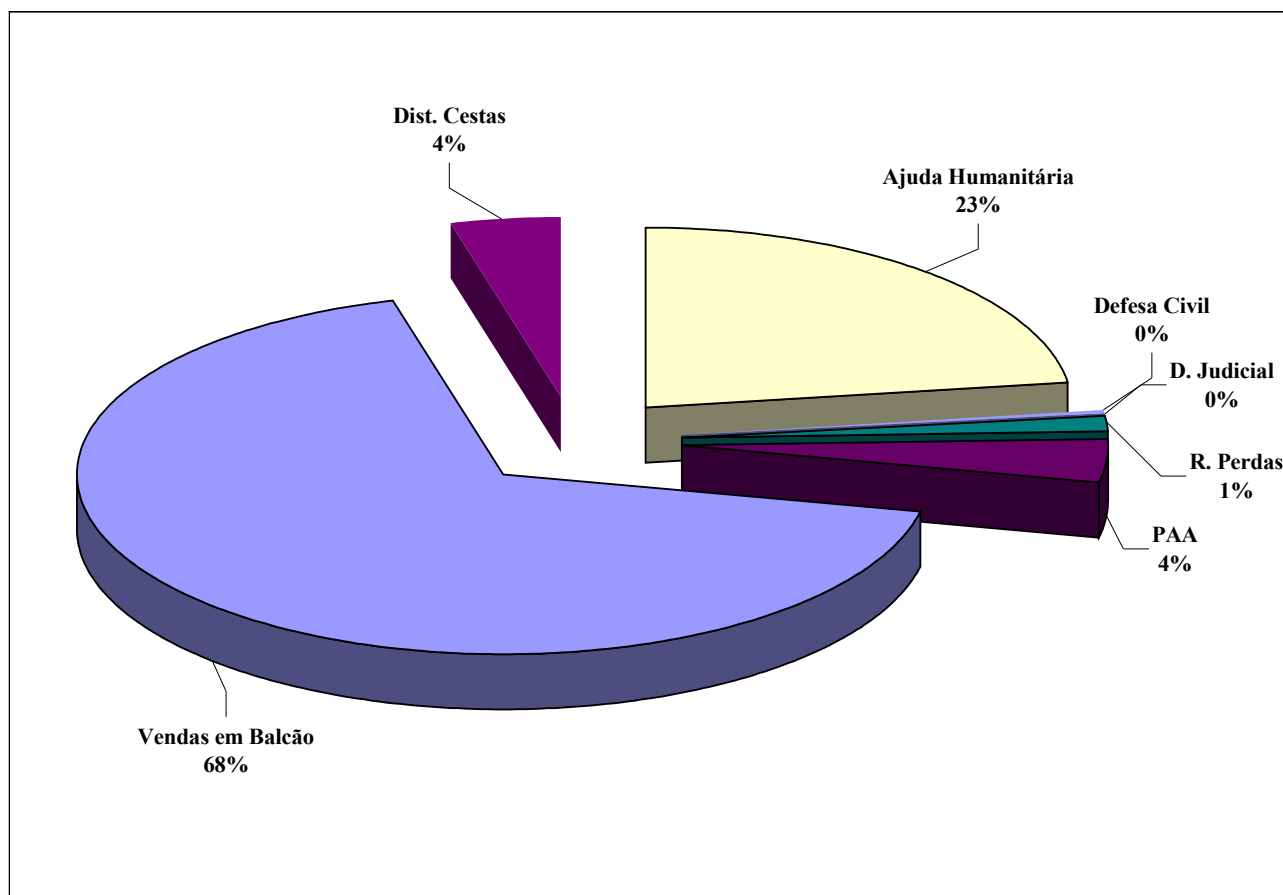
Figura XXVIII – Remoções, por Vínculo do Produto



Fonte: Suarm/Gemov

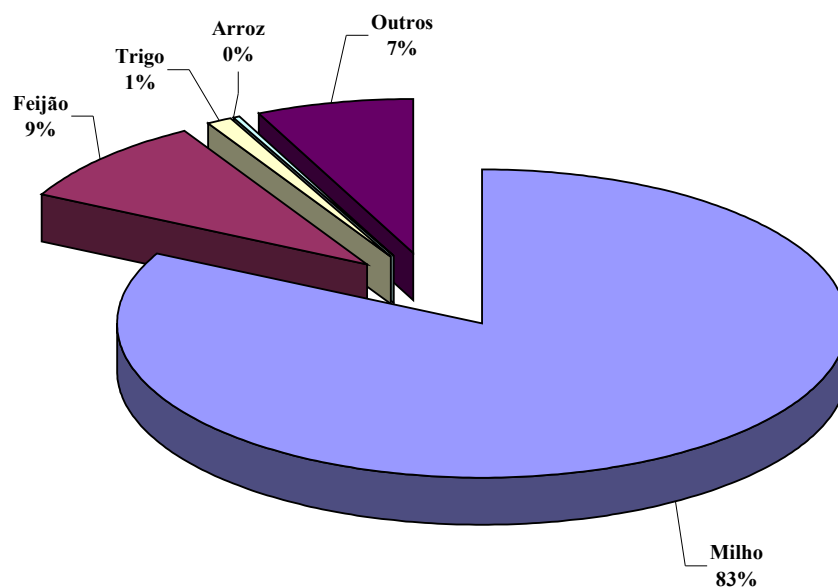
Como motivo gerador das remoções destacou-se o atendimento ao Programa Vendas em Balcão com participação de 68% da quantidade contratada, seguido da remoção de produtos para doação aos países amigos a título de ajuda humanitária internacional, com 23%. As demais foram para atendimento às solicitações do MDS e da Defesa Civil, para atendimento a decisões judiciais, a retirada de produtos da agricultura familiar dos postos de compra, e, também, a retirada de produtos de unidades armazenadoras onde foram constatados pela fiscalização a ocorrência de risco de perdas qualitativas e/ou quantitativas de produtos.

Figura XXIX – Remoções, Motivo Gerador



Fonte: Suarm/Gemov

Destacou-se o milho com participação de 83% da quantidade contratada para atendimento à demanda do Vendas em Balcão e para Ajuda Humanitária Internacional, seguido pelo feijão (9%) também para envio aos países amigos, para doação a entidades públicas ou as de interesse social, em cumprimento à determinação da Lei n.º 12.058/2009. O Grupo Outros agrega diversos produtos alimentícios utilizados na formação de cestas de alimentos para distribuição gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Figura XXX– Remoções, por Produto

Fonte: Suarm/Gemov

7.3.1 - Remoção de Produtos Vinculados à PGPM

Dos produtos vinculados à PGPM (AGFs e Contratos de Opção de Venda) foi contratada a remoção de 366.157 toneladas, representando cerca de 91,1% do total contratado. Destas, 272.438 toneladas foram destinadas ao abastecimento interno por meio do Programa Vendas em Balcão, 87.452 toneladas para doação como Ajuda Humanitária Internacional e o restante, 876 toneladas, foram contratadas devido a risco de perdas do produto e em cumprimento a decisões judiciais.

Durante o exercício foram efetivamente removidas 247.067 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXVI – Demonstrativo das Remoções Contratadas

UF		Produto	Motivo	Valores (Em R\$)		Quantidades (kg)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditivada	A Remover
GO	SC	Milho	Ajuda humanitária	5.195.640,00	4.671.956,40	22.559.260	9.749.480	-	-	-
Subtotal				6.631.691,00	5.730.787,55	33.702.636	17.808.990	-	-	-
PR	SC	Feijão	Ajuda humanitária	998151,57	986.248,53	5.270.590,00	5.270.590	-	-	-
		Milho	Ajuda humanitária	1.558.731,14	1.401.685,80	9.667.220	5.266.840	-	-	-
		Milho (3)	Vendas em balcão	5.532.345,69	4.601.983,99	74.533.000	52.253.830	22.279.170	-	-
Subtotal				13.067.786,19	11.788.705,52	132.076.020,00	90.968.060,00	27.675.717,00	-	-
SC	SC	Feijão	Ajuda humanitária	5.182.250,36	4.264.508,99	21.777.776	21.777.776	-	-	-
Subtotal				5.182.250,36	4.264.508,99	21.777.776,00	21.777.776,00	-	-	-

Fonte: Suarm/Gemov

Notas: (1) (3) Cancelamento devido ao não cumprimento pela transportadora dos fluxos de transporte, ficando inadimplente.

As remoções para os estados das Regiões Norte e Nordeste, norte do Estado de Minas Gerais e os estados do Espírito Santo e Santa Catarina foram justificadas por meio da Nota Técnica Supab n.º 03/2011, anexa ao Voto Dirab n.º 8/2011 e aprovada na 991.º Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada da Conab, em 13 de abril de 2011, conforme detalhado a seguir:

•Santa Catarina - o milho é cultivado em praticamente todo o Estado, com uma produção, em 2010, de aproximadamente 3,7 milhões de toneladas. Entretanto apresenta um déficit de abastecimento de cerca de 1,7 milhão de toneladas, afetando principalmente aos pequenos suinocultores independentes. Para a continuidade do Programa a Sureg-SC solicitou a remoção, em três etapas, de 135.000 toneladas. Considerando os estoques disponíveis foi contratada em 2011 a remoção de 74.533 toneladas do Estado do Paraná. Deste total foram efetivamente removidas 52.254 toneladas e 22.279 toneladas foram canceladas em função do não cumprimento do fluxo de remoção pela contratada, ficando esta inadimplente com a Conab por um período de 2 anos. A quantidade cancelada deverá ser objeto de nova contratação no início de 2012.

As remoções de estoques públicos de feijão e milho atenderam ao contido na Lei n.º 12.429, de 20 de junho de 2011, que autorizava o Poder Executivo a doar produtos alimentícios para assistência humanitária internacional.

7.3.2 - Remoção de Produtos da Defesa Civil

No exercício de 2011, não foram efetivadas operações de remoção de produto vinculados aos estoques da Defesa Civil.

7.3.3 - Remoção de Produtos do MDS

Em atendimento às solicitações do MDS foi contratada a remoção de 38.475 toneladas de cestas de alimentos, ou de produtos alimentícios, para a formação de cestas ou para retirada de estoques dos pólos de compra, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro LXXVII – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS

UF		Valores (R\$)		Quantidades (kg)				
Origem	Destino	Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
RS	SC	15.942,11	15.942,11	195.120	130.080	-	-	65.040
Subtotal		6.874.953,94	6.874.953,94	18.181.468	8.841.828	-	-	9.339.640
SC	RS	2.671,50	2.671,50	35.952	36.177	-	225	-
	SC	1.147.019,22	1.100.096,47	5.522.558	5.523.163	-	605	-
Subtotal		1.149.690,72	1.102.767,97	5.558.510	5.559.340	-	830	-
Tota Geral		10.311.351,61	10.263.431,22	38.475.034	23.270.620	57.104,00	122.830,00	15.270.140,00

Fonte: Suam/Gemov

7.3.4 - Remoção de Produtos do MDA

Em 2011 não foram efetivadas operações de remoção de estoques vinculados ao MDA.

7.3.5 - Remoção de Produtos do MPA

No âmbito da Sureg-SC, não ocorreram remoção de kits feira do peixe.

7.4 – Principais Indicadores de Desempenho da Fiscalização de Estoques

Quadro LXXVIII - Percentual de Fiscalizações Realizadas			
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas			
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup			
Resultados:			
2007			-
2008			226,92
2009			229,33
2010			150,40
2011	Meta:	100,00	Realizado: 105,22
Análise: A meta estabelecida na LOA era de 230 unidades a serem fiscalizadas, foram executadas 242 unidades. O indicador quanto a eficácia foi cumprido em 105,22%			

Quadro LXXIX - Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sus

Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA			
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup			
Resultados:			
2007			96,81
2008			67,40
2009			99,82
2010			84,16
2011	Meta:	100,00	Realizado: 96,53
Análise: Do valor previsto na LOA, a execução foi de 96,53%. A meta estabelecida foi atendida com economicidade.			

Quadro LXXX - Índice de Perdas em Armazenagem

Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem em relação ao estoque contábil			
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos			
Tipo: Efetividade			
Unidade de Medida: %			
Meta: Menor que o do ano anterior			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (emt) e Y= quantidade de estoque contábil (emt)			
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
Resultados:			
2007			0,00
2008			0,00
2009			0,00
2010			0,01
2011	Meta:	0,00	Realizado: 0,03
Análise: Em relação aos estoques fiscalizados de 195.981 toneladas foi detectado uma perda em armazenagem de 55 toneladas, representando um índice de 0,03% do estoque efetivamente fiscalizado.			

Quadro LXXXI - Índice de Desvio de Produtos Armazenados

Descrição: Quantidade de produtos desviados por fiéis depositários em relação ao estoque contábil

Objetivo: Acompanhar o índice de desvios praticados por fiéis depositários

Tipo: Efetividade

Unidade de Medida: %

Meta: 0,00%

Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) * 100]$

Variáveis: X= quantidade de produtos desviados (emt) e Y= quantidade de estoque contábil (emt)

Fonte: X e Y = Gefis/Sufis

Base Geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Anual

Responsável: Gerente da Gefis

Resultados:

2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010				0,00
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,00

Análise: Não registrado ocorrência de desvio no exercício.

Quadro LXXXII - Índice de ocorrência de produtos desclassificados

Descrição: Quantidade de produtos considerados desclassificados em relação ao estoque contábil

Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos considerados como desclassificados

Tipo: Efetividade

Unidade de Medida: %

Meta: 0,00%

Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) * 100]$

Variáveis: X= quantidade de produtos desclassificados (emt) e Y= quantidade de estoque contábil (emt)

Fonte: X e Y = Gefis/Sufis

Base Geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Anual

Responsável: Gerente da Gefis

Resultados:

2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010				0,00
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,00

Análise: Sem ocorrência de produtos desclassificados

Quadro LXXXIII - Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão				
Descrição: Quantidade de produtos avaliados como abaixo do padrão em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos abaixo do padrão				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos abaixo do padrão (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010				0,00
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,04
Análise: Em relação aos estoques fiscalizados de 195.981 toneladas, foram desclassificadas 74 toneladas, representando um índice de 0,04% do estoque efetivamente fiscalizado.				

Quadro LXXXIV - Custo por Fiscalização realizada				
Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada				
Meta: Menor que o do exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas				
Fonte: X = Siaf e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				-
2008				237,32
2009				280,27
2010				328,18
2011	Meta:	328,18	Realizado:	239,33
Análise: A eficiência quanto ao custo por fiscalização realizada, foi reduzida em 27,07% em relação ao exercício anterior, considerando a não participação de técnicos desta Sureg, nas fiscalizações realizadas em outros Estados. Assim como o não acompanhamento no recebimento da remoção de milho destinado ao abastecimento do programa venda balcão.				

Quadro LXXXV - Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de Estoques Públicos Fiscalizados				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta operacional				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo programado				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= Quantidade fiscalizada e Y= Quantidade planejada				
Fonte: X = Sufis e Y = Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis				
Resultados:				
2007				41,09
2008				2.229,81
2009				137,09
2010				188,68
2011	Meta:	100,00	Realizado:	99,93
Análise: Os objetivos traçados foram alcançados, no quesito da eficácia . O índice de 99,93% do estabelecido.				

Quadro LXXXVI - Indicador: Quantidade de Unidades Armazenadoras Fiscalizadas				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da quantidade de unidades armazenadoras fiscalizadas/ Fiscal/ Etapa				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: Uaf/F onde: $Uaf=N^{\circ}$ de Unidades Armazenadoras fiscalizadas e $F=n^{\circ}$ de fiscais; Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/ Anual.				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.				

Quadro LXXXVII - Indicador: Quantidade de produtos fiscalizados				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da quantidade do estoque fiscalizado ao longo do ano				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Pf/Ec) \times 100$ onde: Pf=quantidade de Produtos Fiscalizados e Ec=total do Estoque contábil Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/Anual				
Fonte dos dados: X=Sufis/Gefis Y=XFac				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.				

Quadro LXXXVIII - Indicador: Índice de desvios de produtos armazenados				
Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(DA/Ef) \times 100$ onde DA=total de Desvios Apurados (ton) e Ef=total de Estoque fiscalizado (ton) Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/ Anual				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.				

Quadro LXXXIX - Indicador: Evolução do Custo da Fiscalização				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução dos custos da fiscalização em relação ao ano anterior				
Tipo: Economia				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(Dt/Dt-1)-1] \times 100$ onde: Dt=Despesas no ano corrente (R\$) e Dt-1=Despesas no ano anterior. O custo envolve despesas correntes(diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.				

Quadro XC - Indicador: Custo médio do estoque fiscalizado				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do custo médio da Fiscalização				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: Df/Qf , onde: Df=Despesas da fiscalização (R\$) e Qf=Quantidade fiscalizada (ton) O custo envolve despesas correntes(diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros). Base g				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.				

Quadro XCI - Indicador: Economia potencial gerada pela fiscalização				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a economia proporcionada pela fiscalização				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $PD \cdot Pme / Df$ onde: PD=Perdas e Desvios ocorridos (ton) Pme=Preço médio do produto e Df=Total de Despesas com a fiscalização. Despesa potencial é o valor de perdas e desvios ocorridos e detectados pela fiscalização e				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.				

Quadro XCII - Percentual de Armazéns Cadastrados				
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro de Armazéns (SICARM) em relação ao programado na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y= total de unidades armazenadoras programadas				
Fonte: X= Suarm/Gecad Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				131,51
2008				-
2009				-
2010				-
2011	Meta:	100,00	Realizado	-
Análise: Mesta não prevista na LOA, porém foram cadastradas 25 unidades.				

Quadro XCIII - Indicador: Custo de Cadastramento de Unidade Armazenadora

Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do custo com cadastramento por UF

Tipo: Eficiência

Área Responsável: Gerente da Gecad

Fórmula de cálculo e método de medição: C/AC, onde: C=Custo de Cadastramento; AC=Armazéns Cadastrados. Variáveis consideradas no Custo: diárias, passagens, despesas com locomoção e material de consumo. A unidade de medida é R\$ por Armazém cadastrado com p

Fonte dos dados: Siafi e Gecad

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:

Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.

Quadro XCIV - Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns

Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA

Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA

Tipo: Eficácia

Unidade de Medida: %

Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA

 Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$

Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA

Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gecad

Resultados:

2007		99,49
2008		98,27
2009		21,06
2010		-
2011	Meta:	100,00
	Realizado	-

Análise: Operação realizada em conjunto a com a ação de fiscalização de estoques

Quadro XCV - Indicador: Número de Armazéns Cadastrados por Equipe

Objetivo do Indicador: Avaliar o Desempenho da Equipe de Cadastramento

Tipo: Eficiência

Área Responsável: Gerente da Gecad

Fórmula de cálculo e método de medição: AC/TE, onde: AC=Armazéns cadastrados e TE=Total de equipe. A equipe é composta por duas pessoas. A periodicidade é anual, com base geográfica por UF e Brasil.

Fonte dos dados: Gecad

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:

Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.

Quadro XCVI - Indicador: Receita operacional obtida com serviços de armazenagem				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da receita obtida com serviços de armazenagem				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Geam				
Fórmula de Cálculo e método de medição: $(Rt/Rt-1)*100$ onde: Rt=Receita no ano atual e Rt-1=Receita no ano anterior. Receita operacional inclui serviços de recepção/expedição, pesagem, limpeza, secagem e taxas diversas. Base geográfica: UF e Brasil Período				
Fonte dos dados: Geam				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não definida				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.				

Quadro XCVII - Custo por Unidade Cadastrada				
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento				
Meta:				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos				
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				40,42
2008				720,63
2009				350,99
2010				0,00
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	0,00
Análise: Economicidade na ação, visto que a mesma foi realizada em conjunto com a fiscalização de estoques governamentais				

Quadro XCVIII - Indicador: Relação entre quantidades contratada e removida				
Objetivo do Indicador: Analisar a eficiência das remoções				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da GEMOV				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(QR/QC)*100$, sendo QR=Quantidade Removida; QC=Quantidade Contratada O indicador reflete as condições em que as Unidades armazenadoras de origem guardam os produtos do Governo Federal, bem como as condições de receb				
Fonte dos dados: Gemov				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.				

Quadro XCIX - Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas

Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários

Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA

Tipo: Eficácia

Unidade de Medida: %

Meta: Maior ou igual a 100%

Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$

Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas

Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gerap

Resultados:

2007				200,00
2008				100,00
2009				100,00
2010				100,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	50,00

Análise: meta não cumprida . Necessidade de apresentação de projetos Técnicos

Quadro C - Indicador: Deságio em leilões de frete

Objetivo do Indicador: Verificar o deságio em cada operação de frete, uma vez que o sistema é voz (-), ou seja, lances menores.

Tipo: Eficiência

Área Responsável: Gerente da GEMOV

Fórmula de cálculo e método de medição: $[(PF/PA)-1] \times 100$, sendo: PF=Preço de fechamento, PA=Preço de abertura. No leilão de frete a Conab estipula um preço de abertura baseado na mediana entre a planilha de frete da Conab, a planilha de frete da NTC e na p

Fonte dos dados: Gemov

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
(PA-PF) máxima				

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:

Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.

Quadro CI- Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria				
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				96,22
2008				86,34
2009				97,76
2010				78,05
2011	Meta:	100,00	Realizado	0,00
Análise: Meta não efetivada em razão de tempo para as empresas apresentarem os projetos técnicos.				

8 – Gestão Tecnológica

Centralizado na Matriz

9 – Gestão Estratégica

Centralizado na Matriz

10 – Geração e Difusão de Informações

10.1 – Levantamento de Safras

Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.

Durante o ano-safra a Sureg realiza seis pesquisas de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

As pesquisas tiveram como objetivo mensurar a área cultivada, a produtividade e a produção. Para a realização do Levantamento, técnicos da Conab contactaram produtores rurais, agrônomos e técnicos de Cooperativas, de secretarias municipais de agricultura, de órgãos de assistência técnica e extensão rural (oficiais e privados) e revendedores de insumos, nos principais municípios produtores do Estado de Santa Catarina, divididos em quatro roteiros.

Foi indispensável a participação dos órgãos acima citados, assim como a inestimável e permanente contribuição dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais e demais instituições geradoras de informações agrícolas e a colaboração dos técnicos desta Regional, que, direta ou indiretamente, participaram dos levantamentos.

Nesse processo, os informantes têm colaborado visando assegurar as mais acuradas e fidedignas informações de acompanhamento de safra ao alcance deste Estado.

A Superintendência Regional realizou o Levantamento da safra de grãos no Estado de Santa Catarina para as culturas do arroz, milho, feijão, trigo, triticle, cevada, canola e soja. Abaixo seguem os dados com as variações.

Quadro CII – Levantamento da Safra Área x Produção

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão								
Amendoim total								
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra								
Arroz	149,7	150,4	0,5	0,7	1.056,9	996,4	-5,7	-60,5
Aveia								
Canola	0,0	0,4			0,0	0,5		
Centeio								
Cevada	1,2	3,2	166,7	2,0	3,4	7,9	132,4	4,5
Feijão total	110,2	104,0	-5,6	-6,2	167,7	160,5	-4,3	-7,2
Feijão 1ª safra	77,5	81,5	5,2	4,0	125,2	132,8	6,1	7,6
Feijão 2ª safra	32,7	22,5	-31,2	-10,2	42,5	27,7	-34,8	-14,8
Feijão 3ª safra								
Girassol								
Mamona								
Milho total	593,5	548,2	-7,6	-45,3	3.798,4	3.571,5	-6,0	-226,9
Milho 1ª safra	593,5	548,2	-7,6	-45,3	3.798,4	3.571,5	-6,0	-226,9
Milho 2ª safra								
Soja	439,6	458,2	4,2	18,6	1.345,2	1.489,2	10,7	144,0
Sorgo								
Trigo	117,0	87,9	-24,9	-29,1	283,1	242,2	-14,4	-40,9
Triticale	2,4	1,7	-29,2	-0,7	5,0	3,8	-24,0	-1,2
Total SC	1.413,6	1.354,0	-4,2	-59,6	6.659,7	6.472,0	-2,8	-187,7

Fonte: Suinf/ Geasa e Sureg-SC

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão								
Amendoim total								
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra								
Arroz	150,4	150,1	-0,2	-0,3	996,4	1.050,7	5,4	54,3
Aveia								
Canola	0,4	0,4			0,5	0,3		
Centeio								
Cevada	3,2	3,2	0,0	0,0	7,9	10,6	34,2	2,7
Feijão total	104,0	88,4	-15,0	-15,6	160,5	137,3	-14,5	-23,2
Feijão 1ª safra	81,5	65,9	-19,1	-15,6	132,8	108,7	-18,1	-24,1
Feijão 2ª safra	22,5	22,5	0,0	0,0	27,7	28,6	3,2	0,9
Feijão 3ª safra								
Girassol								
Mamona								
Milho total	548,2	573,6	4,6	25,4	3.571,5	3.705,5	3,8	134,0
Milho 1ª safra	548,2	573,6	4,6	25,4	3.571,5	3.705,5	3,8	134,0
Milho 2ª safra								
Soja	458,2	448,3	-2,2	-9,9	1.489,2	1.344,9	-9,7	-144,3
Sorgo								
Trigo	87,9	76,0	-13,5	-11,9	242,2	235,6	-2,7	-6,6
Triticale	1,7	1,2	-29,4	-0,5	3,8	2,9	-23,7	-0,9
Total SC	1.354,0	1.341,2	-0,9	-12,8	6.472,0	6.487,8	0,2	15,8

Fonte: Suinf/ Geasa e Sureg-SC

Quadro CIII - Percentual de Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				150,00
2008				100,00
2009				100,00
2010				100,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Análise: Foram programadas 12 pesquisas, ou seja, seis em campo e seis via telefone. Assim, a meta traçada foi devidamente alcançada.				
Fonte: Supor, Geasa e Siafi				

Quadro CIV - Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				98,25
2008				65,69
2009				72,20
2010				88,04
2011	Meta:	100,00	Realizado	92,78
Análise: Quanto à dotação e à execução orçamentária, o índice aponta para 92,78% do programado. No caso dos elementos de despesas, verifica-se que os maiores gastos estão voltados a diárias; na sequência estão as passagens e despesas com locomoção, material de consumo e outros serviços.				
Fonte: Supor, Geasa e Siafi				

10.2 - Levantamento de Preços de Produtos Agropecuários

A Superintendência Regional de Santa Catarina, por intermédio do Setor de Apoio à Logística e Gestão de Oferta – SEGEO –, realiza levantamento de preços de produtos agropecuários, a fim de alimentar o Sistema de Informação Agrícola e de Abastecimento – SIAGRO – do qual resultam vários indicadores de preços, como os recebidos e pagos pelos produtores, para diversos produtos e insumos agrícolas comercializados no Estado.

Os preços agrícolas inseridos no SIAGRO geram, principalmente, informações de mercado dos produtos agropecuários, muitos destes, amparados pelo Programa de Garantia de Preços Mínimos – PGPM – e serve, inclusive, de subsídio ao cálculo do Bônus de Garantia de Preços, auxiliando o produtor rural com a concessão de descontos quando do pagamento das parcelas do PRONAF, para determinado produto agrícola financiando, quando o preço de mercado do mesmo estiver abaixo do preço mínimo.

Entre os produtos pesquisados, encontram-se: alho, arroz, carne suína, cebola, feijão, leite de vaca, milho, mandioca, soja, trigo, triticale, banana, maçã, tomate, laranja e uva. Além desses, também fazem parte da pesquisa os preços de insumos, serviços e implementos agrícolas usados pelos agricultores para implantação da lavoura de banana, cebola, maçã, mandioca, milho, feijão e arroz, contribuindo para calcular o custo de produção dessas culturas. Ao longo do mês, são geradas cerca de 2.970 informações de preços agropecuários, distribuídas em levantamentos diários, semanais e mensais.

10.3 – Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos

Realizado mensalmente, o Levantamento consiste na coleta de preços pagos pelo produtor na compra de alguns itens de insumos, serviços e equipamentos, servindo para atualização da base de preços que definem o custo de produção dos produtos agrícolas, integrantes do rol de produtos contemplados no Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), do Estado de Santa Catarina.

Atualização das planilhas referentes aos Custos de Produção Estimados - Agricultura Familiar, que constam no PGPAF, dos seguintes produtos: Arroz Irrigado, Banana, Cebola, Feijão, Leite, Maçã, Mandioca e Milho. Estes índices são utilizados pela Matriz para informar ao MDA os custos de produção das lavouras para a fixação de preços de produtos agropecuários, que são participantes do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF.

Foram realizados contatos, cadastramento de novos informantes e atualização de dados de informantes de preços para o Programa de Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Alimentar.

10.4 – GEOSAFRAS

Centralizado na Matriz

10.5 – SIGABRASIL

Centralizado na Matriz

11 – Gestão de Pessoas

11.1 – Alocação de Empregados

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos de subordinação direta ao Presidente. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou nos exercícios de 2005 e 2006 concursos públicos para provimento de pessoal e, na medida da necessidade, tem realizado nomeações para os cargos de livre provimento.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. Em 2011 foram editadas as portarias de n.ºs 172, de 20 de junho, 205, de 07 de julho e 385, de 22 de setembro, anistiando mais 75 empregados. Em decorrência da pouca governabilidade sobre esse processo, a Companhia permitiu o ingresso de empregados sem observar o quadro de pessoal ideal na sua estrutura organizacional.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. Em decorrência, e principalmente para o melhor aproveitamento das competências profissionais, foram realizados no exercício em tela 121 remanejamentos de mão de obra entre as áreas internas da Matriz.

Reduzido o fluxo de entrada de anistiados a Gerência de Cargos, Salários e Avaliação-Gecav elaborou a Nota Técnica n.º 02/2011 onde expôs a necessidade de dimensionamento da força de trabalho, no sentido de identificar o número e a qualificação dos empregados para a execução das atividades da Companhia. Para tanto, foi autuado processo interno visando a contratação de empresa de consultoria, visando a realização do redimensionamento do quadro de pessoal, tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras.

11.2 – Comunicação Interna

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o

informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Notícia do Dia Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet- este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

11.3 – Melhoria do Clima Organizacional

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa específica, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

Os questionários utilizados foram disponibilizados na intranet e, após o preenchimento pelos empregados, enviados para a Superintendência de Tecnologia da Informação-Sutin para tabulação. Objetivando a liberdade de respostas os questionários tiveram tratamento sigiloso.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas:

- Estudos prévios, levantamento dos dados, definição do formulário, apresentação do projeto para a Diretoria e sensibilização dos empregados;
- Preenchimento dos formulários;
- Tabulação dos dados, análise dos resultados e criação dos planos de ações e sugestões; e
- Conclusão e disseminação dos resultados.

A quarta etapa não foi implementada pois até o fim té o fim do exercício de 2011 o resultado da pesquisa e o respectivo plano de ação aguardavam manifestação da Presidência da Conab.

11.4 – Capacitação de Pessoal

O exercício de 2011 iniciou-se com a promulgação do Decreto n.º 7.446, de 1.º de março de 2011, e Resoluções n.ºs 013 e 014/011, restringindo os recursos orçamentários para a realização das atividades de capacitação, em âmbito nacional, principalmente quando esses eventos envolviam despesas com diárias e passagens.

Nesse contexto, a Gerência responsável passou a realizar suas atividades norteada pela visão estratégica da Diretoria Administrativa (atual Diretoria de Gestão de Pessoas-Digep), no sentido de atender as prioridades de forma alinhada às exigências organizacionais.

A capacitação dos empregados, no âmbito da Conab, é desenvolvida como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa-PEC, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os objetivos da Companhia.

A cada dois anos, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento-LNT, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período. As necessidades de treinamento identificadas devem ser correlatas às competências de cada área, assim como às precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia. São propostos, também, cursos voltados para o desenvolvimento futuro dos empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para aturem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

a) Quanto ao número de treinandos

O quadro a seguir apresenta o comparativo entre os resultados alcançados nos exercícios de 2010 e 2011, na Sureg – SC.

Quadro CV – Treinamento, por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	50	170	3,4
Auditoria	0	0	-
Comunicação Social	0	0	-
Educação e Desenvolvimento	29	284	9,78
Financeira	1	450	450
Gerencial	0	0	-
Informática	0	0	-
Jurídica	15	30	2
Operacional	0	0	-
Planejamento	5	152	30,4
Qualidade	0	0	-
Total	100	1.086	10,86

Fonte: Sumoc/Gecap

Em 2011 foram realizados 100 treinamentos com decréscimo de aproximadamente 31,51% sobre a quantidade do ano anterior, em função da diminuição do número de treinandos em quase todas as áreas, destacando-se a Administrativa e de Educação e Desenvolvimento.

b) Resultados Alcançados

Os resultados a seguir detalhados mostram de forma global, incluindo Matriz e Regionais e envolvem todas as atividades desenvolvidas pela área de capacitação da Companhia e que a metodologia de avaliação ainda se encontra em processo de validação pela Conab, estendendo-se a partir de 2012 para as Regionais.

Dentro do contexto organizacional relacionado à implementação dos treinamentos previstos no PEC-2011 foi proposto, para a monitoração do referido Plano, os indicadores de desempenho classificados e integrados de acordo com o tipo (produto ou processo) e amplitude (estratégico, gerencial e operacional) conforme quadro abaixo, permitindo avaliar e propor melhorias no modelo de gestão educacional da Companhia.

Quadro CVI – Indicadores de Capacitação

Amplitude Tipo	Indicador	Descrição	Meta	Resultado
Estratégico Produto	Impacto do Treinamento no Trabalho (Implantar processo de Avaliação do Retorno do Investimento ROI)	Percentual de impacto do treinamento no trabalho (alcance dos objetivos específicos do treinamento e	Maior ou igual a 40% dos cursos avaliados, com grande impacto (cursos fechados)	Não foi possível a implantação do ROI, uma vez que dependemos de outro órgão.

		aumento do desempenho do treinando) bem como justificar o retorno do investimento		
Gerencial Processo	Implantação do PEC 2011	Percentual de Ações Educacionais constantes do PEC que foram implementadas no corrente ano	900,00%	60% implementadas
Operacional Produto	Satisfação do Treinando com os Treinamentos	Satisfação dos treinandos com o desempenho do instrutor, a qualidade institucional, o ambiente da ação educacional e a coordenação	Maior ou igual a 80%	Da amostra pesquisada foi alcançado um resultado de 85%.
Gerencial Processo	Investimento de Horas em Educação	Média de horas que cada colaborador dedica a ações educacionais	12 horas anuais	Ultrapassou a meta, alcançando a média de 15h20 ano, por treinando
Gerencial Produto	Incremento de Conhecimento	Percentual de acréscimo de conhecimento final de (incremento de aprendizagem)	Acréscimo de até 50%	Alcançou 63%

Fonte: Sumoc/Gecap

As ações educacionais que integram o PEC 2011 sofreram corte na realização dos eventos, tendo em vista o contingenciamento orçamentário, que limitaram a realização de atividades de treinamento e desenvolvimento fora da área de lotação dos empregados.

No entanto, a tabulação das avaliações de reação aplicadas aos treinandos após a participação dos empregados nos cursos/eventos realizados pela Matriz e Regionais, por amostragem, demonstra que a Companhia conseguiu alcançar algumas metas traçadas para o ano de 2011, conforme demonstrado a seguir:

1 – Palestras

Foram tabuladas 38 palestras, totalizando a participação de 799 empregados da Matriz e Regionais, que responderam sobre as seguintes questões:

Quadro CVII – Avaliações Palestras

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo

Domínio do tema pelo palestrante	-	0,88%	5,22%	33,77%	60,11%
Metodologia apresentada	-	1,22%	8,00%	41,77%	49,00%
Atendimento da expectativa	0,55%	1,44%	14,11%	38,22%	45,55%
Conceito geral do evento	-	1,44%	9,88%	38,00%	50,65%

Fonte: Sumoc/Gecap

Constata-se, pelos dados acima que na maioria das Palestras realizadas conseguiu-se atingir a expectativa dos participantes, totalizando cerca de 83,77% entre os conceitos “Bom” e “Ótimo”.

2 – Treinamentos

Foram tabulados, por amostragem, cerca de 179 treinamentos, totalizando a participação de 1.486 empregados, que responderam aos questionários de avaliações, sobre as seguintes questões.

Quadro CVIII – Avaliações Treinamentos

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Coordenação/Organização	-	0,32%	5,00%	44,76%	48,50%
Aplicabilidade do assunto	0,35%	1,18%	11,25%	25,33%	61,93%
Conceito final do instrutor	6,25%	-	2,44%	32,43%	58,88%
Conceito geral do treinamento	-	-	13,38%	42,18%	44,42%

Fonte: Sumoc/Gecap

A análise dos dados obtidos permite concluir que a maioria dos treinamentos realizados alcançaram bons resultados, concentrando, em todos os quesitos, mais de 85% nos conceitos “Bom” e “Ótimo”, destacando-se o item Coordenação/organização com 93,26% entre esse conceitos.

3 – Da aprendizagem obtida

Quadro CIX – Avaliações Graduação

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Conhecimento -Antes	2,66%	12,72%	55,19%	29,39%	-
Conhecimentos - Após	-	-	7,24%	50,02%	42,73%

Fonte: Sumoc/Gecap

Inferese-se que antes da realização dos eventos o grau de conhecimento dos empregados encontrava-se cerca de 70% entre os níveis “Insuficiente” a “Regular”, enquanto os níveis “Bom” e “Ótimo” estavam em torno de 30%; Após os eventos, a graduação de “Insuficiente” a “Regular” foi

reduzida para 7%, ao passo que o somatório dos intervalos “Bom” e “Ótimo” passou para 93%, caracterizando com isso a ocorrência de um acréscimo de aprendizagem em torno de 63% nas atividades de treinamento promovidas pela Companhia. Portanto, a meta de incremento de aprendizagem foi superada.

11.5 – Composição e Custos de Pessoal Ativo

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-Dest, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais.

No fim do exercício a Sureg-SC contava com 60 empregados.

Quadro CX – Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional

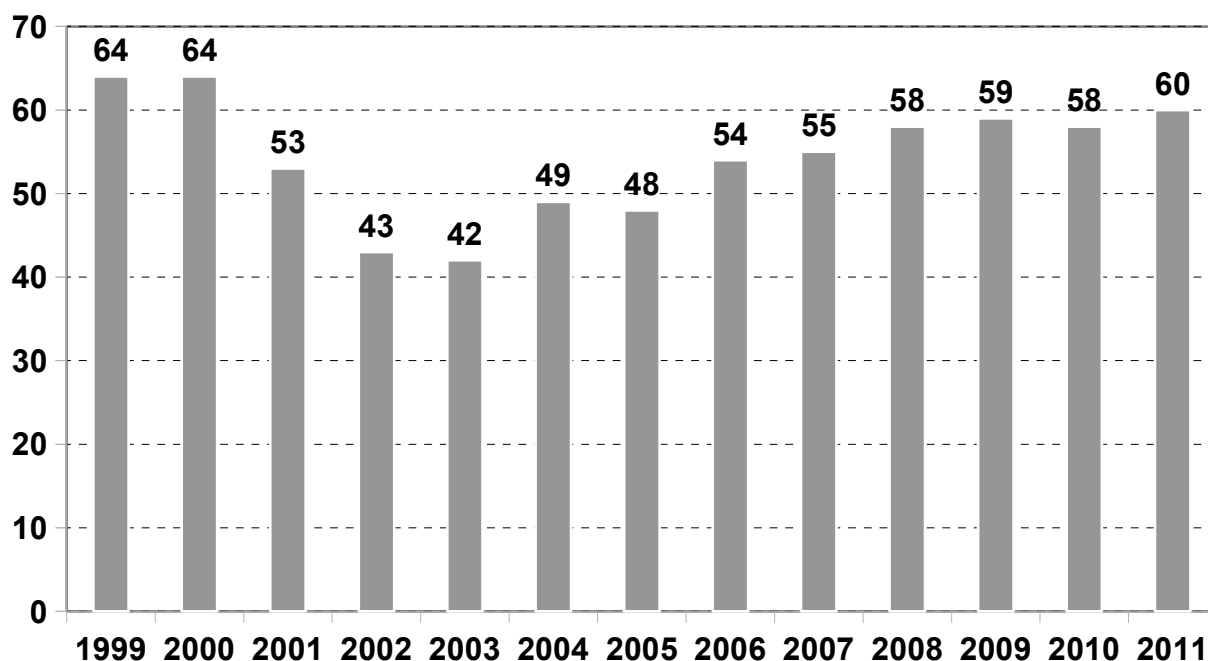
Discriminação	Quantidade de Empregados		
	SC		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Em efetivo exercício na empresa	56	59	3
Assessores (contrato especial)	0	0	-
Cargo de Direção na empresa	0	0	-
Diretor não empregado	0	0	-
Conselheiro de Administração/Fiscal	0	0	-
Licenciado INSS / Acidente de Trabalho	1	1	-
À Disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
À Disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	1	0	(1)
À Disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
Licença Maternidade – 120 dias / adoção	0	0	-
Licença Maternidade – empresa cidadã 60 dias / adoção	0	0	-
Assessores (Contrato Especial) Requisitado	0	0	-
Licença para cargo eletivo com vencimentos	0	0	-
Licença para cargo eletivo sem vencimentos	0	0	-
Contrato suspenso / licença particular	0	0	-
Pensão Vitalícia	0	0	-
Total	58	60	2

Fonte: Dirad/Sureh

A figura a seguir mostra a evolução do quadro de empregados, no qual se verifica redução de 2001 a 2003 e em seguida a recomposição, atingindo 60 empregados em 2011, devido

ao retorno de empregados anistiados pela Lei n.º 8.878/94.

Figura XXXI – Evolução do Número de Empregados



Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro de empregados, 20 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial, Anistiado Transitado ou pela lei de anistia, correspondendo a 36,67% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

**Quadro CXI - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2011**

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Matriz		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Contrato Padrão	36	36	-
Reintegrado (Transitado)	13	13	-
Reintegrado Liminar	0	0	-
Anistiado (Transitado)	2	2	-
Anistiado (Liminar)	0	0	-
Anistiado (Lei 8878/94)	7	9	2
Total	58	60	2

Fonte: Sutin/Gesof

O número de empregados enquadrados nas funções de nível superior representa 28,33%, sendo as funções de nível médio e fundamental, apresentam 71,67% do total da força de trabalho

Quadro CXII – Demonstrativo por Nível de Enquadramento

Situação Contratual	Nível				Total
	Auxiliar	Médio	Superior	Contrato Especial	
Contrato padrão	8	14	14	0	36
Reintegração Judicial (Transitado em julgado)	7	4	2	0	13
Reintegração judicial (liminar)	0	0	0	0	0
Readmissão-Anistia (Transitado em julgado)	1	1	0	0	2
Readmissão-Anistia (liminar)	0	0	0	0	0
Anistiado (Lei 8.878/94)	5	3	1	0	9
Total	21	22	17	0	60

Fonte: Sutin/Gesof

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 22 empregados com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste (especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado), evidenciando a necessidade de realização de concurso público para a criação de oportunidade para a regularização da situação funcional desses empregados.

Quadro CXIII – Demonstrativo por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	4	9	16	5	3	2	0	0	39
1.1 Membros de poder e agentes políticos											0
1.2 Servidores de Carreira			4	9	16	5	3	2			39
1.3 Servidores com Contratos Temporários											0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença											0
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	0	0	10	6	5	0	0	0	21
2.1 Cargos de Natureza Especial											0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior											0
2.3 Funções Gratificadas					10	6	5				21
3. Total	0	0	4	9	26	11	8	2	0	0	60

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro total, cerca de 1,67% encontrava-se em situação de redução da força de trabalho, destacando-se o Licenciado pelo INSS, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro CXIV – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1 A disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0
1.2 A disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	0
1.3 A disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0
2. Licença Remunerada (2.1+2.2)	0
2.1 Licença Maternidade	0
2.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3. Licença não Remunerada (3.1+3.2+3.3)	1
3.1 Licenciado INSS/Acidente de Trabalho	1
3.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3.3 Interesses particulares	0
4. Total de servidores afastados em 31 de dezembro	1

Fonte: Dipai/Sutin

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevaecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício. Pelo quadro abaixo verifica-se a existência de 18 empregados (30% do número do quadro de pessoal) reúnem todas as condições para o desligamento da Empresa. No início do exercício havia 22 empregados aposentados que mantinham contrato de trabalho com a Conab.

Quadro CXV – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária

Faixa Etária	Tempo de Trabalho na Empresa										Participação (%)
	0-5	6-10	11-15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	> 40	Total	
20 a 25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
26 a 30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
31 a 35	3	4	0	0	0	0	0	0	0	7	53,85
36 a 40	1	1	0	0	1	0	0	0	0	3	23,08
41 a 45	0	1	0	0	0	1	0	0	0	2	15,38
46 a 50	2	4	0	0	0	2	0	0	0	8	61,54
51 a 55	1	1	3	1	0	4	12	0	0	22	169,23
56 a 60	1	0	1	0	1	4	5	1	0	13	100,00
61 a 65	0	0	0	0	0	2	1	0	1	4	30,77
66 a 70	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	7,69
Mais de 70	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Total	9	11	4	1	2	13	18	1	1	60	-

Fonte: Dipai/Sutin

11.5.1 - Admissões, Demissões e Transferências

Durante o exercício ocorreram 03 admissões decorrentes do retorno de empregados anistiados.

11.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo, portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

11.5.3 – Recomposição do Quadro de Pessoal

Está prevista para 2012 a realização de concurso público para preenchimento de 155 vagas de analistas de nível superior, somente na Matriz, e a criação de cadastro reserva para reposição futura quando da abertura de novas vagas.

11.5.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Além dos empregados, a Sureg-SC contava com 11 estagiários de nível superior e 01 de nível médio, com custo anual de R\$ 93.972,58 (salário e auxílio transporte).

Quadro CXVI – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprovadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2011	Custo do Exercício (em R\$ 1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre			
Nível Superior	9	10	11	11	14	12	93.972,58
Área Fim	3	3	1	1			
Área Meio	6	7	8	8			
Nível Médio	1	1	1	1			
Área Fim	1	1	1	1			
Área Meio	0	0	0	0			
Total	10	11	12	12	14	12	93.972,58

Fonte: Sureh/Gepes

11.5.5 – Custos de Pessoal

Em 2011, a despesa de pessoal com os empregados lotados na Sureg-SC foi de R\$6.999.199,72, com participação de 1,7% na despesa total da Conab (R\$411.854.346,20).

Quadro CXVII - Custos de Recursos Humanos - Exercícios de 2009, 2010 e 2011

	2009	2010	2011
(-) DESPESAS DE PESSOAL	4.762.282,57	6.037.852,01	6.999.199,72
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	3.301.166,73	4.227.030,13	4.738.481,70
331901101 VENCIMENTOS E SALARIOS	1.695.413,78	2.278.987,39	2.512.279,37
331901105 INCORPORACOES	1.370,00	0	339,5
331901110 ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	1.096,00	195	0
331901131 GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGOS	58.000,00	0	0
331901133 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES	616.613,41	695.518,99	813.325,91
331901137 GRATIFICACAO POR TEMPO DE SERVICO	321.333,50	367.668,81	445.207,09
331901143 13 SALARIO	323.677,76	423.005,40	479.533,22
331901144 FERIAS - ABONO PECUNIARIO	80.766,70	84.995,66	94.786,33
331901145 FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	83.284,26	108.484,28	109.907,54
331901146 FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	121.752,24	159.389,73	165.557,58
331901147 LICENCA-PREMIO	33.017,86	99.366,44	90.834,59
523170203 CREDITOS P/ACERTO FINANC.C/EX-SERVIDORES	55.162,09	65.822,34	73.136,52
623170203 (-)CREDITOS P/ACERTO FINANC.C/EX-SERVIDORES	-56.586,60	-73.472,53	-64.819,41
523310701 PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	239.819,81	301.622,51	332.985,91
623310701 (-)PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	-239.819,81	-301.622,51	-332.985,91
523310702 PROVISAO PARA FERIAS	414.452,52	532.569,15	559.688,50
623310702 (-)PROVISAO PARA FERIAS	-393.333,83	-449.605,43	-499.829,13
523170502 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - NAO FINANCEIROS	235.736,36	274.064,53	314.330,80
613120500 (-)ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-290.589,32	-339.959,63	-355.796,71
OBRIGACOES PATRONAIS	1.201.064,87	1.553.025,36	1.758.952,53
331901301 F.G.T.S.	274.136,68	331.054,75	371.850,62
331911304 CONTRIBUICAO DE SALARIO EDUCACAO	85.633,67	103.401,56	116.183,06
523310708 ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISOES	194.321,36	299.069,79	324.898,93
623310708 (-) ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISOES	-186.972,06	-259.347,89	-302.519,43
331911302 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	798.225,89	964.601,42	1.083.062,17
331911309 SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO	35.719,33	114.245,73	165.477,18
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	208.572,39	233.793,68	262.835,83
331909401 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRAB.-ATIVO CIVIL	0	2.870,98	10.131,24
331901632 SUBSTITUICOES	48.920,00	50.609,38	45.658,06
331909201 DESP.EXERCICIOS ANTERIORES-ATIVO CIVIL	0	0	5.554,44
331901644 SERVICOS EXTRAORDINARIOS	14.661,91	85,05	4.380,46
333904901 INDENIZACAO AUXILIO-TRANSPORTE	102.975,81	111.106,57	116.845,53
331900801 AUXILIO FUNERAL A TIVO CIVIL	3.350,00	18.961,00	33.467,50
333900850 AUXILIO ESCOLA-ACORDO COLETIVO	11.920,00	18.440,00	16.800,00
333900849 AUXILIO DEFICIENTE - ACORDO COLETIVO	5.950,00	10.096,30	20.985,40
333900855 AUXILIO CRECHE	20.794,67	21.624,40	9.013,20
SENTENCAS JUDICIARIAS E DEP.COMPULSORIOS	51.478,58	24.002,84	238.929,66
331906702 VANTAGEM PESSOAL SENT.JUDICIAL-PENSOES	64.469,40	0	0
331909132 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CAR.UNICO-ATIVO CIVIL	25.678,69	6.305,15	0
331906703 DEPOSITOS PARA RECURSOS	70.181,25	97.180,58	0
331909145 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CAR.CONT.INATIVO CIVIL	0	0	13.122,65
331919132 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CART.UNICO-ATIVO CIVIL	2.254,60	0	178.687,53
331909106 SENTENCAS JUDICIAIS DE PEQUENO VALOR	0	127,76	112.588,03
333906703 DEPOSITOS PARA RECURSOS	0	0	0
523170602 RECURSOS VINCULADOS	23.545,29	5.790,93	58.898,48
613120300 (-)DEPOSITOS REALIZAVEIS VINCULADOS	-134.650,65	-85.401,58	-124.367,03

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício-DRE

11.5.6 – Mão de Obra Terceirizada

Quadro CXVIII - Composição e Custos de Recursos Humanos Terceirizado – Exercícios de 2009 a 2011

FINALIDADES/ EXERCÍCIOS	CONSERVAÇÃO E VIGILÂNCIA		APOIO ADMINISTRATIVO		ATIVIDADE DE ÁREA FIM		ESTAGIÁRIOS	
	QTD	CUSTO	QTD	CUSTO	QTD	CUSTO	QTD	CUSTO
2009	11	123.142,89	03	48.182,48	02	31.733,97	13	91.559,15
2010	11	167.956,33	03	58.408,76	02	26.355,83	13	88.107,64
2011	11	157.822,32	03	90.914,15	-	47.273,14	13	88.476,63

Fonte: Gefad/Secof

1. As despesas com Vigilância Ostensiva referem-se a Unidade Armazenadora de São José e da Superintendência Regional.
2. As despesas com Limpeza e Conservação referem-se as Unidades de Herval D'Oeste e São José acoplada a Superintendência Regional.
3. O valor destacado como “Atividade Apoio Administrativo” refere-se as despesas com honorários advocatícios e motoboy para a Superintendência.
4. Os valores referente a atividade de área fim destinaram-se aos serviços de braçagem na UA. Herval D'Oeste e Operador de Máquinas e Equipamentos à UA. São José.

Quadro CXIX - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Superintendência Regional de Santa Catarina															
UG/Gestão: 135284 – 22211										CNPJ: 26.461.699/0270-38					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
							F		M		S				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		P	C
2008	V	O	01/03/08	87134.086/0001-23	01/09/11	31/08/12			8				A	-	0
2011	L	O	01/03/11	02531.3430001-08	01/03/11	29/02/12	1						A		0
2009	L	O	01/01/09	07641.792/0001-22	02/03/11	01/03/12	2		-		-	-	A	-	0
Observação:															
Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada															

Fonte: Gefad-SC

QUADRO CXX - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA													
UG/Gestão: 135284/22211							CNPJ: 26.461.699/0270-38						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	*14	O	03/2009	08.233.101/0001-14	04/05/09	03/05/13							P
2011	04	O	04/2011	08.268.712/0001-06	18/04/11	17/04/13							P
2009	*14	O	09/2009	00.639.019/0001-82	18/11/09	17/11/11							E
Observação: Quanto ao nível de escolaridade, informa-se que as empresas foram contratadas pelo tipo de serviço e não pelo nível de escolaridade. Nos contratos não se estabelece o número de pessoas e sim de atividades a serem desenvolvidas.													
* - Contrato firmado com Escritório Terceirizado de Advocacia;													
** - Contrato firmado com o Sindicato de Braçagistas													

LEGENDA
Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiras,
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis;
11. Manutenção de bens imóveis;
12. Brigadista;
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
14. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: GEFAD-SC

11.5.7 – Principais Indicadores de Desempenho

Quadro CXXI - Indicador: Rotatividade ou Turnover total				
Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gepes				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(Ad+De)/2]/(QLm)*100$ onde Ad=Admissões De=Demissões e QLm=Quadro de Lotação médio no período. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
< que 5%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.				

Quadro CXXII - Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Sugep/Gebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(ASOem/QLex)*100$, onde: ASOem= nº de Atestados de Saúde Ocupacional emitidos e QLex=Quadro de lotação em exercício. ASO emitido é o Atestado emitido pelo médico após o funcionário realizar os exames. Abrangência:				
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.				

Quadro CXXIII - Indicador: Taxa de Integração de concursados				
Objetivo do Indicador: Conhecer e acompanhar a eficácia do processo de integração dos novos empregados, influenciado por fatores como: receptividade da equipe, apreço demonstrado pela chefia, espírito de equipe, valores e políticas da empresa, processo de				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gepes				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Dc/Ad)*100$ onde De=Nº de demissões de concursados e AD=Nº de Admissões de concursados. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
< que 1%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.				

Quadro CXXIV - Indicador: Percentual de ocorrências de Acidentes de trabalho e Doenças ocupacionais				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Sugep/Gebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: Nº de AT+DO onde, AT=Acidente de Trabalho e DO=Doenças ocupacionais. Abrangência: UF e Brasil, Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
próximo a zero				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as regionais.				

11.6 – Cibrius

Não há gestão na Superintendência Regional. Centralizado na Matriz.

12 – Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil

12.1 – Análise da Execução Orçamentária

Quadro CXXV - Denominação das Unidades Orçamentárias		
Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código Siafi da UGO
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	22211	135100

Quadro CXXVI – Movimentação de Crédito

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	
Movimentação Interna	Recebido	135100	135279	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-257,01	-257,01
		135100	135284	08.605.1049.2802.0001	0,00	1.582,45	0,00	0,00	1.582,45
		135100	135284	20.122.0350.2272.0001	0,00	377,60	0,00	0,00	377,60
		135100	135284	20.122.0352.2272.0001	2.074.089,76	0,00	0,00	0,00	2.074.089,76
		135100	135284	20.122.0352.2272.0001	0,00	965.819,91	17.675,31	0,00	983.495,22
		135100	135284	20.122.0352.2829.0001	0,00	-122,40	0,00	0,00	-122,40
		135100	135284	20.122.0360.2272.0001	0,00	16.948,48	0,00	0,00	16.948,48
		135100	135284	20.122.1492.2272.0001	0,00	3.572,00	0,00	0,00	3.572,00
		135100	135284	20.125.0352.2137.0001	0,00	61.783,86	0,00	0,00	61.783,86
		135100	135284	20.126.0352.4702.0001	0,00	11.650,00	0,00	0,00	11.650,00
		135100	135284	20.128.0360.4572.0001	0,00	5.231,40	0,00	0,00	5.231,40
		135100	135284	20.301.0352.2004.0001	0,00	251.125,74	0,00	0,00	251.125,74
		135100	135284	20.306.0352.2012.0001	0,00	374.002,70	0,00	0,00	374.002,70
		135100	135284	20.331.0352.2011.0001	0,00	8.525,62	0,00	0,00	8.525,62
		135100	135284	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	48.319.814,33	48.319.814,33
		135100	135284	20.605.0352.8579.0001	0,00	1.462,50	0,00	0,00	1.462,50
		135100	135284	20.605.0360.4711.0001	0,00	34.701,46	0,00	0,00	34.701,46
		135100	135284	28.846.0901.0022.0001	496.208,40	6.260,35	0,00	0,00	502.468,75
		135100	135549	08.306.1049.2798.0001	0,00	-14.110,00	0,00	0,00	-14.110,00
		135100	138011	20.122.0352.2829.0001	0,00	8.877,60	0,00	0,00	8.877,60
		135100	135276	20.122.0352.2272.0001	0,00	-160,00	0,00	0,00	-160,00
		135347	135284	08.244.1049.2792.0001	0,00	516.320,82	0,00	0,00	516.320,82
		135347	135284	08.605.1049.2802.0001	0,00	670.192,73	0,00	0,00	670.192,73
		135347	135284	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	1.428.082,00	1.428.082,00
		135347	135284	08.306.1049.2798.0001	0,00	32.392.610,57	0,00	0,00	32.392.610,57
		135347	135284	06.182.1029.22B0.0101	0,00	3.116,19	0,00	0,00	3.116,19
		135347	135549	08.244.1049.2792.0001	0,00	-991,72	0,00	0,00	-991,72
		135347	135549	08.306.1049.2798.0001	0,00	-10.000,00	0,00	0,00	-10.000,00
	Enviado	135276	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	67,27	0,00	0,00	67,27
		135278	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	40,33	0,00	0,00	40,33
		135279	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	2.209.756,18	2.209.756,18
		135284	135100	06.182.1029.22B0.0101	0,00	501,50	0,00	0,00	501,50
		135284	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	0,02	0,00	0,00	0,02
		135284	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	1.637,80	0,00	0,00	1.637,80
		135284	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	1.003,21	0,00	0,00	1.003,21
		135284	135100	20.122.0352.2272.0001	18.870,00	0,00	0,00	0,00	18.870,00
		135284	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	53.223,28	3.750,95	0,00	56.974,23
		135284	135100	20.122.0360.2272.0001	0,00	531,24	0,00	0,00	531,24
		135284	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	1.687,65	0,00	0,00	1.687,65
		135284	135100	20.126.0352.4702.0001	0,00	11.650,00	0,00	0,00	11.650,00
		135284	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	700,00	0,00	0,00	700,00
		135284	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	21.023,00	0,00	0,00	21.023,00
		135284	135100	203060352.2012.0001	0,00	27.343,20	0,00	0,00	27.343,20
		135284	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	140.595,07	140.595,07
		135284	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	6.867,11	0,00	0,00	6.867,11
		135284	135100	28.846.0901.0022.0001	191.810,19	0,00	0,00	0,00	191.810,19
		135445	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	64.347,94	64.347,94
		135549	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	7.708,74	0,00	0,00	7.708,74
		135549	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	807,22	0,00	0,00	807,22
		135549	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	869,49	0,00	0,00	869,49

Fonte: Siafi

Quadro CXXVII - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite	533,15	0,00	533,15	0,00
Tomada de Preços	48.840,37	38.746,39	48.840,37	38.746,39
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	12.532.554,07	24.165.817,26	12.532.554,07	24.165.817,26
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	23.988.156,41	34.028.011,68	23.988.156,41	34.028.011,68
Inexigibilidade	5.545.421,79	23.389.706,42	5.545.421,79	23.389.706,42
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	7.421,87	1.441,44	7.421,87	1.441,44
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	1.868.871,95	112.588,03	1.868.871,95	112.588,03
Diárias	221.029,00	164.126,43	221.029,00	164.126,43
Não se Aplica	932.302,21	732.131,67	932.302,21	732.131,67

Fonte: Siafi

Em 2011, destacaram-se as despesas realizadas na modalidade de Dispensa de Licitação, no valor total de R\$ 34.028,011,08. Destacam-se as despesas referentes a formação e manutenção dos estoques públicos, tanto os adquiridos no âmbito da PGPM quanto do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Neste Programa as aquisições de produtos agropecuários são realizadas por Dispensa de Licitação em conformidade com o Art. 17 da Lei n.º 12.512, de 14/10/2011. Em relação ao exercício anterior verifica-se incremento de 41,85%, em decorrência da maior intervenção governamental no mercado do arroz e do feijão, acrescentando, ainda, a aquisição de embalagens, que envolveu o pagamento com remoção, braçagem, sacarias e indenizações de ICMS, num gasto de R\$ 8.400.396,34 para a UG 135445 do Mercado de Opções e R\$ 14.452.203,54 para a UG 135279 da PGPM. Isto se deu em função da ocorrência de preços inferiores aos preços mínimos fixados. Deste total R\$ 158.269,11 foram destinados ao atendimento dos custeios da Sede da Sureg, garantidos pela dispensa de licitação. Do exercício de 2010 para 2011 houve um incremento de 92,82%, que foi necessário devido às quebras da safra do milho e remoção do feijão para atender povos necessitados.

Na modalidade Pregão destacam-se as despesas empenhadas para pagamento de serviços de carga e descarga de produtos, sacarias e remoção de feijão e milho que na UG PGPM 135279, totalizou em R\$ 14.452.203,54, na UG do Mercado de Opção R\$ 8.400.396,34. Ficando os empenhos para as despesas Administrativas, de custeio relacionadas aos serviços de vigilância, limpeza, auxílio alimentação e outros, que totalizaram em R\$ 772.717,76.

Em Inexigibilidades estão agrupados principalmente os pagamentos referentes a operações de Mercado de Opção com arroz, armazenagem, classificação e Funrural que totalizaram em R\$ 7.676.572,01. Na UG 135279 - PGPM, no valor R\$ 15.375,839,46 foram utilizados para pagamentos aquisição feijão, armazenagem e transportes. A diferença se destinou ao empenho de despesas administrativas com assistência médica/odontológicas aos empregados e dependentes e, aquelas referentes à realização dos exames médicos periódicos obrigatórios, e vale transporte que ficou em R\$ 237.588,91. Em 2011, estas despesas representaram 67,61% do total empenhado.

Quadro CXXVIII – Grupo de Despesas

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesa de Pessoal	1.868.871,95	2.336.567,23	1.868.871,95	2.342.827,58	0,00	0,00	1.710.716,09	2.163.208,02
Outros Benefícios Assistenciais	0,00	7.437,00	0,00	7.437,00	0,00	0,00	0,00	7.437,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	249.084,02	278.027,75	249.084,02	278.027,75	0,00	0,00	229.600,12	256.488,66
Obrigações Patronais	1.513.303,46	1.736.573,03	1.513.303,46	1.736.573,03	0,00	0,00	1.374.631,50	1.578.492,56
Depósitos Compulsórios	97.180,58	112.588,03	97.180,58	112.588,03	0,00	0,00	97.180,58	112.588,03
Sentenças Judiciais	6.432,91	191.810,18	6.432,91	198.070,53	0,00	0,00	6.432,91	198.070,53
Indenizações e Restituições Trabalhistas	2.870,98	10.131,24	2.870,98	10.131,24	0,00	0,00	2.870,98	10.131,24
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	25.358.799,43	35.173.116,80	25.350.357,06	35.076.781,46	8.442,37	90.074,99	24.610.167,26	33.693.647,80
Diárias	221.029,00	164.126,43	221.029,00	164.126,43	0,00	0,00	220.878,00	164.126,43
Material de Consumo	146.380,38	0,00	145.539,38	0,00	841,00	0,00	138.712,13	0,00
Material de Distribuição Gratuita	22.729.350,12	32.845.573,97	22.729.350,12	32.836.826,50	0,00	8.747,47	22.062.799,95	31.491.318,52
Passagens e Despesas com Locomoção	87.365,87	77.941,46	87.365,87	75.763,46	0,00	2.178,00	86.405,58	75.763,46
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	33.216,13	48.507,27	33.216,13	48.507,27	0,00	0,00	30.450,93	44.772,99
Locação de Mão-de-Obra	216.321,80	240.257,12	216.321,80	240.257,12	0,00	0,00	198.681,80	240.257,12
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1.147.419,21	1.197.810,91	1.140.123,10	1.155.910,29	7.296,11	41.900,62	1.094.827,21	1.123.587,84
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	777.716,92	592.639,29	777.411,66	555.390,39	305,26	37.248,90	777.411,66	553.821,44
Indenizações e Restituições	0,00	6.260,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4 – Investimentos	62.500,39	13.924,36	57.531,38	13.924,36	4.969,01	0,00	56.269,75	13.924,36
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	46.511,97	0,00	46.511,97	0,00	0,00	0,00	45.250,34	0,00
Equipamentos e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	15.988,42	13.924,36	11.019,41	13.924,36	4.969,01	0,00	11.019,41	13.924,36
5 – Inversões Financeira	17.854.959,05	47.332.940,13	16.459.916,91	35.824.594,73	1.395.042,14	11.508.345,40	13.911.192,43	35.150.332,26
Aquisição de Produtos para Revenda	17.854.959,05	47.332.940,13	16.459.916,91	35.824.594,73	1.395.042,14	11.508.345,40	13.911.192,43	35.150.332,26
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	45.145.130,82	84.856.548,52	43.736.677,30	73.258.128,13	1.408.453,52	11.598.420,39	40.288.345,53	71.021.112,44

Fonte: Siafi

Em 2011 não houve alterações na programação orçamentária/financeira sendo registradas apenas variações, para mais ou menos, na execução das diversas ações orçamentárias.

Os valores apresentados no Grupo 1 – Despesas de Pessoal não refletem as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada pela Matriz – UJ 135100, restando apenas os pagamentos dos encargos, como as contribuições previdenciárias e o salário educação, seguros de acidente de trabalho, FGTS e outros. Em relação ao exercício de 2010 verificou-se variação, a maior, de 25,03%, decorrente principalmente do reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2011/12, da concessão de promoções por tempo de trabalho que interferem no valor dos encargos recolhidos pela Regional. Também contribuíram o aumento das despesas com o cumprimento de sentenças judiciais trabalhistas.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes estão relacionadas as despesas com o custeio da Companhia, com a aquisição de produtos para doação gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, com a manutenção de bens móveis e imóveis, com vigilância e serviços de limpeza, com assistência médica e odontológica dos empregados e dependentes, com os auxílios concedidos ao empregados e outros. O valor total empenhado neste Grupo foi de R\$33.173.116,80, com acréscimo de 38,70% sobre o valor registrado em 2010, em decorrência principalmente da maior aplicação de recursos na aquisição de produtos para distribuição gratuita. A execução das despesas deste Grupo sofreram contingenciamento de 28%, de acordo com a Portaria MAPA n.º 29, de 29/03/2011, e, também, com os limites de empenho para as despesas com diárias, passagens e locomoção.

O Grupo 4 – Investimento contempla as despesas relacionadas às melhorias nos imóveis, tanto na unidade armazenadora quanto na sede da Regional e à compra de equipamentos, inclusive de informática. A execução das despesas deste Grupo sofreu forte impacto com o contingenciamento de 65% imposto pela citada Portaria, principalmente aquelas relacionadas com a Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. A execução desta Ação também foi prejudicada pela falta de pessoal, principalmente de engenheiros e agrônomos, para o desenvolvimento dos projetos e a elaboração das planilhas de custo na forma requerida pela Controladoria-Geral da União, assim como para a fiscalização e o recebimento das obras. Consequentemente, os serviços previstos para a manutenção das unidades ou a aquisição de equipamentos necessários para a adequação dos armazéns aos critérios estabelecidos para a certificação, foram postergados para 2012. Em relação ao exercício anterior verifica-se decréscimo de aproximadamente 77,72% nas despesas empenhadas, devido principalmente a não realização de investimentos realizados nas unidades armazenadoras.

No Grupo 5 estão agregadas as despesas referentes à aquisição de produtos agrícolas, à manutenção dos estoques públicos, à remoção de produtos e demais despesas correlatas, tais como braçagem, impostos e outros. Inclui as despesas com a formação e manutenção tanto dos estoques adquiridos no âmbito da PGPM quanto pelo PAA, neste caso, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Em relação ao exercício anterior as despesas empenhadas tiveram acréscimo de 165,10%, passando de R\$17.854,95 para 47.332.940,13, em 2011. Destacaram-se as despesas liquidadas com o pagamento das aquisições de produtos no âmbito da PGPM, no valor de R\$18.561.761,96 (51,81% das despesas totais do Grupo) e as despesas com fretes em atendimento ao Programa Fome Zero e para envio aos países amigos, a título de Ajuda Humanitária Internacional, com participação de 28,74%.

Quadro CXXIX - Execução Física e Orçamentária das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Dotação Prevista (R\$)	Dotação Realizada (R\$)
20	301	0352	2204	A	4	Pessoa beneficiada	195	191	195	231.000,00	230.102,74
20	301	0352	20CW	A	4	Servidor beneficiado	55	-	50	-	-
20	306	0352	2012	A	4	Servidor beneficiado	56	59	60	350.000,00	346.659,50
20	331	0352	2011	A	4	Servidor beneficiado	43	51	52	9.000,00	8.525,62
20	126	0352	4702	A	4	Unidade cadastrada	-	25	25	-	-
20	128	0360	4572	A	4	Servidor capacitado	48	100	42	36.000,00	4.531,40
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	350.000,00	310.658,56
20	125	0352	2137	A	4	Fiscalização realizada	230	242	124	60.000,00	57.918,21
20	605	0352	2130	A	4	Produto adquirido	255000	20509	262654	90.000.000,00	34.396.512,73
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	2.955.000,00	2.943.603,16
20	605	0352	8579	A	4	Informação disponibilizada	-	-	-	2.000,00	1.462,50
20	605	0352	8566	A	4	Mercado integrado	-	-	-	-	-
20	122	0352	2829	A	4	Unidade modernizada	2	1	2	164.732,04	-
20	605	0360	4711	A	4	Pesquisa realizada	12	12	12	30.000,00	27.834,35

Fonte: Supor/Geare

Ação 2204 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

O Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do empregado é calculada de acordo com nível salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), constante da Cláusula Oitava, do Acordo Coletivo de Trabalho-2009/2011.

Quadro CXXX- Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Programa de Trabalho = 20.301.0352.2004.0001

PTRES = 024581

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SC	
Dotação Orçamentária Inicial	19.519.046,00	231.000,00	
Suplementação/Cancelamento	5.086.246,00	-	-
Dotação Final	24.605.292,00	231.000,00	0,94
Execução Orçamentária	24.534.231,29	230.102,74	0,94
Índice	99,71	99,61	-
Meta Física	14.849	195	1,31
Execução Física	14.880	191	1,28
Índice	100,21	97,95	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Visando o atendimento das necessidades dos empregados da Conab e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada a dotação orçamentária para a Sureg-SC, de R\$231.000,00. Durante o exercício de 2011, foram executados R\$231.000,00, perfazendo 99,11% da meta orçamentária, atendendo 191 beneficiários dos 195 planejados como meta.

Os atendimentos estão dentro do esperado, sendo que neste exercício, houve uma procura menor por médicos e dentistas por parte dos beneficiários, atingindo o percentual de 97,95% em relação a meta proposta.

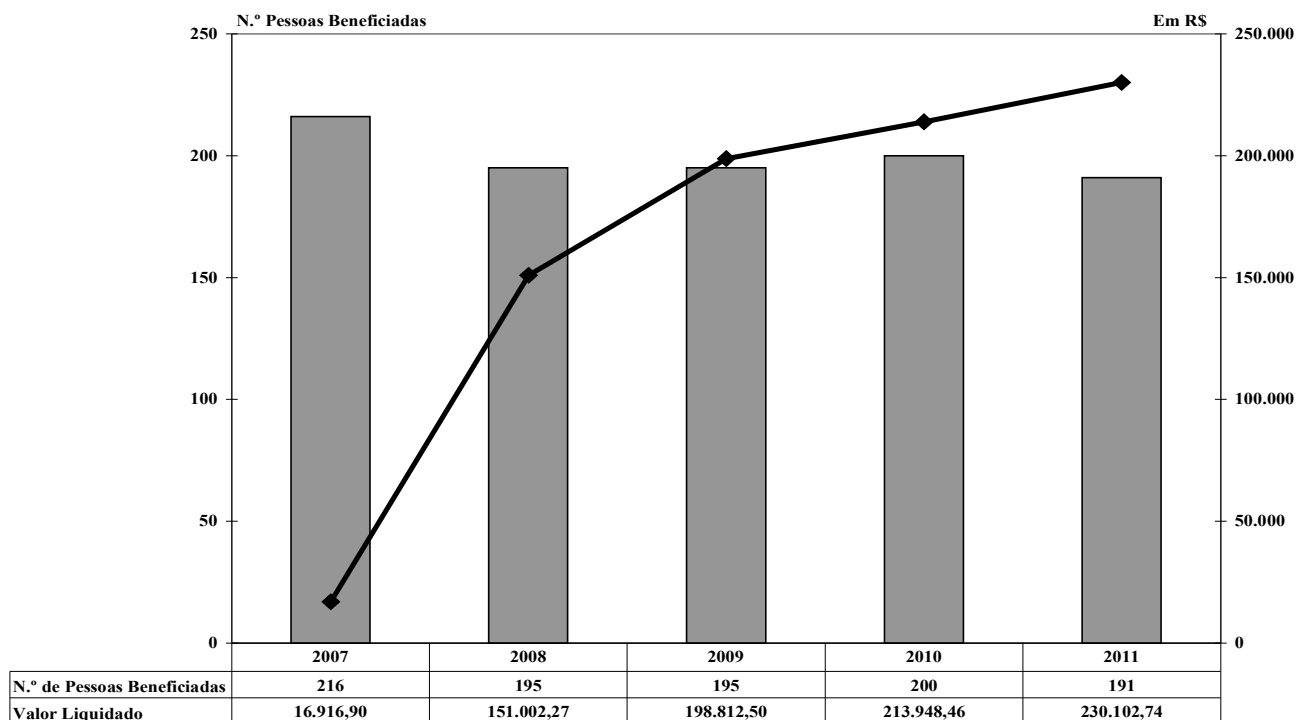
Quadro CXXXI – Execução Física/Orçamentária - Ação 2204

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2010	2011		2010	2011	
Meta/Dotação Orçamentária	195	195	0,00	215.000,00	231.000,00	7,44
Execução	200	191	-4,50	213.948,46	230.102,74	7,55
Percentual de Execução	102,56	97,95	-	99,51	99,61	-
Gasto per capita (R\$)				1.069,74	1.204,73	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Com relação aos Custos por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS), que visa acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS, no exercício 2011, o gasto *per capita* de atendimento médico e odontológico do SAS, foi de R\$ 1.204,73 diante do valor de 1.069,74 para 2010. O aumento das despesas médicas tem como principal causa a mudança de faixa etária dos empregados, uma vez que quanto mais idoso o empregado, mais necessários e mais frequentes se tornam os cuidados com a saúde, fazendo aumentar a procura pelos serviços oferecidos pela rede credenciada. Além disto, também são fatores de aumento das despesas médicas os reajustes nas tabelas médicas e odontológicas ocorridas no exercício e utilização de procedimentos mais onerosos.

Figura XXXII - Histórico - Beneficiários Atendidos x Valores Executados médicos e odontológicos



O gráfico acima demonstra historicamente a relação de beneficiários atendidos, juntamente com os valores executados, sendo que de 2008 até 2011, o número de atendimentos

segue praticamente constante, com pequenas variações.

Os valores executados mostram-se crescentes ano a ano, justificado pelos reajustes anuais de tabelas de honorários médicos e odontológicos.

Ação 20cw - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de convênios, a Conab promove anualmente Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria Mtb n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII - Dos Deveres e Proibições. O Exame Médico Periódico é totalmente custeado pela Companhia, incluindo exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, ginecológica, urológica, etc.

Quadro CXXXII - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001

PTRES = 030856

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SC	
Dotação Orçamentária Inicial	754.740,00	-	
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	754.740,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	779.199,93	25.202,85	3,23
Índice	103,24	-	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	55	1,31
Execução Física	2.546	58	2,28
Índice	60,72	105,45	-

Fonte: Geare e Gebem

Quanto aos exames periódicos, não houve aprovação de dotação orçamentária para a Sureg/SC, tendo sido o orçamento executado na Ação do SAS, cujo valor executado no exercício de 2011 foi de R\$ 25.202,85.

A meta física previa o atendimento de 55 empregados, sendo que o executado foram 58 empregados, devido ao ingresso de 03 (três) empregados anistiados.

Quadro CXXXIII – Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= SIAFI Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010				99,85
2011	Meta:	100,00	Realizado	-

Com relação ao Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS), que tem por objetivo acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA), informamos que a dotação orçamentária foi executada na Ação do SAS. Desta forma, não foi apresentado o percentual de execução.

Quadro CXXXIV - Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados :				
2010				90,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	105,45

O percentual de Atendimentos no Serviço de Assistência à Saúde (SAS) representa os atendimentos médicos e odontológicos relacionados aos exames médicos periódicos aos empregados. A meta de atendimento estabelecida foi de 100% para o exercício 2011, sendo realizado o percentual de 105,45%, resultado que se justifica pelo ingresso de empregados anistiados no referido exercício.

Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

O auxílio-alimentação na forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

É concedido em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia, do auxílio alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei n.º 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório

Quadro CXXXV - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
Programa de Trabalho = 20.306.0352.2212.0001
PTRES = 001684

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SC	
Dotação Orçamentária Inicial	23.146.764,00	350.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-900.000,00	-	-
Dotação Final	22.246.764,00	350.000,00	1,57
Execução Orçamentária	21.662.047,14	346.659,50	1,60
Índice	97,37	99,05	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	56	1,34
Execução Física	4.334	59	1,36
Índice	103,36	105,36	-

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

No exercício de 2011, a Regional previa uma dotação orçamentária de R\$350.000,00, sendo executados R\$346.659,50, perfazendo 99,05% da meta estabelecida.

O Auxílio-Alimentação é fornecido mensalmente por meio de 23 créditos no cartão magnético (refeição ou alimentação) de valor unitário de R\$20,00/dia.

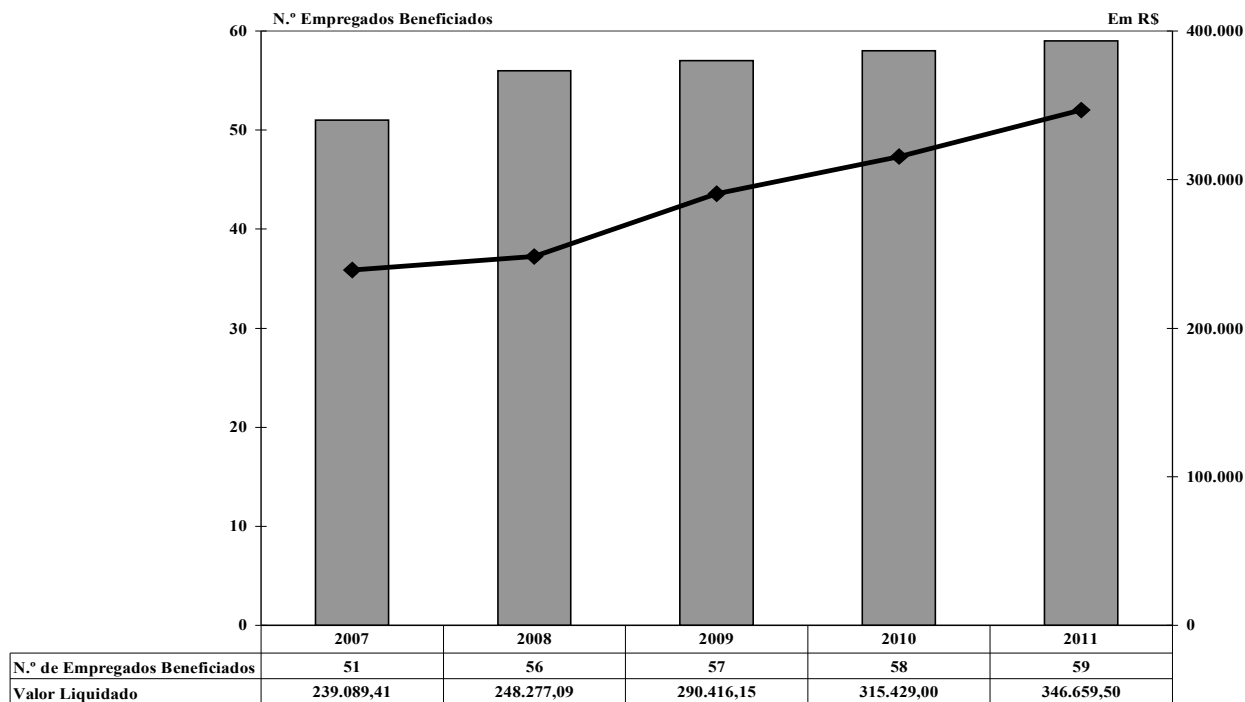
A Sureg-SC previa o atendimento a 56 empregados e beneficiou 59, sendo que este acréscimo ocorreu devido ao retorno de 03 empregados anistiados, apresentando um índice de 105,36%, ou seja, 5,36% além da meta.

Quadro CXXXVI - Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação				
Objetivo: Geralompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				4.688,03
2008				4.433,52
2009				5.095,02
2010				5.438,43
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	5.875,58

O custo unitário por atendimento referente ao Auxílio-Alimentação representou o valor de R\$ 5.438,43 por empregado beneficiado no exercício de 2011. Uma análise histórica permite-nos perceber que há um constante crescimento ao longo dos anos, excetuando 2008. Essas variações

acontecem por motivo de entrada de empregados ou reajustes no acordo coletivo, e os decréscimos por motivo de saída de empregados.

Figura XXXIII - Histórico – Empregados Beneficiados Atendidos x Valores Liquidados Alimentação/Refeição



O gráfico acima demonstra historicamente a relação de empregados beneficiados, juntamente com os valores liquidados, sendo que é possível percebermos um aumento constante, no período de 2007 a 2011, do número de empregados atendidos. Ainda assim, os valores liquidados também acompanham esse aumento gradativo, por motivos de ingresso de empregados e também de reajustes nos créditos do cartão Alimentação/Refeição.

Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregado

Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

Quadro CXXXVII - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
Programa de Trabalho = 20.331.0352.2011.0001
PTRES = 01685

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SC	
Dotação Orçamentária Inicial	6.931.122,00	9.000,00	
Suplementação/Cancelamento	510.000,00	-	
Dotação Final	7.441.122,00	9.000,00	0,12
Execução Orçamentária	7.352.073,59	125.371,15	1,71
Valor Liquidado na Sureg-SC	0,00	8.525,62	-
Valor Liquidado na Matriz	0,00	116.845,53	93,20
Índice	98,8	-	
Meta Física – Servidor beneficiado	3.282	43	1,31
Execução Física	4.286	51	1,19
Índice	130,59	118,60	

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

Para o exercício 2011, a dotação orçamentária aprovada para a Sureg-SC foi de R\$ 9.000,00, tendo sido liquidado o valor de R\$ 8.525,62, resultando no atingimento de 94,73%, muito próximo ao valor estipulado. Teve como meta física atender uma média de 43 beneficiários/mês, mas beneficiou 51, atingindo 118% do previsto, ou seja, 18% a mais que o previsto. Acontecimento este que se justifica pelo ingresso de empregados anistiados e também pela solicitação de parte dos empregados da alteração do vale transporte de cartão ou papel por pecúnia.

Por meio do Auxílio Transporte, oferecido em papel e cartão eletrônico, foram atendidos 04 empregados, representando 6,67% da lotação total da Superintendência Regional.

Quadro CXXXVIII - Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte

Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte

Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte

Tipo: Eficiência

Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado

Meta: Menor ou igual ao ano anterior

Fórmula de Cálculo: (X/Y)

Variáveis: X = Valor executado e Y = n.º de beneficiados

Fonte: X= Siafi Y= Sureh/Gesas

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gebem

Resultados:

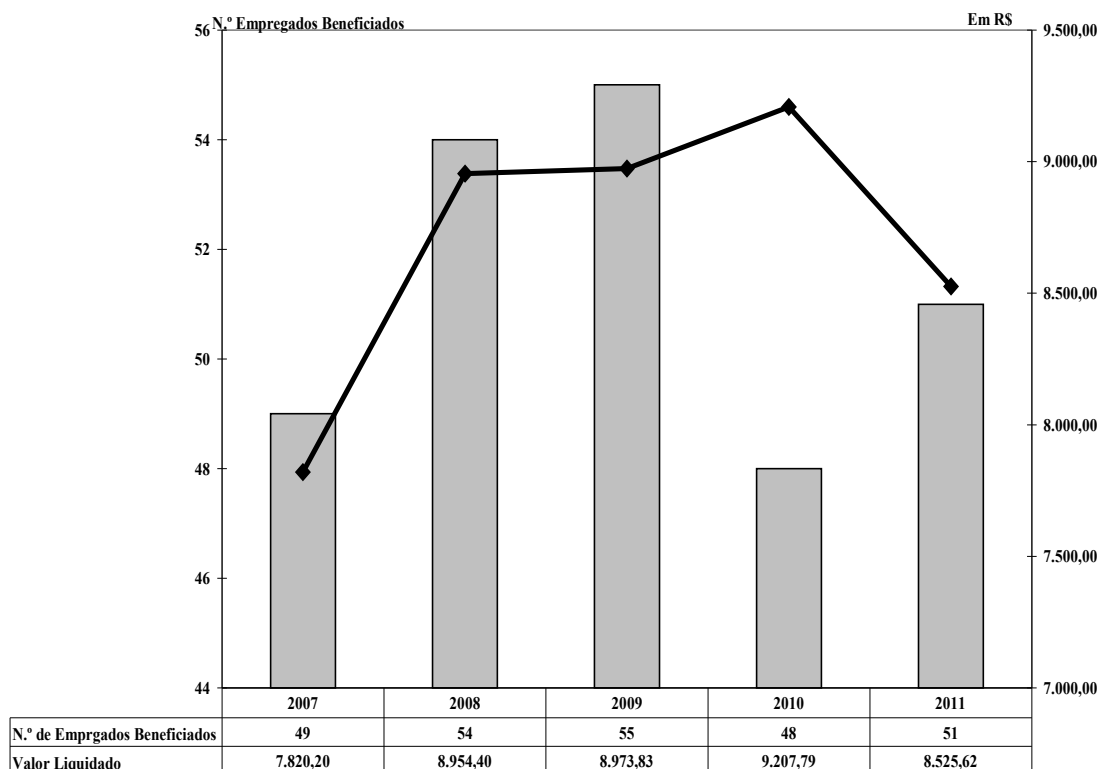
2007				159,60
2008				165,82
2009				163,16
2010				191,83
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	167,17

Para os empregados que recebem em pecúnia, o auxílio transporte é executado pela UG 135100, Matriz.

No que tange ao custo unitário de atendimento com o benefício do Auxílio Transporte, o exercício 2011 apresentou um custo médio de R\$ 167,17 gastos por empregado. A partir de 2007,

podemos perceber um crescente reajuste nos valores do vale transporte, excetuando 2010, ano em que a Regional tinha dois empregados recebendo vale transporte interurbano por residirem em cidades distantes de nossa sede, sendo estes mais caros que os utilizados normalmente. Com o falecimento de 01 desses empregados e o afastamento do outro por Auxílio Doença, houve uma queda nos custos unitários.

Figura XXXIV - Histórico – Empregados Beneficiados x Valores Liquidados vale transporte



O número de empregados beneficiados com vale transporte cotejado com o valor liquidado, conforme apresentado no gráfico, revela um crescimento constante de empregados beneficiados desde 2007, juntamente com os valores liquidados, excetuando 2010, ano em que houve uma queda na quantidade de beneficiados, voltando a crescer em 2011 pelo ingresso de empregados na Companhia.

Ação 4702 - Unidades Cadastradas

Para formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras atualizado foram efetivadas novas cadastramentos, conforme abaixo:

Quadro CXXXIX - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
Programa de Trabalho = 20.126.0352.4702.0001
PTRES = 01692

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SC	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	-	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	-	-
Dotação Final	500.000,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	60.970,43	-	0,00
Índice	12,19	-	-
Meta Física – Unidade cadastrada	4.500	-	0,00
Execução Física	1.889	25	1,32
Índice	41,98	-	-

No exercício de 2011, não existia meta física a ser cumprida. Entretanto, considerando a demanda para cadastramento de unidades, cumprimos a execução física de 25 unidades, o que representou 1,32% da execução nacional. Os recursos orçamentários aprovados na LOA/2010 eram de R\$500.000,00, para ação nacional. A Sureg-SC não tinha meta de execução. Para cumprimento da execução física a atividade foi realizada em conjunto com as operações de fiscalização de estoques estoques governamentais.

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Quadro CXL - Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação
Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001
PTRES = 001694

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SC	
Dotação Orçamentária Inicial	1.530.000,00	36.000,00	2,35
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	1.530.000,00	36.000,00	
Execução Orçamentária	372.576,40	4.531,40	1,22
Índice	24,35	12,59	
Meta Física	4.300	48	1,12
Execução Física	3.165	100	3,16
Índice	73,60	208,33	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Para a Sureg/SC no exercício de 2011, foi aprovada a dotação Orçamentária no valor de R\$36.000,00, sendo que a execução orçamentária foi de R\$ 4.531,40, representando 12,59% de execução em relação a meta estabelecida. Este fato deve-se à restrição nas verbas de diárias e à contenção de despesas, pois muitos cursos nas áreas administrativas e jurídicas são realizados em outras cidades.

A meta física aprovada para aquele exercício abrangia 48 empregados, sendo que o executado foi de 157 empregados, um aumento de 208,33%. Este aumento em relação ao estabelecido na meta deveu-se às ações de treinamento com palestras gratuitas na área da saúde, segurança, ergonomia, alimentação saudável.

Quadro CXLI - Custo por Empregado Capacitado				
Descrição: Custo por empregado capacitado				
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado				
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados				
Fonte: X = Siafi e Y=Sureh/Gecap				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				361,54
2008				190,45
2009				273,75
2010				268,57
2011	Meta:	268,57	Realizado	45,31
Análise:				

No exercício de 2011 foram gastos R\$ 45,31 por empregado capacitado, valor abaixo ao custo unitário praticado nos anos anteriores, por motivos de contenção de despesas, inclusive de diárias. Desta forma, foram priorizadas a disponibilização de palestras gratuitas.

Quadro CXLII - Percentual da Execução Financeira com Capacitação				
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100				
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				96,71
2008				88,08
2009				99,14
2010				98,03
2011	Meta:	100,00	Realizado	12,59
Análise:				

Quanto ao percentual de execução de gastos com a capacitação dos empregados, no exercício de 2011, foram executados apenas 12,59% em relação à meta estabelecida, registrando uma queda acentuada em comparação aos anos anteriores, devido à contenção de gastos.

Quadro CXLIII - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	50	170	3,4
Auditoria	0	0	-
Comunicação Social	0	0	-
Educação e Desenvolvimento	29	284	9,78
Financeira	1	450	450
Gerencial	0	0	-
Informática	0	0	-
Jurídica	15	30	2
Operacional	0	0	-
Planejamento	5	152	30,4
Qualidade	0	0	-
Total	100	1.086	10,86

Fonte: Gecap

Em 2011, foi dada ênfase a eventos nas áreas Administrativa (50 treinandos), educação e desenvolvimento (29 treinandos), e Jurídica (15 treinandos).

Quadro CXLIV - Elementos de Despesas com Capacitação

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	14.527,78	-	13.385,41	-	10.772,03	-	-	38.685,22
2008	7.470,00	-	5.511,89	-	22.250,50	-	-	35.232,39
2009	14.242,50	-	5.387,99	-	15.362,60	-	-	34.993,09
2010	18.677,50	267,78	6.169,04	-	13.947,60	-	-	39.061,92
2011	-	-	-	833,10	3.698,30	-	-	4.531,40

Fonte: Siafi

Quanto às despesas com capacitação de empregados para o ano de 2011, não houve gastos com diárias para treinamentos em face das restrições impostas pelo decreto nº 7.446, de 01/03/2011, com os gastos de material de consumo e passagens e despesas com Locomoção.

Os treinamentos realizados com pessoas físicas foram de R\$ 833,10, já para pessoas jurídicas apresentaram gastos no valor de R\$ 3.698,30, sendo que a soma desses resultados,

totalizou R\$ 4.531,40, para o exercício de 2011.

Ação 022 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devidas por Empresas Públicas

➤ **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.

➤ **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.

➤ **Descrição:** Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença judicial Transitada em Julgado.

Quadro CXLV – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado

Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001

PTRES = 001687

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SC	
Dotação Orçamentária Inicial	14.000.000,00	350.000,00	
Suplementação/Cancelamento	4.661.376,00	-	
Dotação Final	18.661.376,00	350.000,00	1,88
Execução Orçamentária	17.353.314,98	310.658,56	1,79
Índice	92,99	88,76	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

Nos créditos aprovados na LOA/2011 foi consignada dotação orçamentária nacional de R\$18.661.376,00 para despesas com pessoal e encargos e demais despesas correntes, visando o cumprimento de sentenças judiciais. A participação da Sureg/SC nesta Ação foi de 1,79% da execução orçamentária da Conab.

Quadro CXLVI - Elementos de Despesas com Cumprimento de Sentença Judicial

Exercício	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Desp. Correntes		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2007	19.975,12	-	-	-	19.975,12
2008	15.351,56	-	-	-	15.351,56
2009	134.650,65	27.933,29	-	-	162.583,94
2010	97.180,58	6.432,91	-	-	103.613,49
2011	112.588,03	191.810,18	-	6.260,35	310.658,56

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

Quadro CXLVII - Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da Sumaj				
Resultados:				
2007				39,95
2008				76,76
2009				99,14
2010				98,68
2011	Meta:	100,00	Realizado	88,76
Análise: A execução desta Ação no âmbito da Sureg/SC foi cumprida e ocorreu dentro da meta estabelecida na LOA.				

A execução das sentenças judiciais com trânsito em julgado no âmbito da Sureg/SC atingiu 88,76% da programação de R\$ 350.000,00 com valor de liquidação na ordem de R\$ 310.658,56 ficando dentro do resultado esperado.

Ação 2137 – Fiscalização de Estoques

Dos recursos alocados na LOA para a operação de fiscalização de estoque seguem abaixo:

Quadro CXLVIII - Fiscalização dos Estoques e da Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares

Programa de Trabalho = 20.125.0352.2137.0001

PTRES = 01690

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SC	
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 4.200.000,00	R\$ 60.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	R\$ 4.200.000,00	R\$ 60.000,00	1,43
Execução Orçamentária	R\$ 1.623.125,34	R\$ 57.918,21	3,57
Índice	38,65	-	-
Meta Física (fiscalização realizada)	5.500	230	4,18
Execução Física	6.030	242	4,01
Índice	109,64	105,22	-

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

A meta física global aprovada na LOA/2011 previa 5.500 fiscalizações e foram realizadas 6.030 fiscalizações representando 109,64%, sendo consignada dotação orçamentária de R\$4.200.000,00 com execução de R\$ 1.623.125,34.

Da dotação aprovada na LOA, foi consignado a este Estado dotação orçamentária de R\$ 60.000,00 representando 1,43% do total nacional e 3,57% da execução nacional. Executado a dotação orçamentária disponibilizada em 96,53%.

A meta física estabelecida era de 230 fiscalizações, foram cumpridas 242 unidades representando 105,22% .

Durante o exercício foram realizadas na Sureg-SC cinco etapas previstas no programa de fiscalização anual, tendo sido visitadas cumulativamente 205 unidades armazenadoras e realizadas a fiscalização em 171 instrumentos de apoio à comercialização, correspondentes a 150,40% da meta estabelecida (250 fiscalizações realizadas).

Ação 2130 – Formação de Estoques Públicos

Quadro CXLIX - Formação dos Estoques Públicos

Programa de Trabalho = 20.605.0352.2130.0001

PTRES = 01678

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SC	
Dotação Orçamentária Inicial	2.169.760.000,00	90.000.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.169.760.000,00	90.000.000,00	4,15
Execução Orçamentária	918.235.408,22	34.396.512,73	3,75
Índice	42,32	38,22	-
Meta Física	4.031.000	255.000	6,33
Execução Física	811.250	20.509	2,53
Índice	20,13	8,04	-

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

No âmbito da Sureg-SC, foram disponibilizados R\$90.000.000,00, representando 4,15% da meta nacional, com execução de R\$ 34.396.512,73, correspondente a 3,75% das despesas executadas por toda a Companhia.

A meta física relativa ao total nacional representava 6,33%, com execução de 2,53%. e execução física de 8,04% da meta física estabelecida.

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União,

cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas públicas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Quadro CL - Gestão e Administração do Programa			
Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-SC	
Dotação Orçamentária Inicial	390.916.326,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	488.416.326,00	2.970.000,00	0,61
Pessoal	391.071.326,00	2.035.000,00	0,52
Custeio	77.070.000,00	915.000,00	1,19
Investimentos	20.275.000,00	20.000,00	0,10
Execução Orçamentária	461.250.028,94	2.943.603,16	0,64
Pessoal	387.327.794,86	2.032.169,02	0,52
Custeio	73.477.389,40	897.509,78	1,22
Investimentos	444.844,68	13.924,36	3,13
Índice	94,44	99,11	-

Fonte: Supor e Siafi

A dotação aprovada para a Conab-SC foi de R\$ 2.970.000,00, sendo R\$ 2.035.000,00 para despesas de pessoal e encargos sociais; R\$ 915.000,0 para custeio e R\$ 20.000,00 para investimentos.

A meta prevista executável para a Sureg-SC de R\$ 2.943.603,16, foram liquidadas no período R\$ 2.032.169,02, para despesas de pessoal e encargos sociais; R\$ 897.509,78, para custeio e R\$ 13.924,36, para investimentos, representando 99,11% da dotação prevista, ou seja 0,61% do gasto total, em comparação com as metas da Conab-Matriz. Na Sureg, as despesas de pessoal são as mais expressivas, seguidas pela de custeio conforme detalhado a seguir.

Quadro CLI - Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa				
Agroalimentar				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Sufin				
Resultados:				
2007				18,57
2008				29,70
2009				42,34
2010				99,85
2011	Meta:	100,00	Realizado	99,11
Análise: A aplicação dos programas do PAA da meta pretendida em todos os exercício foram quase todos devidamente cumpridos em sua íntegra no atingimento de 99,11 no ano de 2011.				

Quadro CLII - Gestão e Administração do Programa – Pessoal/Custeio/Investimento

Discriminação	SC				
	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal	16.011,03	571.420,87	1.422.099,89	1.765.258,46	2.032.169,02
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	7.437,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	309,79	64.427,96	228.384,32	249.084,02	278.027,75
Obrigações patronais	450,06	502.679,26	1.193.715,57	1.513.303,46	1.736.573,03
Outras despesas variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	15.251,18	4.313,65	0,00	2.870,98	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	10.131,24
Custeio	771.455,93	765.787,68	882.017,35	862.152,14	897.509,78
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	24.697,50	50.217,50	75.587,50	61.688,50	97.436,93
Material de consumo	71.933,85	74.424,80	114.954,30	102.090,63	44.283,92
Passagens e Despesas com locomoção	16.312,31	25.175,58	14.098,36	27.550,22	46.522,06
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	0,00	0,00	3.298,78	3.810,39	3.162,35
Locação de mão-de-obra	189.032,15	195.200,00	192.000,00	216.321,80	240.257,12
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	428.068,42	396.386,93	461.759,31	0,00	453.096,15
Obrigações tributárias e contributivas	33.811,87	0,00	0,00	13.576,63	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	7.599,83	9.989,16	2.850,60	0,00	0,00
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	437.113,97	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	14.393,71	17.468,50	0,00	12.751,25
Investimentos	40.811,34	333.468,89	46.504,34	39.085,00	13.924,36
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações – Operações intra-orçamentárias	0,00	237.413,21	33.481,20	33.700,00	0,00
Equipamento e material permanente – Operações intra-orçamentárias	40.811,34	96.055,68	13.023,14	5.385,00	13.924,36
Total	828.278,30	1.670.677,44	2.350.621,58	2.666.495,60	2.943.603,16

Fonte: Supor e Siafi

A oscilação existente em “Pessoal”, entre os períodos de 2007 a 2011, ocorre devido à entrada de novos empregados anistiados, e o aumento de salário pelo período de dissídio coletivo, elevando com isso o resultado final das verbas com pessoal. As despesas com pessoal são pagas por meio da folha de pagamento, com execução orçamentária na Matriz.

Com relação ao “Custeio”, as despesas continuam controladas, com uma leve alta em 2011, em consequência da elevação de viagens, passagens e despesas com locomoção que foram realizadas para manterem os serviços em pleno desenvolvimento, com as atividades desenvolvidas pela Conab. As despesas com outros serviços de terceiros-pessoa jurídica registraram pequena elevação devido aos dissídios coletivos das categorias.

No item “Investimentos” a redução ocorreu devido a contenção de despesas realizadas pelo Governo Federal, que ocorreu na maioria dos órgãos públicos. Isso foi devido a falta de programação e liberação orçamentária.

Ação 8579 - Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar.

As informações e o conhecimento disponibilizados pela Companhia contribuem para o desenvolvimento da sociedade e são essenciais para a formulação de políticas públicas, para a regulação da oferta de alimentos e para a organização da comercialização agrícola, além de oferecer meios para a garantia de renda do produtor.

Visando atender ao seu público alvo e à sociedade, a Conab elabora e disponibiliza informações da agropecuária e do abastecimento.

Quadro CLIII - Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar			
Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-SC	
Dotação Orçamentária	315.000,00	2.000,00	0,63
Execução Orçamentária	294.066,15	1.462,50	
Índice	93,35	73,13	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	8.000	-	0,00
Execução Física	7.845	-	
Índice	98,06	-	

Quadro CLIV - Elementos de Despesas – Geração e Difusão de Informação

Ano	Elemento de Despesa (R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serv Terc – Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	0,00
2011	1.462,50	-	-	-	-	1.462,50

Fonte: Siafi

Nesta ação destacamos a participação no *workshop* sobre a metodologia de coleta, tratamento e informação de preços realizada na Matriz.

Ação - 8566 – Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Conab-Sureg/SC estão inseridas em Ações, contempladas em três Programas do Plano Plurianual – PPA 2008/2011. São realizadas, também, atividades em atendimento a Termos de Cooperação, custeadas por transferências orçamentárias/financeiras.

Para a SUREG-SC, não ocorreu disponibilidade de recursos para a ação.

Quadro CLV - Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro			
Controle: SIAFI – PTRES 020.872 – Programa de Trabalho 20.605.0352.8566.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-SC	
Dotação Orçamentária	150.000,00	-	-
Execução Orçamentária	50.559,58	-	
Índice	33,71	-	
Meta Física – unidade organizada	16	-	0,00
Execução Física	8	1	
Índice	50,00	-	

Fonte: Diafi/Supor/Gepor, Dirab/Supab/Gehor e Siafi

Ação 2829 – Recuperação de Modernização da Rede Própria de Armazéns

No exercício de 2011 foram alocados na LOA recursos da ordem de R\$164.732,04 (R\$51.000,00 em despesas correntes e R\$113.732,04 em despesas de capital) . A não execução prende-se a fatos de ordem técnica, tendo em vista a necessidade de projetos técnicos e empresas habilitadas para a sua execução.

Quadro CLVI - Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns			
Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-SC	
Dotação Orçamentária Inicial	39.000.000,00	164.732,04	-
Dotação Orçamentária Final	39.000.000,00	164.732,04	0,42
Despesas Correntes	5.000.000,00	51.000,00	1,02
Despesas de Capital	34.000.000,00	113.732,04	0,33
Execução Orçamentária	503.777,46	0,00	0,00
Despesas Correntes	250.594,84	-	0,00
Despesas de Capital	253.182,62	-	0,00
Índice	1,29	0,00	-
Meta Física – unidade modernizada	70	2	2,86
Execução Física	57	1	1,75
Índice	81,43	50,00	-

Fonte: Supor e Siafi

Ação 4711 - Pesquisa, acompanhamento e avaliação de safras

Durante o ano-safra a Conab realiza pesquisas de campo intercaladas por outras realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento, etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

Quadro CLVII - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras - Ação 4711			
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-SC	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	30.000,00	3,00
Execução Orçamentária	794.110,27	27.834,35	3,51
Índice	79,41	92,78	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	12	100,00
Execução Física	12	12	100,00
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

Quanto à dotação e à execução orçamentária, o índice aponta para 92,78% do programado. No caso dos elementos de despesas, verifica-se que os maiores gastos estão voltados a diárias; na sequência estão as passagens e despesas com locomoção, material de consumo e outros serviços.

Registre-se ainda que, a quantidade de pesquisa foi executada em consonância com as metas programadas para os levantamentos propostos à Regional.

12.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar

12.2.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	19.657,05	0,00	0,00	19.657,05
2010	2.416.107,32	0,00	2.403.568,35	12.538,97

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	1.401.002,15	-640.104,89	760.897,26	0,00

Fonte: Gefin

Quadro CLVIII - Restos à Pagar

12.2.2 – Análise Crítica

Os Restos a Pagar Processados, registrados em 2009, referem-se a serviços de armazenagem, realizados pela empresa Sementes Prezzoto, nos valores de R\$ 1.125,75, destinado a produtos da PGPM, e de R\$ 18.531,50, destinado a produtos registrados na PGPM, totalizando R\$ 19.657,05, que não foram pagos devido a irregularidades no Sicaf.

O valor registrado em restos a pagar para o ano 2010, também se refere a serviços de armazenagem, realizados pela empresa Sementes Prezzoto, cujo valor de R\$ 1.915,28 destina-se a produtos do Mercado de Opções e, de R\$ 10.623,69, aos registrados à PGPM, totalizando R\$ 12.538,97, que continuam pendentes devido a irregularidades no Sicaf. Nos exercícios de 2005 a 2008, não houve registros em Restos a Pagar.

Os Restos a Pagar Não Processados começaram a ser registrados a partir de 2010. De 2005 a 2009 não foram registradas apropriações e liquidações em Restos a Pagar.

Os valores inscritos em 2010, foram de operações de transporte de mercadorias, fretes, para atender operações do Mercado de Opção e da PGPM. Por terem sido empenhados a maior, a Gerência de Operações – GEOPE, pediu o cancelamento do valor R\$ 640.104,89.

12.3 – Transferências Recebidas e Realizadas no Período

Descentralizado pela Matriz.

12.4 – Transferências mediante convênios

Executado somente na Matriz.

12.5 - Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76

Quadro CLIX - BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.735.555.770,99	5.212.315.145,43
DISPONÍVEL	1.060.620,29	972.426,41
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.049.032.903,78	702.486.519,56
CRÉDITOS A RECEBER	751.495.446,69	578.264.288,00
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92
Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	292.645.279,10	119.415.257,35
Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00
Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.892.177,99	4.806.974,21
Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0,00	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.685.418.718,01	4.508.832.121,49
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24
Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoxarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	43.528,91	24.077,97
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	573.912.136,02	567.647.970,33

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	317.083.667,52	307.205.272,55
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	131.473.814,53	120.748.569,96
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	185.609.852,99	186.456.702,59
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
INVESTIMENTOS	80.222.308,20	80.262.840,30
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42
IMOBILIZADO	176.527.368,99	180.147.857,48
Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03
Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
INTANGÍVEL	78.791,31	32.000,00
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.952.025.232,72	5.446.379.747,49
DEPÓSITOS	117.196.011,03	30.625.802,58
CONSIGNAÇÕES	2.085.251,58	1.858.851,68
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
RECURSOS DA UNIÃO	17.168.338,92	17.077.860,98
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	97.942.420,53	11.689.089,92
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.834.829.221,69	5.415.753.944,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	177.842.494,99	59.009.233,29
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89
Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17
Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
PROVISÕES	242.630.604,68	243.404.292,41
Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	617.049.103,45	549.222.334,34

Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	6.606.203,92	15.754.080,72
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	3.899,48	2.652,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.958,52	18.968,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	18.228.235,37	15.360.005,51
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	18.158.815,37	15.290.585,51
OBRIGAÇÕES A PAGAR	18.158.815,37	15.290.585,51
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	339.214.438,92	318.223.362,76
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	92.323.612,21	50.501.495,63
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
LUCROS A DESTINAR	23.710.327,86	44.541.368,28
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

Quadro CLX - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	35.142.943,63	18.246.566,50
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(16.445.192,33)	(68.690.715,84)
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.697.751,30	(50.444.149,34)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.134.264,83)	(20.878.361,53)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.475.292,59)	3.036.040,38
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	88.193,88	(68.286.470,49)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	88.193,88	(68.286.470,49)
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

Quadro CLXI - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL	TRANSE. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		(513.526,78)	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.252,21)	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	(40.246.567,95)	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.040,38)	(3.036.040,38)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		(1.575.548,63)	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.855,97)	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92

Quadro CLXII - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
1.RECEITAS	1.520.987.917,36	244,72	394.013.198,77	78,22
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.412.640.897,96	227,29	412.356.496,76	81,86
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	108.347.019,40	17,43	(18.343.297,99)	-3,64
4.RETENÇÕES	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	91.296.982,35	14,69	(33.550.651,02)	-6,66
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	35.142.943,63	5,65	18.246.566,50	3,62
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	31.510.972,51	5,07	10.270.535,61	2,04
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
8.10 - Lucros Retidos	22.451.567,91	3,61	7.317.756,62	1,45

Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

**José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 005969/0-5**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

NOTA 1**CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA 2**ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES**

FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA 3**ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA**

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA 4**RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/04.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

4.5 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa n.º 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

4.10 Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

4.12.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de

produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.13 Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

4.14 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

NOTA 5**CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
ICMS a Compensar	241.699		285.410
IRRF a Compensar	36		33
Contribuições Outros Impostos	105		93
Total de Créditos Tributários Circulante	241.840		285.536

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA 6**LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO**

O montante de R\$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

NOTA 7**RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL**

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo

aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

✓ **R\$5.587 mil:** referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;

✓ **R\$28.342 mil:** referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);

1. **R\$413.562 mil:** referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

NOTA 8**DEVEDORES POR FORNECIMENTO**

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

NOTA 9**CONTAS A RECEBER**

O total de R\$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Aliações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA n.º

038/2004 e estão assim demonstrados:

9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732
Subtotal – Circulante	197.502	176.675

9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548
Títulos a Receber	30.188	29.902
Outros Créditos	635	656
Créditos a Receber em Poder da Justiça	129.051	130.003
Subtotal – Não Circulante	167.420	171.109
Total – (Circulante + Não Circulante)	364.922	347.784

NOTA 10

DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo n.º 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31
Recursos da União - Equalização	282.954	94.140
Total – Circulante	292.646	119.415

10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2011	2010

	2011	2010
Entidades Federais	17.628	15.163
Créditos Parcelados	307	102
Créditos a Recuperar	75	83
Total – Não Circulante	18.010	15.348

NOTA 11
RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$131.474 mil.

NOTA 12
BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
Estoques de Mercadorias	3.198.419	4.138.198	
Estoques de Almoxarifado	2.659	1.232	
Materiais em Trânsito	10.954	3.240	
Compra Antecipada - CPR	472.554	364.341	
Estoques de Distribuição	833	1.821	
Total	3.685.419	4.508.832	

12.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das

contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, n.º 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R\$554.555 mil.

NOTA 13**ENDIVIDAMENTO**

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$4.952.026 mil.

NOTA 14**DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS**

Estão representados pelo montante de R\$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

NOTA 15**CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES*****Passivo Contingente – Provável***

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

Trabalhistas: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

Tributárias: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

Cíveis: Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e

outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
Total	422.825	106.211	579.507	139.609

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

■ Cíveis: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

■ Trabalhistas: São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

■ Tributárias: São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
Total	342.333	317.523	351.646	369.167

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

Cível: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

Trabalhista: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Tributária: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
Total	422.826	311.635	579.870	793.009

NOTA 16

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R\$3.790.673 mil.

NOTA 17

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social: O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

17.2 Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletes, no valor de R\$980 mil e R\$2.652 mil, respectivamente.

17.3 Reserva Legal e Dividendos: Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$1.575 mil e R\$7.484 mil, respectivamente.

17.4 Resultado do Exercício: O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de

terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R\$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSEL e IRPJ) é de R\$31.511 mil.

NOTA 18**DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO**

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no Estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS”, o saldo do grupo aumentou para R\$34.997 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34.997

NOTA 19**BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS****19.1 Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é

paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

19.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R\$12.165 mil.

NOTA 20

REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução n.º 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1.º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2011	2010
Maior Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Menor Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Maior Remuneração Empregado	25.170,39	19.961,80

Em R\$ mil

Menor Remuneração Empregado	884,31	884,31
------------------------------------	---------------	---------------

Salários Médios	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
Dirigentes	23.884,29	23.884,29	
Empregados	2.642,62	2.559,69	

NOTA 21
CONVÊNIOS/ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
21.1 Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Descrição	Exercícios		Em R\$ mil
	2011	2010	
Repasse – Recursos Próprios	2.420	3.058	
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521	
Total de Repasses	3.218	3.579	

21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$451.036 mil no ano de 2011.

12.6 - Composição dos Investimentos da Empresa

Quadro CLXIII - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2011				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
GovernamentalNão	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
GovernamentalNão	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		-	-	-

Fonte: Sucon

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil,

quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Quadro CLXIV - Composição Acionária da UJ como investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2011					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL - CIDAD	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43

Relatório de Gestão 2011 – Sureg-SC

CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	838.265,17	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	0,00
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	11.580.527,29	11.580.527,29	11.575.984,63

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da Conab são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da Conab, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei n.º 9.491, de 09/09/1997 e Decreto n.º 1.068, de 02/03/1994.

Encontra-se mensurada a PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS, no total de R\$8.056.461,73, assim discriminados:

Quadro CLXV - PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS

CNPJ	Investida	Quantidade	31/12/2011 (R\$)
01556240000130	Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	6.480.083,63
02534914000168	Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	96.486,58
04043493000106	Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	739.574,91
049334460000120	Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	7.260,99
050226330000114	Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	541.998,85
16260788000105	Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	1.395,27
28137800000178	Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	180.016,28
28167955000157	Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	394,02
83807586000128	CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	9.251,20
TOTAL			8.056.461,73

Fonte: Sucon

12.7 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário

Quadro CLXVI - Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício 2011	Exercício 2010	
Santa Catarina	5	5	
São José	1	1	Terreno e armazém localizados em Chapecó estão destinados à venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010)
Chapecó	2	2	
Herval D'Oeste	2	2	

Fonte: Sistemas de Informações Gerenciais de Imóveis

1- Na Sureg-SC possuímos um total de 5 (cinco) imóveis, sendo que os localizados em Chapecó estão cessão de uso com opção de compra e venda à Prefeitura Municipal de Chapecó-SC. Foi cedido por um prazo 25 anos e atualmente está sendo utilizado para atender projetos da agricultura familiar.

2- Na sede da Superintendência existe um imóvel que comporta a UA. São José e a Sede da Sureg, estando em pleno uso;

3- A UA. Herval D'Oeste conta com 2 (dois) imóveis, que apesar de localizados no centro urbano, ainda vem atendendo as necessidades de abastecimento e distribuição de alimentos, estando em pleno funcionamento.

12.8 – Parecer da Auditoria Independente

MOORE STEPHENS**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

1- Examinamos o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, das demonstrações de fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2- A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria prescritas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é filial-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL, e suas filiais membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.



MOORE STEPHENS

adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

6- As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, consequentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

Opinião

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditorias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União - CGU

9- Registramos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em foram constatadas irregularidades que requerem providências de ressarcimento ao Erário no valor de R\$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registramos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é filia-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas filiais-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.



MOORE STEPHENS

orientação estratégica da Companhia, à administração de bens móveis quanto à alienação, aquisição e gestão de unidades armazenadoras, à defesa do patrimônio público perante a justiça federal, a execução de programas e ações finalísticas, em especial quanto à aplicação dos instrumentos de subvenção econômica destinados ao pagamento de prêmio para o escoamento de produtos agrícolas para outras regiões, no sentido de garantir o abastecimento interno e o preço mínimo. Foram, também, identificadas fragilidades na operacionalização e nos procedimentos de pagamento de frete para remoção de estoques públicos.

Auditoria do exercício anterior

11- Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de abril de 2011.

Brasília, 14 de maio de 2012.


Stephens Vecchi

Moore Stephens Vector Auditores S/S

CRC-DF 000896/O-1

CVM n.º 12.327


Jacobson Vogel

Fabson/Vogel

Contador CRC-DF 012038/O-0

Sócio


on Souza S

Edson Souza Sobrinho

Contador CRC-DF 010198/O-4

Sócio

13 – Governança e Controles

13.1 – Informações sobre o Controle Interno

Quadro CLXVII - Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Considerações gerais: Preenchido utilizando-se das técnicas de estatísticas e embasadas nas avaliações dos gerentes, encarregados de setores, procurador, superintendente e assistente.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

13.2 – Providência Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo

13.2.1 – TCU

Não houve ocorrência.

13.2.2 – CGU

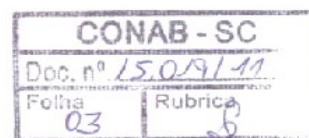
Conforme documentos abaixo, no início do ano de 2011 a Controladoria Geral da União – CGU, por intermédio da Solicitação de Auditoria Nº 250930/01, requereu informações as quais foram atendidas através dos ofícios SUREG-SC nºs 05 e 007.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA – GERAL DA UNIÃO
CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO EM SANTA CATARINA**

Número: 250930/01	Solicitação de Auditoria	Data: 12/01/2011
	Prazo para resposta: 18/01/2011	

DO: COORDENADOR DA EQUIPE DE AUDITORIA
PARA: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CONAB/SC



Em função dos trabalhos de auditoria ora sendo realizados nessa Unidade no período aproximado de **01/01/2011 a 30/06/2011**, em realização à Ordem de Serviço nº **250930**, elaborada pela SFC para **Acompanhamento Permanente dos Gastos**, e em atendimento aos preceitos constitucionais descritos no art. 74 da Carta Magna, solicitamos a gentileza de determinar aos setores competentes desse Órgão a composição dos dados abaixo elencados, que deverão ser remetidos à sede desta CGU-R/SC dentro do prazo informado acima, inclusive em meio magnético (CD ou e-mail), se possível.

1. GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

PEDIDO:

1.1 – Fornecer cópia do processo completo do Pregão Eletrônico 15.290/2009 para a contratação de prestação de serviços de manutenção, adequação e reparos em instalações elétricas na Ua/Herval D'oste/SC.

OBS.: não é necessário reenviar cópia dos materiais já enviados à CGU/SC por meio da Nota Técnica PRORE/SURG/SC Nº HE 007/2010 (Edital e Anexos).

1.2 – Fornecer cópia dos comprovantes de execução do serviço acima contratado, incluindo Notas Fiscais, Atesto dos serviços, fiscalização interna da execução pelo representante da Unidade designado para acompanhar o contrato.

1.3 – Fornecer cópia dos processos de dispensa e dos respectivos processos de pagamento relativos às seguintes notas de empenho (UG 135284):

- a) **2010NE00065** - AQUISIÇÃO DE LUMINARIAS DE EMERGÊNCIA – R\$ 600,00;
- b) **2010NE00066** - SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA NA UA/HERVAL D'OESTE – R\$ 2.456,00;
- c) **2010NE00057** - PGTO REF. VISTORIA DO SISTEMA DE SEGURANÇA PANICO E INCÊNDIO NAU UA/HERVAL D'OESTE/SC – R\$ 500,00;
- d) **2009NE000061** - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DA ENTRADA DO NOVO SISTEMA DE ENERGIA NO ESCRITÓRIO DA UA/HERVAL – R\$ 608,30;
- e) **2009NE000062** - REF. SERVIÇO DE MÃO DE OBRA NA INSTALAÇÃO DA ENTRADA DO NOVO SISTEMA DE ENTRADA DE ENERGIA NO ESCRITÓRIO DA UA/HERVAL – R\$ 742,00;




- f) **2009NE000136** - SERVIÇO DE MÃO DE OBRA REFERENTE À ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM QUADRO DE COMANDO E MOTOR DA ESTEIRA E TROCA DE LÂMPADAS E REATOR NO ESCRITÓRIO E ÁREA EXTERNA DA UA/HERVAL D'OESTE – R\$ 735,00;
- g) **2009NE000135** - AQUISIÇÃO DE LÂMPADAS E REATOR PARA INSTALAÇÃO NO ESCRITÓRIO E NA ÁREA EXTERNA DA UA/HERVAL D'OESTE/SC – R\$ 123,00;
- h) **2008NE000124** - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS CONFORME PROCESSO 21215.00045/2008-02 GP HERVAL – R\$ 4.955,40;
- i) **2008NE000161** - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA O ESCRITÓRIO PARA O USO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA NA UA/HERVAL D'OESTE/SC – R\$ 1.140,90;
- j) **2008NE000160** - SERVIÇO DE MÃO DE OBRA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS NO ESCRITÓRIO PARA EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA NA UA/HERVAL D'OESTE/SC - R\$ 1.450,00.


1.4 - Fornecer cópia do processo de dispensa de licitação com a empresa Kasse Segurança do Trabalho, responsável pelo Relatório Técnico prévio à execução dos serviços de engenharia elencados no item 1.1 acima (2008NE000205 – R\$ 14.984,00).

Obs: Não é necessário reenviar cópia do referido Relatório Técnico, já enviado à CGU/SC por meio da Nota Técnica PRORE/SURG/SC Nº HE 007/2010.


JOÃO MARCELO MARTINS - AFC
Coordenador da Equipe de Auditoria

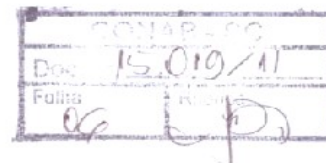
Recebido em: 17/01/2011 às 11h45 horas


Pela Unidade
João Lauro de Souza
Superintendente Regional
CONAB/SC

CONAB - SC	
Doc. nº <u>15.014/11</u>	
Folha <u>04</u>	Rubrica 

Respondido em: ___/___/___ às ___ horas

Pela Equipe de Auditoria

**OF/SUREG-SC n.º 05****São José-SC, 18 de janeiro de 2011.**

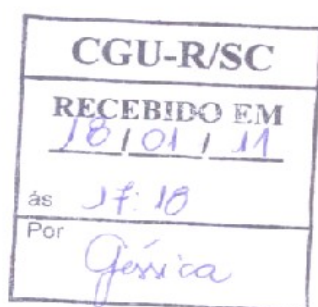
Prezado Senhor:

Reportando-nos ao Ofício nº 754/2011/CGU-R/SC, encaminhamos, anexo, cópia do processo 15.290/2009 que atende aos itens 1.1 e 1.2 da solicitação de auditoria nº 250930/01.

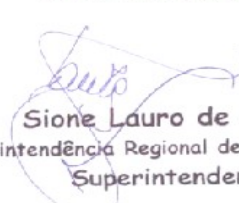
Seguem, ainda, cópias dos dossiês quanto as notas de empenho solicitadas no item 1.3 - alíneas de "a" até "g". Quanto as notas de empenho ínsitas nas alíneas "i" e "j" temos a informar que foram canceladas.

Conforme Fax/Sureg-SC nº 003, encaminhado a essa Controladoria em 17/01/2011, temos a informar que já solicitamos à Matriz em Brasília (Fax/Conab/Gefad-SC nº 49 - cópia anexa) a remessa dos Processos 15.470/2007 e 15.045/2008, para atendimento aos itens 1.4 e 1.3, alínea "h", respectivamente.

Na oportunidade, encaminhamos, ainda, a cópia protocolada do vosso ofício acima referenciado.



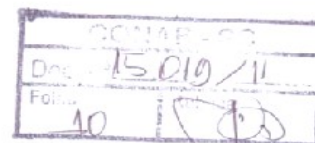
Atenciosamente,


Sione Lauro de Souza
Superintendência Regional de Santa Catarina
Superintendente

Ao Senhor
MARCELO CAMPOS DA SILVA
CHEFE DA CONTROLADORIA-REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE SC
Rua Nunes Machado, 192 O Centro - Cep - 88010-460
Florianópolis-SC

JC/jc

"Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento".

**OFÍCIO SUREG/SC N.º 007**

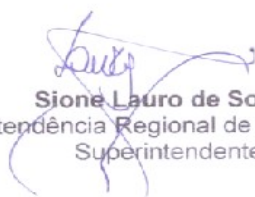
São José/SC, 21 de janeiro de 2011

Prezado Senhor:

Reportando-nos ao Ofício nº 754/2011/CGU-R/SC, encaminhamos, anexo, cópia do processo 21215.00045/2008-02 e 21215.000470/2007-11 referente aos itens 1.3, "h" e 1.4 respectivamente.

Entregamos ainda, conforme solicitado por e-mail, cópia dos documentos atestados 2009NE000135/136.

Atenciosamente,



Sione Lauro de Souza
Superintendência Regional de Santa Catarina
Superintendente

Ao Senhor
MARCELO CAMPOS DA SILVA
CHEFE DA CONTROLADORIA – REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE SC
Rua Nunes Machado, 1920 Centro – CEP 88010-460
Florianópolis - SC

Recebido
21/01/2011
A
Marcelo Martins
Chefe de Finanças e Controle
Regional de Santa Catarina

"Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento".

13.2.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

Quadro CLXVIII -Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

Relatório de Auditoria
7/2011 - (ACG) - SUREG SC/SC
Constatação:
1019 - 1 - Visto que houve uma desvinculação do processo 15.219/2008 em dois para atender as duas empresas vencedoras do certame; a Embratel (processo n.º15.219/2008-29) e Brasil Telecom (processo n.º15.211/2009) as cópias de todas as peças exigidas por lei devem fazer parte dos dois processos; No processo analisado n.º 15.211/2009 observou-se as seguintes inconsistências nos documentos: 2 - Verificou-se que o pregoeiro não assinou, datou nem rubricou o relatório sobre os procedimentos adotados no Pregão Eletrônico n.º 02/2009, conforme fls. 322 a 346 do processo em epígrafe; 3 - Não foram localizadas nos autos as cópias das Notas Fiscais de Serviços referentes à prestação dos serviços de telefonia acompanhadas do atesto e relatório do Fiscal do contrato e da Ordem Bancária, comprovando o pagamento da prestação dos serviços, juntamente com a regularidade fiscal no momento do pagamento.
Recomendação:
1019.1 - Recomendamos à Sureg/SC, fazer gestão junto ao pregoeiro, para que este assine, date e rubrique o relatório sobre os procedimentos adotados no Pregão Eletrônico n.º 02/2009 (fls 322 a 346).
Tratamento das Recomendações
de carlos.machado em 24/05/2011 como Pendente Informamos que foi providenciado a assinatura, data e rubrica no relatório do pregão eletrônico 02/2009, conforme recomendação. de nanci.lino em 24/05/2011 como Solucionado Resposta acatada pela auditada.
Recomendação:
1019.2 - Recomendamos à Sureg/SC inserir nos autos do processo n.º 21215.00211/2009-43 os relatórios do gestor do contrato acerca da execução dos serviços faturados, juntamente com as Notas Fiscais Faturas, Guias de Pagamentos e Ordens Bancárias emitidas certificando a liquidação dos pagamentos dos serviços executados e adote esta recomendação para todos os contratos, de natureza continuada ou não.
Tratamento das Recomendações:
de sione.souza em 30/05/2011 como Pendente Foi encaminhado CI Circular determinando a aplicação das medidas recomendadas. de nanci.lino em 01/06/2011 como Solucionado Resposta acatada pela auditora
Constatação:
1020 - 1 - As minutas do edital Pregão Eletrônico – SC n.º 08/2010 (fls 174 a 200) não foram chanceladas; 2 - Na publicidade no DOU ao resultado do pregão n.º 06/2010, que resultou “Deserta” (fl. 158) foi publicado como Aviso de Revogação, o que difere da instrução emanada pelo presidente da CPL/Matriz no dia 18/11/10. A revogação, de acordo com TCU, ocorrerá quando a licitação for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público. Visto que não ocorreu motivos para revogação o ato a ser publicado não deveria ser Aviso de Revogação e sim Resultado de Julgamento informando no texto a deserção; 3 - Observa-se que o Contrato n.º 01/2011 (fls.242 a 248) não foi chancelado pela Prore/SC; 4 - Constatou-se que na Declaração do SIASG e SICAF a situação do fornecedor quanto a Regularidade Fiscal Federal, emitida dia 03/03/2011 constam duas certidões com prazos vencidos (fl.264).
Recomendação:

1020.1 - Recomendamos à Sureg/SC submeter os Contratos e Minutas de Edital à chancela da Prore/SC antes de serem assinados pelos interessados.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 30/05/2011 como Pendente

Informamos, que desde que a auditora Nanci esteve aqui já estamos adotando essas recomendações, sendo que os contratos e minutas do edital já estão sendo encaminhados à Prore para chancela.

de nanci.lino em 01/06/2011 como Solucionado

Resposta acatada pela auditora.

Recomendação:

1020.2 - Recomendamos à Sureg/SC, visando a cumprir exigências legais de dar publicidade aos atos administrativos, atentar para a correta divulgação, pois o Pregão n.º 06/2010, de acordo com orientação da CPL/Matriz, o correto seria publicar o “Resultado de Julgamento” informando a deserção ao certame e não “Aviso de Revogação”. Nas próximas licitações “desertas” não revogá-las.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 30/05/2011 como Pendente

Informamos que esse foi um caso isolado que atendemos a recomendação da Prore, mesmo não concordando. Doravante iremos adotar conforme recomendação dessa Audin.

de nanci.lino em 01/06/2011 como Solucionado

Resposta acatada pela auditora.

Recomendação:

1020.3 - Recomendamos à Sureg/SC verificar a Regularidade Fiscal Federal antes da emissão dos pagamentos. No Acórdão 645/2007 Plenário o TCU diz: “9.5.1. somente emita empenho e efetue pagamentos a fornecedores que estejam em plena regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, nos termos dos arts. 29, inciso III, 55, incisos III e XIII, e 71 da Lei n. 8.666/1993, e 63, § 2º, inciso I, da Lei n. 4.320/1964”.

Tratamento das Recomendações:

de em 02/06/2011 como Pendente

Será repassado para todos os funcionários que efetuam empenho e pagamento, para frisar a necessidade a fim de ratificar essa necessidade, a qual já é observada pelo setor.

de elen.silveira em 03/06/2011 como Pendente

Foi repassado para todos os funcionários do SECOF/SC, para frisar a necessidade a fim de ratificar essa necessidade, já observada pelo setor.

de nanci.lino em 06/06/2011 como Solucionado

Resposta acatada pela auditora. Item solucionado

Constatação:

1021 - 1 - Na análise do processo observa-se que o terceiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 02/2006, (fls 260 e 261), foi assinado estando a certidão do FGTS vencida (fl.247).

Recomendação:

1021.1 - Recomendamos à Sureg/SC observar a documentação comprobatória da Regularidade Fiscal antes da emissão dos pagamentos.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 30/05/2011 como Pendente

Informamos que doravante iremos realizar conforme orientações. Anexamos CIC/SUREG-SC/Nº 498.

de nanci.lino em 01/06/2011 como Solucionado

Resposta acatada pela auditora.

Constatação:

1022 - 1 - Não encontrou-se justificativa da autoridade competente para a contratação dos serviços de braçagem ora em comento. De acordo com a Lei 10.520/02 art. 3º inciso I a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame; 2 – Verifica-se que a Ata de Realização (fls. 265 a 267), o Edital (fl.175), o Termo de Adjudicação (fl.268) e o Termo de Homologação (fl.276) do Pregão Eletrônico n.º 04/2008 não foram assinados e datados pela autoridade competente, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio (fls 264 a 268); 3 - Verifica-se que o Edital de Pregão Eletrônico Conab Sureg/SC n.º 01/2009 não foi cancelado pela Prore/SC (fls 280 a 312); 4 – Verificou-se que o pregoeiro não assinou, datou nem rubricou o relatório sobre os procedimentos adotados no Pregão Eletrônico n.º 01/2009, conforme fls. 403 a 405 do processo em epígrafe; 5 – Não houve a chancela da Prore/SC no Contrato n.º 09/2009 (fls 597 a 604); 6 - Não foram localizados nos autos relatório do Fiscal do Contrato (agente 67), e as certidões da regularidade fiscal no momento do pagamento.

Recomendação:

1022.1 - Recomendamos à Sureg/SC que nas próximas licitações a autoridade competente justifique a necessidade da contratação objeto do certame, obedecendo a Lei 10.520/02, art.3º inciso I.

Tratamento das Recomendações:

de nanci.lino em 24/05/2011 como Pendente

Para melhor análise da resposta favor anexar a CI/SUREG/SC n.º 498 de 24/5/2011.

de julio.moraes em 24/05/2011 como Pendente

Informamos que atenderemos conforme determinado na CI/SUREG/SC/Nº 498, de 24/05/2011

de sione.souza em 30/05/2011 como Pendente

Anexamos a CI.

de nanci.lino em 01/06/2011 como Solucionado

Resposta acatada pela auditora.

Recomendação:

1022.2 - Recomendamos à Sureg/SC, fazer gestão junto ao pregoeiro para que este assine, date e rubrique o relatório sobre os procedimentos adotados no Pregão Eletrônico.

Tratamento das Recomendações:

de carlos.machado em 25/05/2011 como Pendente

Informamos que acatamos a recomendação, assinado, datando e rubricando o relatório do pregão eletrônico.

de sione.souza em 30/05/2011 como Pendente

De acordo com manifestação do pregoeiro, ele está ciente da determinação no sentido de atender as medidas recomendadas.

de nanci.lino em 01/06/2011 como Solucionado

Resposta acatada pela auditora.

Recomendação:

1022.3 - Recomendamos à Sureg/SC submeter os contratos à chancela da Prore/SC antes de serem assinados pelos interessados.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 25/05/2011 como Pendente

Informamos que doravante iremos providenciar conforme proposto pela Auditoria, ou seja encaminharemos os contratos para chancela.

de nanci.lino em 01/06/2011 como Solucionado

Resposta acatada pela auditora.

Recomendação:

1022.4 - Recomendamos à Sureg/SC observar a documentação comprobatória da Regularidade Fiscal antes da emissão dos pagamentos.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 30/05/2011 como Pendente
Doravante iremos realizar conforme recomendações. Anexamos CIC/SUREG-SC/nº 498.
de nanci.lino em 01/06/2011 como Solucionado
Resposta acatada pela auditora.

Constatação:

1023 - 1 - Verificou-se que o pregoeiro não assinou, datou nem rubricou o relatório sobre os procedimentos adotados no Pregão Eletrônico n.º 01/2010, conforme fls. 130 a 134 do processo em epígrafe; 2 - Não houve a chancela da Prore/SC no Contrato n.º 03/2010 (fls 154 a 160); 3 - Não foram localizadas nos autos, antes de efetuar o pagamento, as certidões da regularidade fiscal (FGTS, INSS e Certidões das Receitas Federal, Estadual e Municipal) no momento do pagamento.

Recomendação:

1023.1 - Recomendamos à Sureg/SC, fazer gestão junto ao pregoeiro para que este assine, date e rubrique o relatório sobre os procedimentos adotados no Pregão Eletrônico.

Tratamento das Recomendações:

de carlos.machado em 25/05/2011 como Pendente
Informamos que acatamos a recomendação, assinado, datando e rubricando o relatório do pregão eletrônico.
de nanci.lino em 01/06/2011 como Solucionado
Resposta acatada pela auditora.

Recomendação:

1023.2 - Recomendamos à Sureg/SC submeter os contratos à chancela da Prore/SC antes de serem assinados pelos interessados.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 25/05/2011 como Pendente
Iremos providenciar a chancela dos contratos a chancela conforme recomendado pela Auditoria.
de nanci.lino em 01/06/2011 como Solucionado
Resposta acatada pela auditora.

Recomendação:

1023.3 - Recomendamos à Sureg/SC observar a documentação comprobatória da Regularidade Fiscal antes da emissão dos pagamentos.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 30/05/2011 como Pendente
Doravante iremos proceder conforme orientações. Segue anexo CIC/SUREG-SC/Nº 498.
de nanci.lino em 01/06/2011 como Solucionado
Resposta acatada pela auditora.

Constatação:

1024 - 1 - Verificou-se que o pregoeiro não assinou, datou nem rubricou o relatório sobre os procedimentos adotados no Pregão Eletrônico n.º 08/2008, conforme fls. 260 a 268 do processo em epígrafe; 2 - O contrato n.º 01/2009 (fls.288 a 298) não foi chancelado pela Prore/SC; 3 - Observou-se que o n.º desse processo encontra-se registrado errado no Siscot. Consta o n.º 458/2008-12, enquanto que o correto seria 450/08.

Recomendação:

1024.1 - Recomendamos à Sureg/SC, fazer gestão junto ao pregoeiro para que este assine, date e rubrique o relatório sobre os procedimentos adotados no Pregão Eletrônico.

Tratamento das Recomendações:

de carlos.machado em 25/05/2011 como Pendente

Informamos que acatamos a recomendação, assinando, datando e rubricando o relatório do pregão eletrônico. de nanci.lino em 01/06/2011 como Solucionado
Resposta acatada pela auditora.

Recomendação:

1024.2 - Recomendamos à Sureg/SC submeter os contratos à chancela da Prore/SC antes de serem assinados pelos interessados.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 01/06/2011 como Pendente
Informamos que já estamos encaminhando para a Prore os contratos para chancela, conforme recomendado por essa Auditora.
de nanci.lino em 01/06/2011 como Solucionado
Resposta acatada pela auditora.

Recomendação:

1024.3 - Recomendamos à Sureg/SC proceder à correção da numeração do processo registrado no Siscot.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 01/06/2011 como Pendente
Alterado o número do processo no Siscot conforme levantado por essa Auditora.
de sione.souza em 02/06/2011 como Pendente
Foi providenciado pela Gefad, conforme manifestação acima.
de nanci.lino em 06/06/2011 como Solucionado
A providência adotada pela Sureg foi acatada pela auditora. Solucionada

Constatação:

1025 - 1 - Verificou-se que o pregoeiro não assinou, datou nem rubricou o relatório sobre os procedimentos adotados no Pregão Eletrônico n.º 006/2007, conforme fls. 130 a 135 do processo em epígrafe; 2 - O contrato n.º 06/2007 (fls.171 a 178) não foi chancelado pela Prore/SC.

Recomendação:

1025.1 - Recomendamos à Sureg/SC, fazer gestão junto ao pregoeiro para que este assine, date e rubrique o relatório sobre os procedimentos adotados no Pregão Eletrônico.

Tratamento das Recomendações:

de carlos.machado em 25/05/2011 como Pendente
Informamos que acatamos a recomendação, assinando, datando e rubricando o relatório do pregão eletrônico.
de sione.souza em 02/06/2011 como Pendente
Foi atendido conforme manifestação da Gefad no campo de resposta acima.
de nanci.lino em 06/06/2011 como Solucionado
Item solucionado de acordo com manifestação da Sureg/SC.

Tratamento das Recomendações:

1025.2 - Recomendamos à Sureg/SC submeter os contratos à chancela da Prore/SC antes de serem assinados pelos interessados.

Recomendação:

de julio.moraes em 01/06/2011 como Pendente
Informamos, que mediante recomendações da Audin esta Gerência começou a encaminhar os contratos à Prore-SC para chancela.
de sione.souza em 02/06/2011 como Pendente
Será observado doravante, conforme recomendações repassadas às áreas responsáveis, e manifestação da Gefad acima.

de nanci.lino em 06/06/2011 como Solucionado
Manifestação acatada como solucionada pela auditora.

Constatação:

1026 - 1 - Verificou-se que o pregoeiro não assinou, datou nem rubricou o relatório sobre os procedimentos adotados no Pregão Eletrônico n.º 003/2006, conforme fls. 166 a 171 do processo em epígrafe; 2 - O contrato n.º 04/2006 (fls.187 a 196) não foi cancelado pela Prore/SC; 3 - Não foram localizadas nos autos as Guias de Pagamento, as NFS referentes à prestação dos serviços de agosto/2008 a agosto/2009, acompanhadas do atesto e relatório do Fiscal do contrato e da Ordem Bancária, comprovando o pagamento da prestação dos serviços.

Recomendação:

1026.1 - Recomendamos à Sureg/SC, fazer gestão junto ao pregoeiro para que este assine, date e rubrique o relatório sobre os procedimentos adotados no Pregão Eletrônico.

Tratamento das Recomendações:

de carlos.machado em 25/05/2011 como Pendente
Informamos que acatamos a recomendação, assinando, datando e rubricando o relatório do pregão eletrônico.
de sione.souza em 02/06/2011 como Pendente
Foi passado recomendação ao pregoeiro para estrito cumprimento do presente quesito.
de nanci.lino em 06/06/2011 como Solucionado
Resposta acatada como solucionada pela auditora

Recomendação:

1026.2 - Recomendamos à Sureg/SC submeter os contratos à chancela da Prore/SC antes de serem assinados pelos interessados.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 01/06/2011 como Pendente
Informamos que esta Gerência começou a adotar as recomendações de mandar os contratos para a chancela.
de sione.souza em 02/06/2011 como Pendente
Foi passado recomendação à Gefad que manifestou-se acatando-a de formar a cumpri-la com rigor.
de nanci.lino em 06/06/2011 como Solucionado
Item solucionado. Resposta acatada pela auditora.

Recomendação:

1026.3 - Recomendamos à Sureg/SC inserir nos autos do processo os relatórios do gestor do contrato acerca da execução dos serviços faturados, juntamente com as cópias das Notas Fiscais Faturas, Guias de Pagamentos e Ordens Bancárias emitidas certificando a liquidação dos pagamentos dos serviços executados.

Tratamento das Recomendações:

de sione.souza em 02/06/2011 como Pendente
Esta recomendação foi disciplinada por meio da CI Sureg-SC n.º 498, de 24/05/2011, que segue em anexo.
de nanci.lino em 06/06/2011 como Solucionado
Manifestação acatada como solucionada pela auditora.

Constatação:

1027 - 1 - Observou-se que o pregoeiro não assinou, datou nem rubricou o relatório sobre os procedimentos adotados no Pregão Eletrônico n.º 002/2008, conforme fls. 273 a 277 do processo em epígrafe; 2 - O contrato n.º 03/2008 não foi cancelado pela Prore/SC, (fls.292 a 301).

Recomendação:

1027.1 - Recomendamos à Sureg/SC, fazer gestão junto ao pregoeiro para que este assine, date e rubrique o relatório sobre os procedimentos adotados no Pregão Eletrônico.

Tratamento das Recomendações:

de carlos.machado em 25/05/2011 como Pendente

Informamos que acatamos a recomendação, assinando, datando e rubricando o relatório do pregão eletrônico.

de sione.souza em 02/06/2011 como Pendente

Foi passada a recomendação da Auditoria ao pregoeiro, que se manifestou acatando-a de forma a cumpri-la doravante.

de nanci.lino em 06/06/2011 como Solucionado

Recomendação solucionada.

Recomendação:

1027.2 - Recomendamos à Sureg/SC submeter os contratos à chancela da Prore/SC antes de serem assinados pelos interessados(Contrato n.º 03/2008, fls 292 a 301).

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 25/05/2011 como Pendente

Informamos que doravante iremos proceder conforme recomendado encaminhando os contratos para chancela.

de sione.souza em 02/06/2011 como Pendente

Foi repassada a recomendação à área responsável, que se manifestou no sentido do perfeito acatamento da determinação.

de nanci.lino em 06/06/2011 como Solucionado

Em face à manifestação da Sureg/SC, recomendação considerada solucionada.

Constatação:

1028 - 1 - Observa-se que o pregoeiro não assinou, datou nem rubricou o relatório sobre os procedimentos adotados no Pregão Eletrônico n.º 02/2009, conforme fls 340, 342 e 367; 2 - Verifica-se que não foram chancelados pela Prore/SC o Contrato n.º 05/2009 (fls 396 a 408); 3 - Verifica-se que a data do 2º Termo Aditivo do Contrato n.º 05/2009 à fl. 589 foi adulterada. Sendo esse um instrumento que cria vínculo jurídico não deve haver rasuras.

Recomendação:

1028.1 - Recomendamos à Sureg/SC, fazer gestão junto ao pregoeiro para que este assine, date e rubrique o relatório sobre os procedimentos adotados no Pregão Eletrônico.

Tratamento das Recomendações:

de carlos.machado em 25/05/2011 como Pendente

Informamos que acatamos a recomendação, assinando, datando e rubricando o relatório do pregão eletrônico.

de sione.souza em 02/06/2011 como Pendente

Houve manifestação do Pregoeiro, nos termos da resposta acima, acatando a recomendação.

de em 06/06/2011 como Solucionado

Resposta à recomendação acolhida pela auditora. Recomendação solucionada.

Recomendação:

1028.2 - Recomendamos à Sureg/SC submeter os contratos à chancela da Prore/SC antes de ser assinados pelos interessados.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 25/05/2011 como Pendente

Informamos que doravante iremos proceder conforme recomendação, ou seja encaminhando os contratos para chancela.

de sione.souza em 02/06/2011 como Pendente

Na forma da manifestação acima exarada, a área responsável está cientificada sobre a necessidade do perfeito acatamento da recomendação dessa Audin.

de nanci.lino em 06/06/2011 como Solucionado

Recomendação solucionada.

Recomendação:

1028.3 - Recomendamos à Sureg/SC que seja substituída a segunda folha do Segundo Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviço de Telefonia do processo n.º 15.219/2008, Contrato n.º 05/2009, celebrado com a Empresa Brasileira de Telecomunicações – Embratel. Sendo oportuna a correção da adulteração na data do Segundo Termo em epígrafe e que os mesmos representantes o assinem.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 25/05/2011 como Pendente

Anexo III

de julio.moraes em 25/05/2011 como Pendente

Anexo 2

de julio.moraes em 25/05/2011 como Pendente

De acordo com o anexo encaminhamos correspondência a Embratel para que assine a folha retificada.

de sione.souza em 02/06/2011 como Pendente

Na forma da manifestação da Gefad, as providências foram tomadas visando a correção necessária.

de em 07/06/2011 como Solucionado

Recomendação solucionada.

Constatação:

1029 - A contratação por inexigibilidade de empresa para a prestação dos serviços de correspondência agrupada foi efetuada por inexigibilidade com base no art. 25, da Lei 8.666/93, visto que os Correios possuem o monopólio do serviço postal. No nosso entendimento a inviabilidade é restrita ao serviço postal, sendo que nos demais casos onde houver competição haverá licitação. De acordo com a Proge, CI Proge n.º 272, de 11.6.2008, item 2, o serviço de malote pode ser objeto de licitação.

Recomendação:

1029.1 - Recomendamos à Sureg/SC que interaja com a Proge e na renovação do contrato de prestação de serviços de malote seja viabilizada a abertura do certame licitatório, pois a Lei de Licitações considera ilícito penal inexigir licitação fora das hipóteses descritas em lei. Sendo esse serviço passível de competição o correto será licitar.

Tratamento das Recomendações:

de em 01/06/2011 como Pendente

Atendemos nos termos recomendados por meio da CI 045 em anexo.

de sione.souza em 02/06/2011 como Pendente

A recomendação em tela foi atendida por meio da CI 045 anexa.

de em 06/06/2011 como Pendente

A recomendação estará pendente até manifestação da Proge e a completa providência adotada para a próxima renovação do contrato de prestação de serviços de malote em epígrafe.

de nanci.lino em 29/07/2011 como Solucionado

Considerando que a Sureg/SC viabilizará a abertura do certame licitatório para prestação de serviços de malote considera-se solucionado este item.

Constatação:

1030 - Verificou-se que não houve chancela da Prore na minuta do edital n.º 05/2007 (fls 105 a 131) e no Contrato n.º 004/2007 (fls 193 a 199). O Relatório e a Ata de Realização do Pregão Eletrônico n.º 05/2007 estão sem assinaturas (fls 171 a 183). A Publicação do Extrato de Contrato n.º 4/2007 (fl 200) foi feita de forma incompleta, faltando artigo e inciso da fundamentação ou parágrafos quando for o caso. Verificou-se a falta de segregação de funções, pois o presidente da CPL designado pelo Ato de Superintendência Sureg/SC n.º 033 (fl.06), designa o empregado para ser o Coordenador e o Ato de Superintendência Sureg/SC n.º 032 (fl. 032 e 270) designa o mesmo empregado para Agente Fiscalizador do contrato em epígrafe. O TCU orienta para que haja segregação de funções: “SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES. DOU de 23.08.2007, S. 1, p. 94. Ementa: o TCU

determinou à Companhia Energética de Alagoas que observasse boas práticas de segregação de funções, inclusive quanto a evitar que responsáveis por comissões de licitações/leilões fossem também responsáveis pelas áreas de suprimento envolvidas (item 2.18, TC-015.263/2006-7, Acórdão nº 2.446/2007-TCU-1ª Câmara).” Não foram localizadas nos autos as NFFS referentes à prestação dos serviços acompanhadas dos atestos e relatórios do Fiscal do contrato e das OBs (Ordens Bancárias), comprovando os pagamentos mensais na vigência do primeiro ano do contrato. Houve atesto dos serviços prestados nas (fls 414 a 423) por empregado diferente do designado, como agente fiscalizador do contrato no Ato de Superintendência Sureg/SC nº 032 de 18.6.2007 (fl.202).

Recomendação:

1030.1 - Recomendamos à Sureg/SC submeter os Contratos e Minutas de Edital à chancela da Prore/SC antes de serem assinados pelos interessados.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 25/05/2011 como Pendente

Considerando que é esta Gerência quem emite os contratos, informamos que doravante iremos passar os contratos para a Prore cancelá-los.

de sione.souza em 02/06/2011 como Pendente

A recomendação será atendida, conforme manifestação da área responsável.

de nanci.lino em 07/06/2011 como Solucionado

Recomendação solucionada.

Recomendação:

1030.2 - Recomendamos à Sureg/SC para que seja assinado, datado e rubricado o relatório sobre os procedimentos adotados no Pregão Eletrônico nº 05/2007 (fls 174 a 183).

Tratamento das Recomendações:

de carlos.machado em 25/05/2011 como Pendente Informamos que acatamos a recomendação, assinando, datando e rubricando o relatório do pregão eletrônico 05/2007.

de sione.souza em 02/06/2011 como Pendente

A medida recomendada pela Audin será observada pela área responsável nos termos da manifestação acima exarada.

de em 07/06/2011 como Solucionado

Recomendação solucionada.

Recomendação:

1030.3 - Recomendamos à Sureg/SC, nas próximas licitações, atentar para a correta publicação dos Extratos de Contrato, observar o item 4 da CI Dirad, nº 036/11 de 28.4.2011.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 25/05/2011 como Pendente

Informamos que esta Gerência irá acompanhar as publicações no Siscot, por parte dos agentes fiscalizadores e atendimento à CI/SUREG/SC/498, de 24/05/2011.

de em 02/06/2011 como Pendente

A medida recomendada está sendo disciplinada conforme CI Sureg-SC 498, em anexo.

de nanci.lino em 07/06/2011 como Solucionado

Observar a completa informação nas publicações no Diário Oficial da União e no momento do lançamento no Siafi. Colocando a Lei ou Decreto e os respectivos artigos, incisos, parágrafos e alíneas. Recomendação solucionada.

Recomendação:

1030.4 - Recomendamos à Sureg/SC seguir as orientações do TCU quanto a segregação de funções, evitando que o pregoeiro seja o agente fiscalizador.

Tratamento das Recomendações:

de sione.souza em 24/05/2011 como Pendente

Visando o perfeito atendimento, ficaremos atentos e, doravante, na medida do possível, em face do quadro reduzido de colaboradores, estaremos fazendo as designações de forma a evitar que o agente fiscalizador seja o próprio pregoeiro, por exemplo.

de nanci.lino em 24/05/2011 como Solucionado
recomendação atendida pela auditada.

Recomendação:

1030.5 - Recomendamos à Sureg/SC inserir nos autos do processo n.º 21215.006/2007 os relatórios do gestor do contrato acerca da execução dos serviços faturados, juntamente com as Notas Fiscais Faturas, Guias de Pagamentos e Ordens Bancárias emitidas certificando a liquidação dos pagamentos dos serviços executados e adotar esta recomendação para todos os contratos, de natureza continuada ou não.

Tratamento das Recomendações:

de em 02/06/2011 como Pendente

Foi disciplinada a presente recomendação por meio da CI Sureg-SC n.º 498, em anexo.

de sione.souza em 02/06/2011 como Pendente

Foi disciplinada a presente recomendação por meio da CI Sureg-SC n.º 498, em anexo.

de nanci.lino em 06/06/2011 como Solucionado

Recomendação considerada solucionada pela auditora.

Recomendação:

1030.6 - Recomendamos à Sureg/SC que o agente fiscalizador dos contratos, designado pelo Ato de Superintendência, acompanhe e ateste os serviços prestados e observe os itens 5 e 6 da CI Dirad, n.º 036/11 de 28.4.2011.

Tratamento das Recomendações:

de sione.souza em 02/06/2011 como Pendente

A presente recomendação está sendo disciplinada por meio da CI Sureg-SC 498, em anexo.

de nanci.lino em 06/06/2011 como Solucionado

Recomendação solucionada em face da manifestação da Sureg/SC.

Relatório de Auditoria**26/2011 - (ACG) - SUREG SC/SC****Constatação:**

1220 - A Prore/SC é composta por 2 procuradores, 1 auxiliar administrativo e 2 estagiários. Na planilha fornecida, a equipe de auditores verificou a existência de 118 processos em curso, sendo 63 na esfera trabalhista e 55 na esfera cível. Ao que se depreende das informações coletadas com a titular da Procuradoria Regional as dificuldades enfrentadas no setor, no momento dos trabalhos de campo, estão afetos às precariedades de espaço físico, mobiliário e equipamentos colocados à disposição daquela Procuradoria, sendo necessária a revisão e a melhoria destes para a excelência dos trabalhos realizados pela Prore/SC. Essa precariedade será acentuada, se, como noticiado pela Proge/Matriz, a Prore/SC assumir o contencioso de processos, sendo então necessária a alocação a essa dependência de mais 2 procuradores, 2 estagiários e 2 empregados/terceirizados para efetuarem os serviços externos, a exemplo dos pagamentos de custas, depósitos, protocolização, etc. Aliado às dificuldades expostas pela Dra. Procuradora Regional, deve a Sureg/SC buscar junto à Dirad/Matriz a solução para a contratação (prazo determinado, terceirização de serviço, concurso público) de especialista em cálculos trabalhistas/cíveis, já que não é atribuição do Secof/SC a elaboração de cálculos judiciais.

Recomendação:

1220.1 - Recomendamos à Sureg/SC que faça exposição de motivos à Dirad/Matriz sobre a disposição da Procuradoria Geral quanto a assunção do contencioso por parte da Prore/SC, no sentido de viabilizar, por meio

de deflagração de processo licitatório, as aquisições necessárias ao bom desempenho dos trabalhos por parte da Prore/SC.

Tratamento das Recomendações:

de alison.paladini em 09/01/2012 como Pendente

Por meio da CI SUREG/SC n° 005, de 06/01/2012 (anexo), identificamos os óbices no que pertine à estrutura para que a PRORE assuma o contencioso na jurisdição de SC.

de luiz.campos em 09/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva do auditado, consideramos o item solucionado.

Constatação:

1221 - Constatou-se que Sureg/SC não possui contrato de prestação de serviços de administração de estagiários. Conforme determina o inciso I, do Art. n.º 9, da Lei n.º 11.788/08 é necessário a celebração de termo de compromisso entre as partes para a validação do processo, incorrendo a Conab em disfunção que poderá resultar em passivo trabalhista como detalhamos: [...] Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações: I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento; II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural; III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente; IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso; V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho; VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio; VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário. Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

..... Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária. § 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente. § 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade. [...] Quanto a disfunção comentada no parágrafo anterior, o Tribunal de Contas da União proferiu as seguinte ementas: - Assunto: ESTÁGIO. DOU de 02.02.2011, S. 1, p. 166. Ementa: determinação à Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em Alagoas para que se abstenha de utilizar os serviços dos estagiários na execução de tarefas de responsabilidade de servidores (item 9.7.12, TC-012.733/2005-3, Acórdão nº 90/2011-Plenário). - Assuntos: ESTÁGIO e SEGURO. DOU de 02.02.2011, S. 1, p. 214. Ementa: alerta ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Alagoas para que exija do ente conveniente na realização do Programa de Estágio da Unidade que providencie a contratação de seguro contra acidentes Pessoais dos estagiários (item 9.9.5, TC-006.801/2005-0, Acórdão nº 329/2011-1ª Câmara). Foi informado, em resposta a Solicitação de Auditoria n.º 007, “a contratação de estagiários é feita ao amparo de convênio firmado pela Matriz, em âmbito nacional, com o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE” e no nosso entendimento, não é aplicável ao caso, por não se tratar de convênio e sim de contrato e o CIEE no Distrito Federal não é o gestor de estagiários no Estado de Santa Catarina e desconhecesse que a Regional do CIEE tenha autoridade para celebrar contrato a nível nacional. Ademais, no Estado de Santa Catarina, existe a possibilidade de contratar outros organismos que tem o mesmo objetivo, tais como o Instituto Evaldo Lodi – IEL e a Federação Nacional do Comércio – esta por meio de fundação específica – ou ainda, diretamente nas universidades/faculdades da região. Nesse diapasão o Egrégio Tribunal de Contas da União emitiu a seguinte ementa: - Assunto: ESTÁGIO. DOU de 18.11.2008, S. 1, p. 73. Ementa: determinação à SFA/RS para que estude a conveniência de efetuar procedimento licitatório para a contratação de agente de integração, com o objetivo de executar o programa de estágio, rescindindo, tão logo concluído o certame, o convênio firmado com

o CIEE, de modo a obter a proposta mais vantajosa ao erário, uma vez que não se trata de uma relação de convênio, mas, sim, de contrato (alínea “u”, item 1.5, TC-022.942/2007-3, Acórdão nº 4.127/2008-1ª Câmara). Entende-se relevar ainda, o cuidado que a Sureg/SC deverá observar quando da contratação de estagiários que possuam vínculos familiares com empregados da companhia, no sentido de atender ao julgado: - Assuntos: ESTÁGIO e NEPOTISMO. DOU de 02.02.2011, S. 1, p. 214. Ementa: determinação ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Alagoas para que se abstenha de admitir estagiário que mantenha vínculo de parentesco com servidores do Núcleo, ainda que cedidos a outros entes, por infringir os princípios da moralidade e da impessoalidade, dispostos no art. 37 da Constituição Federal (item 9.8.6, TC-006.801/2005-0, Acórdão nº 329/2011-1ª Câmara). Constatou-se a ausência de ato de designação do “Agente 67” em contratos firmados pela Sureg/SC, principalmente naqueles derivados de dispensas e inexigibilidades de licitação contrariando o Art. n.º 67, da Lei 8.666/1993, onde há o comando: [...] Art.67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. § 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. § 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes. [...] Aliado ao que preconiza a Lei n.º 8.666/1993 o Tribunal de Contas da União tem o seguinte entendimento: Assunto: CONTRATOS. DOU de 03.08.2007, S. 1, p. 67. Ementa: o TCU determinou ao SENAI/RN que somente permitisse que o atesto de faturas ou notas fiscais fosse feito por pessoa que detivesse competência técnica para analisar a adequabilidade da prestação de serviços ou entrega de bens (item 9.3.5, TC-004.452/2006-6, Acórdão nº 1.481/2007-TCU-Plenário). Para obtenção de resultados de gestão adequados aos processos de aquisições de bens e serviços, a Sureg/SC deve observar o descrito no § 4.º, do Artigo n.º 10, do Decreto n.º 5.450/2005: [...] Somente poderá exercer a função de pregoeiro o servidor ou o militar que reúna qualificação profissional e perfil adequados, aferidos pela autoridade competente. [...] No caso, o Tribunal de Contas da União pronunciou-se através do seguinte acórdão: Assunto: PREGÃO ELETRÔNICO. DOU de 02.08.2007, S. 1, p. 85. Ementa: o TCU determinou à DRT/MA que: a) observasse, quanto à designação de pregoeiro, o disposto no art. 10, § 3º, do Decreto n.º 5.450/2005 (“A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para período de um ano, admitindo-se reconduções, ou para licitação específica”); b) fizesse constar dos processos licitatórios cópia de certificado que atestasse a participação do pregoeiro em cursos de qualificação para esse fim, sem desconsiderar a oportunidade e a conveniência de incluir no texto da portaria de nomeação texto específico declaratório de qualificação e perfil adequados à função, de maneira a atender ao que preconiza o art. 10, § 4º, do Decreto n.º 5.450/2005 (“Somente poderá exercer a função de pregoeiro o servidor ou o militar que reúna qualificação profissional e perfil adequados, aferidos pela autoridade competente”) (itens 1.2.1.30 e 1.2.1.31, TC-020.340/2006-9, Acórdão nº 2.005/2007-TCU-2ª Câmara). Por meio da CI n.º 1.214, de 28.11.2011, a Sureg/SC informou que possuía contrato firmado com o Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias para os serviços de braçagem na UA/Herval D’Oeste, vencido desde 18.11.2009. Informou, ainda, que ao ser solicitada a renovação não foi aceito pela Prore/Sureg/SC, tendo em vista orientação para nova sistemática de contratação. Finalizando, a Sureg/SC informou que no momento está descoberta dos serviços de braçagem para as atividades de movimentação de mercadorias na UA/Herval D’Oeste. Analisando o Processo n.º 15.249/2008, aberto para conduzir o processo de contratação de serviço de braçagem para a Unidade Armazenadora de Herval D’Oeste, constatou-se que a Sureg/SC assinou o Contrato n.º 09/2009 com o Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Herval D’Oeste, em 18.11.2009, com cláusula que permite a prorrogação a cada 12 meses até o limite de 60 meses. O contrato foi prorrogado por mais 12 meses com a assinatura do Primeiro Termo de Aditamento, com vencimento em 17.11.2011. Durante os procedimentos de elaboração do Segundo Termo de Aditamento, a Prore/Sureg/SC emitiu o parecer PRORE/SUREG/SC N.º FS 183/2011, às fls.828/829, informando das orientações da CIC/Proge n.º 493, de 28.9.2011, na qual “cada Regional deverá observar se o serviço de braçagem ocorre de forma eventual ou não, vez que esta condição poderá definir se a contratação se dará por meio de Acordo Coletivo com o

Sindicato da categoria, ou por meio de regular procedimento licitatório”. A Prore cita, ainda, que caso a administração regional entenda que o serviço é de natureza eventual, a contratação deverá ser realizada com o sindicato representativo, por meio de Acordo Coletivo de Trabalho, analisando previamente se o preço cobrado pelo sindicato permanece vantajoso em relação ao praticado no mercado. Em face dessa orientação, a Geope/Sureg/SC emitiu parecer às fls. 830 que informa tratar-se de serviço de natureza eventual. A Sureg/SC providenciou a abertura do Processo n.º 21215.000466/2011 que está na fase inicial de aprovação da

justificativa. A CIC/Proge n.º 493, citado no despacho da Prore/SC, precisa ser melhor analisada em função do Relatório de Auditoria Especial CGU n.º 00190.021911/2011-41-A, que aborda, entre outras coisas, a contratação de serviços de braçagem pela Conab. Segundo este documento, a Proge orienta que caberá a cada regional “...observar se o serviço de braçagem ocorre de forma eventual ou não, vez que esta condição poderá definir se a contratação se dará por meio de acordo coletivo com o sindicato da categoria, ou por meio de regular procedimento licitatório”. (grifo) O documento esclarece que caso o serviço seja caracterizado pela não-eventualidade, a opção do gestor seria pela licitação, da qual não poderão participar os sindicatos pelo fato de disporem de tratamento diferenciado em relação às empresas. A Proge esclarece, ainda, que quando o serviço tiver natureza eventual, a contratação deverá ser efetivada com o sindicato, utilizando-se o acordo coletivo de trabalho. A Proge conclui alertando que “...em hipótese alguma poderá ocorrer contratação por inexigibilidade de licitação.”. Já o Relatório de Auditoria Especial CGU n.º 00190.021911/2011-41-A traz as seguintes notas e conclusões: [...] No que tange, ao trabalho subordinado impende registrar que, se a movimentação de mercadoria em geral configurar atividade meio da Conab, respeitados os limites traçados pelo enunciado da Súmula do Tribunal Superior n. 331, a contratação desta modalidade de mão-de-obra deverá ser realizada por meio de procedimento licitatório com o objetivo de entabular contrato com sociedades empresárias de terceirização de mão-de-obra. Desse modo, cabe ao gestor decidir em que circunstância a atividade de movimentação de mercadoria em geral será realizada por empregado de empresa de terceirização de mão-de-obra ou em regime de trabalho avulso. O gestor deverá escolher a modalidade de mão-de-obra que melhor atenda ao interesse público nas diversas situações reais vivenciadas pela Conab, não havendo óbice, inclusive, a utilização simultânea do trabalho subordinado e do trabalho avulso. Ante o exposto, conclui-se que: a) são ilícitos os contratos decorrentes de licitação firmados pela Conab com sindicatos e lícitos aqueles firmados com empresas de terceirização de mão-de-obra; b) a Lei n. 12.023/2009 aplica-se à Conab por força do princípio da obrigatoriedade das leis (art. 3º, LICC); c) a Lei n. 12.023/2009 desobriga a Conab de cumprir a obrigatoriedade de licitar para a contratação do serviço de movimentação de mercadoria em geral, fora do porto e em regime de trabalho avulso, e, simultaneamente, estabelece que tal contratação realizar-se-á na via da negociação coletiva, na forma de um Acordo Coletivo de Trabalho (§ 1º, art. 611 da CLT); d) a negociação coletiva e o resultante acordo coletivo de trabalho deverão ocorrer no bojo de um processo administrativo; e) os sindicatos dos trabalhadores avulsos atuarão como representante da categoria de trabalhadores avulsos das respectivas bases territoriais, bem como agente intermediador de mão-de-obra (art. 1º, caput, Lei n. 12.023/2009); f) a negociação coletiva deve seguir o rito traçado pela Constituição Federal c/c CLT; g) integram o conteúdo do Acordo Coletivo de Trabalho tanto dispositivos normativos como dispositivos contratuais, não podendo tais dispositivos contrariar a lei em sentido amplo e nem deixar de observar as prescrições específicas da Lei n. 12.023/2009; h) as lides decorrentes do Acordo Coletivo de Trabalho serão dirimidas perante a Justiça Federal (art. 109, CF), ressalvados os litígios que desafiem a competência da Justiça Trabalhista (art. 114, CF); i) A atividade de movimentação de mercadorias em geral pode ser realizada tanto por trabalho avulso (negociação coletiva – acordo coletivo de trabalho), como trabalho subordinado (licitação – contrato), competindo ao gestor escolher a modalidade de mão-de-obra que melhor atenda ao interesse público nas diversas situações reais vivenciadas pela Conab, podendo ser utilizado, simultaneamente, o trabalho subordinado e o trabalho avulso. [...] Observa-se que há, entre os dois documentos, termos diferenciados para que o gestor decida pela contratação de serviços de braçagem pela Conab, a saber: a) A Proge recomenda à cada Sureg observar se o serviço de braçagem ocorre de forma eventual ou não, vez que esta condição poderá definir se a contratação se dará por meio de acordo coletivo com o sindicato da categoria ou por procedimento licitatório; b) O Relatório da CGU registra que se a movimentação de mercadoria em geral configurar atividade meio da Conab, a contratação desta modalidade de mão-de-obra deverá ser realizada por meio de procedimento licitatório com o objetivo de entabular contrato com sociedades empresárias de terceirização de mão-de-obra. Em face da confusa interpretação que ambos os documentos impõem, caberá à administração consultar a PROGE a respeito do tratamento a ser dado, buscando dirimir as dúvidas e melhor orientar para o sucesso do procedimento de contratação dos serviços de braçagem. A Sureg/SC mantém o contrato n.º 04/2006 com a empresa FLY HOSPITAL LTDA para prestação de serviços de engenharia e medicina do trabalho compreendendo a elaboração do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, a elaboração, implantação, coordenação, assistência técnica ao desenvolvimento e emissão do relatório anual do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e, a elaboração, implantação, coordenação, assistência técnica ao desenvolvimento e emissão do relatório de avaliação dos resultados do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRa, com vigência de 12 meses a partir de 1.1.2007, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 meses. A Sureg/SC emiti

o Ato n.º 24/2007, de 9.3.2007, designando o empregado matrícula 106.773 para atuar como agente fiscalizador do contrato particular de prestação de serviços de engenharia e medicina do trabalho, compreendendo LTCAT, PCMSO e PPRA, acompanhando, fiscalizando, conferindo e coordenando os respectivos serviços, (...). Não foi localizado nos autos do Processo n.º 15.300/06, que conduz os procedimentos administrativos de contratação, a comprovação de que o Fiscal de Contrato fez o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, tal como a emissão de relatórios periódicos. Também não foram localizadas nos autos as cópias das faturas ou notas fiscais contendo o atesto comprovando a execução do serviço, além de outros registros cabíveis, conforme previsto no art.67 da Lei n.º 8.666/93. [...] Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. § 1o O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. [...] Cabe destacar a importância da atuação do fiscal de contrato para a perfeita execução dos serviços contratados, devendo ser observadas pelo fiscal, em especial, as disposições contidas nos artigos 66 a 76 da Lei n.º 8.666/93. O fiscal de contrato tem responsabilidade administrativa/funcional, civil e penal sobre os atos que praticar. Para evitar eventuais responsabilizações, o fiscal deverá observar a Lei, respeitar as normas procedimentais aplicáveis e o teor do contrato. Deve informar, à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis. A Sureg/SC mantém o contrato n.º 03/2008 com a empresa MOBRA – SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA para prestação de serviços de vigilância armada na sede da Sureg/SC, com vigência de 12 meses a partir de 1.9.2008, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite legal, estando na vigência atual o Quinto Termo Aditivo com vencimento em 31.8.2012. Foi aberto pela Regional o Processo n.º 21215.000121/2008 para condução do procedimento de contratação dos serviços. Às fls. 503, a Sureg/SC emitiu o ATO n.º 044, de 8.9.2009, que revoga o ATO n.º 028/2009 e designa o empregado matrícula 099.935 para atuar como agente fiscalizador e gestor do referido contrato, designando, também, o empregado matrícula 049.563 para atuar como agente fiscalizador nos impedimentos e afastamentos eventuais do titular. Posteriormente, às fls. 506, foi emitido o ATO n.º 044, de 10.9.2009, revogando o Ato n.º 028/2009 e designando o empregado matrícula 099.935, para atuar como agente fiscalizador e gestor do referido contrato e, designando também, o empregado matrícula 102.642 para atuar como agente fiscalizador nos impedimentos e afastamentos eventuais do titular. Ocorre que ambos possuem a mesma numeração, constituindo-se em duplicidade, fato que torna nulo ambos os documentos, razão pela qual julgamos prudente a revogação dos atos administrativos que tratam da designação de fiscal de contrato para o acompanhamento da execução do Contrato n.º 03/2008 e a consequente assinatura de novo ATO designativo. Em julgado publicado no DOU de 08.02.2011, S.1, p.109 (fonte: Ementário da Gestão Pública, <http://groups.google.com.br/group/prgg>) o Tribunal de Contas da União determinou: - Assuntos: LIQUIDAÇÃO e PAGAMENTO. DOU de 08.02.2011, S. 1, p. 109. Ementa: a ausência de "atesto" em processos de pagamento de despesas contraria os artigos 62 e 63, § 2º, III, da Lei n.º 4.320/1964 e constitui irregularidade grave, por se tratar de ato essencial à liquidação da despesa, cuja falta impede a comprovação de que os fornecimentos foram efetivamente prestados (item 1.5.1.1, TC-023.411/2009-0, Acórdão n.º 412/2011-2ª Câmara). Não foram localizados nos autos os relatórios mensais com as manifestações do fiscal de contrato relativo ao acompanhamento da execução do contrato n.º 03/2008, no período anterior a maio/2011, consoante previsto nos artigos 66 a 76 da Lei n.º 8.666/93. Já os relatórios emitidos a partir de maio/2011 são assinados pelo empregado matrícula 099.935 sob o carimbo de assistente de superintendência regional da Sureg/SC, e não consta a identificação do fiscal de contrato. A nota fiscal n.º 002873, de 14.11.2011, foi atestada pelo empregado matrícula 049.563, que não tem competência para tal, posto que este não foi designado fiscal do contrato n.º 003/2008. As notas fiscais faturas emitidas pela contratada n.º 000807, de 1.7.2010; n.º 000963, de 15.7.2010; n.º 001066, de 16.8.2010; n.º 001272, de 21.10.10; n.º 001698, de 18.2.2011; n.º 001960, de 18.4.2011; n.º 002082, de 18.5.2011; n.º 002083, de 18.5.2011; n.º 002203, de 17.6.2011, n.º 002331, de 15.7.2011; n.º 002478, de 15.8.2011 e n.º 002761, de 15.10.2011; não trazem o atesto do fiscal de contrato. O atesto foi dado pelo empregado matrícula 099.935 que assina sob o carimbo de superintendente regional substituto. A nota fiscal n.º 002643, de 15.9.2011, emitida pela contratada, não possui o atesto do fiscal de contrato. Foi constatada às fls. 774, carta assinada, em 4.9.2010, pelo vigilante que presta serviços à contratada, Sr. Everaldo Correia da Rosa, relatando que foi agredido moralmente e fisicamente pelo fiscal da contratada no posto de serviço da Conab. Dentre as denúncias apresentadas consta que os vigilantes trabalham sem rádio para comunicação; uma arma que não funciona; carteira de vigilante vencida; vigilante trabalhando no posto da Conab há três noites consecutivas e

outro há dois dias seguidos, sem descanso. Em que pese as providências tomadas pela Sureg/SC e da resposta oferecida pela contratada, conforme fls. 782, 783, 793/797, a denúncia apresentada denota falhas no acompanhamento da execução do contrato, posto que o fornecimento de armas e demais equipamentos de segurança são obrigações da contratada, devidamente previstos na Cláusula Sexta do Contrato n.º 003/2008, e as possíveis falhas no cumprimento das obrigações contratuais poderiam ser detectadas pelo fiscal de contrato no exercício de suas funções. Cabe destacar a importância da atuação do fiscal de contrato para a perfeita execução dos serviços contratados, devendo ser observadas pelo fiscal, em especial, as disposições contidas nos artigos 66 a 76 da Lei nº 8.666/93. O fiscal de contrato tem responsabilidade administrativa/funcional, civil e penal sobre os atos que praticar. Para evitar eventuais responsabilizações, o fiscal deverá observar a Lei, respeitar as normas procedimentais aplicáveis e o teor do contrato. Deve informar, à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis.

Recomendação:

1221.1 - Recomendamos à Sureg/SC que promova a licitação, preferencialmente na modalidade pregão eletrônico, para a contratação de instituição gestora de provimento de estagiários.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 02/01/2012 como Pendente

Informamos que em 21/11/2011 foi aberto o Processo nº 21215.000465/2011-86, para contratação de empresa prestadora de serviços de estágios. Licitação em andamento.

de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/SC, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1221.2 - Recomendamos à Sureg/SC que verifique se o contratante atende a determinação da contratação do seguro de acidentes pessoais dos estagiários e solicite cópia da apólice quitada para apresentação aos órgãos de controle, quando solicitado.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 05/01/2012 como Pendente

Anexamos cópia da Apólice que é entregue aos estagiários contratados que atende a contratação de seguro de acidentes pessoais.

de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/SC, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1221.3 - Recomendamos à Sureg/SC que verifique, nas contratações de estagiários efetuadas, a possibilidade de vínculo familiar com empregados jurisdicionados a essa dependência e efetive a determinação da Corte de Contas.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 02/01/2012 como Pendente

Informamos que estamos cientes da proibição de contratação de estagiários com vínculos familiares, e que na Sureg-SC, não é autorizado esse tipo de contratação.

de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/SC, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1221.4 - Sugerimos à Sureg/SC atenta leitura à Lei nº 11.788, de 25/9/2008, para conhecer as normas relativas ao estágio de estudantes.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 02/01/2012 como Pendente
Informamos que esta Gerência e o Setor de Recursos Humanos, temos conhecimento da Lei nº 1.788 e que estamos procurando atendê-la dentro das necessidades que vão surgindo.
de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado
Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/SC, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1221.5 - Recomendamos à Sureg/SC que, nas futuras licitações, designe por ato, instruído no processo de licitação, inclusive aqueles derivados de DISPENSA ou INEXIGIBILIDADE, o fiscal do contrato ao qual deverá ser solicitado o acompanhamento de toda a execução do contrato e o atesto dos pagamentos a serem efetuados.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 04/01/2012 como Pendente
Por meio da CIC/Sureg-SC/24 de 4/1/2011, foi orientado os colaboradores sobre o acompanhamento dos contratos.
de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado
Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.

Recomendação:

1221.6 - Recomendamos, também, que a Sureg/SC estabeleça, como condição para agente 67 de todo e qualquer contrato firmado com a Companhia (Lei n.º 8.666/1993, Artigo n.º 67, caput), o conhecimento e o treinamento quanto às cláusulas gerais e particulares de cada fornecimento, sob pena de eleger empregado que não reúne as condições para o atesto da execução e dos pagamentos, podendo gerar prejuízos e responsabilizações.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 03/01/2012 como Pendente
Informamos que está sendo providenciado a realização de curso para os agentes fiscalizadores conforme documentos em anexo.
de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado
Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/SC, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1221.7 - Recomendamos à Sureg/SC que adote as determinações da Corte de Contas, fazendo inserir em todos os processos de licitação na modalidade "Pregão", a certificação do pregoeiro, bem como da inclusão da declaração citada no Acórdão TCU n.º 2005/2007-TCU-2ª Câmara, quando da renovação da portaria de nomeação/recondução ou substituição do atual empregado com essa responsabilidade.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 03/01/2012 como Pendente
Em atendimento a recomendação da Auditoria foi emitido a CI/SUREG/SC nº 20, encaminhada ao Pregoeiro para que doravante adote as providências recomendadas.
de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado
Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/SC, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1221.8 - Recomendamos à Sureg/SC consultar a Proge a respeito das orientações para a contratação de serviços de braçagem tratada na CIC/Proge n.º 493, de 28.9.2011, em razão dos conflitos com o Relatório de Auditoria Especial CGU nº 00190.021911/2011-41.

Tratamento das Recomendações:

de luiz.campos em 06/01/2012 como Pendente
O assunto tratado na CI anexa não tem relação com o objeto da recomendação.
de sione.souza em 06/01/2012 como Pendente

Reenviamos CI devidamente assinada.
de alison.paladini em 09/01/2012 como Pendente
Em retificação à informação prestada, postulamos junto à PROGE um posicionamento definitivo sobre a contratação dos serviços de braçagem nas unidades operacionais da CONAB, conforme CI SUREG/SC n° 004, de 06/01/2012 (anexo).
de luiz.campos em 09/01/2012 como Solucionado
Tendo em vista a manifestação conclusiva do auditado, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1221.9 - Recomendamos à Sureg/SC para que mantenha no Processo n.º 15.300/06 as cópias das notas fiscais ou faturas e os respectivos comprovantes de pagamento dos serviços prestados, objeto da contratação.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 04/01/2012 como Pendente
Informamos que foi encaminhado a CI/Sureg-SC/nº 22 de 3/1/12, ao agente fiscalizador para atente a essa recomendação, conforme cópia anexa.
de luiz.campos em 04/01/2012 como Solucionado
Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.

Recomendação:

1221.10 - Recomendamos à Sureg/SC instruir os empregados designados Fiscal de Contrato para que os relatórios devidamente emitidos passem a fazer parte integrante do Processo n.º 15.300/06.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 04/01/2012 como Pendente
Informamos que mediante a CI/SUREG/SC/Nº 22, de 3/1/2011, cópia anexa, foi orientado o agente fiscalizador para que incluía no processo os relatórios de fiscalização.
de luiz.campos em 04/01/2012 como Solucionado
Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.

Recomendação:

1221.11 - Recomendamos à Sureg/SC providenciar a revogação dos ATOs n.º 044, de 8.9.2009 e 10.9.2009, posto que foram emitidos com numeração em duplicidade.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 04/01/2012 como Pendente
Informamos que Ato nº 44 de 8/9/2009, não foi publicado e concretizado sua emissão por ter sido substituído o agente substituto, antes do recebimento. Ato cancelado, sem efeito. Prova disto que nas publicações dos Boletins da Conab, consta apenas o Ato nº 44 de 10/9/2009, cópia anexa.
de luiz.campos em 04/01/2012 como Solucionado
Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.

Recomendação:

1221.12 - Recomendamos à Sureg/SC providenciar a emissão de novo ATO designando o Fiscal de Contrato n.º 03/2008, em substituição ao ATO n.º 044/2009.

Tratamento das Recomendações:

de em 04/01/2012 como Pendente
Informamos que o Ato nº 44 de 8/9/2009, por não ter sido concretizado, foi cancelado, devido a substituição pelo nº 44 de 10/9/2009, a pedido do agente fiscalizador substituto, não tem como emitir outro ato. O Ato correto está publicado no Boletim da Conab, cópia anexa.

de luiz.campos em 04/01/2012 como Solucionado

Objetivando orientar futuros trabalhos de Auditoria Interna, orientamos opor carimbo de CANCELADO no Ato n.º 44, de 8.9.2009, evitando-se novas cobranças em Relatório de Auditoria. Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.

Recomendação:

1221.13 - Recomendamos à Sureg/SC instruir os empregados designados como Fiscais de Contrato para que todos os relatórios emitidos passem a fazer parte integrante do Processo n.º 21215.000121/2008.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 04/01/2012 como Pendente

Foi orientado o agente fiscalizador por meio da CI/SUREG/SC/Nº 23, de 04/1/2011.

de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado

Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.

Recomendação:

1221.14 - Recomendamos à Sureg/SC orientar o empregado matrícula 099.935, designado Fiscal de Contrato, para que este passe a utilizar o carimbo de identificação de Fiscal de Contrato nos documentos assinados no exercício da função.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 04/01/2012 como Pendente

Por meio da CI/SUREG-SC/Nº 23, de 4/1/11, foi orientado o agente fiscalizador para usar o carimbo de identificação de agente.

de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado

Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.

Recomendação:

1221.15 - Recomendamos à Sureg/SC orientar o empregado matrícula 049.563 para que se abstenha de atestar as notas fiscais emitidas pela contratada ou outro documento relacionado ao contrato n.º 03/2008, posto que este não possui designação legal para o exercício da função, em observância ao art.67 da Lei 8.666/93.

Tratamento das Recomendações:

de em 04/01/2012 como Pendente

Foi informado o colaborador pela CI/SUREG/SC/25, anexa, para abster de atestar documentos sem designação.

de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado

Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.

Constatação:

1222 - Na avaliação das Normas relativas aos controles internos administrativos, há que se verificar o conjunto de regras, diretrizes e sistemas que visam o atingimento dos objetivos específicos a que se propõe, tais como: relação custo benefício, qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários, rodízio de funções com vistas a reduzir/eliminar possibilidades de fraudes, delegação de poderes e definição de responsabilidades, segregação de funções, existência de regimento/estatuto e organograma adequados dentre outras. Notou-se, após constatações, que a Sureg/SC não é contemplada em sua estrutura organizacional com a Comissão Permanente de Licitação, apesar de existir de fato e atuar de forma inequívoca. Além disso, verificou-se que a Sureg/SC deixa de atender ao comando da IN SFC/CGU n.º 01/2001 relativo a segregação de funções, cujo teor reproduzimos abaixo para melhor entendimento: Seção VIII Normas relativas aos controles internos administrativos IV – Segregação de funções – A estrutura das unidades/entidades deve prever a separação entre as funções de autorização/aprovação de operações, execução, controle contabilização, de tal forma que

nenhuma pessoa detenha competências e atribuições em desacordo com este princípio. Entende-se que a Resolução Presi n.º 25, de 24/10/2002, está em desacordo com o estabelecido na Alínea a, do Inc. n.º III, do Título Princípios de Controle Interno Administrativo, Seção VIII Normas Relativas aos Controles Internos Administrativos, da IN SFC/CGU n.º 01 de 6/4/2001, a saber: “a) existência de regimento/estatuto e organograma adequados, onde a definição de autoridade e consequentes responsabilidades sejam claras e satisfaçam plenamente as necessidades da organização;” Em julgado publicado no DOU de 07.12.2011, S.1, p.96 (fonte: Ementário da Gestão Pública, <http://groups.google.com.br/group/prgg>) o Tribunal de Contas da União determinou: - Assunto: VEÍCULOS. DOU de 07.12.2011, S. 1, p. 96. Ementa: o TCU deu ciência à SUEST/SP/FUNASA quanto à necessidade de: a) adotar medidas com vistas à incorporação e tombamento patrimonial de todos os bens móveis do órgão, especialmente dos veículos pertencentes à frota da Superintendência e daqueles adquiridos por meio de um pregão de 2008, bem como mantenha relatório pormenorizado acerca da existência de termos de responsabilização pela guarda de todos os bens móveis; b) realizar estudos quanto ao estado de conservação, necessidade e utilidade de todos os seus veículos, avaliando a conveniência e oportunidade da adoção de medidas para o desfazimento daqueles considerados inservíveis (itens 1.7.6 e 1.7.8, TC-020.273/2011-8, Acórdão n.º 9.975/2011-1ª Câmara). Analisando a documentação Controle Anual do Veículo, emitida em 2011, pela UA/São José, constatou-se que os veículos placa MGM 8267 (caminhão Iveco Eurocargo) e placa MCC 5930 (Kombi) não estão sendo utilizados pela UA. Conforme Fax n.º 1061, de 21.10.2011, emitido pela Sureg/SC, o veículo placa MGM 8267 está em processo de transferência para a Sureg/PR. Foi lançado no mapa Controle de Despesas com Veículos, do mês de agosto/2011, despesa referente a aquisição de peças no valor de R\$ 144,00 para o veículo placa MGB 0173. Entretanto, trata-se de lançamento incorreto, posto que na NFe n.º 761, de 2.8.2011, emitida pela empresa DECOPEÇAS COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA EPP, consta o valor de R\$ 114,00. Constatou-se que a UA/São José está adquirindo combustível para uma roçadeira mecânica e adicionando a despesa ao abastecimento do veículo placa MHI 3890 e veículo placa MCC 5930. A despesa total é contabilizada como abastecimento, fato que contribui para prejudicar a avaliação do desempenho por km rodado dos veículos citados. A UA/São José não preencheu, no período de janeiro a novembro de 2011, o formulário de controle mensal das despesas com veículos que servem aquela UA, conforme previsto no Normativo NOC 60.205 – Capítulo II. A equipe de Auditores Internos expediu a SA n.º 019, de 30.11.2011, solicitando a justificativa pela não emissão do documento, sendo informado pela administração da UA, por meio de folha de despacho apenso à SA 019, que somente é emitido o controle anual de veículos, deixando de ser emitido o controle mensal porque raramente os veículos da UA são abastecidos mais de uma vez por mês. Constatou-se no Mapa de Inventário de Mercadorias do almoxarifado, emitido em 25.11.11, a existência de 6 litros de inseticida líquido Actellic e 6 litros de inseticida líquido K-Obiol. Trata-se de materiais tóxicos transferidos pela Matriz à Sureg/SC e serão utilizados em tratamento fitossanitário nas Unidades Armazenadoras – UAs daquela Regional. Segundo explicação oferecida pela Sureg/SC, o produto foi recebido com prazo de validade próximo do vencimento e já foram adotadas providências para a substituição pelo fornecedor, quando, então, será distribuído às UAs. Enquanto aguarda a solução, o produto permanecerá no Relatório MIM do almoxarifado da Sureg/SC e estocado no depósito de inseticidas da UA/São José. Constatou-se, também, no referido Mapa de Inventário de Mercadorias do almoxarifado da Sureg/SC, que os materiais de códigos 335, 336 e 337 estão com a descrição incorreta da embalagem do produto. Onde constam pacotes de 10 unidades, na verdade trata-se de pacotes com 250 unidades.

Recomendação:

1222.1 - Recomendamos à Sureg/SC interagir com a Dirad/Matriz para a adesão à norma regulamentadora (IN SFC/CGU n.º 01 de 6/4/2001), objetivando adequar o seu organograma estrutural, visando a inserção da Comissão Permanente de Licitação e a correta indicação dos seus membros, não permitindo a superposição de competências e responsabilidades com outros cargos da sua estrutura.

Tratamento das Recomendações:

de lourdes.nienkoetter em 04/01/2012 como Pendente

Após conhecimento, retornamos para a Vossa consideração.

de em 05/01/2012 como Pendente

CI Sureg-SC n.º 02, de 05/01/2012 está sendo enviada à Dirad sugerindo a criação de Setor para CPL.

de luiz.campos em 06/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva do auditado, consideramos o item solucionado.

Recomendação:
1222.2 - Recomendamos à Sureg/SC encaminhar solicitação à Presi no sentido de avaliar a conveniência e a oportunidade da vigência da Resolução n.º 25, de 24/10/2002, adequando a sua estrutura aos preceitos da IN SFC/CGU n.º 01/2001 de 6/4/2001.
Tratamento das Recomendações:
de lourdes.nienkoetter em 04/01/2012 como Pendente Nos termos acordados, após conhecimento retornamos. de sione.souza em 05/01/2012 como Pendente Segue à Presi a CI Sureg-SC n.º 03, de 05/01/2012, tratando do assunto em apreço. de luiz.campos em 06/01/2012 como Solucionado Tendo em vista a manifestação conclusiva do auditado, consideramos o item solucionado.
Recomendação:
1222.3 - Recomendamos à Sureg/SC corrigir, no mapa de controle mensal do veículo placa MGB 0173, o lançamento da despesa relativa ao mês de agosto/2011, referente a NFe n.º 761, de 2.8.2011, emitida pela empresa DECOPEÇAS COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA EPP, no valor de R\$ 114,00.
Tratamento das Recomendações:
de lourdes.nienkoetter em 04/01/2012 como Pendente Ciente, visto que a Gefad adotará as medidas para acatamento da recomendação de luiz.campos em 04/01/2012 como Solucionado Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.
Recomendação:
1222.4 - Recomendamos à Sureg/SC dar uma melhor destinação ao veículo placa MCC 5930 que se encontra subutilizado na UA/São José, atentando para a recomendação do TCU, publicada no DOU em 7.12.2011, quanto a análise do estado de conservação, necessidade e utilidade dos veículos.
Tratamento das Recomendações:
de em 04/01/2012 como Pendente Considerando que a Sureg não possui motorista em seu quadro de colaboradores e considerando que para outras Unidades da Conab o mesmo poderá ser melhor aproveitado, somos favorável ao acatamento da proposição dos Sr. Auditores. de luiz.campos em 04/01/2012 como Solucionado Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.
Recomendação:
1222.5 - Recomendamos à Sureg/SC orientar a UA/São José para que se abstenha de lançar a despesa com combustível utilizado na roçadeira mecânica no mapa de controle das despesas dos veículos.
Tratamento das Recomendações:
de lourdes.nienkoetter em 04/01/2012 como Pendente Acatamos a recomendação. Assim como orientamos a UA-São José a proceder nos termos determinados na CI 0211, de 04.1.2012. de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.
Recomendação:
1222.6 - Recomendamos à Sureg/SC orientar a UA/São José para que doravante, passe a emitir a documentação

de controle das despesas com veículos na conformidade prevista no Normativo NOC 60.205 – Capítulo II.

Tratamento das Recomendações:

de em 04/01/2012 como Pendente

Acatamos a recomendação. Elucidando que nos termos da CI SUREG/GEOPE de nº 231, desta data, determinamos a UA-São José, o fiel cumprimento das normas estabelecidas.

de em 05/01/2012 como Solucionado

Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.

Recomendação:

1222.7 - Recomendamos à Sureg/SC agilizar as providências, visando a transferência para as Unidades Armazenadoras do inseticida líquido para expurgo que se encontra na relação do estoque do almoxarifado daquela Regional.

Tratamento das Recomendações:

de lourdes.nienkoetter em 04/01/2012 como Pendente

Apensado também o Fax da SUARM.

de lourdes.nienkoetter em 04/01/2012 como Pendente

Considerando que os fornecedores não cumpriram as cláusulas estabelecidas nos contratos firmados, já procedemos a notificação à SUARM. Assim sendo, estamos aguardando a referida substituição. Entretanto, salientamos que estamos acompanhando o assunto.

de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado

Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.

Recomendação:

1222.8 - Recomendamos à Sureg/SC providenciar a correção das informações referentes ao conteúdo e quantidade dos materiais relacionados no MIM do almoxarifado.

Tratamento das Recomendações:

de lourdes.nienkoetter em 04/01/2012 como Pendente

Após conhecimento, permanecemos a disposição para apoio, se necessário.

de lourdes.nienkoetter em 04/01/2012 como Pendente

A correção será providenciada pela GEFAD/SETAD.

de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado

Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.

Constatação:

1223 - Analisou-se, por amostragem, as concessões de ADV e PCV e destaca-se as seguintes disfunções: a) Autorização para o próprio viajante (ADV n.º 36, 74), em desacordo com o acórdão: - Assuntos: DIÁRIAS e SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES. DOU de 11.12.2009, S. 1, p. 198. Ementa: determinação ao CEFET/Petrolina, atual IFET – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, para que, na concessão de diárias, não permita a autoconcessão, designando servidor qualificado para o encargo de ser proponente na ocasião em que o proposto for dirigente da entidade, em observância ao princípio da segregação de funções, bem como anexo comprovante que ateste a finalidade da concessão (item 1.6.1.2, TC-010.338/2004-0, Acórdão n.º 6.636/2009-2ª Câmara). b) Concessão de deslocamento por prazo superior a 10 dias contínuos ou mais de quarenta intercaladas (ADV n.º 43,68,70) em desacordo com o Art. 4º, do Decreto n.º 7.446, de 1º/3/2011 como se segue: [...] Somente os Ministros de Estado poderão autorizar despesas referentes a: I – deslocamentos de servidores por prazo superior a dez dias contínuos; II – mais de quarenta diárias intercaladas por servidor no ano; e § A competência prevista no caput poderá ser delegada ao Secretário-Executivo, ou autoridade equivalente, ou

dirigentes máximos das entidades vinculadas, vedada a subdelegação. [...] Não se localizou a autorização de que trata o Decreto em comento junto às ADVs analisadas.

Recomendação:

1223.1 - Recomendamos à Sureg/SC observar os normativos e a legislação corrente no sentido de evitar as disfunções descritas.

Tratamento das Recomendações:

de lourdes.nienkoetter em 04/01/2012 como Pendente

Folha despacho

de lourdes.nienkoetter em 04/01/2012 como Pendente

Acatamos a recomendação. Oportunidade salientamos nos termos das Normas estabelecidas apensamos os procedimentos que antecedem as viagens.

de lourdes.nienkoetter em 04/01/2012 como Pendente

Demais anexos.

de lourdes.nienkoetter em 04/01/2012 como Pendente

Segundo anexo

de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/SC, consideramos o item solucionado.

Constatação:

1224 - Verificou-se que, em alguns casos, as placas indicativas ou sinais luminosos de saída/emergência estão em desacordo com a NR 23 – Proteção Contra Incêndios, item 23.2.5, como é o caso daquela instalada no 2º andar indicando saída em direção oposta (escada em direção as instalações da Proré/SC sem saída) e a instalada no auditório remetendo os ocupantes a entrar no edifício da Sureg/SC, quando deveria existir uma saída de emergência em direção oposta a essa entrada. A norma elencada determina: “23.2.5 - As aberturas, saídas e vias de passagem devem ser claramente assinaladas por meio de placas ou sinais luminosos, indicando a direção da saída.” Constatou-se a falta de atendimento a NR 26 – Sinalização de Segurança, notadamente os item 26.1 e seus subitens. Embora as normas técnicas sejam de uso voluntário, passam a ter força de lei quando mencionadas explicitamente no corpo legislativo. É o que acontece com as normas de acessibilidade que passaram a integrar a legislação federal e estadual. As regulamentações dessas leis, estabelecendo penalidades e a prática da fiscalização de seu cumprimento por parte de órgãos executivos e judiciários, impôs a implantação da acessibilidade em toda à Administração Pública. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO - PORTARIA N.º 221 DE 06 DE MAIO DE 2011 - (D.O.U. de 10/05/2011 - Seção 1 - pág. 118) - Altera a Norma Regulamentadora n.º 23. A SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, inciso II, do Anexo I do Decreto n.º 5.063, de 3 de maio de 2004, e em face do disposto nos art. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 e no art. 2º da Portaria MTb n.º 3.214, de 8 de junho de 1978, resolve: Art. 1º Alterar a Norma Regulamentadora n.º 23 (Proteção Contra Incêndios), aprovada pela Portaria MTb n.º 3.214, de 8 de junho de 1978, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo desta Portaria. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação VERA LÚCIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE ANEXO NORMA REGULAMENTADORA N.º 23 - PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS 23.1 Todos os empregadores devem adotar medidas de prevenção de incêndios, em conformidade com a legislação estadual e as normas técnicas aplicáveis. 23.1.1 O empregador deve providenciar para todos os trabalhadores informações sobre: a) utilização dos equipamentos de combate ao incêndio; b) procedimentos para evacuação dos locais de trabalho com segurança; c) dispositivos de alarme existentes. 23.2 Os locais de trabalho deverão dispor de saídas, em número suficiente e dispostas de modo que aqueles que se encontrem nesses locais possam abandoná-los com rapidez e segurança, em caso de emergência. 23.3 As aberturas, saídas e vias de passagem devem ser claramente assinaladas por meio de placas ou sinais luminosos, indicando a direção da saída. 23.4 Nenhuma saída de emergência deverá ser fechada à chave ou presa durante a jornada de trabalho. 23.5 As saídas de emergência podem ser equipadas com dispositivos de travamento que permitam fácil abertura do interior do estabelecimento. Foram apresentadas pelos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, da Sureg/SC, a CI CIPA/Sureg/SC n.º 01/2011, n.º 04/2011 e n.º 06/2011, encaminhadas à Sureg/SC respectivamente em 17.2.2011, 18.11.2011 e 7.12.2011 contendo a transcrição das Atas das Reuniões da CIPA acompanhadas de sugestões de melhorias para manutenção da integridade física dos

funcionários e demais pessoas que utilizam os serviços e a estrutura da sede da Sureg/SC. Segundo informação prestada pelos membros da CIPA, as sugestões apresentadas durante o exercício de 2011 não foram atendidas na sua totalidade. A esse respeito, foi apresentada à equipe de Auditores Internos a CI CIPA/Sureg/SC n.º 05, de 7.12.2011, com as solicitações efetuadas à Sureg/SC e ainda não realizadas, a saber: a) Construção de calçada em volta do prédio da Sureg/SC; b) Designação de um local para a refeição dos empregados terceirizados; c) Falta de sinalização no abrigo que contém o botijão de gás; d) Fornecimento de Equipamento de Proteção Individual – EPI aos empregados terceirizados que cuidam da limpeza da sede da Sureg/RS; e) Verificação e limpeza do telhado e calhas da sede da Sureg/SC no sentido de desobstruir os pontos de contenção de água da chuva, evitando a formação de goteiras no interior do prédio; f) Verificação da fiação elétrica e curto-circuito em algumas salas da sede da Sureg/SC; g) Melhoria das placas de sinalização de pedestres e veículos no pátio da sede da Sureg/SC; h) Pintura das faixas de pedestres; i) Substituição dos vidros quebrados ou estilhaçados das mesas dos empregados da sede da Sureg/SC. Foram verificados, também, que no pátio da sede da Sureg/SC existe apenas uma vaga no estacionamento de veículos para deficientes físicos. O banheiro destinado a uso de cadeirantes encontra-se fechado. A funcionária que atende na recepção não soube informar a localização da chave.

Recomendação:

1224.1 - Recomendamos à Sureg/SC dotar os corredores e vias de circulação da indicação clara da saída evitando-se, mesmo sem a ocorrência de sinistro, a possibilidade de enganos, como se verifica hoje com os visitantes externos e esporádicos que transitam pelos corredores.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 05/01/2012 como Pendente

Estamos providenciando uma placa na escada que dá acesso a Prore informando sobre a escada e acesso. Independente disto, informamos que essa Prore possui uma porta para ser utilizada como saída de emergência onde é disponibilizado ao lado da porta uma caixa com a chave para ser utilizado num caso de emergência.

de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/SC, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1224.2 - Recomendamos à Sureg/SC que observe as Normas Regulamentadoras comentadas, efetivando sua implementação, afim de atender à futuras fiscalizações da Delegacia Regional do Trabalho.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 05/01/2012 como Pendente

Informamos que esta Gerência tomou conhecimento do conteúdo e que procurará atender as normas reguladores, para que haja um bom entendimento entre a Cipa e esta Sureg.

de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/SC, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1224.3 - Recomendamos à Sureg/SC a adoção da ABNT NBR 9050 que trata da Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos em atendimento ao Decreto n.º 5.296/2004 que regulamenta as Leis nos 10.048/2000 e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 05/01/2012 como Pendente

Informamos que para melhorar a acessibilidade a Sureg, incluímos no orçamento de 2012, a instalação de um elevador, conforme comprovante me anexo. e que demais caminhos estão sendo analisados para ver o que pode ser melhorado.

de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/SC, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1224.4 - Recomendamos à Sureg/SC dar atenção especial aos relatórios e atas de reunião apresentados pela CIPA, no sentido de reduzir ou eliminar os riscos que comprometem a segurança do trabalho dos empregados lotados na sede da Regional, visitantes e prestadores de serviços terceirizados.

Tratamento das Recomendações:

de em 05/01/2012 como Pendente

Com relação as solicitações da Cipa informamos que vários itens já foram solucionados porém não foram respondidos por esta alguns ainda em fase de conclusão. Por possuir alguns itens que dependem da matriz na liberação, tipo elevador continuam pendentes.

de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado

Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório. Entretanto, essa Sureg deve reiterar junto às áreas da Matriz o atendimento das pendências, no sentido de atender as demandas da CIPA.

Recomendação:

1224.5 - Recomendamos à Sureg/SC disponibilizar um número maior de vagas preferenciais no estacionamento do pátio da sede da Regional.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 05/01/2012 como Pendente

Por meio da CI/SUREG/SC/45, foi solicitado a ampliação das vagas especiais.

de em 06/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva do auditado, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1224.6 - Recomendamos à Sureg/SC disponibilizar à área de recepção uma cópia da chave do banheiro destinado a cadeirantes.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 05/01/2012 como Pendente

Informamos que já foi providenciado a colocação de chaves na recepção conforme CI/SUREG/GEFAD/SC/Nº 41, de 05/01/2012, em anexo.

de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado

Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.

Constatação:

1225 - Em julgado publicado no DOU de 02.08.2007, S.1, p.85 (fonte: Ementário da Gestão Pública, <http://groups.google.com.br/group/prgg>) o Tribunal de Contas da União determinou: “Assunto: PREGÃO ELETRÔNICO. DOU de 02.08.2007, S. 1, p. 85. Ementa: O TCU determinou à DRT/MA que: a) observasse, quanto à designação de pregoeiro, o disposto no art. 10, § 3º, do Decreto n.º 5.450/2005 (“A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para período de um ano, admitindo-se reconduções, ou para licitações específicas”); b) fizesse constar dos processos licitatórios cópia de certificação que atestasse a participação do pregoeiro em cursos de qualificação para esse fim, sem desconsiderar a oportunidade e a conveniência de incluir no texto da portaria de nomeação texto específico declaratório de qualificação e perfil adequados à função, de maneira a atender ao que preconiza p art. 10, § 4º, do Decreto n.º 5.450/2005 (“somente poderá exercer a função de pregoeiro o servidor ou o militar que reúna qualificação profissional e perfil adequados, aferidos pela autoridade competente”) (itens 1.2.1.30 e 1.2.1.31, TC-020.340/2006.-9, Acórdão n.º 2.005/2007-TCU-2ª Câmara).” Nos processos de contratação de serviços analisados pela equipe de auditores, não foram localizados os documentos que comprovem a qualificação do pregoeiro designado, de maneira a atender ao que preconiza o art.10 § 4º do Decreto 5.450/2005 bem como à determinação do TCU publicada no DOU de 2.8.2007.

Recomendação:

1225.1 - Recomendamos à Sureg/SC anexar aos respectivos processos administrativos a documentação atestando a qualificação do pregoeiro designado para conduzir o procedimento licitatório, de forma a atender ao que preconiza o art.10 § 4º do Decreto 5.450/2005 e a determinação do TCU publicada no DOU de 2.8.2007.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 04/01/2012 como Pendente

Encaminhado a CI/SUREG-SC/Nº 20 DE 3/1/12 solicitando que os processo licitatórios sejam abastecidos com a qualificação do pregoeiro e do ato de designação.

de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado

Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.

Constatação:

1226 - Na análise do saldo da conta contábil e seus reflexos, encontrou-se as seguintes disfunções: 1) Divergência, a maior de R\$ 136.660,58, no saldo contabilizado na Conta 1.2.1.2.3.00.00 – DEPÓSITOS PARA RECURSOS, registrados no SIAFI em confronto com a CONSULTA DE SALDO IS (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF), base Setembro/2011; 2) Diversos registros de contas correntes (responsáveis) que não constam da relação extraída do agente financeiro, a exemplo: 43767133920 – LUIZ CARLOS DE AMORIM: R\$ 73.469,40; 48993387915 – ANTONIO CARLOS HENN:...R\$ 6.464,19; 37847147904 – DECIO OLAVO VIEIRA:..... R\$ 7.000,00. A equipe de Auditores efetivou uma reunião de esclarecimentos com os gestores da Sureg/SC envolvidos (Sureg, Prore, Gefad, Secof (titular em gozo de férias) e ficou registrada a possibilidade de que a diferença constatada no saldo da conta 1.2.1.2.3.00.00 poderia gerar ressalva no parecer de auditoria referente às demonstrações financeiras de 2011. Os valores depositados na Caixa Econômica Federal são corrigidos mensalmente, portanto a divergência entre os saldos tende a ser maior a cada mês. Considera-se muito frágil o documento utilizado - (PRF-Pedido de Recurso Financeiro) - para respaldar a disponibilização dos recursos por parte da Companhia, para depósito judicial. Entende-se ainda que, norma de procedimento deveria ser editada pela Matriz da Companhia no sentido de fornecer solução definitiva para o efetivo controle e contabilização dos depósitos recursais, essa envolvendo toda a rotina, fluxograma de tramitação e o mais relevante, a responsabilidade de cada setor/empregado no processo, uma vez que se trata de rotina que necessita de acompanhamento extensivo a vários exercícios financeiros e portanto passível de mudança dos empregados responsáveis. O Egrégio Tribunal de Contas da União, órgão de controle que vincula toda a Administração Pública, emitiu determinação, publicada no DOU de 31/10/2008, a saber; Assunto: CONTROLES INTERNOS. DOU de 31/10/2008, S. 1, p. 163. Ementa: determinação ao SENAR/PA para que realize levantamento das instruções de serviços em vigor, verifique a necessidade de atualizá-las e/ou criar instruções de serviço para as áreas descobertas de normatização, a fim de criar mecanismos de controles nas áreas deficientes, em especial, aquelas relatadas pela auditoria de gestão, nas áreas orçamentária, patrimonial, de recursos humanos e de suprimento de bens e serviços (item 1.7.1.10.TC-016.515/2006-0, Acórdão nº 3.646/2008-1ª Câmara). Após o retorno da titular do Secof/SC do período de gozo de férias, nova reunião foi realizada, desta feita apenas com essa empregada e foram explanadas as disfunções encontradas e as consequências que poderiam advir da ausência de regularidade na escrituração e conciliação dos saldos da conta 1.2.1.2.3.00.00 em contraponto ao relatório emitido pela instituição financeira. Ao final dos trabalhos, a equipe de auditores recebeu a CI n.º 1.269, de 7/12/2011, emitida pelo Secof/SC à Sureg/SC relatando e compondo a divergência apresentada entre o registro contábil na conta 1.2.1.2.3.00.00 e o relatório Consulta de Saldo IS, posição em 30/11/2011, desta feita, registrando de forma circunstanciada todos os lançamentos que se encontravam divergentes bem como os de juros e atualização monetária até a data do "cut off". Assim, cabe registrar o empenho daqueles empregados em buscar a regularização/composição do saldo da conta em análise. Dessa forma, entende-se que a Sureg/SC (dentre aquelas visitadas pelos signatários) é a primeira que apresenta a conta contábil 1.2.1.2.3.00.00 conciliada com o saldo registrado no agente financeiro. Na conta contábil 1.2.2.4.9.11.00 Créditos a Receber em Poder da Justiça, constatou-se o registro de R\$ 207.664,51, relativo a 6 correntistas, na UG 135279 (Núcleo Estoque Regulador/SC - PGPM). A função da conta mencionada no sistema SIAFI é "REGISTRAR OS VALORES A RECEBER EM PODER DA JUSTIÇA SEM PREVISÃO DE RECEBIMENTO", e pela análise efetuada pela equipe de auditores, os registros não refletem essa função. A exemplo, citamos o correntista n.º 135279 – Núcleo Estoque Regulador, com saldo de R\$ 52.794,86, em 30/11/2011. Depreende-se da conciliação

contábil efetuada nesse correntista que os valores referem-se a ações judiciais em curso por iniciativa da Companhia e não de valores sequestrados e dependentes de julgamento para a incorporação aos cofres públicos.

Recomendação:

1226.1 - Recomendamos à Sureg/SC implantar rotina de troca de informações entre a Prore/SC e a Gefad/SC essa, com diretrizes e responsabilidades, organizando o fluxo de informações relativas aos depósitos judiciais de qualquer natureza entre os setores envolvidos no acompanhamento e contabilização dos valores distribuídos nas diversas rubricas existentes para esse fim.

Tratamento das Recomendações:

de em 05/01/2012 como Pendente

Vide CI Sureg-SC nº 090, em 08/12/2011.

de luiz.campos em 06/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva do auditado, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1226.2 - Recomendamos à Sureg/SC fazer exposição de motivos à Dirad/Matriz, citando inclusive as recomendações do Controle Interno sobre o assunto, solicitando que seja editada pela área responsável norma de procedimento quanto ao processo de autorização, execução e controle dos depósitos recursais.

Tratamento das Recomendações:

de sione.souza em 06/01/2012 como Pendente

Em atenção à presente recomendação, submetemos à Dirad por meio da CI anexa exposição de motivos.

de luiz.campos em 09/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva do auditado, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1226.3 - Recomendamos a Sureg/SC fazer a análise dos lançamentos na conta 1.2.2.4.9.11.00 visando a correlação entre os lançamentos efetuados e função específica da conta contábil utilizada, efetuando a reclassificação para conta que detenha a função correta.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 06/01/2012 como Pendente

Encaminhado a CI/SUREG/SC/Nº 40 para providências do Secof.

de luiz.campos em 06/01/2012 como Pendente

Aguardamos manifestação conclusiva acerca da recomendação por parte do setor envolvido

de sione.souza em 18/01/2012 como Pendente

A Gefad/Secof informa que os valores lançados na conta 1.2.2.4.9.11.00 é resultado da orientação SUCON/GERAC, por intermédio do comunica SIAFI 2008 - nº 0933415 - que segue em anexo.

OBS: Não houve manifestação da Audin quanto a resposta enviada.

Constatação:

1227 - Analisou-se os extratos dos cartões de pagamentos dos responsáveis nas unidades jurisdicionadas a Sureg/SC e constatou-se que há compras indevidas com esse instrumento, como é o caso da aquisição de materiais de higiene e limpeza, lâmpadas e outros. Lembramos à Sureg/SC que as compras realizadas com o CPGF têm caráter de excepcionalidade, não se prestando à despesas que podem ser objeto de licitação ou de procedimento licitatório, como é o caso da dispensa de licitação baseada no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Assim, a finalidade do suprimento de fundos via CPGF é a de atender à despesas que não possam aguardar o processo normal de aquisição, ou seja, é a exceção quanto a não-realização de procedimento licitatório. Dessa forma, ficou estabelecido, ainda, o percentual de 0,25% do valor constante na alínea “a” do Inciso II do art. 23, da Lei nº 8.666/93 como limite máximo de despesa de pequeno vulto, no caso de compras e outros serviços, qual seja, limite de R\$ 200,00 por despesa, sendo vedado o fracionamento da despesa - dividir em mais de um documento comprobatório ou ainda, mais de uma despesa no mesmo exercício – para adequação ao referido

limite. Ainda que não proibida, especial atenção deverá ser observada na aquisição de material permanente por meio do CPGF – placas de sinalização, fechaduras, mouses, mobiliário, etc. – pois é evidente que são raras as situações justificáveis para a aquisição de material permanente via CPGF. No sentido de subsidiá-los quanto a utilização correta e racional do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, sugerimos a leitura do manual de perguntas e respostas disponível no sítio da Controladoria Geral da União, no endereço <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/SuprimentoFundos/Arquivos/SuprimentosCPGF.pdf>. Notou-se ainda, nos documentos de composição da prestação de contas dos supridos, a ausência do registro de apreciação da autoridade competente, em seguida a apresentação destas. Além das orientações descritas, recentes julgados do Tribunal de Contas da União já oferecem subsídios quanto a aplicação correta da sistemática de pagamento por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, como se segue: Assuntos: CARTÃO CORPORATIVO e SUPRIMENTO DE FUNDOS. DOU de 07.05.2010, S. 1, p. 133. Ementa: determinação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do Amapá para que: a) ao conceder suprimento de fundos, oriente os supridos para a correta aplicação dos valores disponibilizados, atentando para o período de aplicação previsto no ato concessório e, no caso da necessidade de alteração ou prorrogação do período inicialmente previsto, formalize a referida alteração, por meio de portaria devidamente publicada, fazendo-a constar no respectivo processo de concessão; b) faça constar da prestação de contas dos processos de concessão de suprimentos de fundos as justificativas para a utilização do cartão corporativo governamental, na modalidade saque, conforme estabelece o art. 2º, § 2º, do Decreto nº 5.355, de 25.01.2005; c) utilize suprimento de fundos apenas para despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos termos do art. 68 da Lei nº 4.320, de 17.03.1964, e do art. 45 do Decreto nº 93.872, de 23.12.1986 (itens 9.6.2 a 9.6.4, TC-017.996/2008-1, Acórdão nº 1.842/2010-2ª Câmara). Assunto: CARTÃO CORPORATIVO. DOU de 26.03.2010, S. 1, ps. 113 e 114. Ementa: determinação à Direção do Hospital Geral de Bonsucesso (HGB/MS), para adoção das seguintes medidas quanto ao uso do cartão corporativo, quais sejam: a) providenciar a capacitação dos responsáveis pela execução e controle do CPGF; b) realizar saques no valor das despesas a serem efetuadas (no caso de valores sacados em excesso, proceder à devolução do valor excedente, quando superior a R\$ 30,00, em até 3 dias úteis, por meio de Recolhimento à União); c) utilizar o saque apenas em caráter excepcional e registrar a justificativa na prestação de contas; d) realizar o pagamento das faturas decorrentes do uso do cartão corporativo na data de seu vencimento, abstendo-se de arcar com os encargos financeiros pelo atraso no seu pagamento; e) registrar a apreciação da autoridade competente sobre a prestação de contas do suprido, logo em seguida à apresentação da mesma (item 1.5.1.1, TC-016.181/2008-0, Acórdão nº 1.374/2010-1ª Câmara). Assunto: SUPRIMENTO DE FUNDOS. DOU de 16.04.2010, S. 1, p. 149. Ementa: alerta à CORE/FUNASA/AL no sentido de que: a) restrinja as despesas por meio de suprimento de fundos àquelas em que não haja possibilidade de execução pelo processo normal de aplicação, quais sejam: despesas eventuais que exijam pronto pagamento; despesas de pequeno vulto; ou de caráter sigiloso, nos termos da Lei nº 4.320/1964, art. 68 do Decreto-lei nº 200/1967, § 3º do art. 74, e Decreto nº 93.872/1986, art. 45; b) aprimore os controles sobre a utilização de suprimento de fundos, monitorando a utilização da modalidade de saque quanto às necessidades, prazos de aplicação e ressarcimento de saques não utilizados, mormente no que tange ao prazo máximo para devolução dos saques não utilizados, isto é, três dias úteis após o saque, conforme estabelece o item 6.6 da Macro função/SIAFI 02.11.21 (itens 1.6.1 e 1.6.2, TC-015.772/2009-8, Acórdão nº 1.552/2010-2ª Câmara).

Recomendação:

1227.1 - Recomendamos à Sureg/SC que passe a controlar as despesas efetuadas por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, inibindo as iniciativas dos responsáveis pelos suprimentos quanto às aquisições não permitidas nessa modalidade.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 05/01/2012 como Pendente

Informamos que os gastos com cartão estarão restritos ao extremamente necessário, sendo se possível procuraremos não movimentá-lo, pois seu uso é muito exclusivo.

de em 05/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/SC, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1227.2 - Recomendamos à Sureg/SC que registre de forma conclusiva a concordância da autoridade competente, que no caso dessa dependência é o ordenador de despesas, sobre a prestação de contas do suprido,

logo em seguida à apresentação desta.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 06/01/2012 como Pendente

Por meio da CI/SUREG/SC/Nº 49, de 05/01/2012, foi orientado os supridos para passar a prestação de contas ao ordenador.

de luiz.campos em 06/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva do auditado, consideramos o item solucionado.

Constatação:

1228 - Constatou-se a ausência de comprovação da regularidade fiscal em vários pagamentos efetuados, notadamente naqueles derivados de “Dispensa” ou “Inexigibilidade” de Licitação mormente quanto a regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal. A respeito do assunto, o Tribunal de Contas da União, emitiu várias ementas, dentre as quais destacamos as seguintes : Assunto: CONTRATOS. DOU de 20.04.2007, S. 1, p. 118. Ementa: o TCU determinou ao SENAI/RJ que passasse a exigir a comprovação de regularidade fiscal em todas as modalidades de licitação, inclusive por dispensa ou inexigibilidade, observando que a condição de regularidade fiscal deveria ser mantida durante toda a execução dos contratos e comprovada a cada pagamento efetuado, conforme previsto no art. 195, § 3º, da CF/1988 (item 1.1.8, TC-014.462/2006-6, Acórdão nº 956/2007-TCU-1ª Câmara). (Grifos do redator). Fonte: EMENTÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA. Assuntos: PAGAMENTO e REGULARIDADE FISCAL. DOU de 02.02.2011, S. 1, ps. 175 e 176. Ementa: alerta a uma secretaria municipal de saúde no sentido de que, a cada pagamento referente a contrato de execução continuada ou parcelada, exija do contratado a comprovação da regularidade fiscal para com a Seguridade Social, o FGTS, as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, em observância ao § 3º do art. 195 da Constituição Federal e aos arts. 29, incisos III e IV, e 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993 (item 9.1.1, TC- 19.591/2010-1, Acórdão nº 119/2011-Plenário). Assuntos: CADIN e PAGAMENTO. DOU de 17.10.2008, S. 1, p. 82. Ementa: promoção de audiência de ex-coordenador-geral de Recursos Logísticos do MCT para a apresentação de justificativas quanto à efetivação de pagamento sem a verificação da regularidade fiscal do fornecedor perante a Fazenda Estadual, Municipal e Distrital, em desobediência ao inc. III, art. 29 c/c inc. XIII, art. 55, da Lei nº 8.666/1993, e sem a comprovação da consulta prévia ao Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados do Governo Federal (CADIN), em desacordo com o inc. III, art. 6º da Lei nº 10.522, de 19.07.2002 (item 9.3.2.4, TC-021.647/2006-0, Acórdão nº 2.267/2008-Plenário). (Grifos do redator). Constatou-se ainda que as Unidades Armazenadoras subordinadas à Sureg/SC não estão regularmente cadastradas no SICAF, o que contraria a IN nº 02, de 11/10/2010, do MPOG/SLTI, como transcrevemos: [...] Art. 3º § 1º Previamente à emissão de nota de empenho, à contratação e a cada pagamento a fornecedor, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação. § 2º Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o proponente homologado não estiver inscrito no SICAF, o seu cadastramento deverá ser feito pela Administração, sem ônus para o proponente, antes da contratação, com base no reexame da documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada. [...]

Recomendação:

1228.1 - Recomendamos à Sureg/SC consultar o SICAF (Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores) para verificação da regularidade fiscal em todos os pagamentos que efetuar, apensando a consulta ao processo e/ou pagamento, independentemente da modalidade de contratação, seguindo a determinação do Tribunal de Contas da União.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 05/01/2012 como Pendente

Encaminhamos a CI/SUREG-SC/27, DE 04/01/20112, à Sucon para que providenciem o cadastro das Unidades no Sicafe.

de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/SC, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1228.2 - Recomendamos à Sureg/SC que efetive, no SICAF, o cadastro das Unidades Armazenadoras jurisdicionadas no sentido de atender a Instrução Normativa apontada.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 05/01/2012 como Pendente

Encaminhamos a CI/SUREG/SC/Nº 27, de 4/1/2012 Ao Sucon para que providenciem o cadastro das Unidades jurisdicionadas no Sicafe.

de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/SC, consideramos o item solucionado.

Constatação:

1229 - A conta contábil 1.4.2.1.2.12.00 tem a função de “Registrar os valores pertinentes ao conjunto de objetos ou de peças de uso caseiro ou necessário a vida familiar”. No caso da Sureg/SC verificou-se a existência de saldos de R\$ 82.579,67, na UG 135284 – Sede da Sureg/SC, R\$ 5.639,00, na UG 135276 – UA/Herval do Oeste e R\$ 2.239,00, na UG 138011 – UA/São José, sem contudo identificar-se a correlação dos bens registrados com a sua utilização, já que não se vislumbra o “uso caseiro” e tampouco a “vida familiar” para bens da Companhia.

Recomendação:

1229.1 - Recomendamos à Sureg/SC a análise dos bens registrados na rubrica em comento, efetivando a reclassificação daqueles que são de uso empresarial e desmobilizando os que são passíveis de venda, doação, etc.

Tratamento das Recomendações:

de luiz.campos em 06/01/2012 como Pendente

Aguardamos manifestação conclusiva acerca da recomendação por parte do setor envolvido

de julio.moraes em 06/01/2012 como Pendente

Remetido CI/SUREG/SC/Nº 40, ao Secof para regularização.

de sione.souza em 18/01/2012 como Pendente

Anexo, segue manifestação da Gefad.

OBS: Não houve manifestação da Audin quanto a resposta enviada.

Constatação:

1230 - Consultou-se os lançamentos efetuados na conta contábil 1.4.1.3.1.01.00 Bens Imóveis, da UG 135284, Sede Sureg/SC, cujo saldo – outubro/2011 – totalizava R\$ 190.133,70 (2 Imóveis). A conta tem a função de “Registrar o valor dos Bens Imóveis não destinados ao uso e que a entidade não está explorando comercialmente”. Solicitou-se o processo n.º 15.356/02 de 4/11/2002, relativo a “Cessão da extinta UA Chapecó” e verificou-se que a cessão do imóvel foi efetuada de forma gratuita a Órgão da Administração Municipal. O procedimento para a Cessão de Uso dos Imóveis da Companhia, está disciplinado no Capítulo VI da Noc 60.202 – Administração e Controle do Patrimônio de 8/11/2006, na Lei n.º 8.666/93 e na Lei n.º 9.636/98 de 15/5/1998. Os contratos administrativos, na administração pública, são regidos pela Lei n.º 8.666/93 e a ela estão subordinados. Assim, mesmo que os dispositivos internos sejam omissos ou conflitantes, a norma geral deverá ser seguida. Notamos que os prazos para Cessão de Uso, não estão sendo aplicados conforme determina o subitem a.1 do item IV – Modalidades, da Noc n.º 60.202 de 8/11/2006 a saber : [...] a.1) respeitadas as situações especiais e extraordinárias, o prazo a ser observado nos contratos de cessão de uso é de até 2 anos, podendo o mesmo ser prorrogado por interesse da Conab e aprovação da Diretoria Colegiada. [...] Além do normativo interno, a Lei n.º 8.666/93 VEDA a utilização de contrato com prazo indeterminado e determina que o prazo máximo para contratos administrativos é de 60 meses, aceitando, em caráter excepcional, a prorrogação por mais 12 meses, desde que justificada pela autoridade competente. [...] Art. 57- A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: I- II- a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)º 9.648, de 1998) VI § 3º É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado. [...] Verificou-se que a cessão foi acordada, em contrato, pelo prazo de 25 anos, sem o registro de “situação especial ou extraordinária” como dita a norma interna e superior ao que rege a Lei que

regulamenta a matéria.

Recomendação:

1230.1 - Recomendamos à Sureg/SC rever os prazos praticados no contrato inserto no processo analisado e amolde-os aos normativos que regem a Cessão de Uso.

Tratamento das Recomendações:

de luiz.campos em 06/01/2012 como Pendente

Aguardamos manifestação conclusiva acerca da recomendação por parte do setor envolvido

de sione.souza em 06/01/2012 como Pendente

A recomendação está sendo submetida à análise da área jurídica, conforme folha de despacho em anexo.

de em 18/01/2012 como Pendente

Anexamos Informação Prore-SC nº AP 01/2012, qual ratificamos. Por outro lado, quanto ao mencionado aditivo contido no último parágrafo da informação, estaremos dando prosseguimento objetivando a regularização.

de luiz.campos em 18/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/SC consideramos o item solucionado.

Constatação:

1231 - Da análise da conformidade documental, constatou-se o pagamento de Notas Fiscais de Serviços de Telecomunicações (ex.: 2205, 2913, 2979) emitidas por empresa com CNPJ divergente daquele inserido no contrato nº 05/2009, do processo nº 15.219/08 que trata da “Contratação de Empresa para o Fornecimento de Prestação de Serviços de Telefonia na Modalidade Local e Longa Distância”. Verificou-se que a Sureg/SC contratou a Empresa Brasileira de Telecomunicações – Embratel S/A, CNPJ 33.530.486/0001-29, com sede à Av. Presidente Vargas nº 1.012, Rio de Janeiro, RJ e quem presta o serviço de telefonia fixa comutada é a empresa com CNPJ 33.530.486/0142-60, com sede à PC. Pereira de Oliveira, 92, Centro, Florianópolis, SC. Note-se que, existem divergências no empenho, na guia de pagamento e na formalização do pagamento, uma vez que a Sureg/SC, extrai a certidão do SICAF da Matriz da Companhia no Rio de Janeiro e efetiva o pagamento, mesmo com a regularidade fiscal Estadual e Municipal vencida o que contraria as determinações do Tribunal de Contas da União o que poderá ensejar penalização ao agente público. Para orientá-los segue o acórdão que aborda a matéria: Assunto: PAGAMENTO. DOU de 18.09.2008, S. 1, p. 146. Ementa: Determinação à DRT/PB para que atente, quando do pagamento de despesa, sobre a conformidade entre o CNPJ do documento fiscal e o do consignado em instrumento contratual (ou documento equivalente) de fornecimento de bens e de prestação de serviços, mesmo quando o favorecido seja matriz, filial, sucursal ou agência (item 11.3.8, TC-013.682/2007-3, Acórdão nº 3.551/2008 – 2ª Câmara). Assim, tanto o pagamento quanto a extração da certificação da regularidade fiscal deverá obedecer ao que está regulado no contrato, portanto o pagamento efetuado a CNPJ distinto daquele constante do instrumento contratual, não atende a determinação da Corte de Contas.

Recomendação:

1231.1 - Recomendamos à Sureg/SC regularizar a efetivação do pagamento das faturas mencionadas, revendo inclusive a licitação onde foi vencedora empresa que não é autorizada a fornecer o serviço de telefonia fixa nas localidades da Sureg/SC.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 05/01/2012 como Pendente

Analisando o processo constatamos que o contrato, empenho e pagamento estão todos sendo pagos no mesmo CNPJ, ou seja, do contratado.

de luiz.campos em 06/01/2012 como Pendente

A informação prestada diverge da documentação que se encontra em poder da Audin. A nota fiscal de prestação de serviços está sendo emitida pela filial da empresa com sede em Santa Catarina, enquanto a empresa vencedora do certame foi a matriz da companhia no Rio de Janeiro. Queiram verificar as notas fiscais nas pastas de conformidade documental e após, remeter cópias desses documentos a Audin para análise.

de em 06/01/2012 como Pendente

Acolhemos manifestação daGefad sobre o assunto.

de sione.souza em 25/01/2012 como Pendente

Após conferência pela Gefad, constatou-se que a nota fiscal setá sendo realmente emitida pela filial. Entretanto, referida gerência apresenta no documento em anexo as justificativas para o procedimento. Após análise dessa Audin, e se mantido o posicionamento, solicitamos orientações quanto a solução do problema, se este for o caso. de osvaldo.pateiro em 26/01/2012 como Pendente

Para solução definitiva da pendência, solicitamos posicionamento da Prore/SC no sentido de opinar quanto a regularidade da contratação e execução de contrato advindo de procedimento licitatório. Aguardaremos esse posicionamento para nova manifestação.

de sione.souza em 27/01/2012 como Pendente

Conforme recomendado, enviamos à Prore-SC para manifestação.

de sione.souza em 03/02/2012 como Pendente

Segue, arquivo, contendo posicionamento da PRORE-SC, o qual acatamos.

de osvaldo.pateiro em 16/02/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação da Douta Procuradoria Regional/SC com a anuência da Autoridade Máxima da Companhia no Estado de Santa Catarina consideramos o item solucionado até nova manifestação do Tribunal de Contas da União.

Recomendação:

1231.2 - Recomendamos à Sureg/SC observância dos preceitos que regulam a contratação pela Administração Pública Federal, notadamente aqueles inseridos na Lei n.º 8.666/93 e subsidiariamente a Lei n.º 10.406/02.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 05/01/2012 como Pendente

Informamos que tomamos conhecimento dos regularemos e que procuraremos observá-los.

de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/SC, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1231.3 - Recomendamos também que a Sureg/SC estabeleça, como condição para agente 67 de todo e qualquer contrato firmado com a Companhia (Lei n.º 8.666/1993, Artigo n.º 67, caput), o conhecimento e o treinamento quanto às cláusulas gerais e particulares de cada fornecimento, sob pena de eleger empregado que não reúne as condições para o atesto da execução e dos pagamentos, podendo gerar prejuízos e responsabilizações.

Tratamento das Recomendações:

de julio.moraes em 05/01/2012 como Pendente

Informamos que de acordo com a CI/SUREG-SC/N.º 1115, remetida à DIRAD e Ci/Sumoc/nº 274, de 28/12/2011, cópias anexas, os agentes fiscalizadores estarão recebendo treinamentos e conhecimento para melhor desenvolverem suas atividades fiscalizadoras.

de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/SC, consideramos o item solucionado.

Constatação:

1232 - Analisou-se os Mapas de Inventário de Mercadorias – MIM das unidades jurisdicionadas à Sureg/SC – exceto aqueles da UA/São José que não remeteu os relatórios até o encerramento dos trabalhos de campo - em contraponto aos saldos registrados no Siafi e não foram registradas diferenças significativas. Quanto aos registros dos estoques no xFac, verificou-se a existência de diversas anomalias e saldos inconsistentes e permitindo a possibilidade de falta de controle por parte da gestão operacional e da gestão financeira. A equipe de Auditores, por prudência, entende que, por serem disfunções encontradas em diversas unidades visitadas ao longo do último exercício, deverá ser instalado um módulo completo do xFac com todas as funções disponíveis, nas dependências da Audin, no sentido de permitir aos Auditores da Companhia, conhecer e entender todo o sistema para servir, inclusive, como multiplicadores de treinamento e solução das inconsistências no momento dos trabalhos de campo.

Recomendação:

1232.1 - Recomendamos à Sureg/SC determinar às Unidades Armazenadoras jurisdicionadas que enviem

mensalmente ao Secof/SC o inventário de mercadorias, devidamente assinados pelo responsável da UA, sob pena da imputabilidade de responsabilidade.

Tratamento das Recomendações:

de em 04/01/2012 como Pendente

Recomendação acatada. Oportunidade em que informamos que expedimos Comunicação Interna visando o cumprimento da Ação.

de lourdes.nienkoetter em 05/01/2012 como Pendente

Anexo cópia da CI em que determinamos o cumprimento da remessa do referido documento.

de luiz.campos em 05/01/2012 como Solucionado

Atribuímos neste item o "status" SOLUCIONADO em face da resposta oferecida pelo auditado atender a recomendação deste Relatório.

Recomendação:

1232.2 - Recomendamos à Sutin/Dipai viabilizar a instalação do Sistema xFac (como módulo de treinamento completo) em um computador exclusivo para esse fim, nas dependências da Audin, fornecendo o competente treinamento em todos os módulos operacionais do Sistema em comento, no sentido de atualizar, treinar e subsidiar os Auditores Internos a cerca das suas funcionalidades e finalidades.

Tratamento das Recomendações:

de lourdes.nienkoetter em 06/01/2012 como Pendente

Em atenção a recomendação, cientificamos conhecimento.

de sione.souza em 06/01/2012 como Pendente

Compreendemos a importância do atendimento à necessidade exposta pelos senhores Auditores.

de luiz.campos em 06/01/2012 como Pendente

Aguardamos a manifestação da Sutin/Dipai para solucionar a pendência.

de sione.souza em 06/01/2012 como Pendente

Compreendemos a importância do atendimento à necessidade exposta pelos Auditores.

OBS: Não depende desta Regional a solução da pendência.